O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 31 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47281
estadão.com.br

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

R$ 5,6 bi para deixar o Tietê limpo como o Pinheiros

Projeto do Estado prevê obras de desassoreamento no Rio Tietê e afluentes em parceria com iniciativa privada e uso de recursos do BID e da Sabesp. O modelo, já usado na recuperação do Pinheiros, contempla a criação de uma agência de águas __A18

E&N Em substituição ao teto de gastos __ B1 a B4

Âncora prevê piso de despesa e investimento; Bolsa e real sobem

__ Regra aposta em aumento de arrecadação para equilibrar contas

A proposta de nova âncora fiscal, apresentada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aposta no crescimento da arrecadação com impostos para equilibrar as contas públicas. A regra de controle de gastos é combinada com a criação de um piso para as despesas. Os gastos vão aumentar no mínimo 0,6% acima da inflação, mesmo se a meta de resultado primário (arrecadação menos despesas) for descumprida. Os investimentos também ficarão blindados com a criação de um patamar mínimo. Após o anúncio do arcabouço fiscal, a Bolsa subiu 1,89%, o dólar caiu 0,73%, indo para R$ 5,09, e os juros futuros recuaram. Especialistas em contas públicas avaliam que a regra tem mecanismos que permitem um crescimento real das despesas e podem dificultar o corte de gastos no futuro.

Análise
Silvio Cascione __B3
Sinal de pragmatismo, mas futuro incerto

Coluna do Estadão __A2
Haddad: 'Difícil agradar a Gleisi e Campos Neto'

Celso Ming __B2
Âncora com molejo precisa ser testada

Rogério Werneck __B13
Uma licença para gastar

C2 Adriana Calcanhotto __C1

PEDRO KIRILOS / ESTADÃO

Novo disco para entender o amor

C2 Show __C7
Cantora Luedji Luna lança novo disco em apresentação em SP

Mudança na Corte __A11
Ricardo Lewandowski deixará o Supremo no próximo dia 11

Judiciário __A21
STF derruba prisão especial para réu com diploma

Notas e Informações __A3
Democracias não prestam vênia a ditaduras
Ausência de celebração militar do golpe de 64 é retorno à normalidade institucional.

Com Bolsonaro vem a bagunça

Fernando Gabeira __A6
Por uma visão de longo alcance

Elena Landau __B4
Eletrobras, a bola da vez

Pedro Doria __B32
Devemos parar a inteligência artificial?

INÊS249

Após 3 meses __A8

Bolsonaro retorna ao País e critica Lula; petista reaparece

LUÍS NOVA / EFE

Ex-presidente na sede do Partido Liberal em Brasília

Bolsonaro reforça disposição de liderar oposição e diz que recebeu joias da Arábia Saudita "porque eles são riquíssimos".

"Eles não vão fazer o que bem querem com o destino da nossa nação"
Jair Bolsonaro

Tempestade à vista __A15

Júri acata denúncia contra Trump e complica plano de volta à Casa Branca

Ex-presidente é acusado de ter pago US$ 130 mil à atriz pornô Stormy Daniels para ocultar um caso entre eles.

Acusação de espionagem __A15

Rússia prende jornalista dos EUA pela primeira vez desde a Guerra Fria

Kremlin acusou repórter do *Wall Street Journal* de espionar instalação militar classificada como segredo de Estado.

Executivo __A10

Documento contradiz versão de Juscelino sobre viagem a SP

Ministro das Comunicações informou ter trabalhado fora de Brasília em dias nos quais foi a leilões de cavalo.

Tempo em SP
19° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER e GUSTAVO CÔRTES
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO

Coluna do Estadão

Haddad diz ser difícil proposta que agrade a Gleisi e Campos Neto

Em conversa reservada com senadores, nesta quinta (30), o ministro Fernando Haddad disse ser difícil um desenho que agrade, ao mesmo tempo, a Roberto Campos Neto (presidente do BC) e Gleisi Hoffmann (presidente do PT). Enquanto Campos Neto segue linha dura na condução da taxa de juros, Gleisi e uma ala do PT têm críticas ao limite de crescimento das despesas em 2,5% ao ano. Municiados com dados dos governos Lula 1 e 2, eles afirmam que as despesas cresceram mais ano a ano no passado e que, se adotar a regra, Lula não terá gás para repetir o sucesso das gestões anteriores. O grupo aguarda para se manifestar publicamente porque, antes, quer ver o texto da proposta finalizado.

● **ALVO.** Nesta quinta (30), petistas em peso usaram as redes sociais para criticar Campos Neto. O executivo deverá prestar esclarecimentos a senadores na próxima semana. Parlamentares contam que esperavam pelo novo marco fiscal para reunir argumentos contra o presidente do BC.

● **BALANÇA.** Após o comentário de Haddad, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) sinalizou preferência pela presidente do PT. "Pela esquerda é sempre mais fácil", disse. Questionado sobre a reação do mercado, o ministro disse que, neste ponto, estava tranquilo. Mais preocupante era o equilíbrio entre Gleisi e Campos Neto.

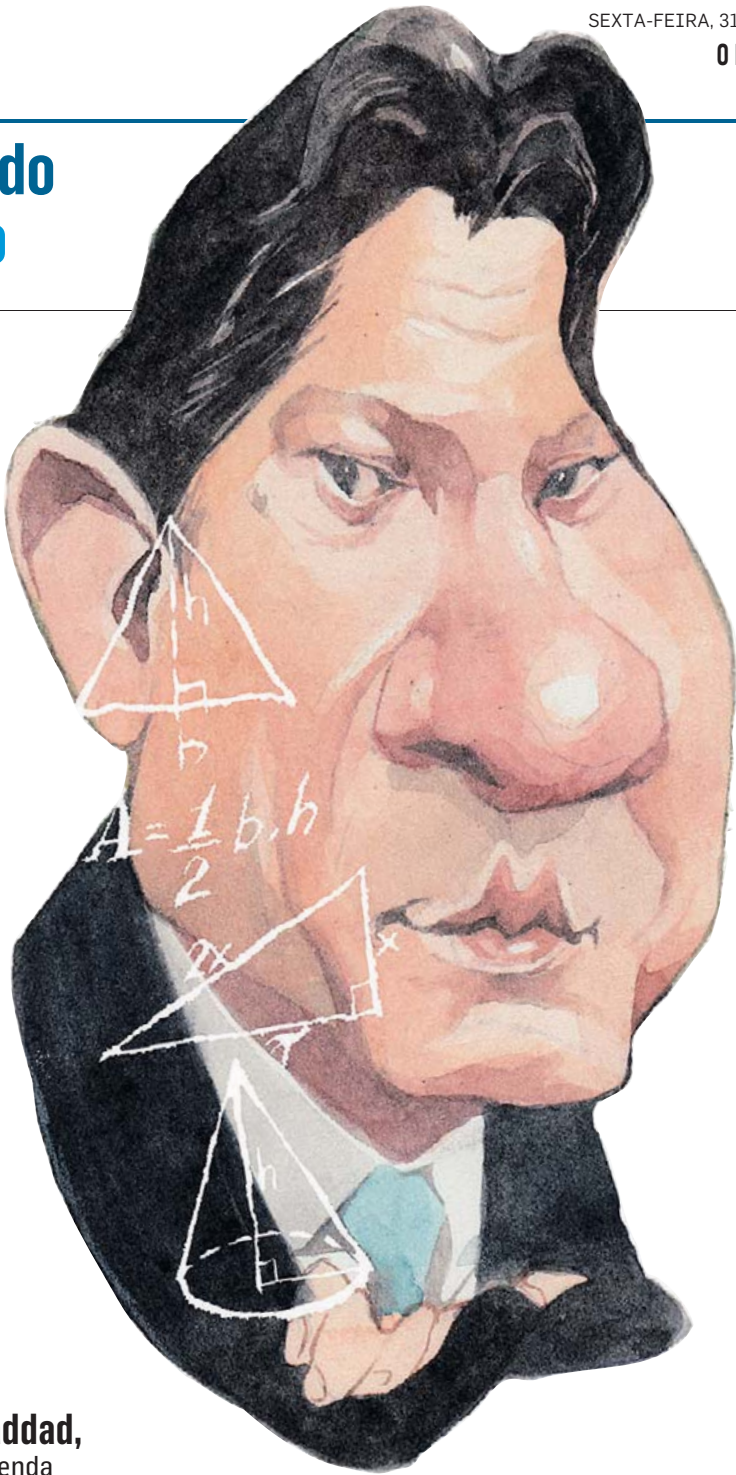
● **CASA.** Na terra natal de Renan, o prefeito de Maceió, JHC (PL), fez do vereador Chico Holanda Filho (MDB) seu líder de governo, a despeito da rivalidade dos dois grupos políticos. JHC é aliado de Arthur Lira (PP-AL), desafeto de Renan.

● **FITA.** Valdemar Costa Neto, presidente do PL, aproveitou a passagem de Jair Bolsonaro e Michelle nesta quinta (30) pela sede do PL para mostrar ao casal que ambos foram incluídos no mural de autoridades da sigla. As fotos dos dois foram colocadas acima da de Valdemar, que comanda o partido há 23 anos e que, ninguém duvida, é o dono do PL.

● **JET LAG.** Ao ver a foto de Valdemar, 73 anos, em versão mais jovem na parede, Michelle soltou uma piada. "Depois o senhor me indica aqui a clínica do botox." Bolsonaro, por sua vez, perguntou o que a foto de Jorge Seif Jr. fazia na parede. Coube a Valdemar lembrá-lo que o ex-auxiliar de Bolsonaro se elegeu senador.

● **FUSO.** Especialistas de 15 países lançaram a primeira associação internacional de Direito Eleitoral, que no Brasil será representada pela Academia de Direito Eleitoral e Político (Abradep). O objetivo é trocar experiências.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

● **SOCIEDADE.** O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, ainda não desistiu de lançar a tarifa gratuita de ônibus na capital e vê possibilidade de implementar o projeto a tempo das eleições de 2024. Para tanto, ele conta com a ajuda inusitada de Jilmar Tatto (PT-SP).

● **SOCIEDADE 2.** O deputado protocolou, no último dia 21, um projeto de lei e também colhe assinaturas para uma PEC que permite a cobrança de um novo imposto municipal, sobre o uso das vias de trânsito das cidades. Os recursos arrecadados custeariam a gratuidade.

PRONTO, FALEI!

Kim Kataguiri
Deputado federal (União-SP)

"Mesmo que se propusesse a liderar a oposição, Bolsonaro não teria capacidade. Não conseguiu construir base (de apoio) nem com a máquina na mão."

CLICK

INSTAGRAM/@@braganetto_gen 30/03/2023

Jair Bolsonaro
Ex-presidente (PL)

Em passagem pelo partido, na chegada ao Brasil, almoçou com pequeno grupo formado por, entre outros, Valdemar Costa Neto, Braga Netto e Michelle.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Democracias não prestam vênia a ditaduras

Ausência de celebração militar do aniversário do golpe de 64 é retorno à normalidade institucional. Homenagens oficiais do governo Bolsonaro à ditadura eram insubmissão à Constituição

Durante os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, as Forças Armadas comemoraram o golpe de 31 de março de 1964. A orientação para os quartéis celebrarem a data foi um pedido do presidente Bolsonaro, cuja carreira política sempre se valeu do discurso de saudosismo da ditadura militar. Agora, com o governo de Lula da Silva, retorna-se à normalidade institucional. Não haverá nenhuma homenagem oficial à instauração do regime militar.

O tema é importante e merece ser bem compreendido. Não cabe, num Estado Democrático de Direito, realizar homenagens oficiais a períodos ditatoriais, nos quais, entre outros abusos, liberdades fundamentais e direitos políticos foram negados. Nenhuma instituição pública – cuja razão de existir remete, em última análise, ao princípio democrático – tem legitimidade para celebrar golpe militar.

Por isso, foi um passo importante quando, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pôs-se fim, nos quartéis, à Ordem do Dia referente à celebração do golpe de 1964. A medida não tinha nenhuma dimensão de vingança ou mesmo de humilhação dos militares. A existência das Forças Armadas está prevista na Constituição, tendo, portanto, o seu lugar no Estado Democrático de Direito. O que não tem cabimento no regime democrático é o envolvimento dos militares em questões políticas. As Forças Armadas estão plenamente submetidas ao poder civil.

A abstenção do Estado de toda e qualquer homenagem ao golpe militar não tem a pretensão de reescrever a história nem de moldar a compreensão da população sobre os fatos passados. A história não pertence ao poder estatal. No ambiente de liberdade próprio de um regime democrático, cada um tem o direito de realizar sua avaliação sobre os fatos políticos pretéritos, o que não significa, por óbvio, afirmar que todas as opiniões têm o mesmo peso. Não dá para negar, por exemplo, que houve censura e tortura durante o regime militar. É tarefa da sociedade, de modo muito concreto dos historiadores, debruçar-se sobre as fontes históricas, de forma a propiciar, com o tempo, um conhecimento cada vez mais acurado sobre o período, o que inclui reconhecer matizes, sombras e também dúvidas.

É preciso advertir, no entanto, que a celebração do golpe militar de 1964 no governo Bolsonaro foi mais do que uma disputa sobre um tema histórico, o que, como se disse acima, é, por si só, um grave equívoco. Não cabe ao Estado escrever a história. Não cabe ao governante de plantão aproveitar-se do aparato estatal para difundir suas versões sobre a história. Na determinação de Jair Bolsonaro para que as Forças Armadas celebrassem o 31 de março, o grande tema em questão não era o que ocorreu em 1964, e sim a rejeição das escolhas feitas pela sociedade brasileira em 1988, com a promulgação da Constituição. Mais do que negacionismo a respeito da história nacional, havia uma insubmissão à ordem jurídica vigente.

Eis o grande problema das celebrações do golpe militar durante o governo Bolsonaro: elas eram uma declaração de afronta ao Estado Democrático de Direito. Ao louvar a ditadura e ao homenagear torturador, Jair Bolsonaro estava, na realidade, desprezando a Constituição de 1988; em concreto, fustigava o livre funcionamento do Congresso e do Judiciário. E ainda transmitia a mensagem subliminar de que, a depender das circunstâncias, as Forças Armadas poderiam ser convocadas para tutelar o poder civil. Ora, tudo isso é rigorosamente inconstitucional.

Mesmo que, por hipótese, tudo isso ficasse "apenas" no plano simbólico, já seria gravíssimo. Constitui evidente abuso de poder valer-se de uma data do calendário nacional para instigar as Forças Armadas contra o regime constitucional. Mas, como se verificou nos ataques ao sistema eleitoral e nos atos do 8 de Janeiro, essa afronta à Constituição não ficou no plano das ideias. Produziu danos concretos.

A não celebração do 31 de março de 1964 é, portanto, um modo de defender e promover o efetivo respeito à Constituição de 1988. Democracias não prestam vênia, nem por um dia, a ditaduras.●

Com Bolsonaro vem a bagunça

A volta do ex-presidente restabelece o caos na política. Bolsonaristas e lulopetistas prosperam nessa confusão, com que o País perde. Espera-se que a oposição civilizada se apresente

O ex-presidente Jair Bolsonaro desembarcou ontem em Brasília trazendo na bagagem o caos. É espantoso que um político tão desqualificado como ele seja tido por seu partido como grande líder. Sem estatura intelectual e moral para nenhum cargo público nem para nenhum debate sério sobre os rumos do País, Bolsonaro pretende ser o catalisador da oposição ao petista Lula da Silva. Para Lula, por sua vez, a volta de Bolsonaro à ribalta é um presente valioso, porque coloca em segundo plano os muitos problemas de seu governo e ressuscita o cenário de confronto que o petista soube tão bem capitalizar na campanha eleitoral do ano passado. Ou seja, é uma situação de ganha-ganha para Bolsonaro e para Lula. Só o País perde.

Sendo agente do caos, Bolsonaro não tem nenhuma pretensão de oferecer uma visão alternativa à de Lula. Seu objetivo é apenas atrapalhar o máximo que puder, disseminando desinformação e promovendo o que há de pior na política nacional. Os pequenos bolsonaros eleitos para o Congresso não estão ali para propor nada nem para negociar nada: à imagem e semelhança de seu guru, pretendem testar os limites da decência e, com isso, amealhar ainda mais votos de eleitores desencantados com a democracia.

Eis por que cabe à direita democrática desvincular-se de Bolsonaro e oferecer ao País uma alternativa competente e moralmente correta de oposição ao governo petista. É preciso impedir não apenas que Lula da Silva cumpra suas ameaças de arruinar as bases da estabilidade econômica do País, como também que, na esteira desse provável desastre, Bolsonaro (ou alguém tão desqualificado quanto ele) se apresente como alternativa eleitoralmente viável.

O fato é que a volta de Bolsonaro tende a drenar as energias do País para temas tão divisionistas quanto irrelevantes para os destinos nacionais, como questões identitárias e culturais. A índole destrutiva de Bolsonaro, marca maior de seu tormentoso mandato, decerto seguirá produzindo efeitos nocivos para além de seus dias no poder, ainda que o ex-presidente venha a ser declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral – cenário que se descortina como altamente provável.

Para o bem do Brasil, este jornal espera que nem Lula nem os representantes dessa direita civilizada, que começaram a se reorganizar concluída a eleição, se deixem pautar pelas diatribes de Bolsonaro e, menos ainda, que lhe deem a brasa e o combustível para que ele incendeie o País. É tudo o que Bolsonaro quer para se manter relevante na política nacional. Tido e havido como "mau militar", Bolsonaro se forjou como político em meio à confusão. A normalidade institucional do País não lhe faz bem.

Em relação a Lula, há pouca esperança para um comportamento magnânimo diante da oposição irracional que Bolsonaro representa. Petistas e bolsonaristas são representantes de forças políticas que se retroalimentam do medo e do ódio que nutrem uma pela outra. Lula sabe que o adversário ideal dele e do PT é e será a extrema direita. Se hoje o presidente encontra tempo para bater boca em público com um senador, é improvável que ignore olimpicamente seu adversário na eleição passada e faça o que tem de fazer pelo Brasil.

Bolsonaro, por sua vez, sabe que seu grande triunfo na política decorreu da exploração do antipetismo que anima grande parte do eleitorado. A ascensão de uma direita conservadora, não reacionária, democrática e republicana que possa antagonizar com o PT o levaria de volta a um lugar que ele conhece muito bem: a obscuridade. Justamente por isso, Bolsonaro volta agora ao País contando com uma parcela da sociedade eletrizada e dispersa para, a um só tempo, manter viva a guerra particular que trava contra Lula e impedir a ascensão de novas lideranças políticas à direita capazes de reduzi-lo a um mero acidente da história.

A esperança de um país menos tumultuado e mais concentrado em uma agenda de reconstrução e pacificação nacional recai sobre os ombros dos genuínos democratas, tanto à direita como à esquerda.●

ESPAÇO ABERTO

Yanomamis e a prevenção à lavagem de dinheiro

Pedro Simões

Com a revelação da operação de garimpo ilegal em terras Yanomamis no começo deste ano – cobrindo o caminho do ouro que ia desde a exploração ilegal em terras indígenas até a intermediação por Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs), empresas autorizadas a operar pelo Banco Central e fiscalizadas pela autarquia –, ganhou espaço a problemática presunção de boa-fé do vendedor do metal estabelecida na Lei Federal n.º 12.844/2013.

No artigo 39 da referida lei, estabelece-se que a prova da regularidade da primeira aquisição de ouro produzido por regime de aproveitamento (incluído o de lavra garimpeira) se dá pela emissão de nota fiscal de aquisição por uma instituição autorizada pelo Banco Central a realizar a compra do ouro – uma DTVM.

O parágrafo 4.º acrescenta: "Presumem-se a legalidade do ouro adquirido e a boa-fé da pessoa jurídica adquirente quando as informações mencionadas neste artigo, prestadas pelo vendedor, estiverem devidamente arquivadas na sede da instituição legalmente autorizada a realizar a compra de ouro". A lei vai além, e o artigo 40 disciplina o mercado secundário, dizendo que "a prova da regularidade da posse e do transporte de ouro para qualquer destino, após a primeira aquisição, será feita mediante a apresentação da respectiva nota fiscal".

Esta bizarra disposição legal cria uma presunção de regularidade para fins de regulação da mineração ímpar em nosso ordenamento e serve de *cheque em branco* para que intermediários financeiros entrem na cadeia do ouro emitindo o primeiro processo de "formalização" desse recurso na economia.

Como resultado, muito se tem falado no papel que as DTVMs podem estar prestando para lavar o "ouro de sangue". Parte do ouro comprado deriva de crimes cometidos diretamente contra a população indígena, além de crimes ambientais e de grilagem.

A conclusão é de que esta presunção de boa-fé estipulada na lei serve de *escudo* para as DTVMs e impede a real apuração da origem do ouro, em especial por quem compra o metal dessas instituições, como joalheiros.

> *Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMs) têm, sim, a obrigação de apurar informações sobre a origem do ouro com que lidam*

O que se tem omitido dizer, porém, é que as DTVMs têm, sim, a obrigação de apurar informações sobre a origem do ouro, não para fins de regulação minerária ou da Lei 12.844/13, mas porque são pessoas obrigadas a ter controles de prevenção à lavagem de dinheiro, nos termos da Lei de Lavagem, a qual deixa claro que entidades financeiras, como as DTVMs, são obrigadas a ter "políticas, procedimentos e controles internos" voltados à prevenção à lavagem de dinheiro. A norma aplicável às DTVMs é a Resolução Bacen n.º 3.978, editada em 2020 e que estabeleceu o regime de "abordagem baseada em risco" para fins de prevenção à lavagem. Isso significa que as DTVMs devem desenvolver minuciosa Avaliação Interna de Risco que tem de considerar o perfil de risco "das atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados" (artigo 10, § 1.º, IV).

A avaliação de risco dos parceiros deve levar em consideração os procedimentos destinados a conhecer ditos parceiros, e a obrigatoriedade desse procedimento decorre da Lei de Lavagem, de modo que a "presunção de boa-fé" minerária em nada afeta a extensão dessa tarefa, que tem por objetivo a prevenção do crime de lavagem.

As DTVMs devem classificar cada parceiro pelos preceitos de risco de sua Avaliação Interna de Risco e manter informações atualizadas sobre o parceiro e sobre a classificação de risco deste parceiro.

O mínimo que se pode esperar é que parceiros do segmento de mineração sejam classificados como risco mediano, uma vez que a própria *Avaliação Nacional de Riscos* (documento oficial de mapeamento de riscos de lavagem do governo federal) assim dispõe: "A vulnerabilidade ponderada do setor de metais preciosos, para fins de LD/FT no Brasil, foi classificada como média. No Brasil, o setor de mineração ainda não é regulado para fins de PLD/FT em todas as etapas da cadeia de comercialização. Ademais, a vasta extensão do território explorável para ouro e pedras preciosas, as dificuldades inerentes na identificação e combate da mineração ilegal e o desconhecimento das obrigações de PLD/FT por parte da grande maioria dos integrantes do setor são fatores que corroboram para tal vulnerabilidade".

As DTVMs que anseiam por operar na legalidade devem ter sua Avaliação Interna de Risco a postos para uma supervisão do Banco Central, que pode (e deve) ocorrer a qualquer momento. Mais do que isso, todas as informações que elas têm de seus parceiros precisam ser revisitadas para que as instituições decidam se devem ou não realizar comunicações de operações e situações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), com base nos dados que vêm sendo revelados sobre o garimpo em terras Yanomamis.

As DTVMs em desconformidade precisam se adequar imediatamente e revisitar seu histórico de operações, porque a leniência numa situação como esta pode expor não apenas a companhia a multas milionárias, como também seus administradores, que também estarão sujeitos a procedimentos criminais. ●

ADVOGADO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Contas públicas

Ervas daninhas

Ao que tudo indica, em linhas gerais, a proposta do governo de novo arcabouço fiscal acalmará o mercado, a sociedade, investidores, etc. Saem vitoriosos o ministro Fernando Haddad, que perseverou na tecnicalidade e nos fundamentos econômicos para elaborar a proposta, e o próprio presidente Lula, que subjugou o núcleo político histriônico do PT, capitaneado pela dogmática e berrante deputada Gleisi Hoffmann. O governo só vai decolar mesmo quando deixar de dar ouvidos à velha guarda petista. Hora de cortar ervas daninhas.

Luciano Harary
lharary@hotmail.com
São Paulo

Receita e inflação

A explosão das despesas é real. O problema é o que fazer a respeito. A proposta de arcabouço fiscal só trata de como utilizar um aumento teórico de receitas, se ele vier a ocorrer. Lembra o recente depoimento do ministro Dino na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ignorando tudo aquilo para o que não tem resposta. Se desse para pagar compromissos reais com verbas disponíveis em sonho, a nova regra fiscal agradaria a todos. Influenciadores do mercado e a imprensa podem até falar bem dela, mas a previsão de inflação continua subindo e nada há nesta proposta que possa deter essa tendência e fazê-la baixar. A corrosão inflacionária do poder de compra dos brasileiros é quem vai financiar a festa de Lula, até chegar o tão esperado ano em que a receita vai aumentar tanto que o efeito do descontrole acumulado poderá ser compensado.

Jorge Alberto Nurkin
jorge.nurkin@gmail.com
São Paulo

Impostos aumentarão?

Impostos! Sempre ávidos por arrecadação, saem governos, entram governos, e eles só pensam naquilo: impostos! Governantes preguiçosos e desprovidos de criatividade sempre optam pelo meio mais fácil e menos trabalhoso. Sem se levantar da cadeira, com uma só canetada, anelam ampliar a arrecadação criando ou reformulando impostos. Por isso o País patina na economia. Não há projeto de país nem gestos no intuito de aumentar a geração de empresas e empregos e a diminuição dos gastos públicos. De imposto em imposto, Brasília enche o papo e os brasileiros chupam os dedos.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com
Campinas

Arcabouço fiscal

Será que não estamos caminhando para um calabouço fiscal?

Robert Haller
São Paulo

Congresso Nacional

Quanto custará?

O que importa não é a atual queda de braço entre Arthur Lira e Rodrigo Pacheco sobre a tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso. Os dois são raposas velhas e, ao fim, vão se entender sobre como dividir o bolo. O que interessa é a aprovação das importantes MPs paradas e saber quanto esse *entendimento* entre eles vai nos custar, pois em Brasília nada é de graça.

Omar El Seoud
elseoud.usp@gmail.com
São Paulo

Por onde anda?

Desde a posse, não ouvi nem li nada sobre o novo senador de São Paulo (exceção a uma nota no **Estadão** esta semana). Estará ele novamente no espaço?

José Roberto Palma
palmajoseroberto@yahoo.com.br
São Paulo

A volta de Bolsonaro

Indiferente

Sem pompa e circunstância, com baixa mobilização de apoiadores e abraços dos políticos de seu partido, Bolsonaro voltou ao Brasil, que continua o mesmo de sempre: caro e injusto, com ou sem ele.

Carlos Gaspar
carlos-gaspar@uol.com.br
São Paulo

'Brasil Contra Fake'

Sem moral

Sobre o editorial *Lula e seu 'portal da verdade'* (**Estado**, 29/3, A3), este *Brasil Contra Fake* já nasce desmoralizado. E pela língua do próprio presidente da República, com suas afirmativas estapafúrdias sobre a operação da Polícia Federal, que tinha também Sérgio Moro como alvo, sobre a influência norte-americana na Operação Lava Jato para *destruir empreiteiras*, entre outras. Mas será que não cabe um recurso ao Supremo Tribunal Federal para tornar nula a criação deste monstrengo e uma afronta ao texto constitucional no que diz respeito à liberdade de o cidadão poder expressar sua opinião?

José Carlos Lyrio Rocha
lyriorochajclr@gmail.com
Vitória

ESPAÇO ABERTO

Por uma visão de longo alcance

Fernando Gabeira

Apesar da importância da viagem à China, sem ela o governo ganhou tempo para acelerar o projeto de arcabouço fiscal. Ele não significa, mecanicamente, uma queda na taxa de juros. Mas, segundo a própria ata do Comitê de Política Monetária (Copom), se for sólido e tiver credibilidade, pode impulsionar o processo de normalização da economia brasileira, que vive hoje com a maior taxa de juros do mundo, uma posição que ocupa desde maio do ano passado.

Há no ar uma certa insatisfação com o ritmo do governo. Às vezes ela se manifesta no próprio presidente, às vezes na forma não de uma onda, mas de uma pequena marola de eleitores descontentes.

A insatisfação prematura é fruto de uma limitada análise da realidade. Ela tem como modelo o início de outros governos no período democrático. Mas as coisas mudaram nos últimos 20 anos.

Se o início do governo fosse uma corrida, era possível descrevê-la como tendo queimado a fita muitas vezes. Praticamente na primeira semana, houve o episódio de 8 de janeiro. Em seguida, a tragédia Yanomami e, para completar, as chuvas de verão, cada vez mais fortes e mais destrutivas.

O próprio arcabouço fiscal, que descrevi aqui como um começo de governo, não saiu tão leve e desenvolto como se pode pensar. Houve discussões sobre as despesas, quais delas poderiam suplantar os limites? Em certo momento, comentou-se que saúde seria um tópico com gastos ilimitados. Por mais que entusiasme, a ideia não é de fácil realização. As demandas no campo da saúde são crescentes e tendem ao infinito. No passado, não se faziam operações para diminuir o estômago. Remédios para doenças raras são muito caros e a cada momento aparece uma novidade. Para certas doenças, o SUS não só banca os remédios, como o suplemento alimentar necessário.

De certa maneira, o arcabouço fiscal tem de reduzir despesas, pois o objetivo declarado da equipe econômica é também reduzir o déficit de R$ 230 bilhões para algo em torno de R$ 120 bilhões.

Não há grandes mágicas.

A reforma tributária já está no *pipeline*. Logo em seguida, ela deverá concentrar a atenção do governo e do Congresso. Segundo todos os especialistas que a discutem, ela vai liberar recursos das empresas, envolvidas hoje no cipoal de impostos. Não só elas devem ser beneficiadas, mas também consumidores e os diversos níveis de estruturas estatais. Para que isso aconteça, é preciso racionalizar, simplificar e, certamente, discutir muito.

> *Um programa de governo não se limita apenas a uma política social nem aos pré-requisitos de uma política econômica*

Mas, ainda assim, mesmo que realizados com êxito, arcabouço fiscal e reforma tributária não sintetizam um programa de governo, mas são apenas condições para que ele se materialize.

Um programa de governo como aqueles que eram feitos no passado, na verdade, ainda não apareceu. Tópicos importantes da política social já estão em curso, como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, e boas ideias como o Desenrola também foram articuladas.

Mas um programa não se limita apenas a uma política social nem aos pré-requisitos de uma política econômica. Depois da pandemia, alguns países do Ocidente apresentaram propostas de reconstrução baseadas na economia verde e na expansão digital.

O discurso do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, acentua essas prioridades do banco. Mas era necessário um programa mais completo explicitando onde os empregos verdes podem ser abertos, onde a digitalização, inclusive no interior do governo, deve acontecer.

Outro fator que merecia um destaque programático é a relação entre governo e iniciativa privada. Existe uma convicção de que investimentos do governo impulsionam a economia e podem resolver os principais problemas. Mas quase todos os grandes projetos necessitam de parceria com a iniciativa privada. Tenho escrito sobre isso aqui. O interessante é que a experiência norte-americana não se limita a coordenar grandes esforços conjuntos. O governo Biden usa também a iniciativa privada como um instrumento auxiliar na sua política social.

Esse conjunto de ideias não faria necessariamente com que as coisas andassem mais rápido. Mas é destinado a fortalecer um rumo. Quando se tem um rumo, há mais conforto sobre o ritmo, não precisa ser alucinado nem lento demais. De um ponto de vista popular, o critério será o da picanha na mesa de todos. Mas um programa mais amplo para o Brasil poderia até superar essa premissa: de um ponto de vista da saúde e do meio ambiente, existem outras alternativas.

Infelizmente, o próprio Congresso brasileiro, que começa a trabalhar depois do carnaval, só engrenará mesmo depois da Páscoa. No momento, está perdido numa discussão sobre como conduzir medidas provisórias, disputando o poder na análise desse instrumento. Interessante como se debatem em torno de algo que os enfraquece, como se lutassem em torno do próprio túmulo parlamentar.

O grande debate nunca foi o de como compor essas comissões. A Constituição as define como mista e uma decisão interna designa 12 senadores e 12 deputados para ela. O grande debate é como limitar as medidas provisórias e liberar mais espaço para as grandes decisões parlamentares, muitas delas fora do alcance do programa presidencial.

Por enquanto, Câmara e Senado se debatem em torno de sua própria desimportância, como se a adotassem e se orgulhassem dela. ●

JORNALISTA

TEMA DO DIA

CARLOS MOURA/SCO/STF

Sem regalia

STF derruba prisão especial para réus que têm diploma de ensino superior

Ministros veem ‘desigualdade social’ e ‘viés seletivo do direito penal’ e acompanham o relator Alexandre de Moraes, que cravou a inconstitucionalidade do privilégio por violar o princípio da isonomia. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Deveriam acabar com foro privilegiado. Também fere o princípio de isonomia.”
NEIDVALDO DOS SANTOS

● “Quando o ensino superior era acessível às classes privilegiadas, o princípio vigorou sem questionamentos. Agora que chegou aos pobres virou inconstitucional?”
VINICIUS BERNARDO

● “Acertada decisão do Supremo!”
CRISTIANE LANGBECKER

● “Criminoso é criminoso! Tenha diploma ou não! Direitos iguais a todos.”
NEIVANIR FONTANA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

CRIS BERGER

Animais de estimação

Veja roteiro pet friendly na Serra da Mantiqueira. ●
https://bit.ly/42JNNnA

Paladar

Confira 5 receitas de ovo de Páscoa caseiro. ●
https://bit.ly/3zdTXii

Newsletter

‘Pílula’: dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHPO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Polarização

Bolsonaro volta ao Brasil, critica Lula e não explica joias; petista reaparece

No retorno ao País, ex-presidente tem recepção aquém da esperada e reforça disposição de liderar oposição; presidente tenta ofuscar rival e faz 1.ª aparição após diagnóstico de pneumonia

ESTADÃO ANALISA

De volta ao Brasil, após uma temporada de três meses nos Estados Unidos, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assumiu ontem o discurso de líder da oposição, embora tenha contado com uma recepção aquém das expectativas no aeroporto de Brasília. Pouco tempo após desembarcar, Bolsonaro criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao afirmar que os petistas "não vão fazer o que bem querem com o destino da nossa Nação" e, apesar de dizer que seu papel não será o de comandar o contraponto ao governo do PT, permaneceu no palanque político.

Ex-primeira-dama
Sobre possível candidatura de Michelle, Bolsonaro disse que ela não tem 'vivência política'

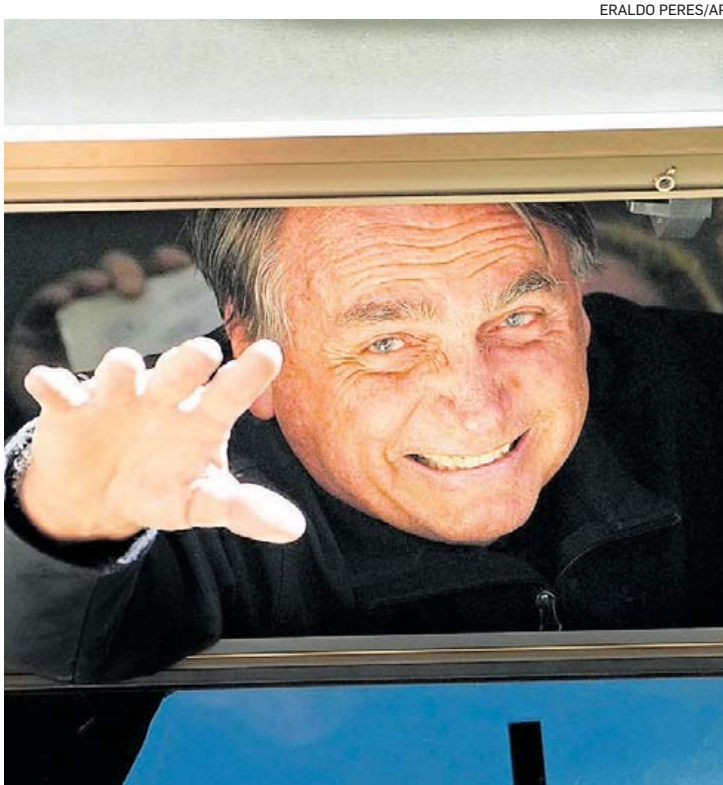
Em todas as manifestações, Bolsonaro puxou Lula para o confronto e chegou a prever que o adversário "estará por pouco tempo no poder". O ex-presidente deixou o País em 30 de dezembro do ano passado, sem passar a faixa para o sucessor e, desde então, teve o nome associado aos atos golpistas de 8 de janeiro e ao escândalo da entrada ilegal de joias no Brasil, recebidas da Arábia Saudita, como mostrou o **Estadão**.

Ao longo do dia, Bolsonaro citou o caso em conversas com correligionários e em entrevistas. Disse que recebeu joias da Arábia Saudita "porque eles são riquíssimos". A Polícia Federal intimou o ex-presidente a depor no inquérito sobre o assunto, na próxima quarta-feira.

"A rainha da Inglaterra ganhou R$ 50 milhões. Eles (*reino da Arábia Saudita*) têm dinheiro, pô! É o prazer deles dar o presente. Esse sheik me convidou, eu fui na casa dele, fiquei na casa dele. Ele tem coisas que nós não temos: três esposas, por exemplo. Eles são muito bem-sucedidos. São riquíssimos, e eles procuram agradar às pessoas. Mas sou um cara que continuo com o meu reloginho aqui, graças a Deus", afirmou Bolsonaro, em entrevista à Jovem Pan.

Durante a reunião com deputados e senadores do PL, na sede do partido, o ex-presidente não deu maiores explicações. Elogiou o perfil conservador do Congresso e sustentou que a atual legislatura é melhor do que a anterior. Na prática, tenta reaglutinar seu campo político – que se dividiu após sua ida para Orlando (EUA) – e aposta na desconstrução de Lula.

"Eu lembro lá atrás, quando alguém criticava o Parlamento, Ulysses Guimarães dizia: 'Espera o próximo'. Desta vez, o próximo melhorou, e muito. O Parlamento nos orgulhando pelas medidas, pela forma de se comportar, agir lá dentro, fazendo o que tem que ser feito e mostrando para esse pessoal – que por ora, pouco tempo, está no poder – (*que*) eles não vão fazer o que bem querem com o destino da nossa Nação", declarou.

ERALDO PERES/AP

Ex-presidente acena a apoiadores após desembarque em Brasília

'VIVÊNCIA'. Diante dos rumores de que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro poderá ser candidata em 2026, Bolsonaro disse, ainda, que ela não tem "vivência política" para disputar um cargo no Executivo.

Horas depois das críticas do ex-presidente ao governo, Lula fez a primeira aparição pública desde que foi diagnosticado com pneumonia, há uma semana. No Palácio da Alvorada, ao lado da primeira-dama Rosângela Silva, a Janja, e da ministra do Esporte, Ana Moser, ele assinou decreto que cria a estratégia nacional do futebol feminino. Foi um ato calculado para acenar às mulheres – faixa do eleitorado que mais rejeitou Bolsonaro.

"Não existe outro caminho para a humanidade senão a gente ser tratado como igual e não fazendo a discriminação que é feita junto às mulheres em várias atividades", disse Lula.

A chegada de Bolsonaro também foi ofuscada pela apresentação do novo arcabouço fiscal, medida considerada crucial por setores econômicos para o ajuste das contas públicas. Foi diante desse cenário de polarização que Lula escalou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para ironizar os poucos apoiadores à espera de Bolsonaro.

'FLOPOU'. A cúpula do PL estimava que cerca de 10 mil pessoas compareceriam ao aeroporto de Brasília, mas havia aproximadamente 600. "Mais uma vez ele (*Bolsonaro*) se demonstrou um líder de pé de barro, quando fugiu do País. Agora, fez uma semana inteira de mobilização e (*mesmo assim*) flopou a recepção no aeroporto", disse Padilha, repetindo cinco vezes a gíria "flopar".

O termo escolhido pelo ministro não foi à toa: a linguagem é usada nas redes sociais para se referir a eventos que não atingem as expectativas. Na tentativa de se aproximar de eleitores de Bolsonaro que se sentiram abandonados após sua saída do País, o governo monta uma estratégia para as mídias digitais, campo com muita influência bolsonarista, recorrendo a palavras voltadas para o público jovem. ● ANDRÉ BORGES, DANIEL WETERMAN, DAVI MEDEIROS, TÁCIO LORRAN E WESLLEY GALZO

Fazer de conta que 'ex' não existe não é realista

ANÁLISE

J.R. GUZZO

Houve um momento, quando viajou para os Estados Unidos sem entregar a faixa ao seu sucessor e sem dar notícia ao público sobre o que iria fazer com o seu futuro, próximo ou distante, em que Jair Bolsonaro pareceu ter iniciado uma clássica carreira de ex-presidente. Sabe-se bem o que é um ex-presidente. É alguém que já foi e não é mais; o que realmente pesa, em sua nova situação, é o "ex".

De novo no Brasil, Bolsonaro vai tentar construir uma segunda carreira no primeiro plano da política nacional. Não é nem um pouco comum. Depois de Getulio Vargas, mais de 70 anos atrás, só Lula conseguiu voltar a ser presidente – e para isso foi preciso, entre outros fenômenos prodigiosos, o Supremo Tribunal Federal fazer coisas que jamais tinha feito antes. Bolsonaro é apenas o segundo a fazer a tentativa, agora como presumível líder de algo que nunca existiu de forma realmente clara no Brasil: a direita como forma organizada de ação política, com o patrimônio de 58,2 milhões de votos que construiu nas duas últimas eleições.

Bolsonaro promete, portanto, ser uma presença efetiva na vida pública do Brasil no futuro que se abre logo mais à frente. Desta vez, ao contrário de sua rapidíssima ascensão de 2018, vai ter pela frente uma barreira que muito analista político já está considerando invencível: os esforços, ou a determinação, do STF e dos Tribunais Superiores de Brasília, em cassar os seus direitos políticos, passar os próximos meses ou anos fazendo a ameaça de cadeia pesar em cima dele e impedir que possa ser de novo candidato à Presidência.

Ao mesmo tempo, e a seu favor dia após dia, ele vai ter as calamidades do governo Lula. Se em três meses foi isso, imagine-se o que será em três anos; é o governo dos sonhos para um político de oposição. Foi algo que Bolsonaro não teve em 2018, quando combatia uma memória do PT; agora, se acabar sendo candidato, vai combater o presente imediato. De qualquer forma, é pouco provável que ele deixe de passar, então no papel de vítima injustiçada pelos poderosos, o apoio da direita a um outro candidato da área.

As autoridades, naturalmente, foram aos extremos para impedir que houvesse gente à sua espera no aeroporto de Brasília, ou qualquer outra manifestação pública – uma espécie de toque de recolher. O problema realmente não está aí. Fazer de conta que Bolsonaro não existe, só porque impediram a recepção popular, não é realista; apenas mostra medo dele, e não vai fazer com que suma a sua segunda vida política. O Brasil vai ter de conviver com ela. ●

JORNALISTA

Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede*

O grande lance de Lula

O presidente Lula deu seu maior lance justamente no dia da volta, chocha, vamos convir, do antecessor Jair Bolsonaro ao Brasil. O anúncio da nova âncora fiscal é considerado um sucesso, já a volta de Bolsonaro virou um grande fiasco, sem público, emoção e nada que reluzisse, além dos diamantes da Arábia Saudita. Do lado de Lula, o assunto era o futuro e a economia. Do bolsonarista, só se falava em colares, relógios e canetas cravejadas de brilhantes.

O pacote fiscal, aprovado por Lula, exposto para as cúpulas da Câmara e do Senado e detalhado ao vivo pelo ministro Fernando Haddad, foi bem recebido no mercado, no Congresso e entre economistas de diferentes correntes. Agradou. As Bolsas subiram, o dólar caiu e a melhor aposta é de que será aprovado no Legislativo. Resta saber em quanto tempo e com quantas e quais modificações.

Cauteloso, até por temperamento, mas não só por isso, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, elogiou o esforço da equipe de Haddad e disse que gostou do que viu, mas espera um plano pronto e acabado antes de dar uma posição final. Foi no limite, mas acolhedor. Dali não se espere uma oposição irascível.

Uma curiosidade no lançamento foi que o petista Haddad falou de economia, a liberal Simone Tebet prestigiou o social. Ele fez uma exposição sobre o espírito do pacote e as metas econômicas, ela defendeu a flexibilização que garante o discurso social de Lula e as políticas públicas deixadas de lado "nos últimos seis anos" (ou seja, a emedebista incluiu o governo Temer).

> ***Do lado de Lula, o assunto foi economia e futuro; no de Bolsonaro, colares, relógios e diamantes***

A grande mudança do pacote é que o teto de gastos deixa de ser vinculado à inflação e passa a ser à arrecadação, com destaque para investimentos, exceção para educação e piso de enfermeiros e flexibilidade, com travas e bandas, para excepcionalidades que surjam.

Como Haddad já me havia dito, e agora recheou com números, o plano inverte a lógica, com uma regra anticíclica: com arrecadação acima das previsões, o aumento do gasto será, no máximo, de 2,6% da inflação; com arrecadação abaixo, o gasto não poderá crescer menos do que 0,6%. Sem gastança nas vacas gordas e pindaíba nas magras. As sobras irão para investimentos.

Haddad é o grande vencedor, como na PEC da transição e na reoneração dos combustíveis, mas a guerra continua. O pacote precisa passar pelo Congresso sem ser desfigurado e depois vem a reforma tributária, contra o "patrimonialismo" e os "jabutis" do sistema tributário, camarada com os muitíssimo ricos e cruel com os mais pobres. Como diz o ministro, a regra é só um começo e tudo isso é um processo, um longo processo. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Executivo

Documento contradiz versão de Juscelino sobre viagem

Ministro afirma que manteve agenda de trabalho durante quatro dias em SP, mas participou de leilão de cavalos

JULIA AFFONSO
TACIO LORRAN
VINÍCIUS VALFRÉ
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, mentiu em documento oficial sobre a viagem que fez a São Paulo em janeiro, logo após assumir a pasta no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No ofício, elaborado antes de o **Estadão** revelar que ele dedicou três dos quatro dias de viagem a leilões e eventos de cavalos de raça, o ministro informou que sua agenda de trabalho fora de Brasília se estendeu de quinta-feira a domingo.

A prestação de contas da viagem, à qual a reportagem teve acesso, foi assinada pelo próprio ministro na noite de 31 de janeiro. Intitulado "Relatório de viagem", o registro contém informações como o roteiro e a descrição da "missão", além de dados de Juscelino.

No documento, há questões como "Compareceu ao trabalho no dia da viagem?" e "Houve alteração no roteiro da missão? Se sim, justifique". A resposta para a pergunta sobre mudanças no roteiro da viagem foi "Não". O ministro declarou que a viagem oficial "durou de 26 a 30 de janeiro", de quinta-feira a domingo. Seus compromissos, porém, duraram duas horas e meia. A partir do meio-dia de sexta até domingo toda a agenda de Juscelino foi voltada aos equinos.

Na terça-feira passada, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República analisou o caso e decidiu abrir uma investigação para averiguar a conduta do ministro. Se concluir que houve infração ética, o colegiado pode recomendar ao governo desde a aplicação de uma advertência até a demissão do titular das Comunicações. O governo silenciou sobre o fato.

Para viajar, Juscelino também preencheu documentos nos quais informou que a viagem era "urgente" e solicitou pagamento de diárias para cobrir o período de quatro dias. Após o **Estadão** revelar o caso – e um mês após a viagem a São Paulo –, o ministro alegou "falhas no sistema" e devolveu R$ 2 mil de um total de R$ 3 mil que recebeu.

A prestação de contas da viagem contradiz a versão de Juscelino. Após a volta de São Paulo, quando já havia participado dos eventos com cavalos, ele próprio informou em documento interno que durante todo o período em que esteve em São Paulo estava trabalhando.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro
Gabinete do Ministro das Comunicações

RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO PROPOSTO Todos os campos marcados com * são de preenchimento obrigatório	
NOME COMPLETO*	José Juscelino dos Santos Rezende Filho
CPF*	████
PCDP	038/23

ROTEIRO DA MISSÃO Campos de preenchimento obrigatório	
ORIGEM	Brasília (DF)
DESTINO	São Paulo (SP)
DATA DE INÍCIO DA VIAGEM	26/01/2023
DATA DE FIM DA VIAGEM	30/01/2023
COMPARECEU AO TRABALHO NO DIA DA VIAGEM?	Sim
HOUVE ALTERAÇÃO NO ROTEIRO DA MISSÃO? SE SIM, JUSTIFIQUE.	Não

DESCRIÇÃO DA MISSÃO Campos de preenchimento obrigatório Adicione mais linhas, caso necessário para descrever a missão.	
DATA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
26 a 30/01	Reunião - Apresentação institucional da Operadora CLARO Brasil
	Visita ao Escritório Regional da Telebrás em São Paulo/SP
	Visita à ANATEL em São Paulo/SP

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER ASSINADO:
PELO PROPOSTO;
PELA CHEFIA IMEDIATA.

ANEXAR JUNTO COM ESSE FORMULÁRIO:

CANHOTOS DE VIAGEM

Relatório de viagem registra agenda oficial de 26 a 30 de janeiro

'Falha'

Pasta reafirmou que falha no sistema 'lançou as diárias sem excluir o período de descanso'

ROTEIRO. No dia 27 de janeiro, o ministro foi homenageado no "Oscar do Quarto de Milha", uma festa promovida por amantes de cavalos de raça. A lista dos premiados era pública desde 9 de janeiro. Ao receber a homenagem, Juscelino disse que, "na função de ministro de Estado, agora no Poder Executivo", defenderia "cada vez mais o cavalo e os esportes equestres no nosso país". A pasta das Comunicações tem como função tratar dos setores de radiodifusão (rádio e TV), telecomunicações e internet. Atividades sem qualquer ligação com equinos.

Em 28 de janeiro, Juscelino reinaugurou uma praça em Boituva, a 122 quilômetros de São Paulo, que foi revitalizada e batizada com o nome do cavalo Roxão. O animal pertencia a um sócio do ministro e morreu em 2021, aos 27 anos. Entre sábado e domingo, Juscelino participou ainda de dois leilões de cavalos na cidade. Ele promoveu um de seus cavalos, cuja venda é aguardada com expectativa no mercado, e assessorou compradores.

O ministro voltou a Brasília em aeronave da FAB, sob a justificativa de que estava a "serviço". O voo foi compartilhado com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Desde que o caso foi revelado, Juscelino alega ter pego carona com o colega. Uma viagem de Brasília a São Paulo, ida e volta, em um jato privado, custaria cerca de R$ 140 mil para ambos os trechos.

O advogado Henrique Savonitti, doutor em Direito Administrativo, afirmou que agentes públicos só podem se deslocar, com passagens e diárias custeadas pelo governo, se estiverem a serviço ou participando de eventos de interesse público. Savonitti é autor de estudo sobre compras de passagens aéreas, publicado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), ligada ao governo federal.

Na avaliação do advogado, "esticar" a viagem oficial no fim de semana "ofende o princípio da moralidade administrativa e pode acarretar a responsabilização dos agentes públicos envolvidos". "Havendo recebimento de diárias nesse período, a situação fica ainda mais grave", afirmou.

MARANHÃO. Desde que assumiu, Juscelino tem concentrado sua agenda em Brasília e no Maranhão a reuniões com prefeitos e vereadores da sua base. Ele participa de cerimônias para entregar títulos fundiários, ônibus escolares, kits esportivos e "motores de rabeta de canoa". Juscelino já teve 21 reuniões com prefeitos, ex-prefeitos ou vereadores em seu gabinete.

O ministro também tem ido ao Maranhão, em dias próximos aos finais de semana. Em 13 de janeiro, ficou por uma hora na gerência regional da Anatel. No mesmo dia, participou da posse do seu primo Ivo Rezende na Federação dos Municípios do Estado. A viagem foi feita em avião da FAB. ●

NA WEB
Entenda a crise que atinge Juscelino Filho, ministro das Comunicações
www.estadao.com.br/

Judiciário

Lewandowski participa de última sessão no Supremo e anuncia saída em 11 de abril

GUSTAVO QUEIROZ

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski participou ontem de sua última sessão plenária na Corte e anunciou sua aposentadoria para o próximo dia 11 de abril. Com a decisão, ele antecipa em um mês a saída do posto e abre caminho para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fazer a sua primeira indicação neste terceiro mandato.

"Acabo de entregar para a presidente do STF, Rosa Weber, um ofício em que peço a ela que encaminhe ao presidente da República o meu pedido de aposentadoria, que será adiantado em cerca de 30 dias", afirmou o ministro em entrevista coletiva. "Terminei com voto em que pude expressar mais uma vez a minha opinião sobre uma interpretação garantista do processo de extradição", disse ao defender que sua atuação se pautou em favor dos direitos fundamentais dos acusados.

No dia 11 de maio, Lewandowski completará 75 anos, idade em que a aposentadoria de um ministro do Supremo é compulsória. "Eu saio com a convicção de que cumpri a minha missão. Estou com gabinete praticamente zerado em termos de processos", afirmou. Segundo ele, a saída antecipada se deve a compromissos acadêmicos e profissionais.

Havia a expectativa de que Lewandowski saísse antes do prazo-limite, mas o anúncio surpreendeu ministros e servidores. Como não haverá sessões nos dias 5 e 6 de abril, o ministro fez sua última participação perante toda a Corte. Os colegas só souberam que aquela seria a última sessão de Lewandowski durante o intervalo dos trabalhos. Os servidores do gabinete do ministro desceram ao local e tiraram fotos com o magistrado. Em seguida, ele falou com a imprensa.

SUBSTITUTO. Na entrevista, o ministro defendeu um substituto "fidelíssimo à Constituição" e às garantias fundamentais. "Penso que meu sucessor deverá ser fiel à Constituição, fidelíssimo à Constituição, aos direitos e às garantias fundamentais nas suas várias gerações, mas precisa ser, antes de mais nada, corajoso e enfrentar as enormes pressões que um ministro do STF tem de enfrentar no seu cotidiano", afirmou o ministro.

Caberá a Lula indicar um nome para a Corte. O indicado ou a indicada precisa ter mais de 35 e menos de 70 anos de idade, notável saber jurídico e reputação ilibada. O escolhido passa por sabatina e só é efetivado se for aprovado pelo Senado. O nome mais cotado para assumir a vaga de Lewandowski é o do advogado Cristiano Zanin, que defendeu Lula nas ações que o petista respondeu na Lava Jato. O preferido de Lewandowski era seu ex-assessor na Corte Manoel Carlos de Almeida Neto.

Lewandowski chegou à Corte em 2006 por indicação de Lula, em seu primeiro mandato. Foi desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e é professor titular de Direito do Estado da Universidade de São Paulo (USP). Neste ano, Lula ainda poderá indicar um substituto para a vaga da ministra Rosa Weber. ●

Alagoas

MPE pede cassação de governador e de Renan Filho

O Ministério Público Eleitoral defendeu a cassação do governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), do vice, Ronaldo Lessa (PDT), e do senador licenciado e atual ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), por abuso de poder político e econômico na eleição de 2022. Ex-governador, Renan Filho é aliado de Dantas.

O parecer foi enviado em ação proposta pela coligação do candidato ao governo do Estado derrotado Rodrigo Cunha (União Brasil), que questiona um programa de distribuição de cestas básicas.

Para o MP Eleitoral, Dantas usou o projeto como "plataforma de campanha, causando prejuízos irreparáveis ao equilíbrio do pleito". No caso de Renan Filho, o MP diz que ele foi "beneficiário direto das condutas". As defesas não responderam à reportagem. ● RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO

Transparência nos dados é o primeiro passo na busca pela qualidade em saúde

Especialistas apontam, em debate, a importância de construir uma cultura de qualidade e segurança e de ouvir o paciente

Foto: Reprodução

Evento promovido pelo Einstein com especialistas de diversas instituições debateu a qualidade na oncologia e na cardiologia

Seja para um check-up de rotina ou para um caso de maior complexidade, o que é importante considerar na hora de escolher o melhor serviço de saúde? O que o paciente pode esperar do atendimento ou do tratamento ao qual será submetido? Como uma intervenção cirúrgica realmente pode impactar a sua qualidade de vida?

As respostas a essas perguntas nem sempre estão acessíveis aos pacientes, mas deveriam estar. Reunidos em um debate sobre qualidade hospitalar promovido pelo Hospital Israelita Albert Einstein na última semana, especialistas brasileiros e estrangeiros destacaram a importância da transparência sobre os dados que permitem avaliar o tratamento não só dentro do hospital, mas também após a alta, e de envolver cada vez mais o paciente em todo o processo.

"Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho [resultado da assistência em saúde] deve saber informar seus indicadores de maneira adequada e usar todos os recursos para que essa informação seja compreensível", observou Sidney Klajner, cirurgião do aparelho digestivo e presidente do Einstein, durante um dos quatro painéis de discussão.

Pedro Delgado, vice-presidente do Institute for Healthcare Improvement (IHI), organização voltada para a promoção da qualidade em saúde em todo o mundo, destacou em sua fala que "os melhores hospitais do mundo compartilham dados e isso leva a melhorias". Com transparência sobre os indicadores referentes não só à segurança hospitalar, mas também à melhora clínica dos pacientes e sua satisfação pós-atendimento, o paciente tem informações valiosas para ajudar em suas escolhas.

Outra importante referência é o reconhecimento da organização de saúde expresso pelas acreditações internacionais conquistadas. O Einstein, que hoje possui mais de 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais, foi pioneiro em grande parte desses reconhecimentos no Brasil. Em 1999, a organização foi a primeira a receber, fora dos Estados Unidos, a acreditação da Joint Commission International (JCI), a mais importante em processos de qualidade e segurança em saúde.

Para assegurar que a qualidade reconhecida pelas acreditações seja realmente uma preocupação cotidiana, é preciso que os hospitais criem uma cultura interna focada nesse cuidado. "É preciso que todas as pessoas da organização estejam comprometidas com isso no seu dia a dia, e que haja o entendimento de todos de que qualidade e segurança são prioridades", afirmou Miguel Cendoroglo, diretor médico do Einstein.

Tecnologia e capacitação

Investimento em tecnologia e inovação é fundamental para oferecer o melhor cuidado, mas ele deve estar intimamente ligado a um esforço contínuo de formação e capacitação dos profissionais de saúde. "Talvez a cirurgia robótica represente o grande exemplo por meio do qual os investimentos se materializam numa técnica que, embora seja vantajosa, pode também trazer risco caso o hospital e seus profissionais não estejam preparados para colocar o robô em funcionamento", afirmou Klajner. "Essa cultura deve existir na organização. E, de tanto entendermos que a capacitação é fundamental, o Einstein se tornou um centro de certificação de robótica em diversas áreas."

Na oncologia e na cardiologia, temas debatidos em um dos painéis, a necessidade de formação das equipes multidisciplinares e de instalação de uma cultura de escuta do paciente nos hospitais é tão importante quanto os avanços nas técnicas e nos equipamentos.

"O câncer exige uma cadeia de cuidados impecável, que inclui diagnóstico, tratamento e pós-tratamento. Daí a dificuldade de criar centros de oncologia avançados, pois essa cadeia de excelência deve ser ancorada em eficácia e segurança", afirmou o oncologista Fernando Maluf, membro do Comitê Gestor do Centro de Oncologia do Einstein.

Para Linda Bosserman, oncologista do City of Hope, dos Estados Unidos, é essencial personalizar o tratamento para cada paciente oncológico, seja por meio das tecnologias genéticas, com a medicina de precisão, seja compartilhando com ele a decisão sobre seu cuidado. "É preciso explicar claramente quais são as opções de tratamento, com seus efeitos colaterais. É preciso entender as necessidades de cada paciente e qual a sua meta no enfrentamento do câncer, para que seja tomada uma decisão compartilhada", pontuou.

O cardiologista Edward Fry, que presidiu a American College of Cardiology no último ano, destacou que a cardiologia também tem visto uma explosão na área de pesquisa em novas tecnologias, terapias e abordagens, mas que um dos avanços mais importantes em termos de qualidade, na verdade, foi "dar um passo para trás nos indicadores mais técnicos e focar nos resultados reportados pelos pacientes".

> Uma organização que busca a entrega do melhor desfecho deve saber informar seus indicadores de maneira adequada"
>
> **Sidney Klajner,** presidente do Einstein

"Como o paciente percebe que está? Saber isso é fundamental. Se você acha que a cirurgia foi um sucesso, mas o paciente se sente péssimo, isso não é qualidade. Então precisamos ouvir dos pacientes o que é qualidade para eles: se aliviou os seus sintomas, se atendeu às suas expectativas", disse Fry.

Ele ressaltou que, nos EUA, há uma importante rede de dados nacionais de cardiologia que já considera os dados relativos à experiência do paciente. Em 2012, o Einstein criou a Célula de Desfechos, que acompanha o estado de saúde inicial de um paciente, bem como sua evolução a longo prazo. Entre 2017 e 2022, quase 5 mil pacientes cardiovasculares foram acompanhados, e os resultados mostram que 99% dos pacientes admitidos com infarto agudo do miocárdio e com insuficiência cardíaca relataram estar "satisfeitos ou muito satisfeitos" com o resultado dos tratamentos.

"O paciente é o centro da atenção do time multiprofissional, que acolhe desde a fase pré-hospitalar até o pós-alta. Isso tem grande impacto nos desfechos e na qualidade de vida", explicou Fernando Bacal, coordenador do Programa de Insuficiência Cardíaca e Transplante do Einstein. Bacal destacou em sua fala os avanços, nos últimos anos, dos protocolos e das métricas do programa de cardiologia do hospital, equiparáveis aos melhores parâmetros internacionais. "Temos protocolos gerenciados, enfermeiras gerenciadoras, busca ativa dos casos, identificação da melhor prescrição e orientação e acompanhamento pós-alta, evitando reinternações", disse.

Conheça mais indicadores do Einstein

APRESENTADO POR

Melhor atendimento exige mudança de cultura

Einstein investe, há cinco décadas, na busca por práticas de qualidade que são referências mundiais

Ter a segurança de que, ao entrar pela porta do hospital, você receberá o melhor tratamento e terá a mais eficiente recuperação possível, para retornar para suas atividades com qualidade de vida o quanto antes. Os caminhos que levam a garantir essa tranquilidade ao paciente exigem das organizações de saúde anos de investimento na formação dos profissionais e na mudança de cultura interna, envolvendo todos que são responsáveis pelo cuidado ao paciente.

A qualidade e a segurança do paciente sempre foram uma preocupação desde a fundação do Hospital Israelita Albert Einstein, em 1971. Nas décadas que se seguiram, o Einstein foi atrás das práticas adotadas nos melhores hospitais do mundo com o propósito de prover vidas mais saudáveis.

Assim, se tornou a primeira organização fora dos Estados Unidos a ser acreditada, em 1999, pela Joint Commission International, que atesta processos de qualidade e de segurança em saúde, e a primeira na América Latina a conquistar a designação de hospital Magnet, que reconhece a excelência na enfermagem. Hoje o Einstein possui 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais.

Garantir a excelência em qualidade e segurança se tornou uma obrigação, e o desafio atual do Einstein é avançar cada vez mais, com inovação e inteligência, na busca de indicadores que permitam olhar para toda a jornada do paciente, desde o diagnóstico até o pós-doença, considerando a sua satisfação e uma melhor qualidade de vida. Tudo isso com transparência na divulgação de todas as métricas referentes à assistência.

Essa é uma preocupação do Einstein para as unidades que gerencia tanto no sistema privado quanto no público. Com o propósito claro de buscar a equidade em saúde, a organização adota os mesmos protocolos e parâmetros de seu serviço privado nos três hospitais e 26 unidades ambulatoriais do SUS (Sistema Único de Saúde) que administra.

O compromisso do Einstein é estender o acesso à saúde ao maior número de pessoas, sem perder a qualidade e a excelência garantidas por seu ecossistema, que envolve assistência, ensino, pesquisa e inovação.

QUALIDADE EM NÚMEROS

Seja em indicadores sobre internação ou resultados pós-alta, os índices do Einstein se equiparam aos dos melhores padrões internacionais

Satisfação* com o resultado do tratamento

Relataram estar satisfeitos ou muito satisfeitos

99% dos pacientes admitidos com **infarto agudo** do miocárdio e com insuficiência cardíaca

94% dos pacientes admitidos com **acidente vascular cerebral (AVC)**

98% dos pacientes submetidos a **artroplastia de quadril**

86% dos pacientes submetidos a **cirurgia bariátrica**

* Medida em entrevista até 12 meses após a alta hospitalar

Complicações evitáveis

Infarto
Reinternação não planejada 30 dias após a alta em caso de infarto agudo do miocárdio
- 10%
- 15% (A)
← quanto menor, melhor

Insuficiência cardíaca
Reinternação hospitalar não planejada 30 dias após alta
- 9,8%
- 21% (A)
← quanto menor, melhor

Ortopedia
Taxa de reoperação em 6 meses (cirurgia de joelho)
- 0%
- 2,5% (B)
← quanto menor, melhor

Qualidade de vida após cirurgia ou tratamento

Câncer de próstata
Pacientes sem incontinência urinária após 12 meses de cirurgia para tratamento do câncer de próstata
- 96%
- 90% (C)
→ quanto maior, melhor

Transplante
Taxa de sobrevida em 1 ano (transplante de fígado)
- 81%
- 70% (D)
→ quanto maior, melhor

Cânceres hematológicos
Sobrevida em 2 anos após transplante de células-tronco hematopoéticas autólogo*
- 86%
- 61% (E)
→ quanto maior, melhor

* Pacientes adultos, com doenças malignas

Relataram melhora

Cardiologia
82% dos pacientes com insuficiência cardíaca relataram **qualidade de vida boa a excelente** 12 meses após a alta hospitalar

Ortopedia
88% relataram melhora funcional em relação à **coluna lombar** 12 meses após cirurgia

Transplantes
82% obtiveram melhora na qualidade de vida 6 meses após o **transplante de pulmão**

Qualidade e segurança intra-hospitalar

Infecção
Infecção de corrente sanguínea associada a cateter em todas as internações (por 1.000 cateteres/dia)
- 0,26
- 0,91 (F)
← quanto menor, melhor

Pneumonia
Pneumonia associada a ventilação mecânica (por 1.000 dias de ventilação)
- 0,5
- 4,44 (G)
← quanto menor, melhor

Tempo na UTI
Tempo médio de permanência na UTI
- 4 dias
- 6 dias (H)
← quanto menor, melhor

A - Centers for Medicare & Medicaid Services (EUA); B - Australia Arthroplasty Clinical Outcomes Registry National; C - Hospital Martini Klinik, hospital de referência de câncer de próstata do mundo; D - Estado de São Paulo (2009-2021) vs Einstein (2013-2021); E - Polish Archives of Internal Medicine, 2022; F - NHSN- National Healthcare Safety Network - CDC (EUA); G - Associação Nacional dos Hospitais Privados (Anahp); H - Benchmarking via Epimed solutions, resultado apenas entre hospitais com acreditação internacional.

NEWSWEEK

O Hospital Israelita Albert Einstein é o melhor da América Latina, segundo o ranking The World's Best Hospitals, da Newsweek, pelo quarto ano consecutivo. O Einstein é o único hospital brasileiro entre os 100 melhores do mundo, na 34ª posição.

Também é o melhor latino-americano em Gastroenterologia (10º melhor do mundo), Oncologia (16º) e Ortopedia (24º), e o primeiro da região a entrar na lista do World's Best Smart Hospitals (que lideram em tecnologias inteligentes).

QUALIDADE NA REDE PÚBLICA

O Einstein faz a gestão de três hospitais públicos no Brasil – o Hospital Municipal Vila Santa Catarina e o Hospital Municipal M'Boi Mirim, em São Paulo, e o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, em Goiás –, **além de outras 26 unidades, como AMAs, UBSs e UPAs,** na capital paulista.

A organização adota os mesmos protocolos e métricas nas redes pública e privada, o que se reflete na qualidade reconhecida pela ONA (Organização Nacional de Acreditação). **São acreditados pela ONA Nível 3 os hospitais Vila Santa Catarina e M'Boi Mirim, o primeiro da rede municipal a conquistar esse nível de acreditação.**

ACREDITAÇÕES

O Einstein possui 17 selos de acreditação, sendo 14 deles internacionais. Confira alguns deles:

JOINT COMMISSION INTERNATIONAL (JCI)
- Einstein foi a primeira organização de saúde fora dos EUA a receber a acreditadação da JCI e conquistou o selo pela 8ª vez consecutiva em 2021
- JCI é a mais importante acreditação em qualidade e segurança na saúde

MAGNET
- Primeiro hospital da América Latina a conquistar a designação Magnet, maior reconhecimento da excelência na enfermagem e no cuidado com a saúde

FOUNDATION FOR THE ACCREDITATION OF CELLULAR THERAPY (FACT)
- Único hospital acreditado da América Latina acreditado pela FACT, que atesta boas práticas nos serviços de hemoterapia e transplante de medula óssea

PLANETREE
- Única organização no Brasil a ter a Credencial Ouro (o mais alto nível), que reconhece o cuidado centrado na pessoa

Jorge Caldeira

Brasil ainda prioriza gasto público em vez de carbono neutro, afirma Caldeira

País está na contramão da tendência mundial, diz historiador, palestrante da Brazil Conference

ENTREVISTA

Historiador e cientista político, é autor, entre outros, de 'Mauá – empresário do Império' e 'Brasil: paraíso restaurável'

GUSTAVO QUEIROZ
VÍTOR MARQUES

O historiador, escritor e cientista político Jorge Caldeira afirma que a antiga busca dos países desenvolvidos de crescer a qualquer custo está perdendo espaço para o planejamento a longo prazo com foco em zerar a conta de carbono. Segundo ele, o plano estratégico brasileiro segue no caminho contrário ao priorizar o gasto público como forma de desenvolvimento. "Esse é um método que não é aplicado mais em lugar nenhum do planeta. Isso é o atraso brasileiro", disse Caldeira, que vai debater sustentabilidade na Brazil Conference (*mais informações nesta página*).

Como transformar a floresta em um ativo em um cenário de avanço do garimpo e do desmatamento?

O conceito da fixação de carbono evoluiu muito depressa. Nos últimos três anos, houve um progresso na direção de organizar toda a economia (*mundial*) com base no equilíbrio de carbono. Toda a distribuição de recursos, ao invés de ser "vamos crescer o PIB", passou a ser "vamos equilibrar a conta de carbono". Hoje, União Europeia, Japão, China, Coreia do Sul, EUA e Inglaterra organizam sua economia (*dessa forma*). O Brasil perdeu esses três anos, apesar de ser o país que tem mais potencial para fixar carbono no planeta, e agora tem uma certa defasagem.

O mercado de carbono pode, de fato, diminuir o desmatamento?

O crédito de carbono funciona: alguém que emite paga para alguém que fixa. O potencial maior do Brasil é como fixador de carbono, que é fazer árvore crescer. O País precisa criar instituições críveis e condições legais e financeiras para que os que pagam paguem para quem tem floresta. Carbono fixado é mercadoria. Se a floresta for negócio, as coisas mudam muito. A preservação da floresta vai acontecer quando o proprietário receber dinheiro para mantê-la em pé ao invés de destruí-la.

DENISE ANDRADE/ ESTADÃO - 2/4/2018

Brasil tem potencial de ser fixador de carbono, diz Caldeira

9ª Brazil Conference debate desafios para o País no século 21

A 9.ª edição da Brazil Conference vai discutir, hoje e amanhã, os caminhos do Brasil para enfrentar os desafios do século 21. Os painelistas debaterão temas como políticas públicas, economia, democracia, meio ambiente e Justiça.

Organizada pela comunidade brasileira de estudantes em Boston (EUA), a conferência tem parceria do Estadão, que fará a cobertura e a transmissão dos painéis. Os debates, de forma presencial, vão ocorrer na Universidade Harvard e no Massachusetts Institute of Technology (MIT), apoiadores do evento.

Entre os palestrantes estão o presidente do BID, Ilan Goldfajn; o apresentador Luciano Huck; e o ministro do STF Luís Roberto Barroso. "A pergunta que a gente quer responder é se o Brasil está preparado para o século 21. O que o Brasil precisa para se desenvolver da melhor forma possível?", disse a copresidente do evento, Helena Mello Franco. ●

O crédito de carbono é saída para o desenvolvimento econômico mesmo em um cenário de recessão?

O que o governo brasileiro precisa fazer é garantir legitimidade (*para este mercado*). O resto é com o setor privado. A recessão interna impacta pouco, o mercado de carbono é mundial. Muitas vezes o PIB do Brasil pode entrar nesse mercado se fizer as coisas direito. A oportunidade está em ser a primeira economia de carbono neutro do planeta.

Como garantir um plano estratégico de longo prazo no Brasil, se o planejamento tem sido interrompido conforme as transições entre governantes no País?

O antigo objetivo econômico das grandes economias de crescer mais desapareceu. A União Europeia não quer saber quanto cresceu, mas quer ser uma economia de carbono neutro. O planejamento estratégico brasileiro é feito ainda com princípios da década de 1970, em que o governo junta recursos, gasta e isso cria desenvolvimento. Esse é um método que não é aplicado mais em lugar nenhum do planeta, isso é o atraso brasileiro. Se você não se planeja para o futuro, o futuro não vem. O Brasil tem essa oportunidade não por causa do presidente atual, nem o do passado, mas porque o Brasil fixa, em árvores, cinco vezes a emissão da indústria. O que a atual gestão fala sobre isso? Nada. A obrigação de quem trabalha com o longo prazo é mostrar que o longo prazo é exequível. ●

NA WEB
Veja a programação completa da Brazil Conference
www.estadao.com.br/

Ataque à democracia

Torres foi avisado pelo setor de inteligência que CACs planejavam 'tomar o poder', diz coronel

O coronel da PM Jorge da Silva Pinto afirmou ontem que o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres foi avisado pela equipe de inteligência, às vésperas do dia 8 de janeiro, sobre um grupo de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) que planejava "tomar o poder". O oficial, que foi coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência da secretaria, foi ouvido na CPI sobre os atos golpistas, na Câmara Legislativa do DF. ●

Lava Jato

Procuradoria pede anulação de depoimento de advogado que acusou Moro de extorsão

O Ministério Público Federal no Paraná pediu a anulação da audiência em que o advogado Rodrigo Tacla Duran implica o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) e o deputado Deltan Dallagnol (Podemos-PR), ex-coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, em caso de extorsão. Para o MPF, o depoimento de Tacla Duran era para tratar de medidas cautelares após a revogação da prisão preventiva do advogado, mas "o réu subverteu o propósito da audiência". ●

Lava Jato 2

TSE não vê provas e enterra investigações sobre doações ao PP, PT e MDB nas eleições de 2014

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) arquivou ontem três investigações que miravam PP, PT e MDB por suspeita de recebimento de propina travestida de doações de empreiteiras nas eleições de 2014. As apurações tiveram como base acordos de delação premiada do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O ministro Benedito Gonçalves avaliou não haver "mínimo suporte de prova para prosseguir a investigação". ●

Teletrabalho

Corregedoria do MP-SP alerta promotores sobre excesso de dias de trabalho em casa e cria regras

A rotina de promotores que dão expediente em casa mais de dois dias da semana – contrariando norma da Procuradoria-Geral de Justiça – e a constatação de que muitos estão fora da comarca-sede, levaram a Corregedoria do Ministério Público paulista a impor obrigações à classe. Uma delas é enviar comunicação individual da opção pelo teletrabalho e escala de presença. "O trabalho presencial deve preponderar ao teletrabalho, para melhor atender à comunidade", diz o órgão. ●

Imprensa

Ataques a jornalistas cresceram 23% em 2022; quatro de cada dez casos envolvem clã Bolsonaro

O número de ataques a jornalistas e a veículos de comunicação cresceu pelo quarto ano consecutivo, com alta de 23% em 2022, de acordo com um relatório divulgado anteontem pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O documento registra 557 episódios no ano passado, com pico durante o período da campanha eleitoral, entre os meses de agosto e outubro. Quatro em cada dez casos de ataques envolveram integrantes da família do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo o relatório. ●

Ministério da Defesa

TCU vê superfaturamento na compra de Viagra e manda Forças Armadas devolverem R$ 32,9 mil

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou superfaturamento na compra de Viagra pelas Forças Armadas e ordenou a devolução de R$ 32,9 mil aos cofres públicos em até 90 dias. O Ministério da Defesa abriu, em 2020 e 2021, oito pregões para comprar 35.320 comprimidos do remédio usado para tratamento de disfunção erétil e hipertensão arterial pulmonar. A Corte não viu desvio de finalidade nas aquisições, mas falou em sobrepreço. O caso chegou ao TCU após uma representação de parlamentares. ●

EUA

Júri acata denúncia contra Trump e complica plano de voltar à Casa Branca

Magnata será o primeiro ex-presidente americano a enfrentar acusações criminais; caso se refere à compra de sigilo de uma atriz pornô antes das eleições de 2016

NOVA YORK

Um júri em um tribunal de Nova York votou pela abertura de processo contra o ex-presidente americano Donald Trump, no caso que investiga o pagamento de US$ 130 mil (R$ 662 mil) em suborno à atriz pornô Stormy Daniels para ocultar um caso que ela teve com o republicano antes de sua campanha a presidente em 2016. Trump será o primeiro ex-presidente americano a virar réu e enfrentar acusações criminais.

A abertura de um processo criminal contra Trump – indiciamento nos EUA – complicará seus planos de se candidatar às eleições de 2024 e terá implicações políticas no Partido Republicano, no qual ele é favorito nas primárias contra o governador da Flórida, Ron DeSantis.

A Procuradoria do Estado de NY deve apresentar formalmente nos próximos dias as acusações contra o ex-presidente. Como o processo está sob segredo de Justiça, ainda não estão claros por quais nem quantos crimes Trump responderá.

O ex-presidente deve se entregar voluntariamente à Justiça de NY na terça-feira para tirar fotos, ser fichado e fornecer suas digitais. Caso isso não ocorra, terá a prisão decretada. Em seguida, Trump deverá comparecer às audiências do caso e dizer como se declara: culpado ou inocente. Nesta fase do processo, a defesa deve tentar convencer o juiz a arquivar o caso. Se o magistrado não aceitar os argumentos da defesa ou não se chegar a um acordo com a promotoria, Trump irá a júri popular.

Juristas dizem que a base do caso envolve uma interpretação incomum da lei estadual, que vincula um crime na esfera estadual a outro na alçada federal. Essa nova interpretação, acreditam os especialistas, não deve servir para anular o caso, mas o ambiente político carregado da denúncia torna seu desfecho imprevisível. A principal estratégia dos advogados de Trump deve ser convencer o juiz que essa interpretação da promotoria está equivocada.

ED JONES/AFP

Manifestantes protestam contra o ex-presidente Trump diante da Procuradoria do Estado de NY

'CAÇA ÀS BRUXAS'. Trump, que governou de 2017 a 2021, afirmou ontem, após saber que foi indiciado, que este é mais um exemplo da "caça às bruxas" à qual diz que estar sendo submetido e "se voltará massivamente contra (o presidente) Joe Biden". "Nunca antes na história de nossa nação isso tinha sido feito", afirmou Trump em sua rede social, Truth Social, na qual acusa o Partido Democrata de "usar a justiça como arma para punir um adversário político".

Os efeitos políticos de um indiciamento na pré-candidatura de Trump ainda são incertos, já que seria praticamente inédito na história recente americana. Mas o indiciamento não o impede de se candidatar. Uma ficha criminal limpa não está entre os critérios que a Constituição americana estabelece para quem é elegível para ser presidente.

Apesar disso, deve ter um impacto na primária republicana. Se por um lado, o indiciamento e uma possível prisão de Trump deve mobilizar sua fiel base de apoiadores, na eleição geral isso pode ser considerado ruim perante eleitores moderados, que costumam ser o fiel da balança nas eleições. Assim, doadores importantes podem se afastar do ex-presidente.

O caso Stormy Daniels é menos grave judicialmente do que os outros problemas de Trump na Justiça, mas, no momento, é o mais próximo de um desfecho. Michael Cohen, ex-advogado pessoal do magnata, disse ao Congresso em 2019 que entregou o dinheiro em nome de Trump e foi posteriormente reembolsado.

Se não for devidamente contabilizado, o pagamento a Daniels pode resultar em uma acusação de contravenção por falsificação de registros comerciais, dizem os especialistas. Mas pode se tornar um crime grave, se essa manipulação contábil tiver como objetivo acobertar um segundo crime, como violar as leis de financiamento de campanha, que é punível com até 4 anos de prisão.

ACUSAÇÕES. Trump também é investigado pela invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, em uma tentativa de impedir a ratificação de Biden como presidente. Ele é acusado de obstruir um processo oficial, conspirar para fraudar as eleições dos EUA e investigado por ter levado documentos sigilosos da Casa Branca.

Muitos republicanos que rejeitam sua indicação à presidência podem avaliar que ele traz problemas demais e é melhor optar por outro candidato. Isso aumenta os riscos negativos para sua candidatura. Além disso, a popularidade de Trump é hoje de 35%, indicando que ele corre o risco de não vencer as primárias e também é uma aposta arriscada. ● NYT e AP

Novo precedente testa democracia americana

ANÁLISE

PETER BAKER
THE NEW YORK TIMES

Desde que Donald Trump foi eleito presidente, em 2016, muitas coisas inéditas ocorreram. Limites foram violados, eventos inimagináveis chocaram o mundo. Ocorreu tanto que é fácil perder de vista o quão surpreendente o fato de um primeiro presidente americano ser denunciado criminalmente é.

Apesar do impacto político, a história maior é a de um país trilhando um caminho nunca antes percorrido. Há profundas consequências para a saúde da democracia mais antiga do mundo. Por mais de dois séculos, os presidentes foram mantidos em um pedestal, mesmo os envolvidos em escândalos. Eram declarados imunes a processos durante o mandato e, efetivamente, permaneciam com esse status após deixarem a Casa Branca.

Isso chegou ao fim. Um novo precedente foi estabelecido. "Quer a acusação seja justificada ou não, ela cruza uma linha enorme na política e na história jurídica americana", disse Jack Goldsmith, professor de Direito de Harvard.

Se isso não bastasse para abalar as estruturas da república americana, o primeiro pode não ser o último. Trump pode enfrentar uma segunda acusação na Geórgia e uma terceira de promotores federais. Potencialmente, pode haver até uma quarta acusação.

Existe o pesar de que a acusação inédita envolva algo tão impróprio quanto pagar suborno para encobrir uma diversão sexual. Dado que o réu esteve envolvido em fatos muito mais devastadores, como tentar derrubar uma eleição e inspirar um ataque ao Capitólio para impedir a transferência de poder, as alegações dos promotores de Manhattan parecem menos históricas.

Mas, se a questão for a responsabilização, a denúncia pode redesenhar o cenário e tornar menos assustador para os promotores da Geórgia e de Washington seguirem o exemplo, acusando Trump de crimes mais graves. Eles não terão mais de arcar com o ônus de justificar uma ação nunca feita. Deixe para o único presidente que enfrentou impeachment duas vezes no Congresso enfrentar tantos processos que os advogados precisem de uma tabela para acompanhar.

Enquanto a acusação leva o país a um rumo desconhecido, os autores da Constituição podem ter ficado surpresos com o fato de ter demorado tanto. O Departamento de Justiça sustenta que os presidentes em exercício não podem ser processados, mas a Constituição deixa explícita a perspectiva de acusação após o mandato. Em outras palavras, nenhum ex-presidente estava imune à responsabilidade criminal. ●

É CORRESPONDENTE NA CASA BRANCA

Pela 1ª vez desde Guerra Fria, Rússia prende jornalista americano

Evan Gershkovich, do 'Wall Street Journal', foi acusado de tentar obter informações sigilosas sobre instalação militar

WASHINGTON

ALEXANDER ZEMLIANICHENKO/AP

Gershkovich (de amarelo), que tem origem russa, migrou com a família para os EUA na infância

Em mais um acirramento das relações entre Rússia e EUA, Moscou prendeu o jornalista americano Evan Gershkovich, do *Wall Street Journal*, e o acusou de espionagem, no contexto de repressão crescente desde a invasão da Ucrânia. Essa é a primeira prisão de um jornalista americano na Rússia por espionagem desde a Guerra Fria.

O Kremlin afirmou que Gershkovich, de 31 anos, foi "preso em flagrante" por supostamente coletar informações sobre uma instalação militar da Rússia classificada como segredo de Estado. O *Wall Street Journal* negou a acusação e exigiu a libertação imediata do jornalista.

O serviço secreto russo, o FSB, confirmou a prisão e a Justiça russa decretou 2 meses de detenção provisória. Ao fim deste período, em 29 de maio, a detenção pode ser prolongada. O crime de espionagem pode ser punido na Rússia com penas de 10 a 20 anos de prisão, de acordo com o artigo 276 do Código Penal.

Os EUA condenaram a prisão e autoridades americanas disseram que estavam em contato com a família de Gershkovich. Tanto o jornal quanto o Departamento de Estado entraram em contato com Moscou.

INFORMAÇÕES SIGILOSAS. Segundo o governo de Vladimir Putin, Gershkovich estava trabalhando com uma credencial emitida pelo Ministério das Relações Exteriores da Rússia e foi detido por coletar informações "sobre uma empresa do complexo militar-industrial russo". "O estrangeiro foi preso em Yekaterinburg quando tentava obter informações sigilosas", detalhou o FSB, referindo-se a uma cidade do centro da Rússia a 1,8 mil km a leste de Moscou.

O jornal informou que seus editores haviam perdido o contato com o repórter quando ele estava em Yekaterinburg. "O *Wall Street Journal* nega veementemente as alegações do FSB e pede a soltura imediata de nosso repórter, dedicado e confiável. Permanecemos em solidariedade com Evan e sua família", informou.

Após ser detido, o jornalista foi levado a Moscou e apresentado a um tribunal, que emitiu a sentença de prisão provisória. O caso deve se tornar mais um a ser tratado pelo alto escalão diplomático dos dois países. A Casa Branca e o Kremlin continuam envolvidos no caso da detenção, em 2018 pela Rússia, do ex-fuzileiro naval dos EUA Paul Whelan sob acusações de espionagem.

"A perseguição de cidadãos americanos pelo governo russo é inaceitável. Condenamos a detenção do senhor Gershkovich nos termos mais fortes", disse a porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre. O Kremlin alertou Washington a não adotar represálias contra a mídia russa nos EUA.

O jornalista se declarou inocente das acusações, segundo a agência oficial russa Tass. Gershkovich fala russo fluentemente e começou a trabalhar no *Wall Street Journal* em 2022. Antes, ele trabalhou para a agência France-Press em Moscou e para o *Moscow Times*, um site de notícias em inglês. Sua família emigrou da Rússia para os EUA quando ele era criança.

Restrições

Desde o início da guerra, a Rússia tem dificultado a emissão de credenciais para repórteres estrangeiros

PERSEGUIÇÃO. A imprensa russa e os jornalistas críticos ao Kremlin estão frequentemente sujeitos a processos criminais na Rússia, algo de que os estrangeiros geralmente eram poupados, até agora, pois Moscou optava por expulsá-los, ou endurecer as regras de credenciamento. Nesse contexto, muitos veículos de comunicação ocidentais reduziram consideravelmente sua presença na Rússia desde a entrada das forças russas na Ucrânia em fevereiro de 2022.

● **AP, NYT e AFP**

Turquia ratifica adesão da Finlândia à Otan

ANCARA

O Parlamento da Turquia ratificou por unanimidade ontem a solicitação de adesão da Finlândia à Otan, um processo que Ancara bloqueava desde maio. A candidatura desse país nórdico, que compartilha a maior fronteira terrestre da União Europeia com a Rússia, está agora aprovada por todos os 30 Estados-membros da aliança militar liderada pelos EUA.

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, deu luz verde para o ingresso da Finlândia à Otan em meados de março. A comissão parlamentar turca de Relações Exteriores também deu seu aval na semana passada.

A Turquia condicionava sua aprovação a garantias de que a Finlândia deixaria de oferecer proteção aos militantes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), considerados "terroristas" por Ancara.

A Finlândia e a Suécia decidiram abandonar a tradicional neutralidade no ano passado e solicitaram seus ingressos à aliança militar após a invasão russa da Ucrânia.

A situação da Suécia é delicada e Ancara ainda bloqueia sua adesão. Erdogan disse esta semana que ainda havia "coisas" que a Turquia esperava dos suecos.

"É improvável que a Turquia aprove sua adesão à aliança antes das eleições de maio. O incidente da queima do Alcorão (por um extremista sueco, em fevereiro) provocou fúria na Turquia e Erdogan não quer correr o risco de irritar sua base conservadora antes das eleições (de maio)", disse Hamish Kinnear, analista de Oriente Médio e Norte da África da empresa de inteligência de risco Verisk Maplecroft. ● **AFP e AP**

HISTÓRIAS DO MUNDO Tradição

Com casamentos em baixa, China tenta coibir dotes

Tradição encareceu e passou a ser proibitiva nas zonas rurais; nas áreas urbanas, é vista como relíquia patriarcal

PEQUIM

As autoridades de Daijiapu, no sudeste da China, reuniram um grupo de 30 mulheres para firmarem um compromisso público de rejeição aos "preços de noiva" elevados – um costume pelo qual o homem dá dinheiro à família de sua futura mulher como precondição para o noivado. O governo local defendeu que as pessoas abandonem essa prática "atrasada" e façam sua parte para "lançar uma tendência nova e civilizada".

A população chinesa vem encolhendo. Em 2022, pela primeira vez em 61 anos, houve queda da população, em um sinal claro da crise demográfica iminente enfrentada pelo país, agravada por décadas da política que limitou a maioria das famílias a ter só um filho.

INFLAÇÃO. Para incentivar a realização de mais casamentos, cujos números têm caído, autoridades vêm reprimindo a tradição de entrega de presentes de noivado. Conhecidos em mandarim como "caili", os pagamentos feitos à família da noiva vêm ficando cada vez maiores.

Os valores envolvidos chegam a US$ 20 mil (R$ 102,7 mil) em algumas províncias, e com isso o casamento está ficando cada vez mais fora do alcance de muitas famílias. Esses valores normalmente são pagos pelos pais do noivo à família da noiva.

TETO. Para coibir a prática, autoridades locais estão lançando campanhas de propaganda como o evento promovido em Daijiapu, orientando mulheres solteiras a não competirem entre elas para exigir valores mais altos. Em algumas cidades, autoridades locais impuseram um teto ao "caili" e chegam a intervir diretamente nas negociações.

Acompanhando a mudança de atitude dos chineses, a tradição do pagamento enfrenta resistência crescente. Muitos chineses de nível de instrução mais alto, especialmente nas cidades, tendem a enxergar esse costume como uma relíquia patriarcal que trata mulheres como bens que são vendidos a outra família.

Nas áreas rurais onde a prática é mais comum, ela tem sido rejeitada por camponeses mais pobres, forçados a economizar durante anos ou a contrair dívidas para se casarem.

As autoridades admitem que seu poder de eliminar um costume que muitas famílias enxergam como indicador de status social é limitado. Segundo pesquisadores, nas áreas rurais, os vizinhos podem fofocar sobre as mulheres que cobram preços baixos, questionando se há algo de errado com elas. ● NYT

Índia

Desabamento em templo hindu deixa 14 mortos

Pelo menos 14 fiéis hindus morreram e 10 foram resgatados ontem depois que o chão de um templo desabou na cidade indiana de Indore, no Estado de Madhya Pradesh. Eles caíram em um poço ladeado por uma escada – usada em rituais religiosos – quando o piso cedeu. Templos estavam lotados para o festival que celebra o aniversário da divindade hindu Rama. ●

AP

Imigração

Na França, 10,3% da população é de imigrantes

Um estudo publicado ontem pelo Instituto Nacional de Estatística (Insee) mostra que quase 7 milhões de imigrantes viviam na França em 2021, o equivalente a 10,3% da população do país. O primeiro estudo demográfico do Insee em dez anos aponta um aumento da presença de migrantes do norte da África e uma queda dos do sul da Europa. ●

Ambiente

Estado vai investir R$ 5,6 bilhões e replicar limpeza do Pinheiros no Tietê

Recursos virão de financiamento do BID e investimentos da Sabesp. Estão previstas PPPs para obras de desassoreamento e transformação do DAEE na Agência SP Águas

EMILIO SANT'ANNA

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

Mancha de poluição entre 2021 e 2022 aumentou mais de 40%, passando de 85 quilômetros para 122 quilômetros nos 55 pontos de medição

O Tietê vai receber R$ 5,6 bilhões em obras de recuperação e saneamento até 2026. O projeto, a que o **Estadão** teve acesso, prevê intervenções de desassoreamento do rio e dos principais afluentes, instalação de troncos e redes coletoras, estações de tratamento de esgoto e adoção de monitoramento da qualidade da água na entrada e na saída dos 39 municípios da região metropolitana – que tem cerca de 22 milhões de habitantes.

O programa Novo Rio Pinheiros, em curso desde 2019, serviu de modelo parcial a ser ampliado para os 1.100 quilômetros do Tietê. "Vamos dar continuidade às práticas exitosas do Pinheiros", diz a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Batizado de Integra Tietê, prevê a estruturação de um modelo de governança que inclua a iniciativa privada e a sociedade civil e sirva como uma espécie de guarda-chuva para os demais programas desenvolvidos no rio, como o Renasce Tietê – da gestão anterior.

A verba, disse ao **Estadão** a secretária, virá de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de investimentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Estão previstas parcerias público-privadas (PPPs) para as obras de desassoreamento, contratos de performance para o tratamento e as ligações de esgoto e transformação do Departamento de Águas e Energia Elétrica na Agência SP Águas – para a gestão e fiscalização dos recursos hídricos do Estado. "Estamos estruturando o projeto de lei. O DAEE já tem atribuições regulatórias, e queremos fortalecer a fiscalização dos recursos hídricos", afirma Natália. "As PPPs para desassoreamento, estamos estudando e conversando com o BID para fazer em conjunto."

De acordo com ela, o objetivo é criar um modelo de governança que integre as diferentes ações e programas em andamento. "Queremos instituir uma política de Estado e sabemos que não será em quatro anos que vamos conseguir a despoluição total do rio."

O programa será coordenado pela Subsecretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e envolve a participação da Sabesp, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), do DAEE, da Fundação Florestal e dos Comitês de Bacias do Alto, Médio e Baixo Tietê. "O monitoramento na entrada e na saída dos municípios vai nos ajudar muito. Uma vez que aquela região estiver toda encaminhada para tratamento, se ocasionalmente houver divergência, vamos atuar com a Cestesb, para investigar a causa e multar, se for o caso", diz a subsecretária Samanta Souza.

PERENE. Natália afirma que ações que vinham dando certo em gestões anteriores – como a do Rio Pinheiros – serão mantidas. Ela afirma que uma forma de atingir a perenidade do modelo de gestão ambiental do Tietê – e evitar o desmonte de projetos a cada troca de governo – está nas concessões à iniciativa privada. "Quando falo de concessão, falo em contratos de 25 anos, 30 anos. Dentro desses contratos tem três pontos que são muito importantes: previsibilidade, estabilidade e segurança jurídica. São contratos de longo prazo que trazem segurança jurídica para a sociedade cobrar e para os investidores", diz.

Desde o início da década de 1990 promessas de despoluição e dinheiro de diferentes fontes fazem parte do histórico de intervenções no Tietê. Do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à Agência de Cooperação Internacional do Japão, obras de rebaixamento da calha do rio e construção de estações de tratamento saíram do papel. A despoluição, não.

Em setembro, em novo contrato de financiamento assinado com o BID, o governo do Estado se comprometeu a investir R$430 milhões a serem recebidos do banco a partir de 2028 durante 25 anos. O acordo foi assinado dentro do escopo do programa Renasce Tietê, da gestão passada. O valor empregado, apenas entre 2010 e 2020, também dá uma ideia do tamanho do problema ambiental e da distância em que se está de ter o rio em condições mínimas no chamado Alto Tietê (conjunto de cidades desde a nascente em Salesópolis aos municípios da Grande São Paulo). Nesse período, R$2,1 bilhões foram em obras e intervenções.

POLUIÇÃO. Apesar disso, a mancha de poluição entre 2021 e 2022 aumentou mais de 40%, passando de 85 quilômetros para 122 quilômetros nos 55 pontos de medição da bacia, conforme monitoramento da Fundação SOS Mata Atlântica. No mesmo período, a extensão da água de boa qualidade despencou de 124 quilômetros para 60 quilômetros. E os reflexos se estendem para além dessa mancha, como viu a empreendedora Mariane Carla Checon Salvador ao se deparar, há poucos meses, em Guaiçara (a 441 km de São Paulo), com uma enorme proliferação de algas no Rio Dourado, afluente do Tietê. A coloração esverdeada da água e a mortandade de peixes intrigou moradores e turistas. "Essa é uma região de pesca que era completamente despoluída", afirma.

O novo programa do Estado prevê a discussão dos cronogramas e metas com uma nova instância a ser criada, o Fórum Integra Tietê, com participação dos Comitês de Bacias Integradas. Em uma segunda fase, o sistema será aberto para a população acompanhar os trabalhos de recuperação e saneamento. "Nós não queremos inventar a roda, queremos fazer uma governança mais efetiva de muitas ações que já estavam em andamento e trazer inovações para as questões da fauna e da flora e de qualidade de vida para um rio que sabemos a importância que tem para o Estado e para o Brasil", afirma a secretária. ●

Caminho da limpeza
Monitoramento será feito na entrada e na saída dos municípios que integram a bacia do Tietê

"Nós não queremos inventar a roda, queremos fazer uma governança efetiva de muitas ações que já estavam em andamento e trazer inovações"
Natália Resende
Secretária de Meio Ambiente

Vigilância sanitária

Urucum vencido faz a empresa Fugini anunciar um recall de maionese

Produto de número 354 e validade até dezembro e os válidos até janeiro, fevereiro e março de 2024 serão retirados do mercado

CAIO POSSATI

Em comunicado publicado na tarde desta quinta-feira, a empresa Fugini admitiu que usou ingredientes vencidos na produção de maionese e, por esse motivo, está fazendo o recall (recolhimento) de itens impróprios para consumo. Na quarta-feira, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já havia anunciado a suspensão de fabricação, distribuição, venda e uso dos produtos da marca.

O recall vale apenas para os produtos do tipo maionese que têm prazo de validade até dezembro de 2023 e do lote que se inicia com o número 354, além de qualquer lote de maionese que tenha o vencimento previsto para janeiro, fevereiro ou março do próximo ano.

Por meio de nota, a empresa afirma que, "por um erro operacional", os itens que devem ser recolhidos foram fabricados com urucum fora da data de validade. O ingrediente é usado para dar cor ao produto e, segundo a Fugini, a quantidade usada "representa 0,003% da formulação" da maionese.

"Estamos providenciando um RECALL do produto MAIONESE com marca FUGINI produzida na planta de Monte Alto/SP no período de 20/12/2022 a 21/03/2023, ou seja, cujo prazo de validade seja dezembro de 2023, com número de lote iniciando-se a partir do número 354, e qualquer lote com prazo de validade em janeiro, fevereiro ou março de 2024" ,informou a Fugini em nota. A marca informou que a toda a linha de produtos, que também produz molhos de tomate, mostarda, ketchup e alimentos em conserva, "segue sendo comercializada normalmente nos pontos de varejo."

ANVISA. Na quarta-feira, a Anvisa já havia anunciado a suspensão de fabricação, distribuição, venda e uso dos produtos da Fugini, depois de constatar falhas consideradas graves no processo de confecção dos produtos da marca. Em inspeção feita na sede da empresa alimentícia, a agência identificou problemas de boas práticas de fabricação. Esse jargão técnico na prática estabelece uma série de regras relacionadas à fabricação de um alimento e abrangem desde as condições físicas e higiênico-sanitárias das instalações até o controle de qualidade das matérias-primas e do produto final. "Incluem também questões como saúde e capacitação dos trabalhadores, controle de pragas, armazenamento, transporte e documentação, entre outras", conforme relata a Anvisa em seu informe orficial.

SEGURANÇA EM RISCO. "Essas falhas podem afetar a qualidade e a segurança do produto final", afirmou a Anvisa por meio de nota. A medida, segundo a agência, é preventiva e a suspensão da produção e do comércio dos produtos da marca ficará válida até que se adapte o processo de confecção às regras das boas práticas de fabricação.

> ***"Essas falhas podem afetar a qualidade e a segurança do produto final"***
> **Anvisa**
> **Em nota sobre a vistoria na empresa em Monte Alto (SP)**

Logo após o anúncio, também na quarta-feira desta semana, a Fugini publicou uma nota desmentindo o recall e afirmando que os problemas identificados pela Anvisa já haviam sido resolvidos. No comunicado desta quinta, porém, a empresa recuou, admitiu o uso da matéria-prima vencida e anunciou a necessidade de fazer o recolhimento da maionese.

O QUE DIZ A LEI. Como destacou a agência sanitária, citando o Código de Defesa do Consumidor, alimentos vencidos, incluindo suas matérias-primas, são considerados impróprios para o consumo, e a sua exposição à venda ou ao consumo é considerada infração sanitária. Assim, o recolhimento dos alimentos visa a retirar do mercado produtos que representem risco ou agravo à saúde do consumidor. Ainda conforme a Anvisa, "estabelecimentos comerciais e consumidores que tiverem os lotes da maionese citados na resolução não devem utilizá-los e devem entrar em contato imediato com a empresa Fugini Alimentos Ltda., que deverá realizar seu recolhimento". ●

Pesquisa

Uma caminhada só por semana reduz mortes

Caminhar cerca de seis quilômetros uma ou duas vezes por semana reduz significativamente o risco de mortalidade, de acordo com um estudo divulgado nesta terça-feira, nos Estados Unidos. Embora o exercício físico frequente seja conhecido por reduzir o risco de morte precoce, uma pesquisa publicada na revista *JAMA Network Open* analisou os benefícios para a saúde de uma caminhada apenas alguns dias por semana.

O estudo, realizado por pesquisadores da Universidade de Kyoto e da Universidade da Califórnia, analisou os dados de 3.100 adultos americanos. A pesquisa descobriu que aqueles que caminhavam 8 mil passos (ou 6,4 km) mais de um ou dois dias por semana tinham 14,9% menos probabilidade de morrer em um período de 10 anos do que aqueles que nunca atingiram essa meta. Para os que caminhavam ao menos este período ou mais de três a sete dias por semana, o risco de mortalidade era ainda menor: 16,5%.

Mas os benefícios para a saúde de caminhar 8 mil passos ou mais de um ou dois dias por semana pareciam maiores para aqueles com 65 anos ou mais. "Estas descobertas sugerem que pessoas podem ter benefícios substanciais para a saúde ao caminhar só alguns dias na semana", dizem os pesquisadores.

O estudo contabilizou os passos diários dos 3.100 participantes entre 2005 e 2006, e seus dados de mortalidade foram examinados dez anos depois. Entre eles, 632 registraram 8 mil passos ou mais em nenhum dia da semana; 532, 8 mil passos ou mais um ou dois dias por semana, e 1.937, 8 mil passos ou mais, de três a sete dias por semana. O cidadão americano médio caminha de 2,4 a 3,2 km por dia (entre 3 mil e 4 mil passos), de acordo com a Clínica Mayo, que afirma que caminhar como atividade regular pode reduzir o risco de doenças crônicas, como diabete. ● AFP

> **Ainda melhor**
> **Benefícios são maiores para idosos e para quem caminha 6,4 km mais de três dias por semana**

Segurança Pública

Operação prende quase 10 mil em 1 mês por violência contra mulher

Mobilização policial em todo o País cumpre mandados por crimes diversos, incluindo feminicídio, estupro e importunação sexual

JOSÉ MARIA TOMAZELA

POLICIA CIVIL MATO GROSSO

Policiais buscam suspeito durante a Átria no MT; as diligências foram realizadas em 3.643 municípios

No dia 27 de fevereiro, o pedreiro Daniel de Melo Correia, de 31 anos, espancou até a morte a mãe, uma idosa de 70 anos com quem morava, no Setor Leste Universitário de Goiânia, capital de Goiás. Ele disse aos vizinhos que a mãe havia caído e batido a cabeça, mas a perícia constatou lesões decorrentes do espancamento. Com histórico de agressões anteriores, Correia teve a prisão decretada e cumprida nesta terça-feira, tornando-se um dos quase 10 mil homens presos na Operação Átria, a maior já realizada no País para combater a violência contra a mulher.

A operação, lançada naquele dia 27 e realizada durante o mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, foi coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e mobilizou as forças policiais das Secretarias de Segurança Pública de todos os Estados e do Distrito Federal. As ações visavam à busca de suspeitos de feminicídio, ameaça, lesão corporal, estupro, importunação, perseguição (stalking) e descumprimento de medidas protetivas, entre outros crimes.

O nome Átria da operação faz referência à estrela que se destaca na constelação Triângulo Austral, do hemisfério sul estelar. É alusão a retirar a mulher da condição de vítima e colocá-la em evidência.

No caso de Daniel, a investigação apurou que ele era dependente químico e, na véspera do assassinato, pressionava a mãe por R$ 200 para o pagamento de drogas. Desesperada, ela tentou pegar o dinheiro emprestado com vizinhos, sem sucesso. Denunciado por feminicídio, Correia não contratou advogado e, procurada, a Defensoria Pública do Estado não se manifestou.

DENÚNCIAS. Em 30 dias, foram apuradas 17.480 denúncias de violências como essa por diversos canais – municipais, estaduais e federais – e lavradas 6.702 prisões em flagrante. Foram cumpridos ainda 2.639 mandados de prisão e atendidos 37.965 pedidos de medida protetiva de urgência. As diligências policiais foram realizadas em 3.643 municípios.

Em Presidente Dutra, Maranhão, um homem foi preso em flagrante agredindo a mulher com um martelo. No Amazonas, 98 homens foram presos em flagrante – seis por feminicídio. Conforme a delegada Débora Mafra, da Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher de Manaus, foram abertos 446 inquéritos. “A operação se encerra, mas o trabalho das Delegacias da Mulher, em conjunto com a Ronda Maria da Penha, continua.”

Em Maceió, a operação prendeu em flagrante por tentativa de feminicídio e lesões corporais um homem de 31 anos que esfaqueou a esposa, no bairro Feitosa, e o patrão dela, que tentou intervir. No Mato Grosso, além da prisão de 322 pessoas por crimes sexuais e violência doméstica, a operação resgatou 63 vítimas em situação de maus-tratos e cárcere privado. Uma delas, colombiana, foi enviada de volta a seu país. Outras 33 vítimas pediram a retirada de seus pertences de casa e foram encaminhadas para acolhimento.

“Os indicadores nos obrigam a ter uma centralidade no enfrentamento dessa violência”
Tadeu Alencar
Secretário Nac. de Segurança

No Distrito Federal, entre os presos está um homem de 38 anos que estuprou duas vezes uma mulher que ele encontrou desmaiada sob a marquise de um comércio, em Ceilândia. O estuprador viu a vítima deitada no chão, abaixou suas roupas e a violentou. Após sair do local, ele voltou à cena do crime e, vendo que a mulher continuava desacordada, a estuprou mais uma vez. O homem foi preso pela Polícia Militar. A vítima, de 56 anos, foi encaminhada ao Hospital Regional de Ceilândia. Aos policiais, ela disse que morava próxima do local e, após ingerir bebida alcoólica, saiu de casa e passou mal.

Em Regente Feijó, no interior de São Paulo, um aposentado de 62 anos, foi preso, acusado de ter matado a professora Eliana Pereira Neves, de 52, e ateado fogo ao carro dela com o corpo no porta-malas, na terça-feira. O suspeito foi visto no carro com a mulher. Ao ser abordado, ele tinha marcas de queimaduras no braço e acabou confessando. Na residência dele, a polícia localizou uma medida protetiva expedida por um juiz da capital que o proibia de manter contato com a ex-esposa – ele havia se mudado para o interior há cerca de um mês.

O idoso foi indiciado por feminicídio e ocultação de cadáver. Ele passou por audiência de custódia na manhã desta quinta-feira e permaneceu preso. Uma prima da vítima que pediu para não ser identificada disse que o crime chocou a família. Segundo ela, Eliana trabalhava há mais de 30 anos na rede municipal de ensino da cidade e há 21 lecionava em uma escola infantil. “Ela conhecia esse homem desde pequena, mas ele foi embora para São Paulo e voltou há pouco tempo. Eles estavam se encontrando, se conhecendo. Não dá para entender como ele foi fazer essa maldade com ela”, disse. A professora deixa duas filhas.

OUTRAS OPERAÇÕES. O Ministério da Justiça investiu mais de R$ 1 milhão no pagamento de diárias aos policiais que atuaram na operação em ações fora das cidades de origem, o que possibilitou ampliar o alcance até cidades menores. Conforme a pasta, outras operações de combate à violência contra a mulher serão deflagradas este ano. “Os indicadores nos obrigam a ter, na política pública de segurança do País, uma centralidade no enfrentamento da violência contra a mulher e vamos investir cada vez mais nessas operações integradas”, disse o secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar.

Além da repressão aos crimes, a operação também realizou atividades educativas, objetivando a prevenção de novos casos. Foram 4.165 ações, entre palestras e oficinas realizadas pelas polícias em escolas, faculdades, shoppings, feiras e empresas privadas. Em Biguaçu (SC), policiais militares foram ao comércio para orientar as mulheres sobre medidas preventivas, como o uso da letra X na mão, indicando risco de violência.

Em Sorocaba, foram atendidas 830 mulheres em situação de violência e ações de conscientização foram levadas às escolas. A delegada Alessandra Reis dos Santos Silveira, da Delegacia da Mulher de Sorocaba, disse que essas ações conjuntas são importantes. “Na medida em que a população tem ciência de que está presenciando um fato de agressão, ela denuncia e pede ajuda para aquela mulher. Assim se forma uma rede de proteção.”

Em flagrante
Foram apuradas 17.480 denúncias de violências e lavradas 6.702 prisões em flagrante

COMO DENUNCIAR. As denúncias podem ser feitas pelo número 180, que atende em todo o território nacional 24 horas. Também é possível fazer denúncias pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil e na página da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. No site está disponível o atendimento por chat com Língua Brasileira de Sinais (Libras). Em casos urgentes de violência contra a mulher, os números 197 da Polícia Civil e 190 da Polícia Militar também atendem 24 horas. ●

Operação do Bope na Vila Cruzeiro deixa 1 morto

MARCIO DOLZAN
RIO

Pelo menos uma pessoa morreu, duas ficaram feridas e uma foi presa durante operação do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), da Polícia Militar fluminense, na Vila Cruzeiro, comunidade pobre na zona norte do Rio. A ação da PM, como outras anteriores, visaria a prender criminosos de outros Estados que estariam escondidos no local, além de combater o roubo de cargas. De acordo com a PM, até as 15 horas os agentes já haviam apreendido um fuzil, uma pistola, dois revólveres, duas granadas e dois carros de luxo (um deles, um Volvo elétrico). Durante a ação houve troca de tiros e dois suspeitos foram feridos. Eles foram encaminhados ao Hospital Federal de Bonsucesso.

Um deles, identificado como Sidcley Fernandes da Silva, o Sid ou Paizão, morreu. Ele era condenado por tráfico de drogas, estava em liberdade e mantinha um perfil no Twitter. Em uma publicação recente na rede social, fez ameaças a moradores que denunciassem criminosos à polícia. ●

Justiça

STF derruba prisão especial para réu com diploma

PEPITA ORTEGA

O Supremo Tribunal Federal formou maioria nesta quinta-feira para derrubar a prisão especial para quem tem diploma de ensino superior. Os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso, assim como as ministras Cármen Lúcia e Rosa Weber, acompanharam o entendimento do relator, Alexandre de Moraes, de que o benefício é inconstitucional por ferir o preceito da isonomia.

Na avaliação do colegiado, o instituto "caracteriza verdadeiro privilégio que, em última análise, materializa a desigualdade social e o viés seletivo do direito penal". "A norma impugnada não protege uma categoria de pessoas fragilizadas e merecedoras de tutela, pelo contrário, favorece aqueles que já são favorecidos por sua poR sua posição socioeconômica", escreveu Alexandre de Moraes em seu voto.

Os ministros Edson Fachin e Dias Toffoli apenas fizeram uma ressalva sobre o tema, anotando que declarar a inconstitucionalidade da prisão especial para quem tem diploma de curso superior não implica dizer que o preso "não poderá em hipótese nenhuma ficar segregado em local separado de outros". "Aplica-se, no caso, a regra geral. Assim, se constatado, pelas autoridades responsáveis pela execução penal, que determinado preso, possuidor ou não de diploma de curso superior, tem sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos, esse ficará segregado em local próprio separado dos demais, como prevê a Lei de Execução Penal", apontou Fachin.

A análise foi fixada no plenário virtual do Supremo e teve início em novembro, com base em uma ação movida pela Procuradoria-Geral da República em 2015. À época, o então chefe do Ministério Público Federal Rodrigo Janot argumentou que "a diferenciação entre presos comuns e presos especiais, em razão do grau de instrução acadêmica, atentaria contra a ideia de República, contra a dignidade humana, contra o princípio isonômico e contra os fundamentos e objetivos da Constituição".

Ao analisar o caso, Alexandre de Moraes ponderou que a prisão especial acaba sendo discriminatória, uma vez que "atribui estereótipos às figuras do preso comum e do preso portador de diploma, presumindo a periculosidade daquele e supondo o contrário em relação a este". "Não há, contudo, qualquer razão jurídica para segregá-los, para que a pessoa graduada em ensino superior receba um tratamento especial pelo Estado, em detrimento do preso comum, quando ambos são presos provisórios. Seria preconceito infundado supor que o portador de diploma superior possuiria condições pessoais e morais incompatíveis com o convívio com aqueles que não gozaram dessa oportunidade." ●

Ação discriminatória
Moraes ponderou que a prisão especial atribui estereótipos às figuras dos presos comum e diplomado

Igreja Católica

Papa tem 'clara melhora' e pode receber alta

O estado de saúde do papa Francisco, de 86 anos, internado desde anteontem em Roma, registrou "uma clara melhora", após "tratamento com antibióticos" contra uma "bronquite infecciosa", informou o Vaticano nesta quinta.

"No quadro dos controles clínicos (...) foi detectada uma bronquite infecciosa que exigiu a administração de tratamento antibiótico à base de infusão que produziu os efeitos esperados, com uma clara melhoria do estado de saúde", indicou o segundo relatório diário da assessoria de imprensa da Santa Sé, acrescentando que o pontífice pode receber alta "nos próximos dias".

"Estou comovido com as muitas mensagens recebidas nestas horas e expresso a todos minha gratidão pela proximidade e oração", tuitou o pontífice argentino.

SEMANA SANTA. Segundo fontes do hospital, é possível que Francisco comande a missa de domingo (Ramos) no Vaticano, "salvo imprevistos". ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 83% 19° | TARDE 52% 31° | NOITE 71% 25° | VOLUME DE CHUVA 10MM | UMIDADE RELATIVA 54%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
19°/ 32°	17°/ 24°	16°/ 26°	18°/ 28°

SOL
NASCENTE: 6H14
POENTE: 18H07

LUA: **CRESCENTE**

CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34
MINGUANTE	13/4	6H11
NOVA	20/4	1H37

Estado de SP

● Sol e muito calor na cidade de São Paulo. Condições para chuva forte a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: NO 14 nós — Ondas: 3,5m

HOJE		
5h27	↓	0,6
10h33	↑	1,1
17h40	↓	0,4

SÁBADO, 01		
0h08	↑	1,3
5h57	↓	0,6
11h14	↑	1,3
18h12	↓	0,3

DOMINGO, 02		
0h33	↑	1,4
6h27	↓	0,5
11h51	↑	1,4
18h44	↓	0,3

SEGUNDA, 03		
1h01	↑	1,5
6h58	↓	0,5
12h28	↑	1,5
19h16	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	24°/30°	MACEIÓ	23°/30°
BELÉM	24°/32°	MANAUS	24°/30°
BELO HORIZONTE	20°/33°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	23°/33°	PALMAS	23°/34°
BRASÍLIA	17°/29°	PORTO ALEGRE	20°/31°
CAMPO GRANDE	21°/32°	PORTO VELHO	23°/32°
CUIABÁ	23°/34°	RECIFE	25°/29°
CURITIBA	17°/29°	RIO BRANCO	24°/32°
FLORIANÓPOLIS	21°/32°	RIO DE JANEIRO	22°/35°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	24°/29°
GOIÂNIA	19°/31°	SÃO LUÍS	24°/29°
JOÃO PESSOA	24°/30°	TERESINA	23°/30°
MACAPÁ	24°/29°	VITÓRIA	22°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/35°	MÉXICO	-3	18°/26°
ATENAS	5	11°/17°	MIAMI	-1	20°/30°
BARCELONA	4	15°/24°	MONTEVIDÉU	0	18°/21°
BERLIM	4	8°/12°	MOSCOU	5	-1°/6°
BRUXELAS	4	9°/12°	NOVA YORK	-1	3°/10°
BUENOS AIRES	0	19°/22°	PARIS	5	9°/13°
CARACAS	-1	19°/26°	ROMA	5	10°/16°
CHICAGO	-3	6°/9°	SANTIAGO	0	14°/30°
ESTOCOLMO	4	-4°/1°	SYDNEY	14	13°/25°
GENEBRA	4	2°/8°	TEL-AVIV	6	11°/15°
JOHANNESBURGO	3	14°/18°	TÓQUIO	12	13°/18°
LIMA	-2	22°/23°	TORONTO	-1	0°/6°
LISBOA	3	12°/19°	WASHINGTON	-1	5°/20°
LONDRES	3	9°/10°			
LOS ANGELES	-5	10°/18°			
MADRID	4	10°/21°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Transportes

Trem descarrila na Linha 8 e passageiro anda no trilho

FELIPE RAU/ESTADÃO

Por volta de meio-dia, o trem que descarrilou foi retirado da via; causa ainda está sendo investigada

Não houve feridos, mas a circulação dos trens da ViaMobilidade foi interrompida em algumas estações por cerca de seis horas

RENATA OKUMURA

Um trem da Linha 8-Diamante descarrilou ontem, na região da Estação Júlio Prestes. De acordo com a ViaMobilidade, que administra a via, a ocorrência foi registrada por volta das 7 horas, em decorrência de uma falha em um equipamento chamado assistente de mudança de via (AMV).

Não houve feridos, mas a circulação dos trens foi interrompida em algumas estações. Por volta de meio-dia, o trem que descarrilou foi retirado da via. A operação foi retomada por volta das 13 horas, seis horas após o incidente. A concessionária afirma que a causa ainda está sendo apurada.

Ainda de acordo com a concessionária, os passageiros foram orientados para descerem do trem. Cerca de 50 pessoas estavam na composição no momento do descarrilamento. "Todos os passageiros que estavam no trem desembarcaram em segurança com o auxílio dos agentes de atendimento e segurança (AAS) da ViaMobilidade", disse. A última ocorrência de descarrilamento na Linha 8-Diamante havia sido registrada na tarde de 18 de março, em decorrência de falha em equipamento de via. Na ocasião, os transtornos permaneceram por quase nove horas.

Além da Linha 8-Diamante, a Linha 9-Esmeralda também passou a ser gerenciada pela ViaMobilidade em janeiro de 2022. Depois disso, reclamações de usuários sobre falhas nas linhas têm sido registradas, assim como referentes ao tempo de viagem. Nesta semana, ocorreram trabalhos de manutenção na Linha 8 entre Júlio Prestes e Palmeiras-Barra Funda – com intervalos maiores em 16 minutos – e na 9-Esmeralda, que causaram intervalos em média 20 minutos maiores entre Grajaú e Bruno Covas-Mendes/Vila Natal.

CASO ANTERIOR. Ainda em dezembro do ano passado, um trem da Linha 8-Diamante descarrilhou carregado de passageiros próximo da plataforma da Estação Domingo de Moraes, na zona oeste da capital paulista, no sentido Itapevi. Na ocasião, segundo a ViaMobilidade, não houve feridos, mas a plataforma sentido Itapevi ficou inoperante por causa do acidente. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora solicita vaga para o filho em Emei

Reclamação de Tais Oliveira do Prado: "Preciso de vaga para meu filho na Emei Carvalho Pinto, na Vila Cunha Bueno, zona leste."

Resposta da Prefeitura: "O estudante citado está matriculado na Emei Brenno Ferraz do Amaral com direito a transporte escolar gratuito (TEG)." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Hoje, não publicamos a coluna, pois o jornal não circulou, por causa do feriado de Páscoa.

CORREÇÕES

Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Hilda Scandaroli – Aos 89 anos. Filha de Marco Scandaroli e Maria Mazeto. Era solteira. Deixa a filha Valquiria e parentes. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Marlene Gimenez Anastacio – Aos 78 anos. Era viúva de Dovi Anastacio. Deixa os filhos João, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Solange Aparecida Favero Camargo – Aos 71 anos. Filha de Francisco Camargo e Angelina Favero Camargo. Era solteira. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Izilda Maria D'oliveira Luizetto – Aos 70 anos. Filha de Antonio José D'oliveira e Fieda Cardoso D'oliveira. Era casada com Celso Luiz Luizetto. Deixa as filhas Fernanda, Juliana, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Celia Ruliko Yuki – Aos 62 anos. Filha de Nobuo Yuki e Angelina Yuki. Era solteira. Deixa a filha Lidia, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Rodolpho Bueno – Aos 95 anos. Era casado com Lúcia Bueno. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Saudades.

Paulo Fagundes Altenfelder Silva – Aos 92 anos. Filho de José de Morares Altenfelder Silva e Cynira Fagundes Altenfelder Silva. Era casado com Maria Regina Altenfelder Silva. Deixa os filhos Rodrigo, Fernando, Ana Maria, Luciana, João Paulo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério do Morumbi.

Ariovaldo Ribeiro – Aos 90 anos. Era casado com Maria Elizabeth Tavares Mendes Ribeiro. Deixa os filhos Angelica, Antonio Carlos, Ariovaldo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Gethsêmani.

José Rado Molina – Aos 78 anos. Filha de Candido Rado Roig e Isabel Molina Martinez de Rado. Era casado. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Bruce Rodrigues Alves Filho – Aos 76 anos. Filho de Bruce Rodrigues Alves e Remédios Martinez Rodrigues Alves. Era viúvo. Deixa os filhos Natasha, Bruce, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Nicola Beluzzo – Aos 74 anos. Filho de Sebastião Beluzzo e Julia Toriani Beluzzo. Era viúvo de Maria Aparecida Biancardi Beluzzo. Deixa os filhos Andre Ricardo, Flavia, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Viradouro.

Laerte Cardoso de Oliveira – Aos 60 anos. Era casado com Izilda Marcelino de Oliveira. Deixa os filhos Thiago, Gabriel, Felipe, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

José Ferraz de Camargo – Aos 44 anos. Era casado com Michelle. Deixa o filho Theo, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério do Araçá.

Wellington Jeronimo Fernandes – Aos 38 anos. Filho de Aparecido Jeronimo Fernandes e Maria de Fatima Bernardo Fernandes. Era casado com Cintia Damas Fernandes. Deixa os filhos Iuri Eduardo, Maria Eduarda, Weslei Eduardo, Mariana Eduarda, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

Eduardo Rodrigo Vieira da Silva – Aos 30 anos. Filho de Jesus Vieira da Silva e Rosemary Fernandes Vieira da Silva. Deixa a filha Isabela, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

IN MEMORIAM

Laércio Borba – Amanhã, às 15 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 35, Centro, Curitiba.

Meia uruguaio Michel Araújo é o 11º reforço do São Paulo

Campeonato Paulista

Venda de ingressos à moda antiga para a final tem filas e falhas

Torcedores sofreram com o calor e a demora; Água Santa troca responsável pela venda online

A venda de ingressos para a primeira partida da final do Campeonato Paulista entre Água Santa e Palmeiras foi feita ontem à moda antiga. Pela manhã, longas filas foram observadas na Arena Barueri, local do jogo de domingo, e no Distrital do Inamar, em Diadema, com torcedores ávidos para comprar bilhetes nos guichês.

A volta ao passado, lembrando o que era comum até os anos 90 do século passado, ocorreu porque a empresa contratada para fazer a venda online não deu conta da tarefa. No início da noite, o Água Santa, responsável pela venda de ingressos por ser o mandante da partida, informou ter trocado a empresa responsável pela comercialização dos bilhetes.

Ontem, as filas foram maiores pela manhã. Os torcedores reclamaram do tempo perdido para chegar às bilheterias, e a situação ficou ainda mais desconfortável por causa do calor.

No Inamar, a chiadeira era maior porque a venda não começou no horário informado. Torcedores relataram nas redes sociais que o presidente do Água Santa, Paulo Korek, foi ao local pedir desculpas pelos transtornos e que o clube ofereceu copos d'água a quem estava na fila.

A venda presencial gerou outros transtornos, como falhas na emissão e impressão dos ingressos.

FELIPE RAU/ESTADÃO

Na Arena Barueri, torcedor teve enfrentar calor e fila longa

MUDANÇA. Em função das dificuldades enfrentadas desde quarta-feira com a venda online, não solucionadas pela Joga Pró, inicialmente contratada, a diretoria do time de Diadema trocou de empresa. A partir de agora, a venda fica sob a responsabilidade da Ligatech, parceira da Federação Paulista de Futebol.

Os tickets estarão disponíveis no site aguasanta.soudaliga.com.br e continuam nas bilheterias do Distrital do Inamar e da Arena Barueri. "Reiteramos nossos sinceros pedidos de desculpas aos torcedores do Netuno e da Sociedade Esportiva Palmeiras pelo ocorrido e salientamos que mais erros como esses não serão cometidos", diz o texto divulgado pelo clube, informando que "os ingressos comprados até o momento continuam válidos".

CAOS. Quando as vendas foram abertas, na quarta-feira, o serviço por aplicativo oferecido pela Joga Pro apresentou falhas e muitos não conseguiram ter acesso à compra. A pane digital levou à adoção das vendas presenciais.

O sistema chegou a ser restabelecido, liberando alguns lotes, mas voltou a sair do ar. Após uma série de testes, foi decidida a troca da empresa. ●

Preconceito

Lewis Hamilton comemora condenação de Nelson Piquet por racismo e homofobia

JOEL CARRETT/EPA/EFE

Lewis Hamilton comentou ontem a decisão judicial que impôs uma indenização a Nelson Piquet por falas racistas e homofóbicas contra o britânico. O tricampeão foi condenado, em primeira instância, a pagar R$ 5 milhões pelas ofensas. "Eu gostaria de agradecer ao governo brasileiro. Acho que é incrível o que fizeram ao responsabilizar alguém, mostrando às pessoas que isso (preconceito) não é tolerável", declarou em Melbourne, onde amanhã disputa o GP da Austrália de Fórmula 1. ●

Preconceito - 2

STJD absolve corintiano Rafael Ramos de 'ofensa' contra o meia Edenilson

Mas chegou ao fim ontem, depois de pouco mais de 20 meses, o processo movido pelo volante Edenilson contra Rafael Ramos. O ex-meia do Internacional acusava o lateral-direito do Corinthians de tê-lo chamado de "macaco" em jogo do Brasileirão de 2022, no Beira-Rio. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que já havia absolvido o português da acusação de racismo, agora inocentou o jogador de "ofensa" ao Edenilson, cancelando também uma multa de R$ 20 mil. ●

Seleção feminina

Marta sofre lesão e está fora da Finalíssima contra a Inglaterra e de jogo na Alemanha

Principal nome do futebol feminino brasileiro, Marta vem sofrendo com as lesões e vai desfalcar a seleção na Finalíssima, dia 6 de abril, diante da Inglaterra, e no amistoso com a Alemanha, cinco dias depois. Ela foi cortada ontem pela técnica Pia Sundhage, por causa de uma lesão muscular. Para sua vaga, a palmeirense Duda Santos foi chamada. É o segundo corte que Pia é obrigada a fazer. Também por lesão, ela trocou a corintiana Duda Sampaio pela companheira de clube Luana. ●

Outro caso na Espanha

Gonzalo Montiel, campeão mundial com a Argentina, é acusado de abuso sexual

Gonzalo Montiel, lateral-direito do Sevilla e campeão da Copa do Mundo com a seleção argentina no Catar, está sendo acusado de abuso sexual. A denúncia foi feita por uma modelo que não teve o nome revelado. A mulher relata ter sido vítima do jogador durante a festa de aniversário dele, no dia 1º de janeiro de 2019. O evento ocorreu na casa de Montiel. Também na Espanha, o brasileiro Daniel Alves está preso há cerca de dois meses, acusado de estupro. ●

Artur vai ser o segundo reforço do Palmeiras

A Palmeiras está perto de anunciar a volta do atacante Artur ao clube. As negociações evoluíram e o Alviverde vai pagar 8 milhões de euros (cerca de R$ 45 milhões) pelo jogador de 25 anos. A intenção é fechar oficialmente a contratação até amanhã, antes do fim das inscrições para a fase de grupos da Libertadores.

Segundo apurou o **Estadão**, a negociação também prevê o pagamento de 1 milhão de euros adicionais (cerca de R$ 5,6 milhões) ao Bragantino por metas a serem atingidas por Artur com a camisa do Palmeiras. Entre elas, estão convocações para a seleção brasileira e conquistas de títulos.

As negociações foram aceleradas nos últimos dias em função dos prazos. O atleta tem a aprovação do técnico Abel Ferreira. Com sua chegada, o ataque do Palmeiras ganhará muito em velocidade – ele se juntará a Dudu, Rony e Endrick. Até este mês, o Palmeiras ainda não havia anunciado nenhum reforço para a temporada; na terça-feira, o volante colombiano Richard Ríos, de 22 anos, foi a primeira contratação do clube em 2023 junto ao Guarani.

Artur subiu ao profissional do Palmeiras em 2017, mas não teve muitas oportunidades. Após ser emprestado ao Londrina e Bahia, o jovem atacante foi vendido ao Bragantino em 2020, por 6 milhões de euros (R$ 28 milhões à época) e se tornou peça fundamental na equipe de Bragança Paulista. Em 2023, foi titular em todos os jogos da equipe, no Campeonato Paulista e na Copa do Brasil. ●

O MELHOR DA TV

JUDÔ
● Grand Slam
Etapa da Turquia
11h / SporTV 3

TÊNIS
● ATP e WTA de Miami
14h, 16h e 20h / ESPN 2

FUTEBOL
● Campeonato Francês
Olym. Marselha x Montpellier
16h /ESPN 4
● Campeonato Argentino
Estudiantes x Newell's O. Boys
19h / ESPN 4
● Brasileiro Feminino
Flamengo x Athletico-PR
19h / SporTV
● Sul-Americano Sub-17
Argentina x Venezuela
19h / ESPN 4

VÔLEI
● Superliga Feminina
Pinheiros x Minas
21h / SporTV 2

FÓRMULA 1
● GP da Austrália
Treino livre 3
22h20 /BandSports
Treino classificatório
1h30 (sábado) / Band e Bandsports

BASQUETE
● NBA
D. Nuggets x Phoenix Suns
23h30 / ESPN 2

Golpe do mestre

Com o taekwondo, ele afasta jovens da violência urbana

Ronaldo Souza comanda projeto em Santa Rita, Paraíba, ajuda na educação e até coloca atletas na seleção brasileira

BRUNO ACCORSI

Ronaldo Souza vivia mais um dia de trabalho como operador de máquinas, em 2001, quando precisou de atendimento médico. Passou mal por causa do grande esforço que fazia pelo sonho de se tornar profissional de taekwondo, com treinos exaustivos e sem a suplementação alimentar necessária para aguentar rotina tão intensa.

Ele mal podia imaginar que começaria ali a construir um projeto social que iria ajudar mais de 8 mil crianças e adolescentes a mudar de vida em Santa Rita, cidade da Paraíba com alto índice de violência onde foi criado, e ainda colocaria alunos na seleção brasileira de taekwondo.

Naquele dia, depois de passar mal, Ronaldo conversou com Berivaldo Araújo, então funcionário do RH da fábrica da Alpargatas, onde ele também trabalhava, e explicou a situação. Sensibilizado, Berivaldo conseguiu na empresa recursos para incentivar o sonho do aspirante a atleta.

Foi algo inesperado para Ronaldo, que buscara apoio financeiro em seu emprego anterior e teve recepção bastante diferente. "Fui demitido", relembra o lutador e professor de taekwondo de 46 anos, rindo, em conversa com o **Estadão**. "Cheguei para a gerência e pedi patrocínio para viajar, disputar campeonato, mas parece que o gerente não estava em um dia muito bom. Ele falou: 'Então, você quer tempo e dinheiro? Pode ficar tranquilo que agora o tempo você tem. Pode ir para casa'."

A demissão o levou ao novo emprego e lá, enfim, ele conseguiu o tão sonhado patrocínio. Foi campeão paraibano e brasileiro dentro da Liga Nacional de Taekwondo. Também teve títulos fora do Brasil, mas cultivava outros objetivos.

RONALDO SOUZA

Ronaldo já ajudou mais de 8 mil crianças e adolescentes no projeto

PASSO DECISIVO. Por isso, bateu de novo à porta de Berivaldo e revelou o desejo de montar uma escolinha de taekwondo para filhos de funcionários da Alpargatas. Ouviu que não havia recursos, mas insistiu, sugerindo utilizar salas vazias e reciclar materiais descartados para improvisar tatames e sacos de pancada. Convenceu e começou a dar aulas, que, em 2003, foram abertas também à comunidade local, após a fundação do Instituto Alpargatas, braço social da empresa dirigido por Berivaldo. Nascia o Projeto Escolinha de Taekwondo. A inscrição só pode ser feita por crianças e adolescentes que estejam estudando. E quem for reprovado não continua.

Os alunos têm acesso a alimentação, esporte e educação. Embora o foco do projeto seja a educação, o desempenho esportivo também abre portas. Em fevereiro, Davi Gonçalves de Araújo Silva, de 12 anos, e Ana Letícia Soares, de 13, foram ao Rio participar das seletivas da Confederação Brasileira de Taekwondo para a seleção brasileira. Conseguiram vagas de reservas na categoria cadete, de 12 a 14 anos.

Davi irá ao Pan da República Dominicana, entre 24 e 26 de abril, pois um dos titulares não poderá viajar. "Eu nunca tinha imaginado que conseguiria uma vaga na seleção brasileira", diz o garoto, há oito anos na escolinha. Ana Letícia, aluna há quatro anos, espera ser acionada. "É uma coisa que comecei a fazer por fazer e agora virou um negócio bem sério." Em agosto, os dois esperam participar do Mundial, na Bósnia. ●

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B32)

Política fiscal No lugar do teto de gastos

Âncora prevê piso para despesas e investimentos

Haddad afirma que nova regra não é 'bala de prata'; para Campos Neto, do BC, plano parece 'bastante razoável'; Bolsa sobe e dólar recua

ADRIANA FERNANDES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

Apresentado ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o novo arcabouço fiscal aposta no crescimento da arrecadação de impostos e numa regra de controle de gastos ao mesmo tempo que prevê a criação de um piso para o aumento das despesas. Seja qual for a circunstância, a despesa pública vai crescer, inclusive nos próximos governos.

O anúncio do arcabouço fiscal, após cinco meses de expectativa desde a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agradou ao mercado financeiro. A Bolsa subiu 1,89%, no quinto dia de ganho seguido, o dólar caiu 0,73%, indo para R$ 5,09, e os juros futuros recuaram.

A regra fiscal definiu que os gastos vão aumentar no mínimo 0,6% acima da inflação, mesmo se a meta de resultado primário (arrecadação menos despesas) for descumprida. Também existirá um teto para o crescimento de despesas, de 2,5% acima do IPCA, garantindo que valores acima dessa faixa sejam direcionados para investimentos.

Na prática, a banda entre 0,6% e 2,5% representará um crescimento real das despesas. Esse é um dos pontos de maior preocupação de especialistas em contas públicas (*leia mais na B3*), que avaliam que a medida pode dificultar o corte de gastos no futuro.

Flutuação
Pela proposta, os gastos aumentam no mínimo 0,6% acima da inflação, com um teto de 2,5%

Para o governo, no entanto, seria uma garantia de reparação histórica das políticas sociais e dos investimentos necessários para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os investimentos também ficarão blindados com um piso. Pela regra, o patamar atual entre R$ 70 bilhões e R$ 75 bilhões será mantido e corrigido pela inflação, como antecipou o **Estadão**.

A nova âncora é baseada no mecanismo de que o aumento anual da despesa terá de ser sempre em velocidade menor do que o das receitas. O crescimento da despesa estará limitado a 70% da variação da receita primária dos últimos 12 meses.

"É um plano de voo", disse Haddad, no anúncio. Ele avaliou que o arcabouço recupera uma trajetória de credibilidade e permite que os investidores não tenham dúvida da segurança em investir no Brasil. "Não existe bala de prata", acrescentou, ao se referir ao trabalho à frente para aprovar o texto e atingir as metas.

Enquanto o arcabouço era divulgado por Haddad, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que a regra "parecia bastante razoável", mas que era preciso ainda ver o formato final da proposta. O texto legal ainda será redigido e só ficará pronto na próxima semana. Já o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, afirmou que a nova norma "é robusta e foi desenhada no sentido de agregar previsibilidade, ao orientar o governo para uma boa gestão das contas públicas". ●

CONHEÇA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DE ÂNCORA FISCAL. PÁG. B2

Celso Ming celso.ming@estadao.com

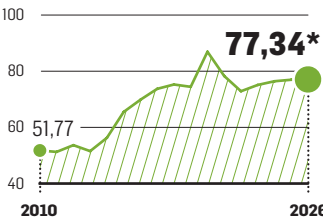
Âncora com molejo

Habemus ancoram, diriam os latinos. Isso tem um lado bom, porque antes o barco podia ser arrastado pela correnteza.

O arcabouço fiscal tem de ser crível. É o que se exige desde o abandono do critério do teto de gastos, em janeiro. No entanto, a nova regra fiscal, divulgada nesta quinta-feira, 30, pelo ministro Fernando Haddad precisa ainda ser aprovada e passar pela prova do pudim: funcionar na prática. Por isso, não dá ainda para dizer que seja crível, mas pode ser uma boa aposta.

O arcabouço foi concebido para ser o antigo plano de formação de superávits primários, ou seja, de obtenção de sobras de arrecadação (descontados os juros da dívida), mas submetidas a alguma flexibilidade, para gastar mais. Esse molejo corresponde a uma proporção da receita realizada no ano anterior e às tais bandas de flutuação das metas, que parecem favorecer mais o aumento das despesas.

Ao contrário do que vem propalando o ministro, não se trata de uma regra “extremamente simples”. Ela exige uma administração mais complexa e maior crescimento do PIB.

O arcabouço tem um pressuposto eleitoral: o de apresentar uma boa foto do governo em 2026, que é a de formar um superávit de 1% do PIB, quando a campanha eleitoral estará nas ruas e na TV. Essa percepção talvez seja uma razão pela qual a atual oposição possa trabalhar contra sua aprovação. Ou seja, a primeira incerteza é a da real disposição deste Congresso mais hostil ao governo de aprovar o novo ordenamento.

Outra incerteza está em saber se na prática ele se sustentará, especialmente se os gatilhos funcionarão caso a meta fiscal não for atingida. A impressão é a de que facilita os gastos, sem punição quando deixar de ser cumprido.

Além disso, depende da obtenção satisfatória de receitas. E estas, por sua vez, não dependerão apenas de um bom comportamento do PIB, mas de um esforço extra, que já foi anunciado. O plano do ministro Haddad é de obter um adicional que pode chegar a R$ 150 bilhões por ano, por meio de cobranças de quem está fugindo da boca do Leão ou de setores que gozam de bondades fiscais em isenções tributárias ou em subsídios – e não com aumento da carga tributária. E essa empreitada também depende em boa parte do Congresso e do enredamento de velhos apropriadores de benesses do Tesouro.

Um dos objetivos de uma âncora fiscal sustentável é o controle da trajetória da dívida pública (veja o gráfico). E aí chegamos a uma necessária interdependência. O controle da dívida apenas será obtido com a derrubada decisiva dos juros, o que, por sua vez, só se tornará possível se as contas públicas estiverem sob controle. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Contas públicas Âncora para despesas

Proposta de regra fiscal é mais flexível do que teto de gastos

Equipe econômica diz que norma garantirá um equilíbrio entre arrecadação e gastos para zerar o déficit público em 2024

BRASÍLIA

A nova âncora fiscal anunciada ontem pelo governo, que ainda precisa ser aprovada pelo Congresso, é mais flexível do que a regra do teto de gastos. O objetivo, segundo a equipe econômica, é garantir uma relação sustentável entre arrecadação e gastos de forma a zerar o déficit público da União em 2024 e voltar a registrar superávit a partir de 2025 (*leia mais ao lado*). Veja o que diz a proposta:

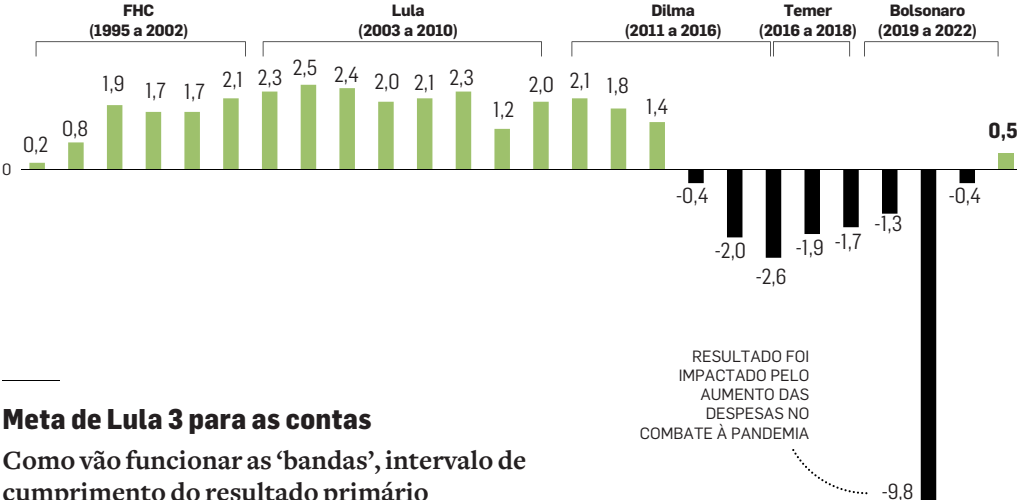
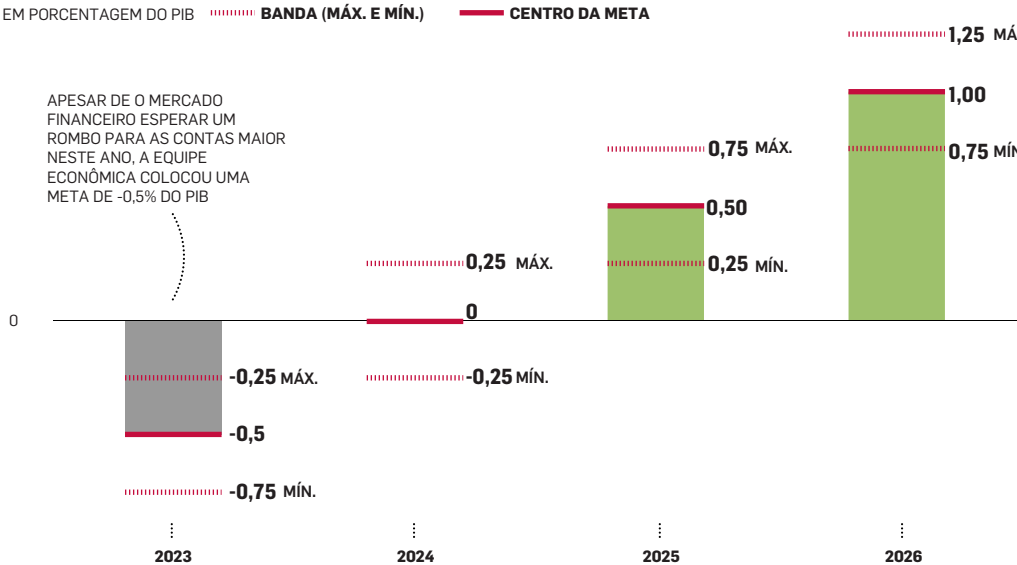
PRINCIPAL REGRA. O crescimento dos gastos no ano será limitado a 70% do avanço das receitas (arrecadação do governo com impostos e transferências) nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior. Assim, as despesas devem crescer menos do que as receitas.

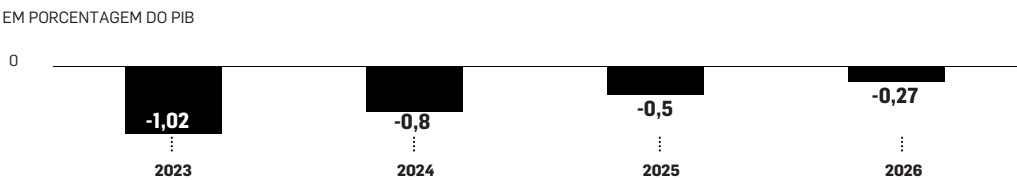
SEGUNDO LIMITE. As despesas vão seguir também um outro parâmetro. Terão um crescimento real (acima da inflação) de 0,6% a 2,5% ao ano. Assim, o governo terá tanto um piso como um limite máximo para as despesas. Já os investimentos terão um piso e serão corrigidos, no mínimo, pela inflação.

METAS. Zerar o déficit da União em 2024, com superávit de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% do PIB em 2026. As metas têm tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos.

GATILHOS. Se o limite da meta de superávit for ultrapassado (por exemplo, ficar acima de 0,75% do PIB em 2025), o excedente arrecadado vai para investimentos públicos. Já se o piso não for atingido, as despesas poderão crescer apenas 50% do aumento da receita (e não mais os 70% originais).

O QUE FICOU FORA. A regra não limita despesas como o fundo da educação básica (Fundeb) e o piso da enfermagem (estão previstos na Constituição). Mantém ainda regras constitucionais de gastos mínimos com saúde e educação.

DIFERENÇA COM TETO DE GASTOS. O crescimento das despesas era limitado pela variação da inflação. Assim, mesmo que a arrecadação subisse muito, os gastos não poderiam ter crescimento real (acima da inflação). ●

Expectativa do mercado

Confira as estimativas dos economistas consultados pelo BC para os próximos anos

EM PORCENTAGEM DO PIB

Contas públicas Âncora para despesas

Nova regra ainda deixa dúvidas sobre controle de gastos, dizem analistas

Ao avaliar proposta de âncora fiscal, especialistas veem risco na fixação de um piso para as despesas do governo

ADRIANA FERNANDES
ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O novo arcabouço fiscal divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda pode ajudar a estabilizar a trajetória da dívida pública, mas ainda deixa dúvidas sobretudo em relação a mecanismos para controle de gastos, avaliam especialistas ouvidos pelo **Estadão**.

Isso porque a regra estabelece não só um teto, mas também um piso mínimo para as despesas – um crescimento de 0,6% ao ano acima da inflação. "Nos momentos em que a arrecadação crescer menos ou cair, a gente não vai conseguir cortar despesas, até mesmo para cumprir o mínimo de despesa que está no arcabouço", avalia a economista-chefe do Credit Suisse no Brasil, Solange Srour. "Esse arcabouço tinha de vir junto com uma reforma de gasto para ser crível nos momentos em que o PIB não cresce."

Já o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, avalia que esse piso funciona como uma espécie de "proteção" para momentos de retração econômica. "O novo arcabouço fiscal prevê que a despesa crescerá a 70% da taxa de crescimento da arrecadação, mas limitada a no máximo 2,5% e no mínimo a 0,6%. Esse intervalo evitará que se gaste muito em tempos de vacas gordas, e que falte o fundamental em períodos de baixa do ciclo", afirma Salto, ex-secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo.

Ele exalta a combinação de um mecanismo de controle de gastos com metas de resultado primário, e afirma que a regra apresentada deverá melhorar a trajetória projetada para a dívida pública.

A diretora da Instituição Fiscal Independente, Vilma da Conceição Pinto, diz que é positiva a projeção do governo de zerar o rombo das contas públicas em 2024 e gerar superávit primário de 0,5% do PIB, em 2024, e de 1% do PIB em 2026 – último ano do governo Lula –, mas avalia que é preciso sinalizar com quais mecanismos esse resultado será alcançado.

"Depois de semanas de suspense, esperava-se explicações mais convincentes acerca de como o governo pretende transitar nos próximos três a quatro anos"

Fabio Giambiagi
Economista, pesquisador do Ibre/FGV

"O intervalo para alta de despesa (de 0,6% a 2,5%) evitará que se gaste muito em tempos de vacas gordas e que falte o fundamental em períodos de baixa do ciclo"

Felipe Salto
Economista-chefe da Warren Rena e ex-secretário da Fazenda de SP

"O arcabouço tinha de vir com uma reforma do gasto para ser crível nos momentos em que o PIB não cresce. É uma regra que traz convergência da dívida muito devagar"

Solange Srour
Economista-chefe do banco Credit Suisse no Brasil

"É positiva a sinalização de se comprometer com geração de superávit primário, mas é preciso sinalizar com quais mecanismos esse resultado será alcançado"

Vilma Pinto
Economista, diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado

'Só será sustentável se esse superávit for realizado por meio de medidas de caráter estrutural", afirma.

Salto pondera que as metas de resultado primário fixadas são ambiciosas e dependeriam de um forte aumento da arrecadação. "De todo modo, mesmo sem isso a aplicação do controle de gastos ajudaria a melhorar o esforço primário ao longo do tempo e produziria efeitos relevantes sobre a trajetória da dívida em relação ao PIB."

Vilma afirma que, apesar de a nova âncora trazer mais flexibilidade para a gestão das contas públicas em relação ao teto de gastos – regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação –, a vinculação das despesas ao crescimento da arrecadação pode gerar incentivo por busca de receitas não recorrentes.

"Pesa a boa intenção de se preservar os investimentos públicos; mas, ao se criar um piso (*pela inflação*), a regra também aumenta a rigidez da atual estrutura orçamentária", diz a diretora da IFI.

DETALHAMENTO. O pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) Fabio Giambiagi avalia que faltou detalhamento na divulgação do arcabouço fiscal. "Depois de semanas de suspense, esperava-se explicações mais convincentes acerca de como o governo pretende transitar nos próximos três a quatro anos em matéria fiscal", diz.

Ele sugere que em abril, com a divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o governo divulgue um quadro detalhado, de 2023 a 2026, de qual será o cenário básico com o qual as autoridades vão trabalhar para o comportamento das receitas e despesas.

"Na receita, decompondo em IPI, IR, IOF, Cofins, PIS-Pasep, CSLL, receitas de exploração de recursos naturais, dividendos e concessões. E, no lado das despesas, mostrando a evolução das principais rubricas: pessoal, INSS, FAT, LOAS, Fundeb, subsídios, sentenças judiciais, Bolsa Família, saúde e educação e outras despesas", diz. ●

Lula mostra pragmatismo, mas política econômica ainda pode ser errática

ANÁLISE

SILVIO CASCIONE

O novo arcabouço fiscal passou uma mensagem importante sobre a política econômica do governo Lula: a de que o presidente da República continua a confiar mais no plano de voo do ministro Fernando Haddad, que prevê uma expansão gradual dos gastos, do que nas ideias da ala do PT que defende um período mais longo de déficits públicos e expansão dos gastos sociais.

O teto de 2,5% para a expansão dos gastos é um exemplo importante. Ao concordar com essa parte da regra, Lula avisa que a valorização do salário mínimo e dos programas sociais ocorrerá de forma lenta, mesmo em anos eleitorais. A política fiscal de Lula depende muito do aumento das receitas – e também de um pouco de sorte, mas isso já era sabido desde a campanha eleitoral.

Foi, portanto, uma confirmação de que o presidente continua a ser mais pragmático em matérias econômicas do que a maioria de seu partido. Isso será muito importante no restante do seu mandato, pois a política fiscal depende de muitas batalhas difíceis no Congresso, com medidas de aumento de carga tributária, para ter sucesso.

Mas o fato de Lula ter mostrado pragmatismo em política fiscal não significa que seu discurso sobre juros se torne menos agressivo, ou que ele ficará menos errático em decisões futuras.

Lula tem hesitado em tomar decisões difíceis e tem usado uma retórica menos moderada, por governar em um contexto de forte polarização política, com popularidade mais baixa do que em outros períodos. Lula pode ser pragmático e, ao mesmo tempo, sentir-se inseguro, ou desconfiado e, por isso, ter menos convicção em outras medidas prescritas por Haddad.

Se a economia fraca começar a afetar a popularidade de Lula, ainda há um grande risco de piora da política econômica, com um presidente tentado a medidas desesperadas para virar o jogo. ●

"Lula tem hesitado em tomar decisões difíceis e tem usado uma retórica menos moderada, por governar em um contexto de forte polarização política, com popularidade mais baixa do que em outros períodos"

MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNB E DIRETOR DA EURASIA GROUP

Elena Landau elena.landau@eusoulivres.org

Eletrobras, a bola da vez

A capitalização da Eletrobras entrou na mira, ou na ira, de Lula. Não sou fã do processo, mas está feito, e suas críticas estão equivocadas. Ele alega que os recursos da capitalização foram usados para pagar dívida e comidos pelos juros e que a limitação do poder de voto da União em 10% (apesar de uma participação acionária de 40%) é crime de lesa-pátria.

Vamos por partes. A capitalização permitiu que a Eletrobras voltasse a investir. Desde a desastrosa intervenção de Dilma no setor com a MP 579, a empresa tinha perdido a capacidade financeira para isso. Estava altamente endividada – a relação dívida/caixa chegou a oito vezes, e só não a levou à bancarrota porque pertencia ao Tesouro. Os investimentos voltaram e vão subir com a entrada de capital privado.

Entre a saída de Dilma e a capitalização, o valor da companhia foi multiplicado por sete, chegando a R$ 70 bilhões. Um resultado da mudança de gestão, com apoio da ótima Lei das Estatais – que, por sinal, Lula quer mudar. Como diz o presidente da Petrobras, controle demais atrapalha. De fato, atrapalha a voltar com abusos e erros de política que destruíram o patrimônio das duas maiores estatais do País, gerando perdas à União e a nós, contribuintes.

Outro erro é dizer que os recursos foram usados para reduzir dívida. Lula precisa se

> ***Lula precisa se informar melhor sobre o processo de capitalização da Eletrobras***

informar melhor. Foram cerca de R$ 27 bilhões para o Tesouro, mais R$ 32 bilhões para descontos nas tarifas, via aporte na CDE, e o comprometimento de mais R$ 9 bilhões para fundos regionais.

A limitação de voto é parte da ideia de corporação. Não fosse assim, teria sido melhor vender logo o controle da empresa, eliminando a possibilidade de reestatização. Para evitar que um grande ativo, responsável por cerca de um quarto da geração de energia, caísse na mão de só um grupo, optou-se pela pulverização.

A retirada do governo não terminaria aí. Com a valorização que normalmente se segue à privatização, haveria uma oferta secundária de ações estatais remanescentes, gerando mais recursos para o Tesouro, além dos R$ 68 bilhões da capitalização. Após a operação, o valor da Eletrobras chegou a R$ 120 bilhões, mas parte foi destruída pelas ameaças de Lula.

O problema mais grave da lei são os famosos "jabutis" que inventaram térmicas onde não há gás e que podem dobrar o valor da CDE anual. Além de fortalecer o lobby do tal "Brasduto", que, como zumbi, não morre nunca. Mas nisso, Lula não tem coragem de mexer.

O que é lesivo aos cofres públicos são iniciativas jurídicas aventureiras que desvalorizam as ações do próprio governo e o nosso patrimônio. ●

ECONOMISTA E ADVOGADA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Contas públicas Receita extra

Haddad fala em medidas contra 'jabutis tributários'

No anúncio do novo arcabouço fiscal, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo vai propor novas medidas até o fim do ano que poderiam garantir de R$ 100 bilhões a R$ 150 bilhões e reforçar o resultado das contas públicas. Ele acenou com medidas para acabar com o que chamou de "jabutis tributários". "Estamos identificando grandes jabutis, e não pequenos", afirmou o ministro.

Haddad não deu detalhes das medidas, mas sinalizou que seriam regras para acabar com esses "jabutis" e conter uma série de distorções no sistema tributário. Um pacote com as primeiras medidas será apresentado na semana que vem.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que o novo arcabouço não prevê a criação impostos. "Não envolve a criação de novos tributos, é fake news", disse. ● A.F. e A.C.P./BRASÍLIA

Esferatur Passagens e Turismo S.A.

CNPJ: 76.530.260/0001-30

Balanço patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	19.409	6.126
Contas a receber de clientes	8.148	22.043
Adiantamento a fornecedores	-	2
Contas a receber - partes relacionadas	610	1.046
Impostos a recuperar	1.227	948
Outras contas a receber	4.510	4.625
Total do ativo circulante	**33.904**	**34.790**
Não circulante		
Impostos diferidos	11.905	13.737
Depósito judiciais	20	84
Impostos a recuperar	1.233	-
Ativo imobilizado	263	455
Ativo intangível	305	447
Ativos de direito de uso	-	175
Total do ativo não circulante	**13.726**	**14.898**
Total do ativo	**47.630**	**49.688**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Fornecedores	6.865	6.706
Contas a pagar - partes relacionadas	27.788	10.561
Salários e encargos sociais	2.197	3.421
Impostos e contribuições a pagar	265	625
Passivos de arrendamento	-	191
Outras contas a pagar	4.821	3.802
Total do passivo circulante	**41.936**	**25.306**
Não circulante		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	763	2.055
Total do passivo não circulante	**763**	**2.055**
Patrimônio líquido		
Capital social	50.304	50.304
Reserva de capital	15	266
Reserva de lucros	-	-
Prejuízos acumulados	(45.388)	(28.243)
Total do patrimônio líquido	**4.931**	**22.327**
Total do passivo e patrimônio líquido	**47.630**	**49.688**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	30.320	28.340
Impostos sobre vendas	(1.503)	(2.562)
Receita líquida de vendas	**28.817**	**25.778**
Despesas operacionais		
Despesas de vendas	(2.860)	(2.006)
Despesas gerais e administrativas	(48.878)	(47.372)
Depreciação e amortização	(286)	(858)
Outras receitas/despesas operacionais	7.293	(4.391)
Lucro antes do resultado financeiro	**(15.914)**	**(28.849)**
Receitas (despesas) financeiras, líquida	129	893
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(15.785)**	**(27.956)**
Imposto de renda e contribuição social	1.360	2.589
Prejuízo do exercício	**(17.145)**	**(25.367)**

A Diretoria

Contador
Ahmad Abu Islaim - CRC: 1SP - 259.626/O-8

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO PARAIBA - CONSAVAP

BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercício Atual
ATIVO	3.933.205,85
ATIVO CIRCULANTE	3.685.168,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.683.774,88
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.393,74
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	248.037,23
IMOBILIZADO	248.037,23
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.933.205,85
PASSIVO CIRCULANTE	2.134.362,70
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.134.264,55
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	98,15
PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.798.843,15
RESULTADOS ACUMULADOS	1.798.843,15

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	Exercício Atual
ATIVO (I)	3.933.205,85
ATIVO FINANCEIRO	3.683.774,88
ATIVO PERMANENTE	249.430,97
PASSIVO (II)	2.134.362,70
PASSIVO FINANCEIRO	2.134.362,70
PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	1.798.843,15

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	Exercício Atual
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

	Exercício Atual
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS	**1.549.412,18**
0131000000000 - SAUDE	1.549.412,18

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**22.724.765,02**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	396.349,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	396.349,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	22.245.811,86
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	22.245.811,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	82.603,66
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	82.603,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**23.863.244,45**
PESSOAL E ENCARGOS	738.028,34
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	582.450,06
ENCARGOS PATRONAIS	155.578,28
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	117.810,09
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	7.406,39
SERVIÇO	110.403,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	6.993,48
JUROS E ENCARGOS DE MORA	6.993,48
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	23.000.412,54
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	23.000.412,54
Resultado Patrimonial do Período	**-1.138.479,43**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.296.198,61	22.296.198,61	22.724.765,02	428.566,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	50.000,02	50.000,02	395.962,58	345.962,56
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.246.198,59	22.246.198,59	22.246.198,78	0,19
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	82.603,66	82.603,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.296.198,61	22.296.198,61	22.724.765,02	428.566,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.296.198,61	22.296.198,61	22.724.765,02	428.566,41
Déficit (VI)	-	-	1.180.741,43	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.296.198,61	22.296.198,61	23.905.506,45	1.609.307,84
Saldos de Exercícios Anteriores	-	1.777.350,19	1.777.350,19	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	1.777.350,19	1.777.350,19	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATU-ALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.294.198,61	24.022.148,80	23.862.244,45	23.862.244,45	21.727.979,90	159.904,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	871.114,54	871.114,54	718.396,18	718.396,18	718.396,18	152.718,36
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.423.084,07	23.151.034,26	23.143.848,27	23.143.848,27	21.009.583,72	7.185,99
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	2.000,00	51.400,00	43.262,00	43.262,00	43.262,00	8.138,00
INVESTIMENTOS	2.000,00	51.400,00	43.262,00	43.262,00	43.262,00	8.138,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	22.296.198,61	24.073.548,80	23.905.506,45	23.905.506,45	21.771.241,90	168.042,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	22.296.198,61	24.073.548,80	23.905.506,45	23.905.506,45	21.771.241,90	168.042,35
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	22.296.198,61	24.073.548,80	23.905.506,45	23.905.506,45	21.771.241,90	-
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS – ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	DISPÊNDIOS – ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**22.724.765,02**	**DESPESA ORÇAMENTÁRIA**	**23.905.506,45**
Ordinária	**22.724.765,02**	**Ordinária**	**23.905.506,45**
SAUDE	22.724.765,02	SAUDE	23.905.506,45
Vinculada	**0,00**	**Vinculada**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	**0,00**	**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS**	**0,00**
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	**2.258.770,98**	**EXTRAORÇAMENTÁRIAS**	**1.858.852,36**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.134.264,55	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.734.444,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	124.506,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	124.408,28
SALDOS ANTERIORES	**4.464.597,69**	**SALDOS ATUAIS**	**3.683.774,88**
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	4.464.597,69	CONTAS CORRENTES	3.683.774,88
APLICAÇÕES	0,00	APLICAÇÕES	0,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	**29.448.133,69**	**TOTAL**	**29.448.133,69**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA-DOS LIQUIDADOS	Inscritos – Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos – Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Pagos (d)	Cancelados (d)	Saldo e= (a+b-c-d)
Despesas Correntes	0,00	1.734.444,08	1.734.444,08	0,00	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.734.444,08	1.734.444,08	0,00	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**1.734.444,08**	**1.734.444,08**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos – Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos – Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f= (a+b-d-e)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 30/03/2023

MYRIAM ALCKMIN RAMOS NOGUEIRA
SECRETARIA EXECUTIVA

ANA PAULA DE CAMPOS SIMAO
CONTADORA - CRC 1SP173428/O-9

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

As pessoas físicas e jurídicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM sua intenção de constituir uma administradora de consórcio com as características abaixo especificadas:
Denominação social: UNIMARCA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LTDA
Local da sede: Avenida Omega, 171 – ap. 52 – Melville Empresarial – Barueri – SP – Cep. 06472-005
Capital inicial: R$ 1.000.000,00
Composição societária:
-controladores:
- Marcos Antonio Giacomazzi – CPF. 053.561.878-66 – com 50% de participação no Capital Social
- Caio Marcelo Carlos da Silva – CPF. 118.708.438-78 – com 50% de participação no Capital Social

As pessoas físicas abaixo identificadas, por intermédio do presente instrumento, DECLARAM, nos termos do art. 21, inciso II, da Circular nº 3.433, de 3 de fevereiro de 2009, sua intenção de exercer cargos de administração na UNIMARCA CONSÓRCIO NACIONAL LTDA.
- Marcos Antonio Giacomazzi – CPF. 053.561.878-66 - Diretor Administrativo/Financeiro
- Caio Marcelo Carlos da Silva – CPF. 118.708.438-78 – Diretor Comercial

As pessoas físicas e jurídicas signatárias deste instrumento ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de trinta dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.
Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet)
Preencher o campo “Número do Processo Administrativo Eletrônico – PE” com o número do processo mencionado abaixo
Selecionar, no campo “Assunto”: Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB
Selecionar, no campo “Destino”: o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo
BANCO CENTRAL DO BRASIL
Gerência Técnica em Curitiba - GTCUR
Processo nº 226277
Barueri (SP), 13 de fevereiro de 2023
Marcos Antonio Giacomazzi Caio Marcelo Carlos da Silva

Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.585.865/0001-51 - NIRE 35.300.035.844

Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de Março de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de março de 2023, às 09h00, por meio virtual nos termos do estatuto social da Raia Drogasil S.A. (“Companhia” ou “RD”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, n° 3.097. **2. Convocação e Presenças:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração (“Conselheiros”) sendo dispensada, portanto, a convocação. **3. Mesa:** Presidente: Antonio Carlos Pipponzi; Secretário: Elton Flávio Silva de Oliveira. **4. Ordem do Dia:** Apropriação de juros a título de remuneração sobre o capital próprio. **5. Deliberações:** Devidamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** A apropriação de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, na importância bruta de R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), correspondente R$0,048530597 por ação ordinária de emissão da Companhia, sobre a qual será efetuada a dedução do imposto de renda na fonte, quando for o caso. A remuneração terá como base a posição acionária de 04/04/2023, sendo certo que a partir de 05/04/2023 as ações da Companhia serão negociadas “ex juros sobre capital próprio”. O pagamento será efetuado até o dia 01/12/2023, em data a ser estabelecida pela administração da Companhia e não sofrerá nenhuma atualização monetária até o efetivo pagamento. Fica autorizada a Diretoria da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação da referida deliberação. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, na forma sumária, devidamente assinada por todos. Assinaturas: Mesa: Antonio Carlos Pipponzi – Presidente e Elton Flávio Silva de Oliveira – Secretário; Conselheiros de Administração: Antonio Carlos Pipponzi, Carlos Pires Oliveira Dias, Renato Pires Oliveira Dias, Cristiana Almeida Pipponzi, Plínio Villares Musetti, Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, Marco Ambrogio Crespi Bonomi, Sylvia de Souza Leão Wanderley, Denise Soares dos Santos, Philipp Paul Marie Povel e Cesar Nivaldo Gon. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio, sendo autorizado o seu arquivamento no Registro do Comércio e posterior publicação, nos termos do artigo 142, §1°, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. São Paulo, 30 de março de 2023. Elton Flávio Silva de Oliveira - Secretário.

NOTAS E INFORMAÇÕES

O custo da leniência inflacionária

Criticado pelo governo, BC reafirma que, no longo prazo, inflação alta tem efeitos mais severos que juros altos

Banco Central (BC) admitiu que as chances de a inflação romper a meta neste ano subiram de 57% para 83%. As projeções da edição mais recente do *Relatório Trimestral de Inflação* (*RTI*) apontam que o IPCA deve encerrar o ano em 5,8%, acima do objetivo central, de 3,25%, e do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,75%. A informação não é exatamente uma novidade, haja vista que a inflação, embora tenha desacelerado, permanece em um patamar elevado, enquanto os núcleos da inflação, que excluem itens mais voláteis e indicam uma tendência mais precisa sobre o comportamento dos preços, continuam a aumentar.

Se no curto prazo o BC tem tido dificuldades para trazer a inflação ao centro da meta, no médio prazo a situação não é tão diferente. Para os próximos dois anos, a meta é de 3%, mas a projeção da autoridade monetária para a inflação de 2024 é de 3,6%; e para 2025, de 3,2%. No boletim *Focus*, as previsões do mercado para o IPCA são ainda mais pessimistas – de 5,93% em 2023, de 4,13% em 2024 e de 4% em 2025. O cenário, portanto, não abre espaço para a redução da Selic neste momento, a despeito de toda a pressão pública que o governo de Lula da Silva tem feito nesse sentido.

Tal como uma profecia autorrealizável, um dos aspectos que mais elevam o custo da desinflação é a desancoragem das expectativas. Para influenciar o mercado a reduzir essas estimativas, há algumas alternativas às quais as autoridades podem recorrer. Do governo, por exemplo, espera-se que demonstre seu comprometimento com a responsabilidade fiscal, não levante dúvidas sobre a credibilidade do sistema de metas de inflação e não questione a autonomia formal do Banco Central.

Ao BC, resta reafirmar seu firme compromisso com as metas, algo que a instituição tem feito em todas as comunicações oficiais. Foi o que a instituição fez na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na qual manteve a taxa básica de juros em 13,75%, e no *Relatório de Inflação* divulgado nesta semana, em que adotou o mesmo tom de cautela.

Alvo de ataques contínuos liderados por Lula da Silva, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, aproveitou a entrevista concedida após a divulgação do *RTI* para reforçar algumas mensagens caras à instituição e que não têm sido muito bem compreendidas. Ele reiterou que as decisões da autoridade monetária não têm um componente político, mas técnico. Esclareceu que a meta não é um objetivo que o BC persegue cegamente – do contrário, a Selic teria de estar em 26,5% ao ano. Reconheceu, no entanto, que o controle da inflação, objetivo fundamental da autoridade monetária, impõe um alto preço à sociedade como um todo.

"Eu diria aos brasileiros que o custo de combater a inflação é realmente muito alto, e parte deste custo é sentido no curto prazo. Mas o custo de não combater é muito mais alto, e é sentido no longo prazo de uma forma mais severa", disse Campos Neto. O que o presidente do BC não disse, mas ficou implícito, é que, quando o governo joga contra esses objetivos, o custo para a sociedade é ainda maior. ●

Indicadores Pesquisa do IBGE

Produção industrial inicia ano com queda de 0,3%

A indústria manteve em janeiro o comportamento negativo que vinha esboçando em 2022. A produção do setor encolheu 0,3% em relação a dezembro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O recuo foi resultado de perdas em 11 dos 25 ramos pesquisados, com destaque para produtos farmacêuticos (-13,0%), veículos (-6,0%), produtos alimentícios (-2,1%) e derivados de petróleo e biocombustíveis (-1,5%). Outras quedas relevantes ocorreram em produtos químicos (-1,3%), produtos de metal (-2,8%), máquinas e materiais elétricos (-3,2%) e equipamentos de informática (-3,5%).

Na direção oposta, o avanço mais importante foi registrado pelas indústrias extrativas (com expansão de 1,8%, após uma perda acumulada de 7,7% nos dois meses anteriores). ●

DANIELA AMORIM/RIO

SICOOB Cecremef

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA

SICOOB CECREMEF

CNPJ: 33.370.115/0001-27

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**454.601.003,03**	**428.075.417,67**
DISPONIBILIDADES	**4**	**1.214.598,97**	**976.308,34**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**458.744.730,35**	**428.555.253,55**
Títulos e Valores Mobiliários	5	101.688.246,64	101.567.468,74
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	5	(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
Relações Interfinanceiras	4	200.995.600,15	171.449.851,47
Centralização Financeira		200.995.600,15	171.449.851,47
Operações de Crédito	6	157.360.402,66	157.762.434,75
Outros Ativos Financeiros	7	1.781.481,21	856.498,90
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(13.500.221,95)**	**(9.032.097,79)**
(-) Operações de Crédito	6	(12.650.419,64)	(8.512.487,14)
(-) Outras	7.1	(849.802,31)	(519.610,65)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**8**	**286.388,38**	**119.896,45**
OUTROS ATIVOS	**9**	**810.150,08**	**578.207,40**
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**14.257.049,51**	**12.504.866,84**
INTANGÍVEL	**11**	**862.290,58**	**862.290,58**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**10 e 11**	**(8.073.982,89)**	**(6.489.307,70)**
TOTAL DO ATIVO		**454.601.003,03**	**428.075.417,67**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**454.601.003,03**	**428.075.417,67**
DEPÓSITOS	**12**	**380.691.958,31**	**356.168.547,77**
Depósitos à Vista		38.004.646,64	38.503.049,70
Depósitos Sob Aviso		30.209.493,87	38.560.495,10
Depósitos a Prazo		312.477.817,80	279.105.002,97
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**15.697.094,30**	**9.164.366,82**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	15.265.229,48	9.084.465,92
Outros Passivos Financeiros	14	431.864,82	79.900,90
PROVISÕES	**15**	**448.633,30**	**413.236,95**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**16**	**963.977,71**	**463.661,31**
OUTROS PASSIVOS	**17**	**4.639.358,10**	**5.505.543,75**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**18**	**52.159.981,31**	**56.360.061,07**
CAPITAL SOCIAL	18. (a)	51.691.638,61	52.284.226,70
RESERVAS DE SOBRAS		3.903.762,01	2.951.809,89
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		582.974,09	606.473,93
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(4.018.393,40)	517.550,55
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**454.601.003,03**	**428.075.417,67**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**52.970.774,80**	**(958.576,00)**	**629.973,77**	**2.249.696,72**	**(532.495,20)**	**54.359.374,09**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		**-**	**-**	**-**	**(532.495,20)**	**532.495,20**	**-**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		3.548.482,03	(337.994,00)	-	-	-	3.210.488,03
Por Devolução (-)		(4.041.498,06)	-	-	-	-	(4.041.498,06)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**(23.499,84)**	**-**	**23.499,84**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**207,36**	**207,36**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**3.598.651,71**	**3.598.651,71**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(1.129.434,97)	(1.129.434,97)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.103.037,93	-	-	-	-	1.103.037,93
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	-	1.234.608,37	(1.234.608,37)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(740.765,02)	(740.765,02)
Saldos em 31/12/2021		**53.580.796,70**	**(1.296.570,00)**	**606.473,93**	**2.951.809,89**	**517.550,55**	**56.360.061,07**
Saldos em 31/12/2021		**53.580.796,70**	**(1.296.570,00)**	**606.473,93**	**2.951.809,89**	**517.550,55**	**56.360.061,07**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	-	-	517.550,55	(517.550,55)	-
Outros Eventos/Reservas		**-**	**-**	**-**	**434.401,57**	**-**	**434.401,57**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.444.393,25	(552.467,00)	-	-	-	3.891.926,25
Por Devolução (-)		(4.484.514,34)	-	-	-	-	(4.484.514,34)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**(23.499,84)**	**-**	**23.499,84**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**740.765,02**	**740.765,02**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**(4.782.658,26)**	**(4.782.658,26)**
Saldos em 31/12/2022		**53.540.675,61**	**(1.849.037,00)**	**582.974,09**	**3.903.762,01**	**(4.018.393,40)**	**52.159.981,31**
Saldos em 30/06/2022		**53.343.228,98**	**(1.522.361,00)**	**606.473,93**	**3.469.360,44**	**(3.563.254,45)**	**52.333.447,90**
Outros Eventos/Reservas		**-**	**-**	**-**	**434.401,57**	**-**	**434.401,57**
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.578.419,10	(326.676,00)	-	-	-	2.251.743,10
Por Devolução (-)		(2.380.972,47)	-	-	-	-	(2.380.972,47)
Reversão/Realização de Reservas		**-**	**-**	**(23.499,84)**	**-**	**23.499,84**	**-**
Reversão/Realização de Fundos		**-**	**-**	**-**	**-**	**740.765,02**	**740.765,02**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.219.403,81)**	**(1.219.403,81)**
Saldos em 31/12/2022		**53.540.675,61**	**(1.849.037,00)**	**582.974,09**	**3.903.762,01**	**(4.018.393,40)**	**52.159.981,31**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**35.115.553,30**	**64.066.659,77**	**37.947.648,17**
Operações de Crédito	20	16.344.671,10	30.982.838,35	25.466.004,66
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	11.801.042,22	20.579.006,99	8.205.257,96
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5. (b)	6.969.839,98	12.504.814,43	4.276.385,55
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**21**	**(27.397.840,26)**	**(49.916.666,19)**	**(20.338.190,30)**
Operações de Captação no Mercado	12. (d)	(22.906.262,74)	(40.597.950,48)	(14.935.176,50)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.491.577,52)	(9.318.715,71)	(5.403.013,80)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**7.717.713,04**	**14.149.993,58**	**17.609.457,87**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(8.715.114,88)**	**(18.436.706,24)**	**(13.923.404,42)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	2.011.644,24	3.804.099,37	3.345.193,12
Rendas de Tarifas	23	1.563.532,16	2.405.182,59	1.619.804,04
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(5.552.640,55)	(12.436.128,51)	(10.232.770,90)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(7.417.224,34)	(13.703.562,96)	(11.272.535,39)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(155.023,44)	(296.365,76)	(319.585,99)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	1.752.328,90	3.389.982,99	3.353.613,59
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(917.731,85)	(1.599.913,96)	(417.122,89)
PROVISÕES	**29**	**(53.818,19)**	**(58.910,83)**	**(99.342,66)**
Provisões/Reversões para Contingências		(3.512,32)	56.365,87	3.169,16
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(50.305,87)	(115.276,70)	(102.511,82)
RESULTADO OPERACIONAL		**(1.051.220,03)**	**(4.345.623,49)**	**3.586.710,79**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**30**	**107.809,51**	**37.513,73**	**11.940,94**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**(943.410,52)**	**(4.308.109,76)**	**3.598.651,73**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(275.993,29)**	**(474.548,50)**	**(0,02)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(164.410,93)	(283.943,33)	(0,01)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(111.582,36)	(190.605,17)	(0,01)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**(1.219.403,81)**	**(4.782.658,26)**	**3.598.651,71**
JUROS AO CAPITAL		**-**	**-**	**(1.129.434,97)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**(1.219.403,81)**	**(4.782.658,26)**	**2.469.216,74**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**(1.219.403,81)**	**(4.782.658,26)**	**3.598.651,71**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**(1.219.403,81)**	**(4.782.658,26)**	**3.598.651,71**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**(943.410,52)**	**(4.308.109,76)**	**3.598.651,73**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(789.680,20)	(789.680,20)	(594.522,97)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(235.353,39)	(55.109,19)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.491.577,52	9.318.715,71	5.403.013,80
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		50.305,87	115.276,70	102.511,82
Provisões/Reversões para Contingências		3.512,32	(56.365,87)	(3.169,16)
Atualização de Depósitos em Garantia		-	(682,93)	(748,68)
Depreciações e Amortizações		796.040,66	1.584.675,19	1.463.676,12
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**3.608.345,65**	**5.628.475,45**	**9.914.303,47**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		8.960.089,58	2.960.222,41	(4.639.698,28)
Operações de Crédito		2.991.191,60	(3.586.761,23)	(40.094.954,38)
Outros Ativos Financeiros		(799.181,46)	(1.786.097,61)	(791.206,70)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(112.598,03)	(166.491,93)	36.845,86
Outros Ativos		87.333,98	(231.942,68)	51.554,26
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		7.323.744,06	(498.403,06)	(229.738,34)
Depósitos sob Aviso		(1.106.417,16)	(8.351.001,23)	(609.192,77)
Depósitos a Prazo		13.296.785,50	33.372.814,83	(32.575.703,97)
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		3.025.496,28	6.180.763,56	9.084.465,92
Outros Passivos Financeiros		(153.773,84)	351.963,92	(229.336,11)
Provisões		(11.758,49)	(23.514,48)	(50.990,56)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		35.759,59	25.767,90	84.692,41
Outros Passivos		(1.213.612,57)	(866.185,65)	493.820,66
FATES - Atos Cooperativos		-	-	(740.765,02)
Imposto de Renda Pago		-	-	(182.923,78)
Contribuição Social Pago		-	-	(124.591,30)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**35.931.404,69**	**33.009.610,20**	**(60.603.418,63)**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	235.353,39	55.109,19
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		789.680,20	789.680,20	594.522,97
Aquisição de Imobilizado de Uso		(746.738,37)	(1.752.182,67)	(862.862,75)
Aquisição de Investimentos		(3.081.000,31)	(3.081.000,31)	(1.118.110,94)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(3.038.058,48)**	**(3.808.149,39)**	**(1.331.341,53)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.251.743,10	3.891.926,25	3.210.488,03
Devolução de Capital à Cooperados		(2.380.972,47)	(4.484.514,34)	(4.041.498,06)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		-	-	1.103.037,93
Reversão/Realização de Fundos		740.765,02	740.765,02	207,36
Outros Eventos/Reservas		434.401,57	434.401,57	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**1.045.937,22**	**582.578,50**	**272.235,26**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**33.939.283,43**	**29.784.039,31**	**(61.662.524,90)**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período		168.270.915,69	172.426.159,81	234.088.684,71
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		202.210.199,12	202.210.199,12	172.426.159,81
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**33.939.283,43**	**29.784.039,31**	**(61.662.524,90)**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 - Em Reais (R$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA**, doravante denominado **SICOOB CECREMEF**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/03/1961**, filiada à **CCE E CRÉDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO** e componente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CECREMEF, sediado à **RUA REAL GRANDEZA, N° 139, 5º andar, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO - RJ**, possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ANGRA DOS REIS - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, SÃO JOSÉ DA BARRA - MG, TRÊS RIOS - RJ, NITERÓI - RJ, PETRÓPOLIS - RJ, SÃO GONÇALO - RJ.

O SICOOB CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas *Normas Brasileiras de Contabilidade* (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e *Conselho Monetário Nacional* – CMN, consolidadas no *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo *Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

A aprovação das demonstrações financeiras aqui apresentadas foi concedida pela Administração em 28/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor a partir de durante o exercício de 2022.

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 38.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB n° 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização

continua...

continuação

do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A SICOOB CECREMEF contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2021 são reapresentadas abaixo:

A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

Exclusivamente para fins de comparação, as demonstrações contábeis de dezembro de 2021 foram reclassificadas da rubrica de "Investimentos" o montante de R$ 14.154.181,53 para "Títulos e Valores Mobiliários" ambas no Ativo do Balanço Patrimonial. Na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) por conta da alteração em virtude da Resolução CMN n° 4.817/2020, esses Investimentos citados por se enquadrarem como Outros Ativos de Longo Prazo permaneceram classificados no grupo de Atividades de Investimento, na linha de Aquisições de Investimentos, com base no do item 16 letra a do Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, no montante de R$ (1.118.110,94).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die"*.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	1.214.598,97	976.308,34
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	200.995.600,15	171.449.851,47
TOTAL	**202.210.199,12**	**172.426.159,81**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	11.801.042,22	20.579.006,99	8.205.257,96

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários (i)	**81.275.939,11**	**-**	**81.275.939,11**	**84.332.286,90**	**-**	**84.332.286,90**
Títulos de Renda Fixa	81.275.939,11	-	81.275.939,11	84.332.286,90	-	84.332.286,90
Total de Participações de Cooperativas (ii)	**-**	**20.412.307,53**	**20.412.307,53**	**-**	**17.235.181,84**	**17.235.181,84**
Participação em Cooperativa Central de Crédito	-	17.331.307,22	17.331.307,22	-	14.154.181,53	14.154.181,53
Outras Participações	-	3.081.000,31	3.081.000,31	-	3.081.000,31	3.081.000,31
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**81.275.939,11**	**20.412.307,53**	**101.688.246,64**	**84.332.286,90**	**17.235.181,84**	**101.567.468,74**
(-) Provisão para Desvalorização de Participações de Cooperativas	**-**	**(3.081.000,31)**	**(3.081.000,31)**	**-**	**(3.081.000,31)**	**(3.081.000,31)**
(-) Cotas da Central	-	(3.081.000,31)	(3.081.000,31)		(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
TOTAL	**81.275.939,11**	**17.331.307,22**	**98.607.246,33**	**84.332.286,90**	**14.154.181,53**	**98.486.468,43**

(i) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras, no SICOOB, com remuneração de, aproximadamente, 100% e 131% do CDI.

(ii) A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020. Os saldos anteriormente classificados em Investimentos, foram reclassificados para fins de apresentação a valores correspondentes. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

(b) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	6.969.839,98	12.504.814,43	4.276.385,55
TOTAL	**6.969.839,98**	**12.504.814,43**	**4.276.385,55**

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	66.751.966,92	74.415.954,31	**141.167.921,23**	59.250.242,45	83.337.236,21	**142.587.478,66**
Financiamentos	5.189.700,08	11.002.781,35	**16.192.481,43**	3.503.929,65	11.484.450,09	**14.988.379,74**
Financiamentos Rurais	0,00	0,00	**0,00**	120.677,28	65.899,07	**186.576,35**
Total de Operações de Crédito	**71.941.667,00**	**85.418.735,66**	**157.360.402,66**	**62.874.849,38**	**94.887.585,37**	**157.762.434,75**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(6.908.878,95)	(5.741.540,69)	**(12.650.419,64)**	(3.427.845,58)	(5.084.641,56)	**(8.512.487,14)**
TOTAL	**65.032.788,05**	**79.677.194,97**	**144.709.983,02**	**59.447.003,80**	**89.802.943,81**	**149.249.947,61**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	7.112.954,86	380.981,72	7.493.936,58	-	7.775.609,84	-
A	0,5%	Normal	36.497.542,04	3.152.196,86	39.649.738,90	(198.248,77)	48.527.161,42	(242.635,85)
B	1%	Normal	37.870.746,67	3.131.735,29	41.002.481,96	(410.024,89)	31.022.674,05	(310.226,78)
B	1%	Vencidas	281.937,83	44.770,38	326.708,21	(3.267,15)	343.548,08	(3.435,52)
C	3%	Normal	37.563.706,27	6.794.074,87	44.357.781,14	(1.330.733,50)	46.097.371,33	(1.382.921,18)
C	3%	Vencidas	1.459.173,45	-	1.459.173,45	(43.775,27)	1.804.014,20	(54.120,47)
D	10%	Normal	5.590.796,53	400.302,62	5.991.099,15	(599.109,99)	12.212.771,87	(1.221.277,23)
D	10%	Vencidas	820.718,12	2.082.725,25	2.903.443,37	(290.344,41)	1.321.787,61	(132.178,80)
E	30%	Normal	1.461.323,18	-	1.461.323,18	(438.397,02)	1.524.006,24	(457.201,91)
E	30%	Vencidas	1.117.040,98	-	1.117.040,98	(335.112,36)	1.935.520,06	(580.656,05)
F	50%	Normal	999.934,10	25.386,75	1.025.320,85	(512.660,50)	1.251.449,26	(625.724,66)
F	50%	Vencidas	1.197.931,39	54.413,74	1.252.345,13	(626.172,64)	402.071,63	(201.035,85)
G	70%	Normal	70.650,98	15.537,79	86.188,77	(60.332,21)	459.012,15	(321.308,54)
G	70%	Vencidas	4.686.994,78	84.938,96	4.771.933,74	(3.340.353,68)	352.242,28	(246.569,57)
H	100%	Normal	448.458,56	25.417,20	473.875,76	(473.875,76)	940.182,70	(940.182,70)
H	100%	Vencidas	3.988.011,49	-	3.988.011,49	(3.988.011,49)	1.793.012,03	(1.793.012,03)
Total Normal			**127.616.113,19**	**13.925.633,10**	**141.541.746,29**	**(4.023.382,64)**	**149.810.238,86**	**(5.501.478,85)**
Total Vencidos			**13.551.808,04**	**2.266.848,33**	**15.818.656,37**	**(8.627.037,00)**	**7.952.195,89**	**(3.011.008,29)**
Total Geral			**141.167.921,23**	**16.192.481,43**	**157.360.402,66**	**(12.650.419,64)**	**157.762.434,75**	**(8.512.487,14)**
Provisões			**(12.015.117,36)**	**(635.302,28)**	**(12.650.419,64)**		**(8.512.487,14)**	
Total Líquido			**129.152.803,87**	**15.557.179,15**	**144.709.983,02**		**149.249.947,61**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	32.512.135,42	34.239.831,50	74.415.954,31	**141.167.921,23**
Financiamentos	1.504.861,47	3.684.838,61	11.002.781,35	**16.192.481,43**
TOTAL	**34.016.996,89**	**37.924.670,11**	**85.418.735,66**	**157.360.402,66**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	7.211.942,71	72.329,53	7.284.272,24	**4,63%**
Setor Privado - Serviços	91.401.906,65	13.356.937,30	104.758.843,95	**66,57%**
Pessoa Física	42.525.315,23	2.763.214,60	45.288.529,83	**28,78%**
Outros	28.756,64	-	28.756,64	**0,02%**
TOTAL	**141.167.921,23**	**16.192.481,43**	**157.360.402,66**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**(8.512.487,14)**	**(7.583.305,11)**
Constituições/ Reversões no período	(8.177.690,12)	(4.823.781,93)
Transferência para prejuízo no período	4.039.757,62	3.894.599,90
Saldo Final	**(12.650.419,64)**	**(8.512.487,14)**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	6.748.439,53	4,27%	8.793.680,63	5,56%
10 Maiores Devedores	37.919.488,22	23,98%	43.704.250,57	27,62%
50 Maiores Devedores	71.734.570,87	45,35%	80.487.485,73	50,86%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**10.500.899,41**	**8.373.430,81**
Valor das operações recuperadas no período	4.755.101,45	3.846.295,90
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(717.518,14)	(1.065.005,80)
Valor das operações renegociadas no período	(241.364,30)	(619.956,52)
Valor das operações transferidas no período	(117.623,26)	(33.864,98)
Saldo Final	**14.179.495,16**	**10.500.899,41**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.076.287,58	-	1.076.287,58	678.088,68	-	678.088,68
Rendas a Receber (b)	240.398,98	-	240.398,98	18.060,02	-	18.060,02
Títulos e Créditos a Receber (c)	441.387,70	-	441.387,70	115.728,10	-	115.728,10
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	23.406,95	23.406,95	44.622,10	-	44.622,10
TOTAL	**1.758.074,26**	**23.406,95**	**1.781.481,21**	**856.498,90**	**-**	**856.498,90**

continua...

continuação

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 7.256,62); Rendas de Cartões (R$ 214.653,50); e outros (R$ 18.488,86);
(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 441.387,70);
(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Interposição de Outros Recursos Fiscais (R$ 18.494,00); e outros (R$ 4.912,95).

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(849.802,31)	(519.610,65)
TOTAL	**(849.802,31)**	**(519.610,65)**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	-	-	-	1.215,00	(364,52)
E	30%	Vencidas	205.623,98	205.623,98	(61.687,26)	157.583,41	(47.275,04)
F	50%	Vencidas	86.700,21	86.700,21	(43.350,18)	64.101,56	(32.050,80)
G	70%	Vencidas	130.661,97	130.661,97	(91.463,45)	50.894,88	(35.626,44)
H	100%	Vencidas	653.301,42	653.301,42	(653.301,42)	404.293,83	(404.293,85)
Total Normal			**-**	**-**	**-**	**1.215,00**	**(364,52)**
Total Vencidos			**1.076.287,58**	**1.076.287,58**	**(849.802,31)**	**676.873,68**	**(519.246,13)**
Total Geral			**1.076.287,58**	**1.076.287,58**	**(849.802,31)**	**678.088,68**	**(519.610,65)**
Provisões			**(849.802,31)**	**(849.802,31)**		**(519.610,65)**	
Total Líquido			**226.485,27**	**226.485,27**		**158.478,03**	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições a Compensar	286.388,38	119.896,45
TOTAL	**286.388,38**	**119.896,45**

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e Antecipações Salariais	67.619,12	92.863,54
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	215.478,26	193.108,36
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	31.592,69	-
Pagamentos a Ressarcir	96,00	96,00
Devedores Diversos – País (a)	290.187,12	273.346,15
Material em Estoque	7.091,00	3.605,00
Despesas Antecipadas (b)	241.571,05	58.058,22
Sem Característica de Concessão de Crédito	(43.485,16)	(42.869,87)
TOTAL	**810.150,08**	**578.207,40**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ R$ 40.990,82); Plano de Saúde a Receber (R$ 52.159,04); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 2.146,54); Pendências – Avais e Fianças Honrados (R$ 123.263,44); e outros (R$ 71.627,28);
(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		697.227,26	-
Terrenos		282.000,00	282.000,00
Edificações	4%	1.189.450,00	1.189.450,00
Instalações	10%	5.491.365,97	5.389.453,87
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.415.840,46	1.355.058,34
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.425.060,67	1.216.971,45
Sistema de Segurança	10%	841.805,98	712.498,73
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.914.299,17	2.359.434,45
Total de Imobilizado de Uso		**14.257.049,51**	**12.504.866,84**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(481.630,74)	(443.922,90)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(3.162.996,05)	(2.622.419,09)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.160.576,73)	(1.832.969,90)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(1.422.845,10)	(758.954,29)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(7.228.048,62)**	**(5.658.266,18)**
TOTAL		**7.029.000,89**	**6.846.600,66**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas de Processamento de Dados	20%	708.800,58	708.800,58
Licenças e Direitos Autorais e de Uso		153.490,00	153.490,00
Intangível		**862.290,58**	**862.290,58**
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(845.934,27)	(831.041,52)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		**(845.934,27)**	**(831.041,52)**
TOTAL		**16.356,31**	**31.249,06**

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	38.004.646,64	-	38.004.646,64	38.503.049,70	-	38.503.049,70
Depósito Sob Aviso (b)	30.209.493,87	-	30.209.493,87	38.560.495,10	-	38.560.495,10
Depósito a Prazo (b)	308.984.000,50	3.493.817,30	312.477.817,80	278.945.838,28	159.164,69	279.105.002,97
TOTAL	**377.198.141,01**	**3.493.817,30**	**380.691.958,31**	**356.009.383,08**	**159.164,69**	**356.168.547,77**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.
(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.
Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".
c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	5.665.133,23	**1,50%**	5.729.626,99	**1,64%**
10 Maiores Depositantes	34.181.880,70	**9,05%**	30.248.996,01	**8,67%**
50 Maiores Depositantes	101.176.629,99	**26,78%**	87.766.170,52	**25,16%**

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.939.244,78)	(3.768.185,55)	(1.650.058,34)
Despesas de Depósitos a Prazo	(19.724.004,34)	(34.691.521,58)	(12.579.812,78)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(260.535,76)	(260.535,76)	0,00
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(694.477,30)	(1.316.104,19)	(147.657,38)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(288.000,56)	(561.603,40)	(557.648,00)
TOTAL	**(22.906.262,74)**	**(40.597.950,48)**	**(14.935.176,50)**

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	9.318.978,61	-	9.318.978,61	9.084.465,92	-	9.084.465,92
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	4.019.487,71	1.926.763,16	5.946.250,87	-	-	-
TOTAL	**13.338.466,32**	**1.926.763,16**	**15.265.229,48**	**9.084.465,92**	**-**	**9.084.465,92**

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	389.573,78	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	12.342,08	179,90
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	29.948,96	79.721,00
TOTAL	**431.864,82**	**79.900,90**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de Pagamento (R$ 375.000,00); e outros (R$ 14.573,78);
(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 27.850,13); e outros (R$ 2.098,83).

15. Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	435.876,62	12.756,68	448.633,30	329.044,77	4.311,83	333.356,60
Provisão Para Contingências (b)	-	-	-	79.880,35	-	79.880,35
TOTAL	**435.876,62**	**12.756,68**	**448.633,30**	**408.925,12**	**4.311,83**	**413.236,95**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	14.691.438,73	12.420.143,28
TOTAL	**14.691.438,73**	**12.420.143,28**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais
Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.
Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	-	-	79.880,35	23.286,12
Outras Contingências	-	23.406,95	-	21.335,98
TOTAL	**-**	**23.406,95**	**79.880,35**	**44.622,10**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CECREMEF, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ 1.660.093,95**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.
O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	474.548,50	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	51.324,76	32.733,33
Impostos e Contribuições sobre Salários	352.685,44	312.132,28
Outros	85.419,01	118.795,70
TOTAL	**963.977,71**	**463.661,31**

17. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sociais e Estatutárias (a)	3.000.796,50	3.525.200,86
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	119.333,44	61.541,09
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.369.202,75	1.399.933,48
Credores Diversos – País (d)	150.025,41	518.868,32
TOTAL	**4.639.358,10**	**5.505.543,75**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	3.000.796,50	2.784.435,84
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	-	740.765,02
TOTAL	**3.000.796,50**	**3.525.200,86**

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;
(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$ 958.465,30); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 31.642,86); Seguro Prestamista (R$ 199.486,78); Despesas com Cartões (R$ 32.999,68); e outros (R$ 146.608,13);
(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 5.606,80); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 61.939,30); Desconto Folha de Pagamento – Crédito Consignado (R$ 13.240,22); e outros (R$ 69.239,09).

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	51.691.638,61	52.284.226,70
Associados	22.771	18.580

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.
No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R$ 434.401,57.

c) Reserva de Reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R$ 939.991,91, sendo para o Terreno R$ 282.000,00 e a Edificação R$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de (R$ 1.958,32).
Movimentação:

Descrição	31/12/2022
Reserva de Reavaliação - Constituída em outubro de 2007	939.991,91
Amortização 2007 a 2018	(263.018,46)
Amortização 2019	(23.499,84)
Amortização 2020	(23.499,84)
Amortização 2021	(23.499,84)
Amortização 2022	(23.499,84)
TOTAL	**582.974,09**

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:
• 100% para Fundo de Reserva, no valor de R$ 517.550,55;

e) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	**(4.782.658,26)**	**2.469.216,74**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva	-	(1.234.608,37)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos	-	(740.765,02)
(+) Reversão/Realização de Reservas	23.499,84	23.499,84
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	740.765,02	207,36
Sobra/Perdas à disposição da Assembleia Geral	**(4.018.393,40)**	**517.550,55**

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	**2.187.974,87**	**2.120.630,38**
Despesas específicas de atos não cooperativos	(297.448,85)	(265.379,19)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(695.540,28)	(885.119,80)
Resultado operacional	**1.194.985,74**	**970.131,39**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	37.513,73	11.940,94
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.232.499,47**	**982.072,33**
IRPJ/CSLL	(474.548,50)	(0,02)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(1.466.975,20)	(1.318.958,51)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	**(709.024,23)**	**(336.886,20)**

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	61.639,75	104.238,66	153.023,69
Rendas de Empréstimos	13.905.856,01	26.277.171,04	21.519.165,19
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	794.779,43	1.518.769,74	1.065.266,47
Rendas de Financiamentos	1.126.408,96	2.117.483,47	1.016.433,69
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	7.055,18	13.599,96	6.871,50
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados	0,74	0,93	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	448.931,03	951.574,55	1.705.244,12
TOTAL	**16.344.671,10**	**30.982.838,35**	**25.466.004,66**

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Captação	(22.906.262,74)	(40.597.950,48)	(14.935.176,50)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.891.064,16	5.311.849,97	3.103.443,81
Reversões de Provisões para Outros Créditos	128.042,68	182.939,84	62.891,95
Provisões para Operações de Crédito	(6.850.021,46)	(13.438.575,79)	(7.919.908,29)
Provisões para Outros Créditos	(660.662,90)	(1.374.929,73)	(649.441,27)
TOTAL	**(27.397.840,26)**	**(49.916.666,19)**	**(20.338.190,30)**

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	649.876,64	1.224.260,84	973.659,19
Rendas de Convênios	29.643,95	60.346,67	50.561,09
Rendas de Comissão	892.688,67	1.596.036,14	1.467.285,92
Rendas de Credenciamento	1.436,00	2.117,07	363,23
Rendas de Cartões	346.075,23	719.827,36	672.128,90
Rendas de Outros Serviços	91.923,75	201.511,29	181.194,79
TOTAL	**2.011.644,24**	**3.804.099,37**	**3.345.193,12**

continua...

continuação

23. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	497.767,20	526.681,00	37.720,39
Rendas de Serviços Prioritários - PF	80.546,90	172.495,19	217.810,17
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	6.722,25	6.842,25	270,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	978.495,81	1.699.164,15	1.364.003,48
TOTAL	**1.563.532,16**	**2.405.182,59**	**1.619.804,04**

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(83.080,08)	(160.531,96)	(131.328,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(687.195,26)	(1.454.788,77)	(1.337.113,09)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.246.526,42)	(2.591.053,37)	(2.337.121,09)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(965.539,42)	(2.195.139,45)	(2.030.037,44)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.505.137,96)	(5.883.301,01)	(4.321.848,07)
Despesas de Pessoal - Treinamento	0,00	0,00	(12.305,20)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(65.161,41)	(151.313,95)	(63.018,01)
TOTAL	**(5.552.640,55)**	**(12.436.128,51)**	**(10.232.770,90)**

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(109.200,19)	(263.265,80)	(176.620,49)
Despesas de Aluguéis	(786.330,96)	(1.609.975,37)	(1.176.877,60)
Despesas de Comunicações	(262.506,77)	(547.169,07)	(451.187,87)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(214.469,76)	(434.270,74)	(323.255,82)
Despesas de Material	(37.450,63)	(65.387,10)	(31.000,16)
Despesas de Processamento de Dados	(627.628,80)	(1.208.032,93)	(1.161.506,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(19.632,53)	(34.589,09)	(38.750,87)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(149.239,73)	(260.719,73)	(108.801,67)
Despesas de Publicações	-	-	(26.050,00)
Despesas de Seguros	(34.834,25)	(80.470,18)	(78.035,28)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(807.958,07)	(1.605.264,53)	(1.359.543,08)
Despesas de Serviços de Terceiros	(635.793,11)	(843.155,21)	(343.318,68)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(516.598,38)	(934.990,80)	(642.270,09)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(239.318,07)	(530.915,06)	(630.120,07)
Despesas de Transporte	(86.616,22)	(170.607,36)	(207.820,66)
Despesas de Viagem no País	(8.525,41)	(12.696,64)	(1.352,89)
Despesas de Amortização	(6.862,65)	(14.892,75)	(20.689,36)
Despesas de Depreciação	(789.178,01)	(1.569.782,44)	(1.442.986,76)
Outras Despesas Administrativas	(2.085.080,80)	(3.517.378,16)	(3.052.347,50)
TOTAL	**(7.417.224,34)**	**(13.703.562,96)**	**(11.272.535,39)**

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(69.408,59)	(146.937,24)	(117.913,83)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(56.437,91)	(103.635,74)	(103.062,85)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(5.774,83)	(8.504,06)	(84.825,23)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(23.402,11)	(37.288,72)	(13.784,08)
TOTAL	**(155.023,44)**	**(296.365,76)**	**(319.585,99)**

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	37.933,78	171.684,28	87.900,70
Distribuição de sobras da Central	-	235.353,39	55.109,19
Atualização depósitos judiciais	-	682,93	748,68
Rendas de Repasses Interfinanceiros	-	-	86,84
Outras rendas operacionais	1.412,98	317.652,86	1.095.948,03
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	923.301,94	1.874.929,33	1.519.297,18
Juros ao Capital Recebidos da Central	789.680,20	789.680,20	594.522,97
TOTAL	**1.752.328,90**	**3.389.982,99**	**3.353.613,59**

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	-	(59.427,27)
Outras Despesas Operacionais	(169.003,95)	(281.159,87)	(145.256,63)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(227.671,60)	(346.236,10)	(129.258,50)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(15.603,59)	(66.106,51)	(35.233,46)
Perdas - Fraudes Externas	(2.061,55)	(126.264,36)	(17.923,68)
Perdas - Práticas Inadequadas	(3.394,34)	(3.394,34)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	-	(10.002,15)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	-	(1.178,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(499.996,82)	(776.752,78)	(18.843,20)
TOTAL	**(917.731,85)**	**(1.599.913,96)**	**(417.122,89)**

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	**(3.512,32)**	**56.365,87**	**3.169,16**
Provisões para Demandas Trabalhistas	(3.512,32)	(3.512,32)	(6.792,81)
Provisões para Contingências	(1.000,00)	(1.000,00)	(52.518,84)
Reversões de Provisões para Contingências	1.000,00	60.878,19	62.480,81
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(50.305,87)**	**(115.276,70)**	**(102.511,82)**
Provisões para Garantias Prestadas	**(337.083,28)**	**(633.331,44)**	**(512.846,33)**
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	286.777,41	518.054,74	410.334,51
TOTAL	**(53.818,19)**	**(58.910,83)**	**(99.342,66)**

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos de Capital	170.620,18	173.761,96	24.945,00
(-) Perdas de Capital	(62.810,67)	(136.248,23)	(13.004,06)
TOTAL	**107.809,51**	**37.513,73**	**11.940,94**

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

32. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	476.412,80	0,2435%	4.545,42
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	97.442,82	0,0498%	310,63
TOTAL	**573.855,62**	0,2933%	**4.856,05**
Montante das Operações Passivas	1.528.930,00	1,1333%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,0093%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,2694%
Aplicações Financeiras	1,1331%

b) Operações ativas e passivas**:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24.920,44	437,82	1,2877%
Conta Garantida	0,02	0,00	0,0000%
Empréstimos	442.239,05	14.696,74	0,3550%
Financiamentos	34.768,51	347,69	0,2147%
Direitos Creditórios Descontados	74.480,27	744,83	0,7231%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	130.247,10	0,3527%	0%
Depósitos a Prazo	5.183.634,70	1,5126%	1,1134%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	275.936,08	4,6405%	1,0459%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	623.728,53	6,6931%	1,1295%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,8030%	3,42
Empréstimos	1,0143%	44,10
Financiamentos	1,2600%	49,33
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	97,9312%	97,42
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0402%	12,63
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1,1151%	11,98

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	51.536,09
Crédito Rural	424.000,00
Direitos Creditórios Descontados	74.480,27
Empréstimos	1.568.668,11
Financiamentos	52.000,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	122.169,93	104.687,89

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(145.985,98)	(284.032,17)	(195.840,84)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(687.195,26)	(1.454.788,77)	(1.337.113,09)
F.G.T.S. Diretoria	(25.130,18)	(64.043,87)	0,00
Plano de Saúde	(14.944,70)	(41.638,97)	0,00

32.2 Cooperativa Central

A SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	200.995.600,15	171.449.851,47
Ativo - Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos) *	17.331.307,22	14.154.181,53
Total das Operações Ativas	**218.326.907,37**	**185.604.033,00**

* A partir de 01/07/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.817/2020. Os saldos anteriormente classificados em Investimentos, foram reclassificados para fins de apresentação a valores correspondentes. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição em subgrupo específico, conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 269/2022.

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	11.801.042,22	20.579.006,99	8.205.257,96
Total das Receitas	**11.801.042,22**	**20.579.006,99**	**8.205.257,96**
Rateio de Despesas da Central	(655.230,00)	(1.182.898,00)	(1.504.527,00)
Total das Despesas	**(655.230,00)**	**(1.182.898,00)**	**(1.504.527,00)**

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	42.955.460,27	48.666.592,81
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	269.345.620,74	261.649.731,90
Índice de Basiléia (mínimo 11%) %	15,94	18,60
Imobilizado para cálculo do limite	7.029.000,89	9.927.600,97
Índice de imobilização (limite 50%) %	16,36	20,40

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(3.779,01)	(11.413,35)	(144.885,10)
TOTAL	**(3.779,01)**	**(11.413,35)**	**(144.885,10)**

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
b) os limites máximos do risco de mercado;
c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

continua...

continuação

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
j) resultado dos cenários de estresse.
Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.
O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.
O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.
O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:
a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.
O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.
Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.
Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.
Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.
Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:
a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.
As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.
O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.
As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.
O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.
O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:
a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.
São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.
Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".
A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:
Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

RIO DE JANEIRO-RJ

CARLOS SOARES DE SOUZA
DIRETOR PRESIDENTE

MARCELO JOSÉ DA SILVA AZEREDO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FIN.

MAURO SERGIO MACIEL DE ARAUJO
DIRETOR OPERACIONAL

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/ O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA – SICOOB CECREMEF

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda – Sicoob Cecremef , que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Cecremef, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF, em reunião extraordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2023, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023.

Rosângela Maria Blanco da Silva
Paulo Sérgio Montenegro da Silva
Bruno Cezar Pinto Aderne Gomes

Flavio de Oliveira Pinheiro
Francisco Carlos Mesquita
Felipe Sousa Chaves

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

Rio de Janeiro/RJ, 06 de março de 2023.

À
CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa

Assunto: Carta de representação da administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda - Sicoob Cecremef, referente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.
Prezados Senhores:
Com referência ao seu exame das demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda - Sicoob Cecremef, relativa ao exercício findo em 31/12/2022, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Para fins de identificação, as demonstrações financeiras apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2022	Valores correspondentes 31 de dezembro de 2021
Ativo	454.601.003,03	428.075.417,67
Passivo	402.441.021,72	371.715.356,60
Patrimônio Líquido	52.159.981,31	56.360.061,07
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	454.601.003,03	428.075.417,67
Sobras ou Perdas do período	(4.782.658,26)	2.469.216,74

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, datada de 28 de fevereiro de 2023, as demonstrações financeiras foram revisadas e aprovadas.
Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras de acordo com a legislação vigente.
03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.
04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.
06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião do Conselho de Administração, datada de 28 de fevereiro de 2023, não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme Resolução CMN nº 4.924/2021.
08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/renegociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras.
10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.
11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações financeiras, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações financeiras foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.
14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.877/2020.
15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações financeiras como um todo.
18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome	Endereço	OAB
Gaudio e Lima Sociedade de Advogados	Av. Rio Branco, 151 – Centro – Rio de Janeiro - RJ	OAB/RJ 2.191
Igor Resende Sociedade Individual de Advocacia - Tibúrcio	Av. Professor Mario Werneck, 300 – Estoril – Belo Horizonte - MG	OAB/MG 5.906
Przewodowski Sociedade Individual de Advocacia - BPA	Av. Ator Jose Wilker, 605 – Jacarepaguá – Rio de Janeiro - RJ	O.A.B./RJ nº 83.445

19- Relacionamos a seguir as empresas responsáveis pelo transporte e guarda de numerários da Cooperativa:

Nome	CNPJ
Prosegur Brasil S/A Transportadora de Valores e Segurança	17.428.731/0056-09 17.428.731.0001-35 17.428.731.0054-47
Protege S/A Proteção e Transporte de Valores	43.035.146/0011-57 43.035.146/0020-48 43.035.146/0021-29 43.035.146/0061-16 43.035.146/0080-89

continua...

continuação

20- A Cooperativa mantem relações com outras instituições financeiras, além da Centralização Financeira mantida junto ao Sicoob Central Rio.

Instituição Financeira	Relacionamento
Bradesco	Conta
Banco do Brasil	Conta
Banco Sicoob	Conta
Alfa	LF – POS CDICE
Intermedium	LF – POS CDICE
Alfa	LF – POS CDICE
Daycoval	LF – POS CDICE
Panamericano	LF – POS CDICE
Safra	LF – POS CDICE
Sofisa	LF – POS CDICE
ABC Brasil	LF – POS CDICE
Sicredi	LF – POS CDICE
Pactual	LF – POS CDICE
BR Partners	LF – POS CDICE
Haitong	LF – POS CDICE
BMG	LF – POS CDICE
Paraná Banco	LF – POS CDICE

21- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhe são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Informamos que para fins de atendimento específico dos requerimentos da Resolução Nº 4.693/2018, a qual em seu art. 2º abrange como partes relacionadas todos os membros de órgãos, cadastramos em nossos sistemas informatizados também os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa e pessoas ligadas a estes, conforme as definições desta norma. Ressaltando que, dado a distinção de conceitos de partes relacionadas entre o referido normativo e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas recepcionado pela Resolução CMN Nº 4.818/2020, não são incluídas e divulgadas as transações com Conselho Fiscal e pessoas ligadas a estes nas notas explicativas às demonstrações financeiras geradas automaticamente por nosso sistema informatizado.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme listadas no documento anexo.

22- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.

23- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

24- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações financeiras.

25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.

26- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.

27- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Resolução BCB n° 130/2021 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10 (R1), item 35.

28- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações financeiras.

29- Nós lhes fornecemos:

- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.
- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
- Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações financeiras, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente Conselho de Adm.

Carlos Soares de Souza
Diretor Presidente

Marcelo José da Silva Azeredo
Diretor Administrativo/Financeiro

Elaine Cristina Neto
Contador – CRC/MG 082.177-O

Rogério Werneck

Licença para gastar

O governo conseguiu, afinal, anunciar a proposta de novo arcabouço fiscal que encaminhará ao Congresso. As dificuldades envolvidas nas negociações da proposta deixaram clara a falta de convicção do Planalto quanto à ideia de ter de se submeter a uma regra de controle fiscal, que possa vir a tolher de forma relevante dispêndios do governo nos próximos anos.

Que o presidente não queria saber de regras fiscais já se sabia há muito tempo, bem antes de sua eleição. De início, Lula escudava-se no argumento de que não havia como lançar dúvidas sobre seu compromisso com uma gestão responsável das contas públicas. Em seus dois mandatos presidenciais, mesmo tendo promovido forte expansão de gastos, mantivera superávits primários expressivos, ano após ano. "Teto de gastos é de responsabilidade do presidente da República. Sei o que é responsabilidade. Quem não sabe faz uma lei" (*Valor*, 25/5/2022). "Governo sério não precisa de teto de gastos" (Bloomberg, 25/5/2022).

Mais recentemente, contudo, seu discurso mudou. Lula deixou de brandir a ideia de que, para manter a dívida pública em trajetória sustentável, não teria nenhuma dificuldade para gerar os superávits fiscais que se fizessem necessários. Sua cruzada contra regras fiscais passou a ser feita em outras bases, bem mais primitivas. E, por isso mesmo, mais preocupantes.

> ***Arcabouço fiscal abre espaço para elevação substancial do endividamento público***

Transcorridos já 90 dias de mandato, sobram razões para que o presidente se sinta desalentado com as perspectivas do seu governo. Tendo se permitido ganhar a eleição sem proferir uma palavra sequer sobre qual seria a política econômica de seu governo, Lula não concebe outro plano de jogo que não seja recorrer à expansão do gasto público, bancada por aumento de endividamento, para tentar fazer o País crescer.

Na tarde de quarta-feira, 29, noticiou-se, afinal, que o ministro Fernando Haddad obtivera a aprovação do presidente para a tão esperada proposta de um novo arcabouço fiscal, a ser submetida ao Congresso.

Caso o novo arcabouço entre em vigor, o cumprimento estrito das metas fiscais estabelecidas não impedirá, em absoluto, que o governo leve adiante seu programa de expansão de gasto público bancado por aumento da dívida como proporção do PIB.

Como, em todos os anos do atual mandato presidencial, o resultado primário ficará bem aquém do superávit requerido para manter constante a relação entre a dívida e o PIB, o cumprimento das regras do novo arcabouço fiscal implicará elevação substancial do endividamento público entre 2022 e 2026. ●

ECONOMISTA, DOUTOR PELA UNIVERSIDADE HARVARD, É PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA PUC-RIO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da CAEFE - Caixa de Assistência dos Empregados de Furnas e Eletronuclear, Sr. Ricardo Rocha de Castro, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na forma do artigo 25 do Estatuto Social vigente, convoca todos os Associados da CAEFE para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 11 de abril de 2023, às 13:30h (treze horas e trinta minutos), em primeira convocação, todos os associados da CAEFE, e as 14:00h (quatorze horas), em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes.

A presente Assembleia será realizada virtualmente através da plataforma Zoom Meetings, com inscrição a ser feita pelo link: https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZMtcOCvrDwtH9Hsd8U3KzEY8oEarad6y2eF até às 12h (doze horas) do dia 11 de abril de 2023, para a seguinte Ordem do Dia: 1. Ratificação da decisão na reunião n° 265 do Conselho Deliberativo, ocorrida em 30.09.2021, para a venda dos imóveis da Rua Ipu - Botafogo e a compra do imóvel localizado na Avenida Marechal Câmara, n° 160 - salas 1533 à 1533 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. A ordem do dia e as instruções de inscrição para o ato estão disponíveis no site: www.caefe.com.br/noticias.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023
Ricardo Rocha de Castro
Diretor Presidente

LPSBrasil LPS BRASIL - Consultoria de Imóveis S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.078.847/0001-09 - NIRE 35.300.331.494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023

Ficam os Senhores Acionistas da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 3° e 5° da Resolução n° 81, de 29 de março de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários, conforme alterada ("Resolução CVM 81" e "CVM"), a reunirem-se em assembleia geral ordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iii)** fixar o limite de valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126, da Lei das S.A., para participar da AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia: **(a)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública, desde que contenham foto de seu titular e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(b)** comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; **(c)** cópia do instrumento de outorga de poderes de representação com firma reconhecida em cartório; e/ou **(d)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição competente. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1°, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1° e § 2°, da Lei n° 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou, alternativamente, com assinatura digital. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, §1°, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por tabelião público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia solicita o envio dos documentos necessários para participação na AGO com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência, ou seja, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, para o e-mail ri@lopes.com.br. A Companhia admite procurações outorgadas por Acionistas, por meio eletrônico, desde que seja assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. **Participação via Plataforma Digital:** Para participação na Assembleia, os acionistas ou seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@lopes.com.br, até às 11:00 do dia 26 de abril de 2023, solicitando a participação e acompanhado da documentação necessária para a participação virtual. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para a participação virtual no prazo estipulado não poderão participar da Assembleia. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista ou representante legal ou procurador constituído, além do telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia para o qual a Companhia deverá enviar o link de acesso à Assembleia, acompanhada da documentação descrita no campo "Informações Gerais" deste Edital de Convocação. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, no prazo e nas condições apresentadas acima, a Companhia enviará ao endereço de e-mail indicado no pedido de solicitação de participação à Assembleia, o link de acesso à plataforma eletrônica em que será realizada a Assembleia aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores. O link a ser enviado pela Companhia será pessoal e intransferível, não podendo ser compartilhado. Caso o acionista não receba o link de acesso, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@lopes.com.br, com até, no máximo, duas horas de antecedência do horário de início da Assembleia. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. **Participação por Boletim de Voto a Distância:** Nos termos da Resolução CVM 81, os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do preenchimento e envio do boletim de voto a distância por seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, sendo que, no segundo caso, o boletim preenchido deverá ser recebido pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data da AGO, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive). Os boletins de voto a distância foram disponibilizados pela Companhia na página da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), contendo as instruções para o preenchimento e a documentação exigida. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estão à disposição dos acionistas no site da Companhia (http://ri.lopes.com.br), e foram enviados à CVM (www.cvm.gov.br) e à B3 (www.b3.com.br). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio (i) dos telefones +55 (11) 3067-0520, +55 (11) 3067-0691 +55 (11) 3067-0324 ou (ii) do e-mail ri@lopes.com.br. São Paulo, 29 de março de 2023. **LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS S.A.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

EDITAL Nº 006/2023

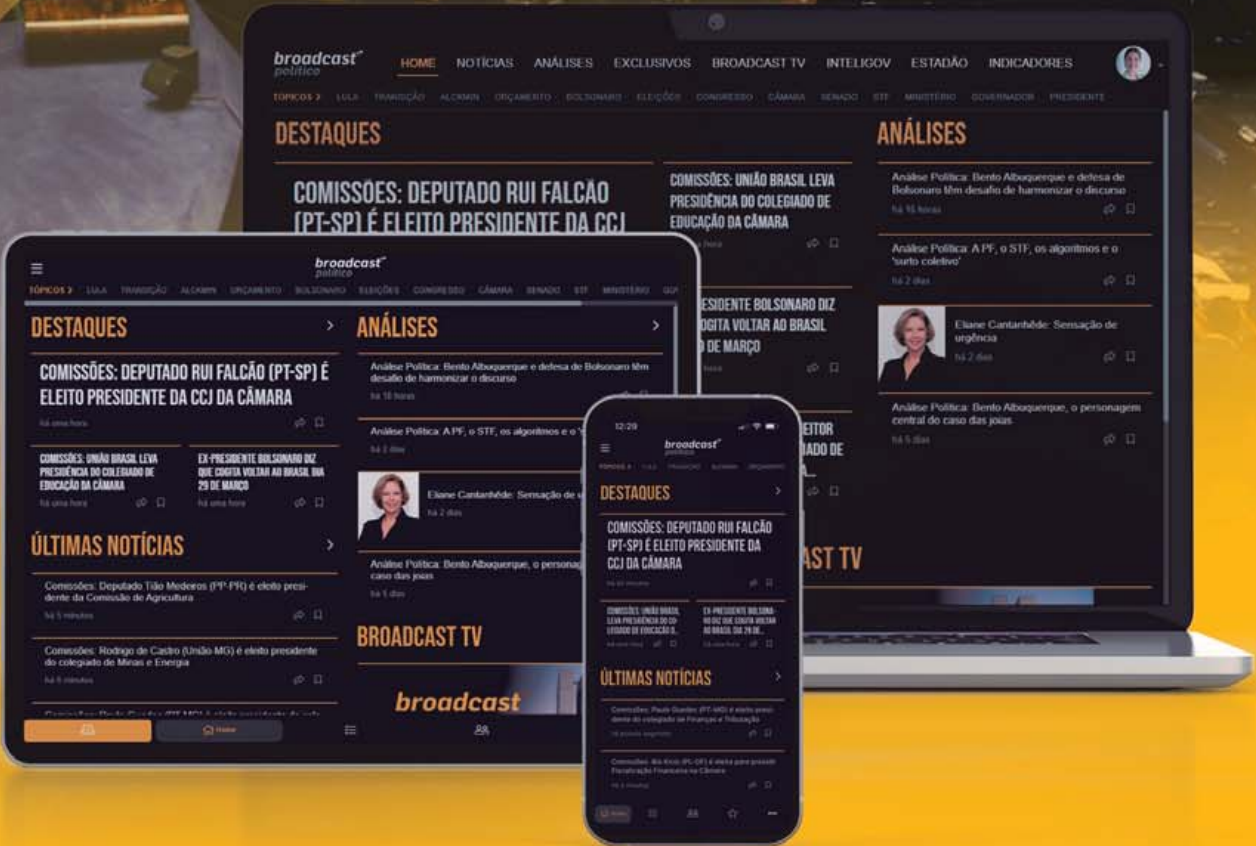
MODALIDADE: Concorrência Pública; OBJETO: Contratação de Empresa visando a execução das obras de Infraestrutura Urbana (recapeamento asfáltico, sinalização viária horizontal e vertical) em diversos bairros do Município, com Fornecimento de Materiais, Mão de Obra e Equipamentos em Geral - Contratos de repasse (Governo Federal); ENCERRAMENTO: 05/05/2023 às 09:30 horas; ABERTURA: 05/05/2023 às 10:00 horas. O Edital completo e seus anexos estarão à disposição, no sítio eletrônico www.cosmopolis.sp.gov.br, bem como em mídia eletrônica no endereço Rua Dr. Campos Sales, nº 398, Centro, Cosmópolis-SP, no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura de segunda a sexta-feira, das 09h às 16h, condicionado neste último ao fornecimento da cópia por essa via à apresentação de mídia com capacidade suficiente para armazenamento dos arquivos (CD/DVD, *pendrive* ou HD externo) ou através de solicitação no e-mail compras@cosmopolis.sp.gov.br / licitacosmopolis@gmail.com

Cosmópolis, 30 de Março de 2023. **Antônio Cláudio Felisbino Junior -** Prefeito Municipal

Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

CNPJ nº 62.984.091/0001-02 - NIRE 35.300.418.000
Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Cruzeiro do Sul Educacional S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cesário Galeno, nº 432 a 448, 7º andar, bairro Tatuapé, CEP 03071-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.418.000 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 62.984.091/0001-02, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2552-6 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente a distância e digital**, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração, o relatório do comitê de auditoria e o parecer dos auditores independentes; e (ii) deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023. **Informações Gerais:** A participação dos acionistas na AGO será de forma digital, por meio de plataforma digital, ou por meio de boletim de voto a distância ("**Boletim de Voto**"). A Companhia adotará o sistema de participação a distância, permitindo que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma Ten Meetings, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio da plataforma digital estão disponíveis no Manual da Administração que poderá ser acessado por meio da página eletrônica da Companhia** (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br). Para participarem, os acionistas deverão realizar o pré-cadastro na plataforma Ten Meetings (via link https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal_/#/?id=E143BC0CA32D), até às 10 horas do dia 26 de abril de 2023, acompanhada de toda a documentação necessária para permitir a participação do acionista na AGO, conforme detalhado no Manual da Administração da Companhia divulgado em 28 de março de 2023. Os acionistas que não realizarem o pré-cadastro na plataforma digital no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual para Participação e Proposta da Administração para a AGO; ou (iii) preencher o Boletim de Voto disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual da Administração para a AGO e no Boletim de Voto disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. **Dos Documentos Referentes à AGO:** Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10 da Resolução CVM 81, informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados. **1.1. Aviso do Artigo 133:** A Companhia divulgou, no dia 28 de março de 2023, Aviso aos Acionistas na forma do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações informando que os documentos pertinentes à AGO se encontram disponíveis na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.2. Relatório da Administração:** O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. **1.3. Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 28 de março de 2023. As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores e serão oportunamente publicadas no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.4. Comentário dos administradores:** Nos termos do artigo 10, item III da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 2 do Anexo A da Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 59**"), encontram-se no **ANEXO I** a este Manual. **1.5. Parecer dos auditores independentes:** O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. O parecer dos auditores independentes, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, será oportunamente publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em conformidade com as alterações do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, com o Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021 e com o Ofício Circular Anual 2023 CVM/SEP. **1.6. Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP:** O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi disponibilizado em 28 de março de 2023 na página eletrônica da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br) e na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), nos termos da Resolução CVM 81, o Manual da Administração e a cópia dos demais documentos relacionados à matéria constante da ordem do dia da AGO. São Paulo, 28 de março de 2023. **Wolfgang Stephan Schwerdtle -** Presidente do Conselho de Administração.

Deutsche Leasing

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 23.511.655/0001-20

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro por ação)*

Relatório da Administração

Srs.Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil e são consubstanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2022 a Instituição continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, ilustrado através do aumento e diversificação significativos na carteira de arrendamento e início de operação de novos produtos, como foi o caso dos financiamentos via repasse de FINAME a partir do primeiro semestre de 2022. A carteira apresentou montante de R$ 535 milhões com 937 contratos ativos, ante R$ 373 milhões e 859 contratos ativos no mesmo período de 2021. Principais indicadores para a data-base 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais mil):

	2022	2021
Ativos Totais	595.391	441.652
Carteira de Crédito	535.391	373.455
Resultado do Exercício	3.128	579
Patrimônio Líquido	80.555	77.427
Índice de Basileia II	13,17%	18,30%

Remuneração de acionistas: Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, a Instituição deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital.

São Paulo, 29 de março de 2023

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2022	2021
Disponibilidades	**4**	**17.651**	**11.377**
Instrumentos financeiros - ativos		**529.343**	**376.529**
Carteira de crédito		**528.346**	**365.698**
Operações de arrendamento mercantil	**6a**	301.603	297.209
Operações de crédito	**6a**	233.788	76.246
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	**7**	(7.045)	(7.757)
Outros ativos financeiros	**8**	**997**	**10.831**
Ativos fiscais	**16a**	**48.083**	**53.283**
Ativos tributários correntes		5.427	4.391
Ativos fiscais diferidos		42.656	48.892
Imobilizado de uso	**9**	**108**	**168**
Bens de uso próprio		696	696
Depreciações acumuladas		(588)	(528)
Outros ativos	**10**	**206**	**295**
Total do ativo		**595.391**	**441.652**

Passivo	Nota	2022	2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		**463.231**	**300.978**
Depósitos Interfinanceiros	**11**	179.251	49.121
Obrigações por empréstimos	**12**	278.950	235.489
Instrumentos financeiros derivativos	**5b**	579	254
Outros passivos financeiros	**13**	4.451	16.114
Passivos fiscais	**16b**	**48.156**	**60.688**
Passivos tributários correntes		14.888	10.294
Obrigações fiscais diferidas		33.268	50.394
Outros passivos	**14**	**3.449**	**2.559**
Patrimônio líquido	**15**	**80.555**	**77.427**
Capital social		64.247	64.247
Reservas de lucros		16.308	13.180
Total do passivo e patrimônio líquido		**595.391**	**441.652**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro 2020	**64.247**	**630**	**11.971**	**–**	**76.848**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	579	579
Destinação do lucro:					
Reserva legal	–	29	–	(29)	–
Reserva de lucros	–	–	550	(550)	–
Saldos em 31 de dezembro 2021	**64.247**	**659**	**12.521**	**–**	**77.427**
Saldos em 31 de dezembro 2021	**64.247**	**659**	**12.521**	**–**	**77.427**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.128	3.128
Destinação do lucro:					–
Reserva legal	–	156	–	(156)	–
Reserva de lucros	–	–	2.972	(2.972)	–
Saldos em 31 de dezembro 2022	**64.247**	**815**	**15.493**	**–**	**80.555**
Saldos em 30 de junho 2022	**64.247**	**659**	**12.176**	**–**	**77.082**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.473	3.473
Destinação do lucro:					–
Reserva legal	–	156	–	(156)	–
Reserva de lucros	–	–	3.317	(3.317)	–
Saldos em 31 de dezembro 2022	**64.247**	**815**	**15.493**	**–**	**80.555**

Demonstrações dos Resultados

	Nota	2022 2º Semestre	2022	2021
Receitas da intermediação financeira		**31.208**	**44.950**	**35.729**
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	**18a**	31.197	44.926	35.694
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	**18b**	11	24	35
Despesas de intermediação financeira		**(21.916)**	**(27.140)**	**(16.305)**
Despesa de captação	**18c**	(24.390)	(29.342)	(16.051)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**18d**	2.474	2.202	(254)
Resultado bruto da intermediação financeira		**9.292**	**17.810**	**19.424**
Provisões		**(38)**	**(699)**	**(5.260)**
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	**7**	(38)	(699)	(5.260)
Outras receitas (despesas) operacionais		**(2.690)**	**(11.238)**	**(11.810)**
Receita de prestação de serviços	**18e**	1.777	3.805	3.438
Despesa com pessoal	**18f**	(5.776)	(11.760)	(9.443)
Outras despesas administrativas	**18g**	(3.586)	(6.418)	(4.695)
Despesas tributárias	**18h**	(1.951)	(5.031)	(5.936)
Outras despesas operacionais		(303)	(418)	(288)
Outras receitas operacionais	**18i**	7.149	8.584	5.114
Resultado operacional		**6.564**	**5.873**	**2.354**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**6.564**	**5.873**	**2.354**
Tributos sobre o lucro		**(3.091)**	**(2.745)**	**(1.775)**
Imposto de renda	**16c**	(3.991)	(7.576)	(3.340)
Contribuição social	**16c**	(3.506)	(6.059)	(3.364)
IR passivo diferido	**16c**	7.295	17.126	4.980
Ativo fiscal diferido	**16c**	(2.889)	(6.236)	(51)
Lucro líquido do semestre/exercícios		**3.473**	**3.128**	**579**
Número de ações	**15**	**64.246.986**	**64.246.986**	**64.246.986**
Lucro por ação		**0,05406**	**0,04869**	**0,00901**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Resultado líquido do semestre/exercícios	**3.473**	**3.128**	**579**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	–	–	–
Resultado abrangente	**3.473**	**3.128**	**579**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

	2022 2º Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
Atividades operacionais			
Lucro do semestre/exercícios	**3.473**	**3.128**	**579**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercícios com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	38	699	5.260
Depreciação	30	60	93
Marcação à mercado de derivativos e hedge accounting	(517)	60	324
Imposto de renda passivo diferido	(7.295)	(17.126)	(4.980)
Ativo fiscal diferido	2.889	6.236	51
Lucro/Prejuízo ajustado	**(1.382)**	**(6.943)**	**1.327**
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	**(88.054)**	**(154.460)**	**(46.296)**
Operações de crédito e arrendamento mercantil	(87.253)	(163.347)	(37.199)
Outros ativos financeiros	1.145	9.834	(6.545)
Outros ativos	1.157	89	811
Ativos tributários correntes	(3.103)	(1.036)	(3.363)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	**96.469**	**167.677**	**33.452**
Depósitos Interfinanceiros	69.436	130.130	29.818
Obrigações por empréstimos	25.675	44.343	(14.030)
Instrumentos financeiros derivativos	(760)	(617)	8
Outros passivos financeiros	(2.073)	(11.663)	7.721
Outros passivos	640	890	474
Passivos tributários correntes	3.551	4.594	9.461
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**7.033**	**6.274**	**(11.517)**
Atividades de investimento			
Aquisição de bens de uso	–	–	(76)
Alienação de bens de uso	–	–	123
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**47**
Aumento/(diminuição) de disponibilidades	**7.033**	**6.274**	**(11.470)**
Disponibilidades			
No início do semestre/exercícios	10.618	11.377	22.847
No fim do semestre/exercícios	17.651	17.651	11.377
	7.033	**6.274**	**(11.470)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo BACEN em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, a Instituição solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e são consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB n° 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram aprovadas pela administração em 29 de março de 2023. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) Resolução CMN n° 4.858 de 23/10/20 e Resolução BCB n° 92 de 6/5/2021 - Dispõe sobre o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB (Cosif). (ii) Resolução CMN n° 4.872 de 27/11/20 e Resolução BCB n° 66 de 26/1/2021 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido. (iii) Resolução CMN n° 4.910 de 27/5/21 e Resolução BCB n° 130 de 20/8/2021 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente. (iv) Resolução CMN n° 4.950 de 30/9/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial. (v) Resolução CMN n° 4.924 de 24/6/21 e Resolução BCB n° 120 de 27/2/2021 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis. (vi) Resolução CMN n° 4.968 de 25/11/21 (Revoga a Resolução CMN n° 2.544/98) - Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB. (vii) Resolução BCB n° 48 de 10/12/2020 (Revoga a Circular nº 3.365/2007 e altera a Circular nº 3.876/2018) - Dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), a identificação, mensuração e controle do IRRBB e a remessa ao Banco Central do Brasil de informações relativas ao IRRBB. (viii) Resolução CMN n° 4.966 de 25/11/21 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, os artigos 24, 76, 78 e inciso XIX do art. 80, e, a partir de 1º de janeiro de 2025, os demais dispositivos. (ix) Resolução CMN n° 4.955 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.192/13) - Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR). (x) Resolução CMN n° 4.958 de 21/10/21 (Revoga a Resolução n° 4.193/13) - Dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). (xi) Resolução CMN n° 4.926 de 24/6/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. (xii) Resolução BCB nº 111 de 6/7/21 - Dispõe sobre os critérios para a classificação de instrumentos na carteira de negociação ou na carteira bancária, sobre os requisitos de governança relativos às mesas de operações em que são gerenciados os instrumentos sujeitos ao risco de mercado, sobre as exigências para o reconhecimento de transferências internas de risco na apuração dos requerimentos mínimos de que tratava a Resolução revogada nº 4.193. Vigentes a partir de 1º de julho de 2022 e 1º de dezembro de 2022: (xiii) Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. (xiv) Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas. (xv) Resolução BCB nº 235, de 27/07/22, altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil. Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: (i) Resolução BCB nº 151 de 06/10/21 Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que tratam a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021. (ii) Resolução BCB n° 139 de 15/09/21 Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC). (iii) Resolução CMN n° 4.966 de 25/11/21 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais. A Resolução CMN nº 4.966 define o tratamento contábil aplicável a instrumentos financeiros e novos critérios para designação e reconhecimento de operações de hedge e deverá ser aplicada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025. A nova norma substituirá as Resoluções nº 2.682 e 3.533 e Circulares nº 3.068 e 3.082. A nova norma determina que todos os ativos financeiros dever ser classificados conforme o modelo de negócio e em três opções de categoria: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado. A avaliação de efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva conforme estratégia de Gerenciamento de Risco. A provisão para perdas de crédito passou a ser aplicável a todos os ativos financeiros e deve terá três estágios que serão definidos no reconhecimento inicial do instrumento. Alguns aspectos da Resolução nº 4.966 ainda serão objeto de normas complementares do Banco Central do Brasil (Bacen) para seu maior detalhamento. Ainda carecem de regulamentação específica a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros e detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas. O plano de implementação determinado pela Resolução nº 5.019 já foi produzido e aprovado pela Administração. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, de acordo com as condições previstas em contrato, observando-se o critério pró-rata dia para aquelas de natureza financeira e incluindo efeitos de variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos indexados. Não são apropriadas as receitas de arrendamento e de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou encargos. As referidas receitas serão reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos, e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro rata die*" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o preço de realização dos ativos ao seu valor de mercado ou de realização. **c. Apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas pelo CPC 03, aprovadas pela resolução CMN 3.604/08. **d. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros:** É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. **e. Disponibilidades:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **Mensuração do valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **f. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "*hedge*" (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza em: **Hedge de Risco de Mercado** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período. **Hedge de Fluxo de Caixa** - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributário, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **g. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços. **h. Operações de crédito e arrendamento mercantil:** As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi calculada em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo). A entidade adota metodologia interna para a atribuição do ratings iniciais dos clientes. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações de contrato em atraso igual ou superior a 60 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **i. Imobilizado de uso:** O Banco, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. espera utilizar o ativo. **j. Obrigações por empréstimos e depósitos interfinanceiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia. As captações que são objeto de hedge de Risco de Mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. **k. Imposto de renda e contribuição social:** A Resolução n° 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: • Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. • Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • A Instituição constitui crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superveniência de depreciação apresentado no final do período. • A partir do primeiro semestre de 2020 a Instituição passou a constituir, quando aplicável, crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil. • O Banco aplica as alíquotas de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. **l. Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e a valorização de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **m. Resultado recorrente e não recorrente:** O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é "a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares". Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a administração considera que todo o seu resultado do 2º semestre de 2022 e os resultados dos exercícios de 2022 e de 2021 são oriundos de resultados recorrentes.

4. Disponibilidades:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	17.651	11.377
Saldo final	**17.651**	**11.377**

5. Instrumentos Financeiros Derivativos: a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Indexador	Instrumento	Valor de referência	31/12/2022 Diferencial a pagar/Valor contábil: Posição líquida	31/12/2022 Valor de mercado: Ativo	31/12/2022 Valor de mercado: Passivo	31/12/2022 Valor de mercado: Posição líquida	31/12/2021 Posição líquida
Euro x Pré	SWAP	39.857	610	1.436	(2.015)	(579)	(254)

b. *Hedge* de Risco de Mercado: Conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado. O "Hedge" é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado do objeto de "Hedge" num intervalo entre 80% à 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN. A efetividade das estruturas dos "Hedges" é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN. O Banco, para proteger parte das captações classificadas na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses", contratou instrumento derivativo (SWAP - Cross Currency Swap) destinado à cobertura de hedge de risco de mercado, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Item objeto de hedge		
Valor atualizado pelas condições contratuais	40.877	6.322
Valor de mercado	40.073	6.400
Valor do ajuste a mercado na rubrica "Obrigações por empréstimos"	(804)	78
Instrumentos de hedge		
Valor de mercado	579	254

6. Carteira de crédito e arrendamento mercantil: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: i) Carteira por modalidade e prazo:

Modalidade	31/12/2022 Parcelas vencidas	31/12/2022 Parcelas a vencer até 3 meses	31/12/2022 Parcelas a vencer entre 3 e 12 meses	31/12/2022 Parcelas a vencer acima de 12 meses	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento mercantil **(vide nota 6b)**	2.190	36.293	73.465	189.655	301.603	297.209
Operações de crédito - CCB	744	22.352	37.258	165.874	226.228	76.246
Operações de crédito - FINAME	–	165	989	6.406	7.560	–
Total	**2.934**	**58.810**	**111.712**	**361.935**	**535.391**	**373.455**

ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

Setor privado	Parcelas vencidas	Parcelas a vencer até 3 meses	Parcelas a vencer entre 3 e 12 meses	Parcelas a vencer acima de 12 meses	31/12/2022	31/12/2021
Indústria	676	31.676	68.565	238.489	339.406	229.477
Comércio	194	2.939	3.213	12.342	18.688	9.259
Serviços	2.064	24.195	39.934	111.104	177.297	134.719
Total	**2.934**	**58.810**	**111.712**	**361.935**	**535.391**	**373.455**

iii) Concentração de Crédito:

	31/12/2022 Valor	31/12/2022 % da Carteira	31/12/2021 Valor	31/12/2021 % da Carteira
10 Maiores devedores	86.789	17%	72.168	19%
20 Maiores seguintes	98.123	18%	65.516	18%
Demais devedores	350.479	65%	235.771	63%
Total	**535.391**	**100%**	**373.455**	**100%**

iv) Composição da Carteira por moeda e indexador:

Descrição	31/12/2022 Valor	31/12/2022 % da Carteira	31/12/2021 Valor	31/12/2021 % da Carteira
Contratos em reais prefixados	464.920	87%	304.652	82%
Contratos em euros prefixados	69.325	12%	65.770	17%
Contratos em reais pós-fixados	1.146	1%	3.033	1%
Total	**535.391**	**100%**	**373.455**	**100%**

v) Operações renegociadas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	**2.325**	**18.528**
Contratações	–	9.214
Recebimentos e apropriação de juros	(253)	(772)
Operações retornadas à situação normal	(1.578)	(24.645)
Baixa para prejuízo	(494)	–
Saldo final	**–**	**2.325**

O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial. **b) Operações de arrendamento mercantil:** O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações faturadas e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha "Operações de arrendamento mercantil" conforme requerimento da Resolução BCB nº 02/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:

continua ★

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento financeiro	**301.603**	**297.209**
Arrendamentos a receber	286.671	277.976
Rendas a apropriar de Arrendamento mercantil	(285.372)	(276.445)
Valores residuais a realizar	75.943	70.525
Valores residuais a balancear	(75.943)	(70.525)
Imobilizado de arrendamento - Bens arrendados	624.877	606.767
Imobilizado de arrendamento - Depreciação acumulada	(214.455)	(207.183)
Superveniência de depreciação	88.479	119.289
Credores por antecipação de VRG	(198.597)	(223.195)
Amortização acumulada - Perdas de arrendamento	(4.525)	(1.130)
Perdas em arrendamento a amortizar	19.879	8.433
Insuficiência de depreciações - Perdas de arrendamento	(15.354)	(7.303)
Total da carteira de arrendamento	**301.603**	**297.209**

i) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:

Descrição	31/12/2022 Custo de Aquisição	31/12/2022 Depreciação/ Amortização Acumulada	31/12/2022 Valor Contábil	31/12/2021 Custo de Aquisição	31/12/2021 Depreciação/ Amortização Acumulada	31/12/2021 Valor Contábil
Máquinas e equipamentos	395.214	(111.960)	283.254	356.132	(92.678)	263.454
Veículos	229.663	(102.495)	127.168	250.635	(114.505)	136.130
Superveniência de depreciação	–	–	88.479	–	–	119.289
Insuficiência de depreciação em perdas em arrendamento depreciação	–	–	(15.354)	–	–	(7.303)
Perdas em arrendamento a amortizar	19.879	(4.525)	15.354	8.433	(1.130)	7.303
Total	**644.756**	**(218.980)**	**498.901**	**615.200**	**(208.313)**	**518.873**

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. A amortização das perdas de arrendamento é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do bem após o encerramento do contrato.

ii) Composição da Carteira por tipo de equipamento:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	191.082	189.569
Veículos e afins	110.521	107.640
Total	**301.603**	**297.209**

7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, estavam assim distribuídos:

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Valor Presente da Carteira 31/12/2022	Valor da Provisão 31/12/2022	Valor Presente da Carteira 31/12/2021	Valor da Provisão 31/12/2021
AA	0,0%	197.372	–	167.668	–
A	0,5%	298.577	1.493	160.081	800
B	1,0%	6.319	63	10.973	110
C	3,0%	3.038	91	3.269	98
D	10,0%	26.944	2.694	23.854	2.385
E	30,0%	555	167	3.185	956
F	50,0%	–	–	1.953	976
G	70,0%	164	115	132	92
H	100,0%	2.422	2.422	2.340	2.340
Total		**535.391**	**7.045**	**373.455**	**7.757**

Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial (31/12/2021 e 31/12/2020)	**7.757**	**3.230**
Constituição Líquida de provisão	699	5.260
Créditos baixados para prejuízo	(1.411)	(733)
Saldo final	**7.045**	**7.757**

No exercício houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R$ 194 (R$ 0 em 2021). **8. Outros ativos financeiros:**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos relacionados a contratos de arrendamento mercantil (a)	997	10.831
Total	**997**	**10.831**
Curto prazo	**997**	**10.831**

(a) Adiantamentos a fornecedores por conta de contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

9. Imobilizado de uso:

Descrição	31/12/2022 Custo de Aquisição	31/12/2022 Depreciação Acumulada	31/12/2022 Valor Contábil	31/12/2021 Custo de Aquisição	31/12/2021 Depreciação Acumulada	31/12/2021 Valor Contábil
Móveis e equipamentos	26	(17)	9	26	(14)	12
Equipamentos de informática	381	(282)	99	381	(225)	156
Software	289	(289)	–	289	(289)	–
Total	**696**	**(588)**	**108**	**696**	**(528)**	**168**

10. Outros ativos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Comissões a receber	96	–
Locadora DL do Brasil - reembolso despesas compartilhadas	–	86
Antecipação de férias	–	9
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Serviços prestados a receber	–	127
Parcela de obrigações por empréstimos a baixar	52	–
Diferença de ptax a receber	40	47
Outros	18	26
Total	**206**	**295**
Curto Prazo	**206**	**295**

11. Depósitos Interfinanceiros:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Depósitos Interfinanceiros	26.031	78.094	75.126	179.251	49.121
Total	**26.031**	**78.094**	**75.126**	**179.251**	**49.121**

Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 13,43% a.a. (9,60% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em novembro 2027 (novembro de 2025 em 31/12/2021).

12. Obrigações por empréstimos:

Descrição	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Empréstimos - no país (a)	16.765	50.296	106.354	173.415	165.737
Empréstimos - No exterior (b)	8.768	26.304	71.267	106.339	69.674
Marcação a mercado objeto de hedge **(vide nota 5b)**	(804)	–	–	(804)	78
Total	**24.729**	**76.600**	**177.621**	**278.950**	**235.489**

(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,28% a.a. (9,50% a.a. em 31/12/2021) e vencimento final em junho de 2028 (dezembro de 2026 em 31/12/2021). As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,40% a.a. (1,47% a.a. em 31/12/2021), e as operações possuem vencimento final em abril de 2024 (abril de 2024 em 31/12/2021). (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros, junto à Deutsche Leasing Funding B.V. à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em novembro de 2027 (dezembro de 2026 em 31/12/2021).

13. Outros passivos financeiros:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de arrendamento mercantil	1.131	11.062
Adiantamento de clientes de contratos de Arrendamento Mercantil (a)	3.320	5.052
Total	**4.451**	**16.114**
Curto Prazo	**4.451**	**16.114**

(a) Valor recebidos antecipadamente de clientes relacionados à contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados.

14. Outros passivos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com pessoal	3.238	2.186
Serviços de terceiros	211	102
Pagamento a processar	–	271
Total	**3.449**	**2.559**
Curto Prazo	**3.449**	**2.559**

15. Patrimônio líquido: a. Capital social: O Capital Social está representado por 64.246.986 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Acionista	Participação %	Nº.ações	Valor integralizado
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	95	61.034.636	61.035
Deutsche Leasing Global GmbH	5	3.212.350	3.212
Total	**100**	**64.246.986**	**64.247**

b. Reservas de lucros: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art.189 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das reservas de lucros era de R$ 16.308 (31/12/2021 - R$ 13.180). **c. Dividendos:** A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art.202 da Lei 6.404/76. Nos exercícios de 2022 e 2021 não houve distribuição de dividendos. **16 Tributos: a) Ativos Fiscais:**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a compensar	527	1.034
Antecipação de imposto de renda	2.250	1.467
Antecipação de contribuição social	2.650	1.890
Créditos tributários (16c)	42.656	48.892
Total	**48.083**	**53.283**
Curto prazo	**23.559**	**10.242**
Longo prazo	**24.524**	**43.041**

b) Passivos fiscais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para imposto de renda diferido (16c)	33.268	50.394
Provisão para impostos correntes	14.228	6.704
Impostos e contribuições sobre salários	315	323
COFINS a pagar	52	113
ISS a pagar	185	3.101
Outros	108	53
Total	**48.156**	**60.688**
Curto prazo	**32.806**	**12.452**
Longo prazo	**15.350**	**48.236**

c) Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os impostos correntes e diferidos da Instituição têm as seguintes bases de cálculo e montantes provisionados:

Corrente	2022 Imposto de Renda	2022 Contribuição Social	2021 Imposto de Renda	2021 Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	**5.873**	**5.873**	**2.354**	**2.354**
Exclusão da superveniência de depreciação	38.861	38.861	11.068	11.068
Resultado não realizado de derivativos	60	60	324	324
Outras adições temporárias	(679)	(679)	143	143
Outras adições não temporárias	134	134	75	75
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	12	5.260	5.260
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	**44.261**	**44.261**	**19.224**	**19.224**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	**(13.278)**	**(13.278)**	**(5.767)**	**(5.767)**
Base tributária	**30.893**	**30.893**	**13.457**	**13.457**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.722**	**6.506**	**3.340**	**3.364**

As movimentações podem ser observadas a seguir:

Créditos tributários	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão	Saldo em 30/06/2022	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal originado pela superveniência	44.189	–	3.626	40.563	–	7.657	32.906
Prejuízo fiscal	–	466	–	466	2.475	–	2.941
Base negativa de contribuição social	–	386	–	386	1.980	–	2.366
Provisões associadas ao risco de crédito	3.833	–	679	3.154	343	–	3.497
Provisões passivas	724	126	–	850	–	439	411
Marcação a mercado	146	–	20	126	409	–	535
Total	**48.892**	**978**	**4.325**	**45.545**	**5.207**	**8.096**	**42.656**
Obrigações fiscais diferidas							
Sobre superveniência	(50.394)	–	(9.831)	(40.563)	–	(7.657)	(32.906)
Sobre marcação a mercado	–	–	–	–	(362)	–	(362)
Total	**(50.394)**	**–**	**(9.831)**	**(40.563)**	**(362)**	**(7.657)**	**(33.268)**

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pela instituição e demonstrada a seguir:

Ano de realização	Valor nominal	Valor presente
2023	18.132	16.917
2024	10.946	8.890
2025	4.191	2.963
2026	4.594	2.827
2027	3.838	2.056
2028	956	417
Total	42.656	34.070

17. Partes relacionadas: As partes relacionadas da Instituição podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social da Instituição, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador. **Transações com partes relacionadas:** As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ativos/(Passivos) 31/12/2022	Ativos/(Passivos) 31/12/2021	Receitas/(Despesas) 2º semestre 2022	Receitas/(Despesas) 31/12/2022	Receitas/(Despesas) 31/12/2021
Obrigações por Empréstimo no Exterior					
Deutsche Leasing Funding B.V. (nota 12)	(106.339)	(69.674)	(2.453)	6.619	(170)
Outros Ativos					
Locadora DL do Brasil (nota 10)	–	86	–	–	952
Deutsche Sparkassen Leasing AG &Co KG	96	127	1.391	1.774	1.779
Deutsche Leasing Finance GmbH	–	–	203	1.157	1.284
Deutsche Leasing USA Inc	–	–	–	474	–

a. Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência da Instituição totalizaram R$ 3.596 em 2022 (R$ 2.870 em 2021).

18. Composição das principais contas de resultado: a. Resultado de crédito e operações de arrendamento mercantil:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento financeiro e operações de crédito	31.472	45.332	35.844
Outras despesas de arrendamento	(275)	(406)	(150)
Total	**31.197**	**44.926**	**35.694**

b. Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	11	24	35
Total	**11**	**24**	**35**

c. Resultado de captação:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com obrigações por empréstimos	(14.380)	(14.044)	(13.016)
Resultado com depósitos interfinanceiros	(10.010)	(15.298)	(3.035)
Total	**(24.390)**	**(29.342)**	**(16.051)**

d. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos:

	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com operações com derivativos	2.474	2.202	(254)
Total	**2.474**	**2.202**	**(254)**

e. Receita de prestação de serviços

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestadas a ligadas (a)	1.594	3.406	3.063
Taxa de abertura de crédito	178	392	375
Outros	5	7	–
Total	**1.777**	**3.805**	**3.438**

(a) Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17). **f. Despesas com pessoal:**

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Salários	1.902	3.727	3.249
Bônus	1.697	3.806	2.567
Encargos trabalhistas	797	1.616	1.557
Férias e 13.o salário	457	863	820
Assistência médica e odontológica	516	1.009	714
Seleção e treinamento	28	65	54
Outras despesas de pessoal	379	674	482
Total	**5.776**	**11.760**	**9.443**

g. Outras Despesas Administrativas:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis e condomínio	208	432	281
Manutenção e conservação predial	32	67	134
Processamento de dados	709	1.391	928
Serviços do sistema financeiro	184	354	307
Serviços de terceiros	800	1.101	346
Serviços técnicos especializados	926	1.728	1.549
Despesas de transportes	64	127	37
Despesas com publicações	26	55	55
Despesas com viagens	226	421	9
Despesas com telefonia	69	148	143
Manutenção e conservação de equipamentos	98	204	446
Contribuição entidade de classe	28	95	123
Outras despesas administrativas	216	295	337
Total	**3.586**	**6.418**	**4.695**

h. Despesas tributárias:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
ISS	1.390	4.000	4.822
PIS	79	144	156
COFINS	482	887	958
Total	**1.951**	**5.031**	**5.936**

i. Outras Receitas Operacionais:

Descrição	2º semestre	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimento de despesas	110	110	1.109
Descontos obtidos	394	443	1.264
Reversão de provisão de bônus	776	1.654	1.564
Reversão de provisão de auditoria	278	278	247
Reversão de provisão de ISS (a)	4.532	4.532	–
Recuperação de crédito	194	194	–
Receita de multas contratuais	745	1.177	393
Outras	120	196	537
Total	**7.149**	**8.584**	**5.114**

(a) Com base em opinião de especialistas a administração entendeu não ser necessária a provisão do ISS por Município até que haja decisão final da ação que está sendo julgada no Superior Tribunal Federal. **19. Outras informações: a.** Ativos e Passivos Contingentes - A Instituição não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma não há provisão constituída para passivos contingentes no semestre e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras. **b.** A Instituição está obrigada a manter requerimentos mínimos de capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, de maneira a manter a relação entre o patrimônio de referência (PR) e o montante de ativos ponderados pelo risco (RWA) igual ou superior a 10,5% (2021 - 10%). O índice de Basileia calculado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 13,17% para o índice básico e 13,14% para o índice amplo; em 31 de dezembro de 2021 os índices eram de 18,28% e 17,16% respectivamente. **c.** A administração de Instituição considera fundamental a avaliação dos riscos para a tomada de decisão, e para esse fim, conta com uma estrutura de gerenciamento de riscos constituída de acordo com sua natureza e grau de complexidade de seus negócios. As definições de limites e aprovações dos riscos assumidos são realizadas em comitê com participação efetiva dos administradores. Outras práticas incluem a segregação de atividades entre as áreas de negócios e controles, bem como o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de novos produtos, e a independência de informações dessas áreas com o processo a operacionalizar. Os principais riscos gerenciados são: **c.1) Riscos Operacionais:** Conforme Resolução CMN 4.577/2017, a Instituição considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. A estrutura de controle de riscos operacionais visa identificar, avaliar, monitorar, testar e mitigar os riscos aos quais a Instituição possa estar exposta, através do comitê de riscos operacionais, atuando de forma corretiva e preventiva, evitando a ocorrência ou reincidência de falhas. **c.2) Riscos de Mercado:** Trata-se das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da Instituição. A gestão de riscos de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação e são monitorados pela Tesouraria, sendo revistos em bases anuais. **c.2.1) Análise de sensibilidade:** O banco, com o objetivo de verificar os efeitos em seu resultado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado, realiza um teste de sensibilidade que utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento de 50 ou 100 pontos base. Para as datas-base em questão os impactos seriam:

Fator de risco	31/12/2022 +50 bps	31/12/2022 +100 bps	31/12/2021 +50 bps	31/12/2021 +100 bps
Taxa de juros em reais	(585)	(1.169)	(528)	(1.056)
Cupons de moeda estrangeira	(2)	(3)	(50)	(101)

c.2.2) Teste de estresse: Para a apuração do risco de mercado de taxas de juros, o Banco decidiu por usar os modelos padronizados pelo Banco Central do Brasil, uma vez que somente possui a carteira banking, optando por seguir o modelo RBAN padrão, de acordo com as regras definidas pela circular nº 4.557/2017 para o teste de estresse, em especial o contido no Art 2º, item II. Com base nessa análise, o resultado (RBAN) demonstra o impacto no resultado e na alocação de capital referente às situações de estresse histórica definidos acima e demonstrados a seguir:

Fator de risco	Capital alocável 31/12/2022	Capital alocável 31/12/2021
Taxas de juros em reais	1.761	1.172
Cupom de moeda estrangeira	1.020	985

c.2.3) Valor justo dos instrumentos financeiros: O Banco não transaciona seus instrumentos financeiros ativos e passivos em mercados ativos, tendo sua operação baseada em uma estrutura de banking. Dessa forma, considera o valor contábil como a aproximação equivalente ao valor justo de seus instrumentos financeiros ativos (Carteira de crédito e outros ativos financeiros) e passivos (Obrigações por empréstimos e outros passivos financeiros). **c.3) Riscos de Liquidez:** A Instituição monitora, controla e reporta possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que possam comprometer a solvência da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócios e para a administração, e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas para a análise são: disponibilidade de caixa, níveis de caixa mínimo e projeção de fluxos de caixa. **c.4) Riscos de Crédito:** De acordo com a Resolução 4.557/2017, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade do cumprimento de obrigações contratuais dos parceiros comerciais da Instituição, geradas por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, ou variações nos indicadores e moedas associadas às flutuações de mercado e seus impactos nas operações associadas. A administração monitora e controla a exposição ao risco de crédito de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito de forma a antecipar as perdas projetadas para a carteira da Instituição. **d.** A Instituição não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. **e.** O Banco, seus clientes e parceiros foram afetados indistintamente pela pandemia causada pelo COVID-19 durante os anos de 2021 e 2020. O Banco conseguiu adaptar sua operação de forma a garantir a proteção de seus colaboradores e a continuidade dos negócios, operando basicamente de forma remota. Os impactos observados nos negócios foram as esperadas redução nos volumes de novos contratos e dificuldade por parte de alguns clientes em honrar os seus compromissos. Os reflexos dessa situação podem ser observados nas demonstrações financeiras para o exercício de 2021 através do aumento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e o surgimento de uma carteira de operações renegociadas (vide nota 6), sem que isso, no entanto, se refletisse em perdas relevantes graças à rápida atuação da administração junto aos clientes e parceiros, visando identificar alternativas que possibilitassem o enfrentamento das dificuldades momentâneas. Para o ano de 2022 verificamos a retomada de novas operações e uma volta à normalidade por parte das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. Os eventos subsequentes correspondem à aqueles que ocorreram entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a sua emissão. Concluímos que não houve eventos subsequentes relevantes até a emissão das demonstrações financeiras.

Marcelo Festucia - Diretor Presidente
Ubiratan Dantas Felizatto - Contador - CRC 1SP143431/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. - *São Paulo - SP.* **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2023. **KPMG Auditores Independentes Ltda. -** CRC 2SP027685/O-6 'F' SP. **João Paulo Dal Poz Alouche -** Contador CRC 1SP245785/O-2.

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

CNPJ Nº 60.967.551/0001-50

Relatório da Administração

O ano de 2022 foi mais um ano da prática da comunhão. Estivemos juntos e trabalhando pela difusão do Sistema de Gestão do Mackenzie, consolidando os princípios e valores da Identidade Institucional dentro dos vários movimentos que tivemos em todas as Unidades Educacionais, de Saúde, na Gestão e nas Unidades Associadas de Dourados/MT e Castro/PR, seguindo as orientações e determinações estratégicas do Conselho Deliberativo do IPM, que sempre intercedeu por nós. Somos assim gratos ao nosso Deus pela vida dos irmãos e Conselheiros que estiveram conosco em todos os momentos. A Chancelaria e sua permanente missão de nos manter próximos uns dos outros em intercessão constante junto ao nosso bom Deus, com mais de 8 mil de devocionais realizadas ao longo do ano, foi determinante para consecução de todos os resultados que obtivemos, nos mantendo conscientes de que as nossas competências e capacidades de realização, estiveram, e sempre estarão consignadas à boa mão do Senhor sobre nós. Muito obrigado aos nossos pastores. Esta orientação de permanecermos na Sua dependência, procurou visar a criação de valor para o Mackenzie, que também compartilhou estas bênçãos recebidas com aproximadamente 5 mil alunos que receberam bolsas em nossa Universidade, Colégios e Faculdades. Atingimos 45,7 mil alunos em todas as nossas Unidades. Destacamos, em especial, o Sistema Mackenzie de Ensino, que teve o maior crescimento em seus mais de 20 anos desde a sua criação, com quase 18 mil novos alunos de um total de mais de 80 mil alunos (ou almas, como preferimos nos referir àqueles que o Senhor Deus nos tem acrescido), e que agora passarão a estudar utilizando o nosso material educacional. Hoje são mais de 300 escolas que estão conosco trabalhando conhecimento e princípios com base na Palavra de Deus e no mais relevante conteúdo para ensino-aprendizagem confessional do mercado brasileiro. Almejamos pela graça de Deus, que levemos este conteúdo a todo território nacional, com o alvo de 300 mil alunos nos próximos 10 anos. Temos trabalho!. Continuamos a investir e a fortalecer a infraestrutura para o Ensino Superior Presencial com a nova Unidade do Mackenzie Rio em Botafogo, a recém adquirida Unidade do Mackenzie Brasília, as intervenções na FEMPAR (Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná), em Curitiba, e o início dos estudos para o reposicionamento do Campus Alphaville da UPM ao lado do Colégio Alphaville. Na Gestão, as iniciativas que estão sendo tomadas no Programa Mackenzie de Renovação, o PMR, contaram com a dedicação e esforço de todas as equipes das atividades meio e das atividades fim, e foi de relevância ímpar para nossa integração. Este projeto prevê a instalação do novo ERP, o sistema de gerenciamento sobre o qual todos nós estaremos interligados e conectados. Também, e além da Tecnologia, é digno de nota as ações de integração que estão sendo tomadas nas áreas de apoio Financeiro, Suprimentos, Infraestrutura e Planejamento, para melhor e maior alinhamento das estratégias operacionais, com foco no bom serviço de uma para com os outros. Na Saúde, tivemos a continuidade dos trabalhos no Hospital Universitário Evangélico Mackenzie - HUEM, em Curitiba. As principais iniciativas foram direcionadas para os investimentos dentro do plano de revitalização do hospital que deverá ter sua maior parte concluída no ano de 2023. Por fim, agradecemos ao nosso bom Deus os resultados alcançados pela liderança do Mackenzie, a nossa equipe da Diretoria Executiva e todos os nossos gestores. Foi um ano de muito crescimento e amadurecimento conjunto com a produtividade consignada à comunhão. E neste sentido, o Senhor Deus sempre esteve conosco nos mantendo unidos e sendo o auxílio e fortaleza bem presente em todas as circunstâncias. Concluo com as palavras do Apóstolo Paulo:

"Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas." - Efésios 2.10.

Vocação, trabalho e bênção! Assim seguiremos a serviço do Reino! Em Cristo,

Milton Flávio Moura - Diretor-Presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Reverendo Robinson Grangeiro Monteiro - Chanceler do Mackenzie

Cid Pereira Caldas - Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		**199.869**	**208.002**
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.143	16.639
Aplicações financeiras	6	11.210	47.937
Contas a receber educação	7	91.625	98.682
Contas a receber saúde	7.1	33.737	26.437
Estoques	8	10.919	10.068
Outros créditos	-	1.828	2.899
Despesas antecipadas	-	3.407	5.340
Ativo não circulante		**1.651.965**	**1.530.242**
Aplicações financeiras LP	6	30.285	74.791
Partes relacionadas	9	126.206	150.529
Depósitos judiciais	10	4.154	4.144
Investimentos	3.8	6.240	6.240
Propriedade para investimentos	11	419.682	415.299
Imobilizado	12	958.347	783.531
Intangível	13	88.476	77.269
Direito de uso – leases	3.10(b)	18.575	18.439
Total do ativo		**1.851.834**	**1.738.244**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante		**249.643**	**188.820**
Empréstimos e financiamentos	14	43.448	39.005
Fornecedores	15	38.208	26.493
Salários e encargos sociais a recolher	16	110.021	90.673
Outras contas a pagar	17	24.535	11.826
Mensalidades recebidas antecipadamente	18	25.163	13.430
Contratos de arrendamento	-	8.268	7.393
Passivo não circulante		**187.185**	**150.737**
Empréstimos e financiamentos LP	14	154.974	117.321
Provisão para contingências	19	13.909	21.677
Obrigações com terceiros LP	-	7.224	-
Contratos de arrendamento LP	-	11.078	11.739
Patrimônio líquido	20	**1.415.006**	**1.398.687**
Patrimônio social	-	1.111.054	1.070.796
Reserva de superávits	-	8.661	6.732
Ajuste de avaliação patrimonial	-	280.901	280.901
Superávits dos exercícios	-	14.390	40.258
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.851.834**	**1.738.244**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional - O Instituto Presbiteriano Mackenzie ("Instituto") é uma associação civil filantrópica, confessional cristã reformada, sem fins lucrativos e econômicos, com finalidade educacional, assistencial e de saúde que tem como associada vitalícia a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Suas atividades iniciaram em 1870, quando o Sr. George e a Sra. Mary Ann Annesley Chamberlain, um casal de missionários presbiterianos, fundaram a escola americana com os cursos: Escola normal e Filosofia. Com o sucesso e repercussão internacional, o advogado estado-unidense, John Theron Mackenzie, doou recursos, sem nunca ter vindo ao Brasil, para a construção da Escola de Engenharia em São Paulo. Desde sua fundação, o Instituto é agente de uma série de inovações pedagógicas que acompanham e influenciam o cenário da educação no país. Um de seus principais objetivos é formar cidadãos com capacidade de discernimento, com critérios e condições para fazer a leitura do mundo em que vivem, a partir de valores e princípios eternos, e que sejam aptos a intervir na sociedade. Reconhecido como entidade filantrópica e de utilidade pública é beneficiado com isenções de taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais. O Instituto é o mantenedor: **a) Educação -** Universidade Presbiteriana Mackenzie, com seus *campi* nas cidades de São Paulo, Campinas e Barueri. Faculdade Presbiteriana Mackenzie, com seus *campi* nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná ("Fempar") na cidade de Curitiba, com o curso de medicina. No total são 50 cursos de graduação presenciais, 163 cursos de pós-graduação, 14 cursos de mestrado e 14 de doutorado. No Ensino a Distância (EaD), com 15 cursos de graduação e 31 de pós-graduação em 60 polos educacionais, atendendo 16 estados mais o Distrito Federal. Colégio Presbiteriano Mackenzie nas cidades de São Paulo, Barueri, Brasília e Palmas. **b) Saúde -** Hospital Universitário Evangélico Mackenzie ("Huem"), na cidade de Curitiba, presta serviços ambulatoriais e hospitalares, de acordo com suas especialidades na média e alta complexidade, dentro de sua capacidade técnico-operacional, dispondo de mais de 45 serviços médicos. Possui contratualização com o município local para atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento da iniciativa privada (operadoras de saúde suplementar e seguros saúde) e particular. Sua estrutura contempla 483 leitos (416 SUS e 67 na iniciativa privada) com uma área física de 22 mil m², distribuídos em 8 andares, 3 unidades ambulatoriais externas, uma unidade com o Centro de Oncologia Mackenzie e a Unidade Mackenzie da Mulher, bem como uma unidade Ambulatorial Pediátrica, uma unidade Ambulatorial Oftalmológica, uma Unidade de Dermatologia e Cosmiatria e serviços de apoio diagnóstico, além da unidade administrativa. Por ser um hospital universitário atua de forma integrada e de cooperação com a Fempar na realização de atividades educacionais na área da saúde, com pesquisa, estágio e residência médica para os estudantes do curso de medicina em todas as suas especialidades. Em atendimento ao previsto no estatuto social, os recursos do Instituto são aplicados integralmente em suas finalidades institucionais. As aplicações desses recursos estão representadas pelas suas despesas operacionais e investimentos patrimoniais. **1.1. Ações Estratégicas de Crescimento do Mackenzie** - Ao longo do ano o Instituto realizou diversos investimentos estratégicos objetivando sua expansão e fortalecimento. Destaques importantes aos investimentos na Educação, com a aquisição de novo imóvel, com maior capacidade, em Brasília-DF, onde a Instituição objetiva sua expansão. Também investiu na preparação de seu novo imóvel na cidade do Rio de Janeiro, adquirido em 2020, ofertando portfólio atrativo e amplo de cursos em relação à sua antiga sede na cidade. Igualmente relevante foram os investimentos na Universidade, onde após os anos restritivos da pandemia, a Instituição aplicou recursos na modernização de suas instalações, a fim de manter sua reconhecida excelência educacional. A Faculdade de Medicina recebeu relevantes investimentos em suas estruturas operacionais aprimorando suas instalações. Na área de Saúde a Instituição ao longo dos últimos 4 anos, desde a aquisição do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie ao final do ano de 2018 e início da gestão em 2019, revolucionou o Hospital, levando à população curitibana atendimento de referência SUS e ampliando sua atuação também nos Convênios e particulares. Isso tem sido possível pelos investimentos que levaram o Hospital a um novo patamar de atuação, que trará benefícios a todos os envolvidos no trabalho da Saúde. Na sua estrutura administrativa o Instituto se prepara para a troca de seu sistema de gestão computacional, integrando as diversas áreas de atuação, levando ao aprimoramento dos controles e da gestão mediante os investimentos realizados em tecnologia e equipamentos. **1.2. Benefício Programa Universidade para Todos (Prouni)** - O Instituto aderiu ao Prouni, programa do Ministério da Educação que foi criado pelo Governo Federal em 2004, que visa a oferecer bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a candidatos que tenham participado do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Desta forma, utilizamos o Prouni para a composição das gratuidades no cálculo de aplicação de recursos em bolsas de estudos. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma de entidades sem fins lucrativos (Resolução no 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC – ITG 2002 (R1)). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 23 de fevereiro de 2023, conforme previsto no estatuto do Instituto, capítulo VII, artigos 37 e 38, que tratam dos exercícios financeiros. **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: **i)** Ativo imobilizado recebido em doação, mensurado pelo valor justo na data da doação; e **ii)** Instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação** - Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração do Instituto use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para *impairment* do ativo intangível, mensuração de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de cenários diferentes daqueles previstos quando da constituição dessas estimativas. O Instituto revisa as estimativas e as premissas de forma contínua. **2.5. Demonstração do resultado abrangente** - Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado. **3. Principais políticas contábeis - 3.1. Apuração do resultado** - O resultado das operações foi apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita de prestação de serviço é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos futuros serão gerados para o Instituto e puder ser mensurada de forma confiável, em atendimento à norma contábil NBC TG 47 – receita de contrato com cliente. **a) Educação -** A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços durante o curso das atividades. As receitas incluem as mensalidades da educação básica, educação superior (graduação e pós-graduação), educação a distância (EaD), cursos de especialização e extensão, além de outros serviços de ensino e taxas de inscrições em vestibulares. **b) Saúde -** As receitas são decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, mediante contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS) e outras instituições privadas, assim como doações, subvenções e convênios. As receitas com subvenções, convênios e doações com restrição, são registradas conforme determina a Norma Contábil ITG 2002 (R1)) e NBC TG 07, sendo reconhecidas em conta de passivo até que os requisitos objeto da subvenção, convênio e doação sejam atendidos para reconhecimento em conta de resultado (Nota Explicativa no 17). **3.2. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são, inicialmente, registrados em seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo que não seja valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio de resultado; e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Recursos vinculados a convênios: recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio. **3.4. Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha. Esses recursos estão classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa por não fazerem parte da gestão do dia a dia do Instituto. **3.5. Mensalidades a receber** - Representam os valores de realização, deduzidos do ajuste para crédito de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada de realização. As mensalidades/matrículas recebidas no exercício corrente referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente são classificadas no passivo circulante como "Mensalidades antecipadas" e reconhecidas no resultado de acordo com a prestação de serviço, em atendimento à Resolução do CFC NBC TG 47 – receita de contrato com clientes. **a) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) -** Em 2011, o Instituto firmou convênio com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a educação de nível superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. O Instituto manteve convênio ativo com o FIES até o ano de 2018. Em 2019 o convênio não foi renovado, tendo sido renovado em novembro 2022 para oferta de vagas em 2023. Em 2022, o saldo de mensalidades a receber (Fies) era de R$ 21 (R$ 131 em 2021), cujo montante se refere aos alunos contemplados com o benefício na vigência do convênio e permanecerão até a conclusão do curso. **b) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD -** Constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos serviços prestados e nas negociações a receber. Esta estimativa foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pelo Instituto, ou seja, com base histórico de títulos não liquidados, em anos anteriores e, assim, atendendo à resolução CFC nº 1.409/12 (NBC – ITG 2002 (R1)), em seu item 14. **3.6. Estoque** - Refere-se a materiais para revenda e de consumo, avaliados ao custo médio de aquisição, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e por redução ao valor de mercado. **3.7. Depósitos judiciais** - Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (Nota Explicativa no 10). **3.8. Investimento** - Participação na Associação do Instituto Cristão (AIC), com sede em Castro/PR, investimento avaliado em R$ 6.240. A AIC tem como finalidade garantir a difusão de assuntos exclusivamente educacionais, culturais e religiosos, promovendo a inclusão de políticas públicas pertinentes à sua área de atuação. **3.9. Propriedade para investimento** - O Instituto adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado, conforme orientação apresentada na NBC TG 28 (R4) – propriedade para investimento. O valor justo dos terrenos mencionados (Nota Explicativa no 11) está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes e realizados em periodicidade anual. **3.10. Imobilizado** - É registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados, e deduzido de depreciação e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/2009 NBC TG 27 (R4) – Ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: **Anos -** Edifícios de 5 a 100; Instalações de 5 a 10; Máquinas e equipamentos de 3 a 10; Móveis e utensílios de 5 a 10; Computadores 5; Veículos 4 a 10; Livros 10. A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios; em 2022 foram reavaliadas a vida útil dos veículos, com base em estudo interno, ampliando o prazo para até 10 anos, a depender da destinação de uso. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor for maior que seu valor recuperável estimado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **a) Imobilizado em andamento -** São construções, equipamentos, imóveis e terrenos que não estão em operação e são constituídos pelo custo do projeto, mão de obra, materiais, honorários advocatícios e serviços de terceiros (consultoria) para a aquisição dos bens. **b) Arrendamento mercantil -** De acordo com a NBC TG 06 (R3) determina que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso (*Right of use* – ROU). **3.11. Intangível** - O ativo intangível com vida útil indefinida compreende o ativo adquirido de terceiros, mensurado pelo custo total de aquisição, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) e tem seu valor recuperável testado anualmente. A manutenção do ativo é suportada anualmente por estudo técnico sobre a recuperabilidade do ativo intangível, emitido pela área técnica interna do Instituto, conforme exigido pela NBC TG 04 (R4), itens 107 e 108: *"107. Ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. 108. De acordo com a NBC TG 01, o Instituto deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil: (a) anualmente; e (b) sempre que existem indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor."* **3.12. Redução ao valor recuperável** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda em seu valor recuperável. Um ativo tem perda em seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, que podem ser estimados de maneira confiável. **3.13. Passivo circulante e não circulante** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **3.14. Benefícios a empregados** - As obrigações do plano de previdência privada de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, no resultado. **Outros benefícios** - Adicionalmente, o Instituto oferece aos seus colaboradores outros benefícios, como assistência médica e odontológica, vale refeição e alimentação, seguro de vida e de acidentes pessoais, convênio farmácia, clube de benefícios e auxílio creche (aos elegíveis). Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **3.15. Provisões** - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **a) Provisões para riscos judiciais** - O Instituto é parte em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais, cuja probabilidade classificada por seus assessores jurídicos representa perdas prováveis. A administração do Instituto entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa no 19). **3.16. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais. O superávit/déficit é apresentado no balanço patrimonial, na conta "Superávit do exercício", sendo, posteriormente, transferido para a conta de patrimônio social. **3.17.** Demonstração do fluxo de caixa - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o NBC TG 03 (R3) - demonstração dos fluxos de caixa. **3.18. Convênios e parcerias - O reconhecimento da receita e despesas é efetuado pelo regime de competência do exercício.** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em convênios no passivo circulante. À medida que os gastos do convênio incorrem, no mesmo momento as receitas com convênio são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em convênios. **4. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados** - Não há novas normas e/ou interpretações emitidas que não entraram em vigor ou ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis divulgadas pelo Instituto. **5. Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata e não estão vinculadas a operações de risco.

	2022	2021
Caixa e bancos	2.667	3.532
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (até 90 dias)	44.476	13.107
Total	**47.143**	**16.639**

6. Aplicações financeiras - As aplicações financeiras estão representadas por letras financeiras, Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e poupança - com remuneração média que varia entre 98% e 107,5% do CDI. Estão compostas conforme segue:

Tipo	Remuneração média (*)	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	2022	2021
Letra financeira	106,0% a 107,5%	-	27.963	27.963	24.687
CDB/DI	98% a 104%	-	1.984	1.984	97.727
Aplicaut	20% a 86%	7.106	-	7.106	-
Poupança	TR +0,5%	4.104	338	4.442	314
Total		**11.210**	**30.285**	**41.495**	**122.728**

(*) Média da rentabilidade dos fundos.

Recursos financeiros com restrição - As aplicações financeiras relacionadas a seguir foram dadas em garantia em operações de financiamentos, advindas de convênios educacionais com destinação específica e garantia de aluguel compondo o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicação no ativo não circulante.

Tipo	Processo	2022	2021
Letra financeira	Contrato de Empréstimo	27.963	32.532
CDB/DI	Contrato de Empréstimo e Garantia Fiança	1.984	-
Aplicaut	Convênios com Restrição e Subvenções	7.106	2.700
Poupança	Convênios com Restrição e Subvenções/Garantia de Aluguel	4.442	314
Total		**41.495**	**35.546**

7. Contas a receber - A posição em 31/12/2022 é apresentada da seguinte forma:

Educação	2022	2021
Mensalidades escolares **(i)**	73.132	63.491
Acordos de mensalidades a receber	50	1.465
Cobrança jurídica	99.516	91.613
Total	**172.698**	**156.569**
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (3.5(b))	(81.073)	(57.887)
Total de contas a receber – educação	**91.625**	**98.682**

(i) As mensalidades escolares a receber estão integralmente compostas por recebíveis no mercado nacional. A composição dos vencimentos dos saldos de mensalidades a receber em 2022 e 2021 é apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	**30.827**	**31.085**
Vencidos		
De 1 a 30 dias	9.133	9.987
De 31 a 60 dias	6.455	7.149
De 61 a 90 dias	5.602	6.221
De 91 a 180 dias	10.802	11.752
De 181 a 365 dias	10.192	9.098
Mais de 365 dias	99.687	81.277
Total	**172.698**	**156.569**

As movimentações em perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial	**(57.887)**	**(44.275)**
Incremento de provisão pelo reconhecimento de títulos vencidos		
Complemento de provisão no exercício	(26.816)	(13.463)
Recuperação de títulos	(1.020)	(280)
Baixa de títulos vencidos	4.650	131
Saldo final	**(81.073)**	**(57.887)**

7.1 Contas a receber saúde	2022	2021
SUS	30.724	23.578
Convênios	2.695	2.710
Particulares	318	149
Total de contas a receber - saúde	**33.737**	**26.437**

8. Estoques - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem os valores de mercado e se referem a produtos (material pedagógico) e materiais de consumo. Em 2021, face ao acordo celebrado com a Somos, que passou a ser responsável pela comercialização e distribuição, o estoque de material dos Sistemas Mackenzie de Ensino foi vendido.

Educação	2022	2021
Mercadoria para revenda – Educação **(i)**	2.007	2.461
Almoxarifado geral	1.756	1.429
Estoque em trânsito	133	98
Subtotal educação	**3.896**	**3.988**

(i) No ano de 2022 houve alteração no entendimento acerca do funcionamento da operação de comercialização dos Sistemas de Ensino Mackenzie, cuja elaboração passa a representar um ativo intangível, deixando de compor os estoques para revenda. Em função desta alteração o valor de 2021 que era de R$ 12.163 passa a ser de R$ 2.461.

Saúde	2022	2021
Medicamentos e material hospitalar	5.492	4.296
Outros estoques	1.531	1.784
Subtotal saúde	**7.023**	**6.080**
Total estoques geral	**10.919**	**10.068**

9. Partes relacionadas	2022	2021
Associação Beneficente Douradense **(i)**	117.037	108.632
Hospital Evangélico Rio Verde **(ii)**	-	34.846
Associação Instituto Cristão **(iii)**	9.169	7.051
Total	**126.206**	**150.529**

(i) Contrato de Mútuo firmado com a Associação Beneficente Douradense (ABD) em 10 de outubro de 2017, com prazo de amortização de 48 meses, atualizado com juros de 6% a.a. Em 07 de junho de 2018, foi assinado aditivo para atualização do valor. Em 31 de dezembro de 2021, o mútuo anterior e seus aditivos foram unificados em contrato único, renunciando aos juros até então vigentes com o valor correspondente de R$ 21.372 (R$ 14.086 em juros referentes aos anos de 2017 a 2020 e R$ 7.287 em juros referentes ao ano de 2021) baixados ao resultado do exercício de 2021 conforme Nota Explicativa no 24. O novo contrato, firmado em 1o de janeiro de 2022, é de 25 anos com correção pela variação do IPCA (de R$ 6.406 em 2022) e carência para início de liquidação de 05 anos. A repactuação é fruto de um novo plano de negócios que reflete estudo técnico de viabilidade econômico-financeira para a ABD que compreende ações estratégicas e operacionais que revitalizam as atividades sociais, de saúde e educação. Durante o exercício de 2022, o repasse líquido de recursos à ABD foi de R$ 2.000 (R$ 9.227 em 2021); **(ii)**Contrato de mútuo firmado com o Hospital Evangélico de Rio Verde (Herv) em 04 de dezembro de 2019, com prazo de amortização de 48 meses, atualizado com juros de 6% a.a. mais taxa referencial. Durante o exercício de 2022 foi assinado contrato de confissão de dívida pelo Herv em favor do IPM, no valor de R$ 88.962, cujo montante é composto pelos contratos de mútuo no valor de R$ 63.699, acrescido de repasse a ser realizado em Jan/23, no valor de R$ 500, e mais R$ 24.763 correspondente a dívidas parceladas do Herv com instituição financeira, no prazo de 50 meses. A liquidação destes valores se dá pelos imóveis de propriedade do Herv, recebidos em dação em pagamento pelo IPM; e **(iii)** Contrato de mútuo firmado com a Associação Instituto Cristão (AIC) em 18 de abril de 2018, com prazo de amortização de 60 meses, atualizado com juros de 6% a.a. Durante o exercício de 2022, o repasse de recursos à AIC foi de R$ 1.628 e incidiram juros de R$ 490.

	2021	Aportes	Devoluções	Baixas	Juros	2022
Ass. Benef. Douradense	108.632	18.292	(16.293)	-	6.406	117.037
Hosp. Evangélico Rio Verde	34.846	26.483	-	(63.699)	2.370	-
Ass. Instituto Cristão	7.051	1.628	-	-	490	9.169
Total	**150.529**	**46.403**	**(16.293)**	**(63.699)**	**9.266**	**126.206**

10. Depósito judicial	2022	2021
Depósitos Judiciais	4.154	4.144
Total	**4.154**	**4.144**

11. Propriedade para Investimentos - O Instituto prevê a comercialização de alguns imóveis para fins de investimento, realizando registro contábil pelo valor justo. Os seguintes imóveis foram avaliados por empresas especializadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis do exercício de 2021 e 2022: **i)** Av. Mackenzie 905 em Barueri, SP e Av. Paiol Velho, 548 em Santana de Parnaíba, SP. Área reavaliada para investimento de 509.330,00 m², com valor justo reconhecido no patrimônio líquido de R$ 256.591 em 2021. Em 2022 o imóvel foi reavaliado, gerando variação positiva de R$ 3.165, levada ao resultado do exercício; **ii)** Shis QI5 Chácara 69, Lago Sul, Brasília, DF. Área reavaliada para investimento de 10.800 m², com valor a acrescentar no patrimônio líquido de R$ 11.409 em 2021. Em 2022 o imóvel foi reavaliado, gerando variação positiva de R$ 310, levada ao resultado do exercício; e **iii)** Rua Nossa Senhora de Fátima sem número, terrenos urbanos glebas 01 e 03, bairro Angicos, Vespasiano, MG. Área reavaliada para investimento de 95.569,27 m², com valor a acrescentar no Patrimônio Líquido de R$ 12.901 em 2021. Em 2022 o imóvel foi reavaliado, gerando variação negativa de R$ (340), levada ao resultado do exercício.

	2021 Total líquido	Aquisição	Transferência	Ajuste de avaliação	2022 Total líquido
Propriedades para investimentos	415.299	-	1.248	3.135	419.682
Imobilização em curso - Masterplan Alphaville	-	1.248	(1.248)	-	-
Total	**415.299**	**1.248**	**-**	**3.135**	**419.682**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida educação		**991.236**	**932.223**
Mensalidades	21 a	954.755	900.565
Venda de produtos	-	12.040	18.129
Cursos extracurriculares	-	2.699	2.285
Taxas e inscrições	-	3.636	3.078
Receitas patrimoniais	-	9.865	5.636
Outras receitas	21 c	8.241	2.530
Receita operacional líquida saúde		**248.910**	**265.003**
SUS	21 b	218.525	225.155
Convênios	21 b	22.957	22.932
Particulares	21 b	1.848	828
Receitas patrimoniais saúde	-	240	221
Outras receitas saúde	21 c	5.340	15.867
Despesas operacionais		**(1.236.034)**	**(1.140.044)**
Vendas	-	(59.210)	(54.108)
Pessoal e encargos	22	(784.506)	(712.586)
Gerais e administrativas	23	(320.865)	(307.479)
Depreciação e amortização	-	(71.453)	(65.871)
Resultado financeiro líquido	24	**12.207**	**(10.192)**
Despesas financeiras		(29.080)	(29.635)
Receitas financeiras		41.287	19.443
Superávits dos exercícios		**16.319**	**46.990**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	**1.564.491**	**1.553.758**
Receitas de atividades área educacional	1.297.131	1.257.050
Receitas de atividades área saúde	249.399	278.886
Receitas patrimoniais	10.658	6.424
Outras receitas	7.303	11.398
Insumos adquiridos de terceiros	**341.139**	**336.837**
Custos de manutenção das atividades	5.381	28.534
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	335.758	307.562
Perda / Recuperação de valores ativos	-	741
Valor adicionado bruto	**1.223.352**	**1.216.921**
Depreciações/Amortizações/PCLD/(Reversões)	97.833	102.695
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**1.125.519**	**1.114.226**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	41.287	19.443
Valor adicionado total a distribuir	**1.166.806**	**1.133.669**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	786.035	713.377
Agentes financeiros	41.362	38.255
Assistência educacional	322.431	333.596
Governo	659	1.452
Superávit do exercício	16.319	46.989
Valor adicionado total distribuído	**1.166.806**	**1.133.669**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
Superávits dos exercícios	16.319	46.990
Resultado abrangente do exercício	**16.319**	**46.990**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de superávit	Superávits acumulados	Total
Em 31/12/2020	**985.972**	**-**	**-**	**84.824**	**1.070.796**
Incorporação ao patrimônio social	84.824	-	-	(84.824)	-
Superávit do exercício	-	-	-	46.990	46.990
Constituição de reserva	-	-	6.732	(6.732)	-
Incorporação ao patrimônio social	-	280.901	-	-	280.901
Em 31/12/2021	**1.070.796**	**280.901**	**6.732**	**40.258**	**1.398.687**
Superávit do exercício	-	-	-	16.319	16.319
Constituição de reserva	-	-	1.929	(1.929)	-
Em 31/12/2022	**1.070.796**	**280.901**	**8.661**	**54.648**	**1.415.006**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de reais)*

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Das atividades operacionais			
Superávits dos exercícios		14.390	40.258
Reserva de superávits		1.929	6.732
		16.319	**46.990**
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício ao caixa gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		63.533	58.479
Resultado na baixa de ativos imobilizados		564	492
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		26.816	29.538
Despesas de *impairment*		-	741
Reversão de contingências		(5.390)	-
Adições para contingências	19	1.390	4.340
Juros partes relacionadas		(9.266)	(9.384)
Propriedade para investimento		(3.135)	-
Juros sobre empréstimos		22.947	10.463
Superávit ajustado		**113.778**	**141.659**
Decréscimo (acréscimo) de ativos			
Aplicações financeiras		81.233	(45.012)
Contas a receber educação		(19.759)	(6.276)
Contas a receber saúde		(7.300)	(2.024)
Estoques	08	(851)	17.167
Despesas antecipadas		1.933	(371)
Outros créditos		1.071	(583)
Devoluções partes relacionadas		16.293	21.372
Bens de direito de uso		(136)	(3.489)
Depósitos judiciais		(10)	(242)
Acréscimo (decréscimo) de passivos			
Fornecedores		11.715	1.916
Salários e férias a pagar		19.348	(14.212)
Outras contas a pagar		19.433	3.373
Contratos de arrendamento		214	3.600
Matrículas recebidas		11.733	6.977
Baixas contingenciais		(3.768)	(3.127)
Caixa aplicado pelas (gerado nas) atividades operac.		**244.927**	**120.728**
Das atividades de investimento			
Propriedade para Investimentos		(1.248)	-
Aquisição de ativo imobilizado		(132.358)	(18.868)
Aquisição de ativo intangível		(28.799)	(16.688)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(162.405)**	**(35.556)**
Das atividades de financiamento			
Aportes partes relacionadas		(46.403)	(23.380)
Captação de empréstimos		54.900	-
Amortização de empréstimos		(60.515)	(48.755)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(52.018)	(72.135)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**30.504**	**13.037**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		16.639	3.602
No final do exercício		47.143	16.639
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**30.504**	**13.037**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

12. Imobilizado - O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. Os detalhes do ativo estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	2021	Aquisição/Doação	Transferências	Baixas	Depreciação do Exercício	Total Líquido 2022
Terrenos	194.188	-	1.944	-	-	196.132
Edifícios	395.367	-	4.602	(224)	(10.540)	389.205
Instalações	1.150	-	-	-	(485)	665
Móveis e utensílios	19.885	10	11.050	(109)	(4.430)	26.406
Máquinas e equipamentos	84.747	89	2.964	(43)	(11.988)	75.769
Equipamentos de áudio e vídeo	15.382	9	4.291	(53)	(3.023)	16.606
Computadores e periféricos	18.919	127	11.817	(114)	(9.706)	21.043
Veículos	438	-	960	-	(271)	1.127
Livros	10.125	1	145	-	(1.733)	8.538
Instrumentos de laboratório	22.562	1.243	3.697	(21)	(3.764)	23.717
Imob. curso novas unidades	391	7	-	-	-	398
Imobilizado em andamento	20.377	219.834	(41.470)	-	-	198.741
Total	**783.531**	**221.320**	**-**	**(564)**	**(45.940)**	**958.347**

12.1. Imóveis com restrições - O imóvel relacionado a seguir, de propriedade do Instituto, está arrolado pela Receita Federal, em que a união federal estava cobrando as contribuições previdenciárias (cota patronal). Consoante informações de nossos consultores jurídicos, a execução foi extinta e realizado peticionamento requerendo o cancelamento da penhora, devido ao fato de tais processos terem sentença favorável ao "Instituto", aguardando liberação judicial. (Nota Explicativa nº 19.2). Barueri - SP - Av. Mackenzie, 905 e 805 - nº 24.314. O imóvel relacionado a seguir foi adquirido por financiamento, e não pode ser vendido/alienado até liquidação total do financiamento, previsto para dezembro de 2030. Rio de Janeiro - RJRua Marquês de Olinda, no 51, 70 e 70 Fundos - nºs 36.627, 42.112 e 66.276. Os imóveis relacionados a seguir foram adquiridos, por leilão judicial (Fempar e Huem), e não podem ser vendidos/alienados até liquidação total do financiamento, previsto para novembro de 2023 (vide Nota Explicativa no 14(ii)).

Localidade	Endereço	Matrícula
Curitiba - PR	Rua Padre Anchieta, 2740, 2770 e 2800	nº 41.836 a 41.838
Curitiba - PR	Rua Padre Anchieta, 2740	nº 32.042
Curitiba - PR	Rua Augusto Stellfeld, 1908	nº 11.159, 28.999 e 45.338
Curitiba - PR	Rua Desembargador Otávio do Amaral, 245	nº 859 a 862
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 65	nº 84.266
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 75	nº 84.267
Curitiba - PR	Rua Sebastião Braganholo, 87	nº 84.268
Ponta do Paraná - PR	Avenida dos Sabiás, s/n	nº 33.834

12.2. Imóveis/terrenos em comodato - O Instituto utiliza os imóveis (terrenos e prédios) cedidos por terceiros **(*)**, suportados por contratos de comodatos, não remunerados, sem compromisso de devolução, compreendendo os seguintes *campi*:

Campus	Localização	Área total
Brasília - DF	Lote 08, Quadra 906, SGA Sul	23.250 m²
Brasília - DF	SHIS-QI 05, Chácara 74 a 79 – Lago Sul	67.680 m²
Campinas - SP	Av. Brasil, 1200	22.000 m²
Guarulhos - SP	Av. Benjamin Hammis Hubbicut, 3774	70.000 m²
Palmas - TO	Quadra ARSE 12, Nº 12/14 da Alameda 30 - Loteamento Palmas	4.805 m²
R. de Janeiro - RJ	Av. Rio Branco, 277	1.953 m²
São Paulo - SP	Quadrilátero formado pelas Ruas Maria Antônia, Itambé, Piauí e Consolação	45.470 m²
São Paulo - SP	Rua Piauí, 85	258 m²
São Paulo - SP	Rua Piauí, 95	370 m²
Itapetininga - SP	Bairro do Mato Seco	10.000 m²

(*) Imóveis e terrenos cedidos pela IPB - Igreja Presbiteriana do Brasil.

13. Intangível

	2021	Aquisição/Doação	Transferências	Ajuste	Amortização do exercício	Total líquido 2022
Software	3.422	-	891	-	(1.471)	2.842
Livro digital	28	-	-	-	(8)	20
Direito de exploração mantença (*)	71.615	-	-	-	-	71.615
Impairment de exploração (**)	(17.238)	-	-	-	-	(17.238)
Direito de marcas e patentes	561	-	-	-	-	561
Software a apropriar	3.581	14.722	-	-	(16.114)	2.188
Sistemas de ensino em andamento (***)	9.702	6.482	-	-	-	16.184
Intangível em andamento	5.598	7.596	(891)	-	-	12.304
Total	**77.269**	**28.800**	**-**	**-**	**(17.593)**	**88.476**

(*) Refere-se à aquisição ocorrida em leilão em dezembro de 2018 da mantença do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie (HUEM) no valor de R$39.377, da Faculdade Evangélica Mackenzie do Paraná no valor de R$ 15.000 e da Faculdade Moraes Júnior, esta última ocorrida em dezembro de 2008, que incluiu a transferência da autorização de 5.000 vagas pelo MEC no valor de R$ 17.238; **(**)** Constituição de 100% da amortização do direito de mantença da Faculdade Moraes Júnior exploração, no valor de R$ 17.238; e **(***)** No ano de 2022 houve alteração no entendimento acerca do funcionamento da operação de comercialização dos Sistemas de Ensino Mackenzie, cuja elaboração passa a representar um ativo intangível, deixando de compor os estoques para revenda. A amortização do intangível está em fase final de estudo pela Instituição e será aplicada a partir do exercício de 2023. O ativo intangível referente ao "Direito de Mantença" bem como seu prazo de recuperação, estão suportados por estudo técnico, que utilizou a metodologia de "Fluxo de caixa descontado".

14. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade/ finalidade	Indexador	Encargos anuais méd %	Circulante 2022	Circulante 2021	Não Circulante 2022	Não Circulante 2021	Total 2022	Total 2021
Em moeda nacional								
BNDES **(i-a)**	TJLP	2,90%	2.142	2.026	690	2.048	2.832	4.074
BNDES **(i-b)**	TJLP	4,80%	255	217	30	334	285	551
BNDES **(i-b)**	SELIC	3,80%	103	127	177	52	280	179
TRT 9ª Região **(ii)**	IPCA-E	-	29.012	36.635	-	28.537	29.012	65.172
Financ. **(iii)**	Pré-Fixada	17%	5.826	-	18.937	-	24.763	-
Financ. **(iv)**	CDI	2,8%	1.210	-	85.140	86.350	86.350	86.350
Financ. **(v)**	CDI	3,2% e 2,7%	4.900	-	50.000	-	54.900	-
Total			**43.448**	**39.005**	**154.974**	**117.321**	**198.422**	**156.326**

(i) Operação de crédito contratada em 2015 no montante de R$ 10.419 (i-a) para reforma e ampliação de instalações no *campus* de São Paulo por meio da construção do edifício MackGraphe, e outra, no montante de R$ 1.519 (i-b), que tem como destino a construção de um prédio do Colégio em Palmas, ambas as operações de crédito contratadas com o Banco Itaú S.A. Os financiamentos foram obtidos por meio de cédula de crédito bancário do BNDES. Ambos têm o prazo de financiamento de 96 meses para amortização, com 24 meses de carência. Esses financiamentos estão garantidos por hipoteca dos imóveis situados à Rua Piauí, 143/151 e cessão fiduciária de recebíveis de duplicatas; **(ii)** O Instituto, em 2018, arrematou, através de leilão público do TRT 9a Região, a Fepar - Faculdade Evangélica do Paraná - e o HUEC - Hospital Universitário Evangélico de Curitiba - pelo valor de R$ 215.050, sendo pagos 20% de entrada e o restante em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo IPCA-E (pro rata die), conforme edital, acrescido de 5% de comissão ao leiloeiro e honorários advocatícios. A última parcela será paga em outubro de 2023; **(iii)** Corresponde às dívidas parceladas com instituição financeira, no prazo de 50 meses, a serem pagas pelo Instituto em decorrência do recebimento dos imóveis em pagamento dos contratos de mútuo (Nota Explicativa no 9); **(iv)** Financiamento para aquisição de nova sede acadêmica da unidade Rio de Janeiro no processo de reposicionamento das operações no município. Iniciou em 15 de novembro de 2020, com três anos de carência para início da amortização – período durante o qual são pagos somente juros – com previsão de finalização em 15 de outubro de 2030. O financiamento está garantido pelo imóvel; e **(v)** Financiamento para aquisição de nova sede acadêmica da Faculdade na Unidade Brasília. Iniciou em 25 de dezembro de 2022, com três anos de carência para início da amortização – período durante o qual são pagos somente juros – com previsão de finalização em 25 de setembro de 2029. O financiamento não possui garantias reais. Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição está cumprindo com todas as cláusulas restritivas (*covenants*) previstas em contrato. **15. Fornecedores** - Composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente com a aquisição de materiais de escritório, manutenção, equipamentos, limpeza e alimentos, bem como com a contratação de prestadores de serviços. Em 2022 e 2021, os montantes foram de R$ 38.208 e R$ 26.493, respectivamente.

16. Salários e encargos a pagar	**2022**	**2021**
Salários a pagar	27.163	25.863
INSS	2.670	2.418
FGTS	6.235	3.482
Previdência privada a pagar **(i)**	4.177	2.734
Imposto de renda retido sobre assalariado	23.011	17.573
Provisão para férias e encargos	42.161	35.226
Outros	4.604	3.377
Total	**110.021**	**90.673**

(i) Previdência privada a pagar Nota Explicativa no 3.14.

17. Outras contas a pagar - Composta por convênios educacionais e subvenções da saúde entre outros.

	2022	**2021**
Convênios educacionais	12.315	6.491
Subvenções da saúde	7.319	1.236
Outros	4.901	4.099
Total	**24.535**	**11.826**

18. Mensalidades antecipadas - Mensalidades e matrículas recebidas no exercício corrente, referentes aos serviços educacionais do exercício subsequente. A receita será reconhecida no resultado de acordo com a prestação de serviço.

	2022	**2021**
Matrículas	13.442	8.102
Mensalidades	11.721	5.328
Total	**25.163**	**13.430**

19. Provisão para contingências - O Instituto é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2021	**Adição**	**Baixas**	**Reversão**	**2022**
Trabalhista	15.446	-	(1.179)	(4.000)	10.267
Civil	957	1.205	(2.115)	-	47
Tributário	206	185	(221)	-	170
Honorários advocatícios	5.068	-	(253)	(1.390)	3.425
Total provisão para contingências	**21.677**	**1.390**	**(3.768)**	**(5.390)**	**13.909**

19.1. Ações trabalhistas - Em 2022, o Instituto não constituiu provisão para perdas prováveis, face ao saldo constituído estar adequado aos litígios atuais. Adicionalmente, existem causas no valor de R$ 1.235 (R$ 2.167 em 2021) para causas com risco de perda possível, que não foram provisionadas nas demonstrações contábeis, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **19.2. Ações tributárias** - O Instituto apresenta, ainda, ações advindas de sua condição de entidade sem fins lucrativos, as quais os assessores jurídicos avaliam como risco remoto. No ano de 2022, em razão de excepcionalidade para pagamento de laudêmio em Barueri-SP, houve provisão de R$ 185. Em 28 de junho de 2019, transitou em julgado o acórdão do tribunal regional federal da primeira região restabelecendo o certificado de entidade beneficente e a respectiva isenção de contribuições sociais de que trata o art. 195, § 7o, da Constituição, para que o Instituto mantenha sua imunidade tributária. Para garantia dos recursos no processo acima foi empenhado, em garantia, imóvel de propriedade do Instituto (Nota Explicativa no 12.1). Os assessores jurídicos estão providenciando a liberação do bem dado em garantia. **19.3. Ações cíveis** - O Instituto teve, em 2022, provisionamento adicional de R$ 1.205 para fazer frente a um processo já classificado anteriormente como provável, contudo em valor desfavorável ao Instituto e quitado ao longo do ano. **20. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição, que são empregados integralmente nos objetivos sociais (Nota Explicativa no 1). O Instituto, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitado de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, seu eventual patrimônio remanescente será destinado a uma instituição de fins educacionais e filantrópicos, mediante indicação da Igreja Presbiteriana do Brasil, e será aplicado, necessariamente, em conformidade com sua finalidade, ressalvados os bens recebidos em comodato ou por doação com destinação específica. **a)** Constituição do Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação – MackPesquisa: por determinação do Conselho Deliberativo do Instituto foi criado o fundo de reserva para pesquisa e inovação que, a partir de 2021, passa a compor a conta de reserva de superávit. O valor constituído em 2021 foi de R$ 6.732 resultante da receita menos as despesas operacionais do Fundo. Para 2022 o valor acrescido é de R$ 1.929, totalizando saldo do fundo em 2022 de R$ 8.661; e **b)** No ano de 2021 o Patrimônio Líquido foi acrescido em R$ 280.901 em função da reavaliação de imóveis para investimento. **21. Receitas** - **a) Educação**

	Educ. Básica 2022	Educ. Básica 2021	Educ. Superior 2022	Educ. Superior 2021	Total 2022	Total 2021
Receita com mensalidades	307.488	270.893	963.629	933.297	1.271.117	1.204.190
Bolsas de estudo	(28.476)	(28.201)	(26.030)	(29.938)	(54.506)	(58.139)
Bolsas Prouni	-	-	(76.126)	(79.599)	(76.126)	(79.599)
Bolsas deliberação **(i)**	(23.996)	(21.987)	(44.716)	(35.421)	(68.712)	(57.408)
Bolsas benefícios **(ii)**	(38.377)	(34.508)	(20.667)	(19.393)	(59.044)	(53.901)
Descontos	(31.984)	(28.803)	(23.919)	(23.800)	(55.903)	(52.603)
Restituição de mensalidades	(113)	(142)	(1.958)	(1.833)	(2.071)	(1.975)
Receita de mensalidades líquida	**184.542**	**157.252**	**770.213**	**743.313**	**954.755**	**900.565**

(i) Bolsas institucionais de diversos percentuais não utilizadas para cálculo de filantropia; e **(ii)** Bolsas de colaboradores e seus dependentes.

b) Saúde	**2022**	**2021**
Contratualização P. fixada	90.820	79.724
Atendimento hospitalar de alta complexidade	36.626	32.754
Convênios privados	23.939	23.321
Hospsus	4.784	4.560
SUS excedente de atendimento **(i)**	-	1.726
Contratualização incentivos	57.203	52.703
Contratualização incrementos	21.839	75.281
Faec	12.340	7.989
Atendimento particular	1.848	828
Cancelamentos e glosas - SUS	(5.087)	(29.583)
Glosas - Convênios	(982)	(388)
Total	**243.330**	**248.915**
SUS	218.525	225.155
Convênios	22.957	22.932
Particulares	1.848	828

(i) Contrato de contratualização com o município de Curitiba para atendimento SUS (pronto socorro, alta complexidade e outros).

c) Outras receitas - Educação e Saúde	**2022**	**2021**
Doações **(i)**	5.476	9.490
Outras receitas	8.105	8.907
Total	**13.581**	**18.397**

(i) Eventualmente, o Instituto recebe doações incondicionais que são aplicadas nas finalidades para as quais se destinam, de acordo com os objetivos institucionais. No exercício de 2022, foi recebido o montante de R$ 5.476 (R$ 9.490 em 2021) em doações, sendo aquelas não destinadas ao custeio, referentes, principalmente, a itens de imobilizado.

22. Despesas operacionais com pessoal e encargos	**2022**	**2021**
Remuneração	(527.399)	(493.912)
Férias e 13º salário	(112.272)	(92.792)
FGTS	(51.477)	(42.162)
Previdência privada	(10.719)	(8.614)
Outras despesas com pessoal **(a)**	(82.639)	(75.106)
Total	**(784.506)**	**(712.586)**

(a) São referentes a vale transporte, vale alimentação, convênios médicos, odontológico, seguro de vida e pessoal, auxílio creche e auxílio funeral. O Instituto aplicou 63,5% de sua receita líquida total em despesas com pessoal em 2022. (59,5% em 2021), conforme parâmetro da Lei de Diretrizes e Base de sua regulamentação, e conforme determina a Resolução do CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002, entidades sem finalidade de lucro, item 27 (R1), letra "j".

23. Despesas gerais e administrativas	**2022**	**2021**
Serviços de terceiros **(a)**	(159.136)	(161.928)
Conservação e manutenção **(b)**	(25.635)	(19.242)
Utilidades e serviços **(c)**	(24.563)	(17.886)
Materiais	(15.768)	(10.736)
Locações **(d)**	(12.281)	(8.620)
Viagens e estadias	(9.335)	(2.016)
Provisão para contingências	(1.390)	(3.892)
Consumo de estoque	(62.081)	(63.373)
Atividades sócio esportivo, cultural e filantrópico	(1.846)	(950)
Edições jornais e revistas	(1.603)	(1.276)
Despesas com *impairment*	-	(741)
Convênio educacional	(375)	(371)
Outras	(6.852)	(16.448)
Total despesas gerais e administrativas	**(320.865)**	**(307.479)**

(a) Corresponde à valores pagos a empresas de serviço de vigilância, limpeza, serviços de assessoria, entre outros. Principais variações nas contas de Serviços de Terceiros; **(b)** Referente à manutenção dos edifícios utilizados na atividade fim; **(c)** Valores pagos com a utilização dos serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia; e **(d)** O Instituto aluga bens móveis e imóveis para as suas atividades educacionais e de saúde, assim como para o apoio administrativo. Os contratos são reajustados a cada ano, de acordo com os índices estabelecidos em cada um. Durante o exercício de 2022, o montante foi de R$ 12.281 (R$ 8.620 em 2021).

24. Resultado financeiro	**2022**	**2021**
Despesas financeiras	**(29.080)**	**(29.635)**
Juros em empréstimos e financiamentos	(22.947)	(10.463)
Renúncia de juros - Mútuo ABD (Nota Explicativa no 9) **(i)**	-	(14.086)
Outros	(6.133)	(5.086)
Receitas financeiras	**41.287**	**19.443**
Juros e descontos	13.169	10.553
Rendimentos de aplicações financeiras	28.118	8.890
Resultado líquido	**12.207**	**(10.192)**

25. Imunidade e isenção tributária - O Instituto é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e Art.195, inciso III, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Lei nº 9.532/97, Lei nº 11.096/05 e Lei Complementar nº 187/21. Detém o Certificado Cebas com validade referente ao triênio 2013 a 2015, conforme certidão-MEC processo (23000.009504/201917) emitida em 1º de abril de 2019 e pela apresentação tempestiva de pedidos de renovação, ou seja, protocolo nº 23000.024783/2015-15 - renovação Cebas MEC para triênio período 2016 a 2018, protocolo nº 23000.04200/2018-86 - renovação Cebas MEC para triênio 2019 a 2021 e protocolo datado de 21 de junho de 2021 - renovação Cebas MEC para triênio 2022 a 2024. A CND previdenciária foi renovada por mais 6 (seis) meses, na via administrativa, tendo sido a respectiva certidão positiva com efeito de negativa emitida, em 15 de dezembro de 2022, com validade até 13 de junho de 2023. Em virtude de ser instituição sem fins lucrativos e em usufruto do Cebas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal, inciso VI; e do Art. 4º da Lei Complementar nº 187/2021 e da Lei nº 11.096/2005, o Instituto faz jus à imunidade e isenção do pagamento de impostos e de contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Assim, encontra-se imune e isento a: · Cota Patronal do Imposto Nacional do Seguro Social (INSS); · Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias; · Programa de Integração Social (PIS) sobre a folha de pagamento; · Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ); · Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); · Imposto de Importação (II); · Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); · Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); · Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); · Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); e ·Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). A isenção usufruída do Instituto no exercício de 2022 foi de R$ 164.547 (R$ 149.727 em 2021). Os associados, conselheiros, instituidores e benfeitores não são remunerados por suas funções e nem recebem vantagens ou benefícios, conforme Lei nº 187/2021, inciso I do Artigo 3º e CTN Lei nº 5.172/1966, Art. 14. **26. Gerenciamento de riscos - 26.1 Instrumentos financeiros** - **Gerenciamento de risco financeiro -** O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros: · Risco de crédito; · Risco de liquidez; e · Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco do Instituto. **Estrutura do gerenciamento de risco -** As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Instituto, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados, pela área de riscos e *compliance*, para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto. **Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um aluno ou a contraparte em um instrumento financeiro falhem em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis de alunos e de títulos de investimento. **Mensalidades escolares e direitos creditícios em saúde a receber -** Os riscos de créditos com alunos são gerenciados pela: **(i)** renovação das matrículas dos alunos a cada período na Universidade, nas Faculdades e nos Colégios Presbiterianos Mackenzie, momento no qual os débitos são quitados e/ou renegociados; e **(ii)** constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos, que, em 31 de dezembro de 2022, representava 39% das contas a receber em aberto, constituída com base em histórico de perdas, que inclui valores em cobrança. Os riscos de créditos na prestação de serviços de saúde são gerenciados na adequada aplicação, controle e registro de materiais e serviços médicos com: **(i)** o SUS (Sistema Único de Saúde); **(ii)** os clientes particulares ou de convênios médicos. Em ambas as situações são formalizados contratos que respaldam os serviços prestados. **Exposição a riscos de crédito -** O Instituto limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos de renda fixa e com contrapartes de primeira linha. A administração espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir suas obrigações. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	**Valor contábil 2022**	**Valor contábil 2021**
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.143	16.639
Aplicações financeiras	6	41.495	122.728
Mensalidades escolares a receber	7	91.625	98.682
Contas a receber - saúde	7	33.737	26.437
Outros créditos		1.828	2.899
Partes relacionadas		126.206	150.529
Total		**342.034**	**417.914**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos do Instituto ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco, neste caso, é de gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno: · Risco de preço dos serviços prestados: esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o principal componente do custo se refere aos salários dos professores, fixados em moeda nacional conforme o acordo coletivo da categoria; · Risco de taxas de juros: esse risco é gerenciado e reduzido, uma vez que o Instituto possui suas aplicações financeiras em taxas prefixadas, e seus empréstimos e financiamentos, em cédulas do BNDES, IPCA e Selic; e · Risco de taxas de câmbio: Reduzido e de baixa monta, representado pela importação de equipamentos para aplicação em suas atividades de pesquisa, ensino e saúde, além de pagamento de alguns professores estrangeiros. **Risco de liquidez -** A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

31 de dezembro de 2022					
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 anos ou mais**
Fornecedores	38.208	38.208	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	198.422	21.724	21.724	88.300	66.674
Total	**236.630**	**59.932**	**21.724**	**88.300**	**66.674**
31 de dezembro de 2021					
Passivos financeiros não derivativos	**Valor contábil**	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1 a 2 anos**	**3 anos ou mais**
Fornecedores	26.493	26.493	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	156.326	19.503	19.503	65.528	51.792
Total	**182.819**	**45.996**	**19.503**	**65.528**	**51.792**

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade do Instituto possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira, não apresentam variações. Durante os exercícios de 2022 e de 2021, o Instituto não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. **26.2 Riscos regulatórios** - Os riscos regulatórios dos setores de educação e saúde são gerenciados por meio do monitoramento da legislação setorial e dos referenciais expedidos pelos órgãos governamentais competentes, assim como pelo estabelecimento e gerenciamento de controles internos que assegurem o cumprimento das normas regulatórias de cada um dos setores, como os relatórios gerenciais aplicáveis ao setor educacional e a supervisão do padrão de qualidade na área da saúde. Não é esperado que novos instrumentos regulatórios afetem de maneira significativa as operações do Instituto em um cenário de curto prazo. **27. Trabalho voluntário** - Conforme Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), item 19, o Instituto reconhece, pelo valor justo, a prestação de serviço não remunerado de 19 (dezenove) conselheiros externos. Sendo os valores estimados em R$ 357 em 2022 (R$ 286 em 2021) por hora dedicada, somando-se total de aproximadamente 227 horas de reuniões ao longo do ano de 2022. Seguindo a exigência legal para instituições filantrópicas, ressaltamos que não houve o desembolso financeiro desses numerários, os quais são apresentados como exigência normativa. **28. Gratuidade educação** - O Instituto, em observância à Lei nº 11.096, de 13 de junho de 2005, aderiu ao Programa Universidade para Todos (Prouni), por meio do termo de adesão de 26 de novembro de 2004, e por essa razão, oferece bolsas integrais (100%) aos beneficiários do Prouni na proporção mínima de 1 bolsa para cada 9 pagantes. Em atendimento à Lei nº 187/21 oferece, também bolsas integrais (100%) e parciais (50%) na proporção de 1 bolsa para cada 5 pagantes incluídas aquelas do Prouni. Apresentamos o demonstrativo de cálculo a partir do número de alunos pagantes:

Informações para Demonstrações Contábeis 2022
Lei 187/2021/ Lei 11.096/05/ Portaria Normativa MEC nº 15/17

	Educação Básica 2022	Educação Básica 2021	Educação Superior 2022	Educação Superior 2021
Total de alunos matriculados	**7.898**	**8.380**	**26.836**	**26.645**
Alunos bolsa integral	821	1.035	718	817
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	55	-	-	-
Alunos bolsa integral	-	-	3.128	2.901
Número total de alunos com bolsa integral	**876**	**1.035**	**3.846**	**3.718**
Outras bolsas integrais	1.592	1.573	1.102	1.086
Alunos inadimplentes (Lei 187/2021)	628	615	3.092	4.009
Alunos pagantes	**5.678**	**4.619**	**22.642**	**17.832**
Alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 187/2021)	142	152	461	551
Número total de alunos com bolsa parcial 50%	**142**	**152**	**461**	**551**
Número total de bolsa equivalentes (Lei 187/2021)	**958**	**1.111**	**4.077**	**3.994**
Outras bolsas parciais		698		672
Bolsas integrais convertidas de benefícios complementares	12	9	-	-
Número de bolsas necessárias para o cumprimento da gratuidade legal				
1 para cada 5 pagantes Educação Básica (Lei 187/2021)	962	924	-	-
1 para cada 9 pagantes Ensino Superior (Lei 11.096/2005)	-	-	2.264	1.981
1 para cada 5 pagantes Ensino Superior (Lei 187/2021)	-	-	3.813	3.566
Total de bolsas integrais concedidas	970	1.120	4.077	3.994
Excedente de bolsas concedidas	**8**	**196**	**264**	**428**

Projetos educacionais - O Instituto desenvolve projetos educacionais e de apoio aos alunos bolsistas, com abrangência nos campi São Paulo e Alphaville. Os gastos e as despesas relacionados a esses projetos montaram R$ 439 em 2022 (R$ 305 em 2021). **29. Gratuidade da saúde** - Conforme quadro apresentado adiante, o Instituto cumpriu o determinado pelo Artigo 9º da Lei nº 187/21 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

	2022	**2021**
Pacientes dia SUS – Conf. Data SUS (AIH)	130.912	169.354
Pacientes Dia Não SUS – Conf. Data SUS (CIH) (*)	10.431	10.346
Procedimentos Ambulatoriais SUS – Conf. Data SUS (SIA)	1.279.394	1.124.341
Procedimentos Ambulatoriais Não SUS – Conf. Dara SUS (CIHA) (*)	38.885	29.814
Internações SUS	**92,62%**	**94,24%**
Ambulatorial SUS	**10%**	**10%**
Total antes do Art. 20 Portaria 834/2016	**102,62%**	**104,24%**
Art. 20 da Portaria 834/2016		
I – atenção obstétrica e neonatal;	1,50%	1,50%
II – atenção oncológica;	1,50%	1,50%
III – atenção às urgências e emergências;	1,50%	1,50%
VI – hospital de ensino.	1,50%	1,50%
Percentual SUS Final	**108,62%**	**110,24%**

(*) Dados atualizados no site do Ministério da Saúde Datasus de janeiro a dezembro.

30. Transações que não afetam o caixa e informações adicionais - Abaixo apresentamos as transações monetárias sem efeito caixa as quais não foram apresentadas na demonstração de fluxo de caixa:

Consolidado	**2022**	**2021**
Investimentos		
Créditos com partes relacionadas	63.699	-
Aquisição de Imobilizado	(88.962)	-
Efeito no caixa líquido das atividades investimentos	**(25.263)**	**-**
Atividades de financiamento e outras contas a pagar		
Captação de empréstimos	24.763	-
Outras contas a pagar	500	-
Efeito no caixa líquido das atividades financiamentos	**25.263**	**-**

31. Cobertura de seguros - O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos operacionais por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Durante 2022 foi contrata a Chubb Seguros Brasil S.A.

Descrição	**2022**	**2021**
Danos materiais	1.238.050	1.106.753
Responsabilidade civil	12.000	11.200

A frota de veículos tem cobertura de seguro com garantia do valor de indenização entre 90% e 110% da tabela Fipe. O escopo da auditoria não inclui uma opinião sobre a razoabilidade da cobertura de seguros. **Proposta de destinação do resultado -** Em 23 de fevereiro de 2023 o Conselho Deliberativo aprovou a proposta de incorporação do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 16.319, sendo R$ 14.390 destinado ao resultado do exercício e R$ 1.929 para a constituição de reserva de superávit destinada ao Fundo Mackenzie de Pesquisa e Inovação - MackPesquisa - cujo objetivo é o fomento da pesquisa e da inovação para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

"Não há entre os deuses semelhante a ti, Senhor; e nada existe que se compare às tuas obras.
Todas as nações que fizeste virão, prostrar-se-ão diante de ti, Senhor, e glorificarão o teu nome.
Pois tu és grande e operas maravilhas; só tu és Deus!
Salmo 86, versículos de 8 a 10"

Milton Flávio Moura - Diretor Presidente • **Denys Cornélio Rosa** - Diretor de Finanças • **Walter Eustáquio Ribeiro** - Diretor de Relações Institucionais
André Ricardo de Almeida Ribeiro - Diretor de Estratégia e Negócios • **Luiz Roberto Martins Rocha** - Diretor de Saúde • **Salim Augusto Amed Ali** - Contador CRC SP-309290/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL - Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do Instituto Presbiteriano Mackenzie - O Conselho Fiscal do Instituto Presbiteriano Mackenzie, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda o parecer da *Grant Thornton Auditores Independentes*, nesta data, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral e recomenda sua aprovação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.
Conselho Fiscal:
Presb. Hesio Cesar de Souza Maciel - Presidente • **Presb. Rui Otávio Bernardes de Andrade** - Vice-Presidente
Presb. Adilson Vieira - Membro • **Presb. Claudson Roberto Lima Xavier** - Membro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao: Conselho Deliberativo do **Instituto Presbiteriano Mackenzie.** São Paulo " SP. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Presbiteriano Mackenzie ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Presbiteriano Mackenzie em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às entidades sem finalidade de lucros. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** - **Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) -** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Instituto e apresentadas como informação suplementar pelas IFRSs, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Instituto. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as informações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis** - A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto; · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional; e · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1
Rafael Dominguez Barros - Contador CRC 1SP-208.108/O-1

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 136/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG
OBJETO: REGISTRODEPREÇOS,VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURAS E EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS VIA APLICATIVO MULTIPLATAFORMA DE MENSAGENS INSTANTÂNEAS PARA SMARTPHONES, VIA WHATSAPP, INCLUINDO PACOTE DE MENSAGENS, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA PLATAFORMA DESTINADO À COMUNICAÇÃO COM A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA,CONFORMEESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nasseguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão deentregas parceladas.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31de março de 2023 a 20 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 20 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 20 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

Westwing Comércio Varejista S.A.

CNPJ/MF nº 14.776.142/0001-50 - NIRE 35.3.0056296-8
Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2023

Convocamos os senhores acionistas da **Westwing Comércio Varejista S.A.,** companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Torre A (salas 407, 501, 502, 507 e 508); Torre B (salas 305 e 306) e casas 23 e 24, Edifício Villa Lobos Office Park, Vila Hamburguesa, CEP 05319-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.3.0056296-8 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 14.776.142/0001-50, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2551-8 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital,** em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2023, às 14:00 horas ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (iii) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Instruções e Informações Gerais:** A AGO será realizada de modo exclusivamente à distância e digital, podendo os senhores acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do Boletim de Voto (conforme abaixo definido), em ambos os casos nos termos previstos na Resolução CVM 81. O sistema de participação à distância adotado pela Companhia permitirá que seus acionistas participem da AGO ao acessarem a plataforma digital, desde que observadas as condições abaixo resumidas. As informações detalhadas relativas à participação na AGO por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da administração para a AGO, divulgada em 31 de março de 2023 ("Proposta da Administração") que poderá ser acessada por meio dos *websites* da Companhia (https://ri.westwing.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Para participarem, os acionistas deverão enviar solicitação por e-mail à Companhia para o endereço ri@westwing.com.br, até as 14h do dia 28 de abril de 2023, o qual deverá conter toda a documentação necessária (conforme indicada na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGO. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido não poderão participar da AGO, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. Tendo em vista a necessidade de adoção medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, por e-mail, as instruções, o *link* e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados na Proposta da Administração). **O link e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo ("Boletim de Voto") e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGO, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGO, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGO. Estarão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos *websites* da Companhia (https://ri.westwing.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e cópia dos demais documentos relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO.

São Paulo, 31 de março de 2023
Marcello Eduardo Guimarães Adrião Rodrigues
Presidente do Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF

CNPJ: 33.370.115/0001-27 – NIRE: 33400008448
Sede Social: Rua Real Grandeza, 139 – 5º andar – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 22281-033

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Edital de Convocação 001/2023

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – Sicoob Cecremef, por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca os 21.236 (vinte e um mil duzentos e trinta e seis) associados em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada em 15 de abril de 2023, às 08:00 (oito horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 09:00 (nove horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados; ou às 10:00 (dez horas) em terceira e última convocação da AGO, com a presença mínima de 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Prestação de contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, compreendendo:
• Relatório da Gestão;
• Balanço;
• Demonstrativo das Sobras;
• Parecer do Conselho Fiscal;
• Relatório de Auditoria Independente;

b) Destinação das Sobras ou Rateio das perdas apuradas;
c) Uso e Aplicação do FATES;
d) Fixação do valor das cédulas de presença e honorários dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e valor global dos honorários da Diretoria Executiva;
e) Valores de Capitalização mensal;
f) Outros assuntos de interesse geral;
A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá de forma SEMIPRESENCIAL, nas dependências da Cecremef, na Rua São Clemente, nº 41 – Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, Cep:.22.260-000, também, por meio do sítio https://www.sicoob.com.br/web/moobweweb ou por meio do aplicativo Sicoob Moob, acessível a todos os Associados, que poderão participar e votar.
NOTA 1: Para participar da Assembleia, tanto de forma presencial quanto virtual, se faz necessária a inscrição prévia através do endereço eletrônico https://conteudo.sicoobrio.com.br/sicoob-cecremef-inscricao-ago-2023.
NOTA 2: O processo de votação ocorrerá exclusivamente por meio do aplicativo SICOOB MOOB, disponível para download gratuito em versões compatíveis com celular ou tablet com sistema operacional IOS ou Android nas lojas Apple Store e Google Play ou através do endereço eletrônico para navegadores de computador https://www.sicoob.com.br/web/moobweb, e terá a duração máxima de 30 minutos ininterruptos, a contar do encerramento da apresentação dos assuntos da ordem do dia. O acesso ao SICOOB MOOB se dá com os mesmos dados utilizados para acesso a conta corrente. Os materiais e informações detalhadas sobre a Assembleia, estarão disponíveis no site: https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcecremef .
NOTA 3: O aplicativo SICOOB MOOB, que será utilizado para as votações, atende aos requisitos de participação à distância por meio eletrônico, garantindo segurança, confiabilidade, transparência dos assuntos a serem tratados e o registro de presença dos associados. Os associados poderão esclarecer suas dúvidas de instalação do aplicativo e acesso ao app SICOOB MOOB no site https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcecremef, e-mail crh@sicoobcecremef.com.br e através dos telefones **0800 969 6161** (ligação local de todo o Brasil) e **+55 (11) 97085-0324** (WhatsApp). Recomenda-se aos associados efetuarem o download ou atualização do aplicativo previamente, evitando assim o acúmulo de dúvidas sobre o acesso, no momento da Assembleia.
NOTA 4: As demonstrações Contábeis do exercício de 2022, devidamente acompanhadas do respectivo relatório, estão à disposição dos Associados na Sede da Cooperativa, bem como através do sítio eletrônico https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcecremef

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.
Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente do Conselho de Administração Sicoob Cecremef

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), sem prejuízo da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; ii. Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos, ratificando o pagamento já realizado por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 14 de novembro de 2022; iii. Revisar o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro do exercício social 2021 por 3 (três) exercícios (2022-2024), aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022; iv. Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; v. Dispensar o candidato ao Conselho de Administração, Sr. Marcio Botana Moraes, dos requisitos previstos no artigo 147, § 3º, inciso I, da Lei nº 6.404/76; vi. Eleger os membros do Conselho de Administração, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; vii. Delegar, ao Conselho de Administração, a definição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho, conforme previsto no parágrafo 9º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e viii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. **Informações Relevantes:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2023, na forma prevista na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29.03.2022 ("Resolução CVM 81/22"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). 2. Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. 3. Os Acionistas que optarem por **participar presencialmente da AGO** devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os Acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o *e-mail* <ri@even.com.br>. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. 4. Os Acionistas que desejarem **participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital**, devem enviar a documentação indicada acima para o *e-mail* <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as **10:00 horas (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2023** e solicitar o acesso ao sistema. Os Acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. 5. Os Acionistas que optarem por **exercer seu direito de voto à distância**, nos termos do Artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM 81/22, devem preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo: (i) diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o *e-mail*: < ri@even.com.br>; (ii) ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) aos seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante. 6. A eleição do Conselho de administração poderá se dar por voto múltiplo, se este for solicitado por Acionistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, conforme disposto no Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e nos Artigos 1º, inciso III, e 3º da Resolução CVM nº 70, de 22.03.2022.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Rodrigo Geraldi Arruy - Presidente do Conselho de Administração

JSL S.A.

CNPJ/MF 52.548.435/0001-79 - NIRE 35.300.362.683
Companhia Aberta de Capital Autorizado

JSLG
B3 LISTED NM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da JSL S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 26 de abril de 2023, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como sobre a distribuição de dividendos.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** (2.i) Alterar o artigo 3º, a fim de incluir um parágrafo único prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.ii)** Alterar o artigo 6º, para recompor o capital autorizado da Companhia, passando de 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões) para 600.000.000 (seiscentos milhões) ações; **(2.iii)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral; **(2.iv)** Alterar o artigo 12 a fim de excluir as alíneas (e), (f), (i), (j), (k) e (l), uma vez que nelas são tratadas matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social, e alterar a alínea (g) visando o aprimoramento da sua redação; **(2.v)** Alterar o artigo 13, para incluir o parágrafo 2º, prevendo a enunciação de diretrizes para o exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia com o intuito de dar balizadores para a atuação da administração da Companhia; **(2.vi)** Alterar o artigo 17, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária; **(2.vii)** Alterar o artigo 18, para corrigir redação redundante no tocante às regras de instalação das reuniões do Conselho de Administração, e aprimoramento dos seus parágrafos 2º e 3; **(2.viii)** Alterar o artigo 20, com o intuito de esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; **(2.ix)** Alterar o artigo 20, para excluir da competência do Conselho de Administração os itens (I) e (II), uma vez que são matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; **(2.x)** Alterar o artigo 20, alínea (x), para prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; **(2.xi)** Alterar o artigo 20 (ff), visando a dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; **(2.xii)** Alterar o parágrafo 1º do artigo 20, para inserir uma nova hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; **(2.xiii)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 20, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, para excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil; **(2.xv)** Excluir o parágrafo 3º do artigo 26, que está fora de contexto; **(2.xvi)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xvii)** Alterar o atual artigo 27, que trata do Conselho Fiscal, para excluir o seu parágrafo 4º, que está fora de contexto, e incluir um novo parágrafo, sobre regra de vedação à eleição do cargo de membro do Conselho Fiscal; **(2.xviii)** Excluir o parágrafo 4º do artigo 29, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xix)** Alterar o parágrafo 2º do artigo 30, para correção na referência dos dispositivos do Estatuto Social; e **(2.xx)** Excluir os parágrafos 2º e 3º do artigo 35, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 24 de abril de 2022 ou pelo e-mail ri@jsl.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.jsl.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 26 de março de 2022.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

REAVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 400/2.023.
Tomada de Preços nº 03/2.023.

Objeto: Contratação de empresa para readequação da iluminação pública na Avenida Vitalina Marcusso, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra.
Data de recebimento dos envelopes: 25/04/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 25/04/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.

Ourinhos, 30 de março de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 646/2023.
Pregão Eletrônico nº 29/2023.

Objeto: Aquisição de kit's destinados à adaptação e caracterização de veículos SUV e Pickup modelos Volkswagem T-Cross e Fiat Strada em viaturas da Guarda Civil Municipal de Ourinhos-SP.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 18/04/2023 até as 08:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 18/04/2023 – 09:00:00 horas.
Sitio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 30 de março de 2023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

REAVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 253/2.023.
Tomada de Preços nº 02/2.023.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a readequação do parque de iluminação pública situado no Jardim Guaporé, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra.
Data de recebimento dos envelopes: 20/04/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 20/04/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.

Ourinhos, 30 de março de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

DEINTER 1 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO SEBASTIÃO
LEILÃO DE VEÍCULOS
EDITAL DE LEILÃO – DSP-SSEB N° 001/2023
PROCESSO DSP-SSEB Nº 061/SF/20

Encontra-se aberto na DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE SÃO SEBASTIÃO procedimento licitatório na modalidade LEILÃO, do tipo MAIOR LANCE, objetivando o leilão de veículos automotores legalmente apreendidos por atos de Polícia Judiciaria. O leilão será realizado em 03 LOTES, sendo LOTE I contendo 04 veículos, LOTE II contendo 35 veículos e LOTE III contendo 169 veículos, totalizando 208 (duzentos e oito) veículos para destinação específica (compactação/destruição), sucatas de veículos e peças não identificáveis e/ou inservíveis para administração, que se encontram recolhidos no Pátio Universal em São Sebastião/SP. A listagem dos veículos e o endereço do pátio se encontra no anexo I do referido edital de leilão nº 001/2023 publicado no Diário Oficial na presente data.
Os interessados deverão preencher os requisitos e condições constantes do respectivo edital.
O Leilão realizar-se-á a partir da data de liberação no site, para lances on-line, que terá encerramento dia 24 de abril de 2023 a partir das 10:00 horas pelo site: www.benozzati.com.br, Leiloeiro Oficial – George Henrique Ribeiro Benozzati, matriculado na JUCESP sob o número 262 com endereço do escritório na Rua Jorge Mafuhz, nº 196, Jardim Cibratel – Itanhaém/SP – CEP: 11740-000. A íntegra do edital poderá ser obtida na Delegacia Seccional de Polícia de São Sebastião – SP, através de e-mail uge.saosebastiao@policiacivil.sp.gov.br, pelo site do leiloeiro oficial www.benozzati.com.br e pelo site www.imprensaoficial.com.br na opção "negóciospublicos.
Os veículos objetos deste leilão serão vendidos como sucata, sem direito a documento. É vedada a reutilização das peças e motores para montagem. A retirada dos veículos será de responsabilidade do comprador.

SIMPAR S.A.

SIMPAR — SIMH B3 LISTED NM
CNPJ/ME nº 07.415.333/0001-20 - NIRE 35.300.323.416
Companhia Aberta de Capital Autorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da SIMPAR S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 27 de abril de 2023, às 11 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 2º, a fim de transferir para o Conselho de Administração a competência para transferir o endereço da sede social da Companhia; **(2.ii)** Alterar o artigo 5º para refletir os aumentos de capital referentes aos exercícios de opção de compra de ações, conforme aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 07 de abril de 2022, 11 de abril de 2022 e 23 de maio de 2022; **(2.iii)** Alterar o artigo 6º, para recompor o capital autorizado da Companhia, passando de 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões) para 600.000.000 (seiscentos milhões) ações; **(2.iv)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral; **(2.v)** Alterar o artigo 12 a fim de excluir as alíneas onde são tratadas matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social, e aprimoramento de redação; **(2.vi)** Alterar o artigo 17, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária; **(2.vii)** Alterar o artigo 18, para corrigir redação redundante no tocante às regras de instalação das reuniões do Conselho de Administração, e aprimoramento do seu parágrafo 3º; **(2.viii)** Alterar o artigo 20, a fim de (a) excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente, que não é atualmente utilizado na Companhia e inclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; (b) esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (c) adequar a competência do Conselho de Administração para dar mais flexibilidade a formações de consórcios pela Diretoria da Companhia; (d) aprimoramento de redação; (e) excluir da competência do Conselho de Administração matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; (f) prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; (g) dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; (h) transferir para o Conselho de Administração a competência para alterar o endereço da sede social da Companhia; (i) alterar o parágrafo 1º do artigo 20, para constar a hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração e (j) excluir o parágrafo 3º do artigo 20, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.ix)** Alterar o artigo 21, para excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil e inclusão do novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; **(2.x)** Alterar o artigo 23, para incluir o novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão como substituto do Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativo; **(2.xi)** Alterar o artigo 25, para incluir o parágrafo 4º a fim de constar a competência do novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão; **(2.xii)** Alterar o artigo 26, a fim de (a) incluir o novo cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Gestão e aprimoramento da redação; (b) ajustar a denominação do Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças Corporativo, bem como a forma de representação nas outorgas de procuração e (c) excluir o parágrafo 3º que está fora de contexto; **(2.xiii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xiv)** Alterar o atual artigo 27, que trata do Conselho Fiscal, para excluir o seu parágrafo 4º, que está fora de contexto, e incluir um novo parágrafo, sobre regra de vedação à eleição do cargo de membro do Conselho Fiscal; **(2.xv)** Excluir o parágrafo 4º do artigo 29, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xvi)** Alterar o parágrafo 2º do artigo 30, para correção na referência dos dispositivos do Estatuto Social; e **(2.xvii)** Excluir os parágrafos 2º e 3º do artigo 35, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 25 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@simpar.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.simpar.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Adalberto Calil
Presidente do Conselho de Administração

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

VAMO B3 LISTED NM
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 23.373.000/0001-32 - NIRE 35.300.512.642

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 28 de abril de 2023, às 15 horas, em sua sede social localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 9°andar, Sala 02, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

(3) Eleição dos membros do Conselho de Administração.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023;

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 1º, a fim de aprimorar redação e uniformização; **(2.ii)** Alterar o artigo 2º, a fim de transferir ao Conselho de Administração o endereço da sede social da Companhia; **(2.iii)** Excluir o artigo 4º para uniformização do estatuto social; **(2.iv)** Alterar o artigo 6º, que trata do capital social, a fim de refletir os aumentos de capital conforme aprovados e reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23/09/2021 e 21/09/2022 e aprimoramento da redação; **(2.v)** Alterar o artigo 7º, que trata do capital autorizado, a fim aprimoramento da redação e uniformizar o estatuto social; **(2.vi)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral e sua competência para indicar o secretário da mesa; **(2.vii)** Alterar o artigo 12, a fim de incluir os documentos mínimos a serem apresentados pelos acionistas para tomar parte na Assembleia Geral e aprimoramento da redação; **(2.viii)** Alterar o artigo 13 a fim de (a) excluir as alíneas que tratam de matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social; **2.ix)** Alterar o artigo 15, a fim de fixar do número de membros do Conselho de Administração e uniformização do estatuto social; **2.(x)** Alterar o artigo 17, a fim criar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; **2.(xi)** Alterar o artigo 18, a fim de incluir a possibilidade de o Vice-Presidente do Conselho de Administração convocar extraordinariamente reuniões do Conselho de Administração; **2.(xii)** Alterar o artigo 19, para excluir redação redundante e incluir previsão estatutária da competência do Presidente do Conselho de Administração para presidir as reuniões dos órgãos e indicar o secretário das reuniões; **(2.xiii)** Alterar o artigo 20, a fim de aprimoramento da redação; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, a fim de (d) incluir outras competências do Conselho de Administração; aprimorar a redação com o intuito de deixá-la mais clara; e) ajustar redação com o intuito de deixar a redação mais clara, uma vez que essa matéria só se aplica para os comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (p) aprimoramento da redação; (r) aprimoramento da redação; (u) uniformização do estatuto social; (v) exclusão uma vez que os negócios tratados nessa alínea já são de competência do Conselho de Administração no âmbito da aprovação do orçamento anual; (y) exclusão uma vez que os negócios tratados nessa alínea já são de competência do Conselho de Administração no âmbito da aprovação do orçamento anual; (z) incluir na competência do Conselho de Administração, aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse, permitindo maior clareza sobre as transações entre partes relacio0nadas; (hh) aprimoramento da redação, a fim de dar maior clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; criar a alínea (ii) para incluir na competência do Conselho de Administração a provar a alteração do endereço da sede social da Companhia; alterar o parágrafo único, a fim de incluir, a título de flexibilização, uma nova hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; excluir o parágrafo terceiro, em razão dos demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xv)** Alterar o artigo 22, a fim de excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil e autorizar a cumulação de mais de um cargo por qualquer diretor; alterar o parágrafo 2º a fim de aprimorar a redação; **(2.xvi)** alterar o artigo 26, a fim de excluir da competência da Diretoria prestar garantias para as controladas da Companhia; alterar o parágrafo 2º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor Presidente; alterar o parágrafo 3º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor Administrativo Financeiro; e alterar o parágrafo 4º, a fim de aprimoramento das competências do Diretor de Relações com Investidores; **2.(xvii)** Alterar o artigo 27, para aprimoramento da redação e uniformização do estatuto social; **(2.xviii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xix)** Alterar o artigo 28, que trata do Conselho Fiscal, com o intuito de aprimoramento da redação e incluir vedação à eleição para o cargo de membro do Conselho Fiscal de pessoa que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia;

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 26 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@grupovamos.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

O percentual mínimo de participação no capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, observado o prazo legal de até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para tal requisição.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 11, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

ANDRIELLO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 61.508.727/0001-79

Balanços Patrimoniais encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		**51.971**	**41.810**
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.460	7.144
Contas a receber de clientes		22.345	13.973
Estoques	5	21.732	19.832
Impostos a recuperar	6	260	105
Adiantamentos diversos	7	979	444
Despesas antecipadas	8	196	313
Não Circulante		**6.507**	**6.331**
Depósitos judiciais	9	515	701
Imobilizado	10	5.216	4.847
Intangivel	10	530	538
Comodato		245	245
Total do Ativo		**58.478**	**48.141**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante		**21.495**	**16.632**
Fornecedores nacionais		11.521	5.777
Fornecedores estrangeiros		434	36
Impostos e contribuições		1.361	1.395
Salários e encargos sociais		1.185	1.026
Contas a pagar		1.478	1.387
Instituições Financeiras	12	5.500	7.010
Adiantamento de clientes		17	-
Não Circulante		**245**	**245**
Outras contas (Comodato)		245	245
Patrimônio Líquido		36.738	31.265
Capital social	14	56.000	56.000
Lucro / (Prejuízo) Acumulado	14	(19.262)	(24.735)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**58.478**	**48.141**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para investimentos	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		56.000	-	-	(11.767)	44.233
Lucro / (Prejuízo) do exercício	14	-	-	-	(12.968)	(12.968)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		56.000	-	-	(24.735)	31.265
Lucro / (Prejuízo) do exercício	14	-	-	-	5.473	5.473
Saldos em 31 de dezembro de 2022		56.000	-	-	(19.262)	36.738

Demonstrações dos Resultados	Nota	2022	2021
(+) Receita Operacional Líquida	17	92.377	43.223
(-) Custo dos produtos vendidos		(65.013)	(38.669)
(=) Lucro Bruto		**27.364**	**4.554**
Despesas Operacionais			
(-) Despesas comerciais		(12.330)	(8.701)
(-) Despesas administrativas e gerais		(8.143)	(7.434)
(=) Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		**6.890**	**(11.581)**
(+) Receitas financeiras		862	2.083
(-) Despesas financeiras		(1.338)	(1.578)
(+/-) Outras receitas e despesas		952	(1.893)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**7.366**	**(12.968)**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		(1.893)	-
(=) Lucro Líquido do Exercício		**5.473**	**(12.968)**
Lucro líquido por ação do capital social fim do exercício R$		0,87	-2,06

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	2022	2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	5.473	(12.968)
Resultado abrangente total	5.473	(12.968)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	2022	2021
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	5.473	(12.968)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	909	810
Lucro Ajustado	**6.382**	**(12.158)**
Redução/Aumento em ativos:		
Redução (aumento) clientes	(8.372)	(866)
Redução (aumento) estoques	(1.900)	3.700
Redução (aumento) adiantamentos diversos	116	312
Redução (aumento) tributos a recuperar	(155)	2
Redução (aumento) outros ativos	(349)	(3)
	(10.661)	**3.144**
Aumento/Redução em passivos:		
Aumento (redução) fornecedores	6.232	3.655
Aumento (redução) encargos sociais	160	(402)
Aumento (redução) impostos a pagar	(35)	365
Aumento (redução) outras obrigações	(1.486)	1.741
	4.871	**5.359**
Caixa Líquido Proveniente da Atividade Operacional	**593**	**(3.654)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição do imobilizado e intangível	(1.277)	(1.190)
Recursos Líq. Provenientes das Atividades de Investimento	**(1.277)**	**(1.190)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(684)**	**(4.844)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.144	11.987
No fim do exercício	6.460	7.144
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(684)**	**(4.844)**

As notas explicativas encontram-se na empresa a disposição dos acionistas.

Francesco Andriello Neto - Diretor Presidente • Giuliano Andriello Francisco; Leonilde Rodrigues Andriello - Diretores • Marcelo Romanin - Contador CRC: 1SP215.312/O-3

Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz

CNPJ N.º 22.315.713/0001-87

Edital de Convocação

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os associados do **Instituto Social Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a realizar-se às **20:00 horas em primeira convocação** e às **20:30 horas em segunda convocação**, no dia **17 de abril de 2023**, de modo híbrido, na sede da Associação, na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no Bloco E, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) Eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 3) Demais assuntos de interesse da Associação. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Aprovação do ingresso de novos associados. Para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remotamente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 22 do seu Estatuto Social, acesse o link de vídeo conferência a seguir: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDI5MzUxZmQtZGFmNi00OTQ4LTliOWQtNTk2NTg4ODFjZTVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d. Diante do acima, fica sem efeito a convocação anteriormente divulgada, que indicava o dia 17 de abril de 2023 como data da realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. São Paulo, 28 de março de 2023. **Mario Probst -** Presidente do Conselho de Administração.

Hospital Alemão Oswaldo Cruz

CNPJ N.º 60.726.502/0001-26

Edital de Convocação

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os Associados do **Hospital Alemão Oswaldo Cruz**, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 18:00 horas em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda convocação, no dia 17 de abril de 2023, de modo hibrido na sede social da Associação, localizada na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no primeiro subsolo do Bloco E, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 2) Eleição de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal; e 3) Demais assuntos de interesse da Associação. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Oneração do terreno de propriedade da Associação, localizado na Avenida Vereador José Diniz, nº 3505, São Paulo/SP, em operação de captação de recursos financeiros pela Associação. Para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remotamente, acesse o *link* de vídeo conferência a seguir: (https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDI5MzUxZmQtZGFmNi00OTQ4LTliOWQtNTk2NTg4ODFjZTVi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d). São Paulo, 28 de março de 2023. **Weber Ferreira Porto -** Presidente do Conselho Deliberativo.

INFORMATIVO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA **Nº. 003/2023.**
ORIGEM:SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE 05 (CINCO) AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – SEGOV.
TIPO DE LICITAÇÃO: MELHOR TÉCNICA.

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** declara que no AVISO DE CONVOCAÇÃO DA CP 003/2023 publicado no dia 27 de março de 2023 nos meios de publicidade DOM, jornal local e jornal de circulação nacional, ocorreu uma atecnia sendo necessário a publicação do INFORMATIVO nos mesmos meios, dispondo que:

ONDE SE LÊ:

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços serão recebidos no dia 15 de maio de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo os Documentos de Habilitação, Propostas Técnicas e Propostas de Preços no dia 15 de maio de 2023 às 10h15min."

LEIA-SE:

O Presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CE | CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os **Envelopes** contendo as Propostas Técnicas e Propostas de Preços serão recebidos no dia 15 de maio de 2023, no horário compreendido entre 10h00min às 10h15min.(horário local) na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, CEP:60.140-060 – Fortaleza-CE, e iniciada a **Abertura dos Envelopes** contendo as Propostas Técnicas e Propostas de Preços no dia 15 de maio de 2023 às 10h15min."

Maiores informações através do e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: **(85) 3452-3481.**

Fortaleza-CE, 30 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 60.730.348/0001-66

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Aviso

Convidamos os senhores Acionistas da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** ("AGOE"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 09h00min, de modo **exclusivamente digital** por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams e, portanto, considerada esta como realizada no endereço da sede da Companhia, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberação sobre a Proposta da Administração para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 1.512 mil e consequente distribuição de dividendos, e (iii) Fixar o montante global de remuneração dos administradores, para o exercício social de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração dos artigos 3º e 12º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) Consolidação do Estatuto Social. **Aviso:** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os documentos do Artigo 133, Lei 6.404/76, relativos ao exercício de 2022. São Paulo, 29 de março de 2023.

Hélio Magalhães - Presidente do Conselho de Administração

Instruções Gerais: **(1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE ora convocada, bem como manual de utilização e votação da plataforma Microsoft Teams, encontram-se à disposição dos Acionistas para consulta na sede da Companhia e na página da Companhia (www.melhoramentos.com.br), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S/A – Brasil Bolsa Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/09. **(2)** Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de e-mail de contato e dos documentos ora relacionados diretamente à Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, os quais deverão, portanto, ser enviados digitalizados através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br, com pelo menos 48h (quarenta e oito horas) de antecedência à data e horário previstos para o início da AGOE, independentemente da natureza do Acionista: **(i)** para aqueles Acionistas que se fizerem representar por procuração, cópia do instrumento de mandato com reconhecimento da firma do representado em cartório, com prazo de vigência inferior a um ano e outorgado em favor de instituição financeira, advogado, Acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1°, da Lei nº 6.404/76), especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(ii)** se pessoa física, cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto; e **(iii)** se pessoa jurídica, cópia autenticada do estatuto social ou contrato social registrados no órgão competente, acompanhada de cópia autenticada do ato registrado no órgão competente, que comprove a eleição dos administradores que representarem o Acionista na AGOE, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams; **(iv)** se fundo de investimento, cópia autenticada do regulamento do fundo, acompanhada dos documentos previstos no item "(iii)" acima, relativamente à pessoa jurídica responsável por exercer o direito de voto em nome do fundo de investimento, especificando o nome da pessoa natural que estará presente pela plataforma digital Microsoft Teams. **(3)** Solicitamos ainda que, juntamente com o envio dos documentos descritos no item "3" acima, os Acionistas indiquem se desejam apenas participar da AGOE ou se desejam participar e votar também, observando-se que, nos termos do Art. 21-C, §2º da Instrução CVM 481/09, caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância queira participar e votar na AGOE via Microsoft Teams, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim de voto à distância daquele acionista serão desconsideradas. **(4)** Os Acionistas que decidirem participar e votar na AGOE através da plataforma Microsoft Teams receberão, com até 12 (doze) horas de antecedência ao horário previsto do início da AGOE, nos endereços de e-mail que enviarem a solicitação de participação e os documentos conforme item "3" acima, as confirmações de acesso e instruções para sua identificação durante o uso da plataforma, considerando-se este como protocolo digital de que trata o artigo 5 º, § 4º da Instrução CVM nº 622/20, cabendo exclusivamente aos Acionistas a obrigação de guarda, zelo e utilização de seus acessos. O acesso via Microsoft Teams estará restrito aos Acionistas que se credenciarem, nos termos aqui descritos ("Acionistas Credenciados"), sendo vedada a participação de Acionistas que não tenha previamente se habilitado, conforme item "3" acima. **(5)** O Acionista que desejar também poderá exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância. Neste caso, até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), o Acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) aos seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia; ou 2) diretamente à Companhia, preferencialmente através do e-mail assembleia@melhoramentos.com.br. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009 e os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia conforme item "1" acima. **(6)** A Companhia recomenda que os Acionistas Credenciados acessem a plataforma Microsoft Teams com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGOE a fim de evitar eventuais problemas operacionais e permitir que os Acionistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams, para que possam participar da AGOE sem intercorrências. A Companhia não se responsabilizará por má ou indevida utilização de seus acessos, bem como problemas de conexão que os Acionistas Credenciados venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, de forma que a Companhia recomenda que garantam, com antecedência, a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). **(7)** Acionistas Credenciados, ou seus respectivos representantes legais e procuradores, que participarem via Microsoft Teams de acordo com as instruções da Companhia serão considerados presentes na AGOE e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, devendo na abertura da sessão se identificar, informar o nome completo e, se for o caso, indicar os Acionistas sob sua representação, para que a Companhia possa identificar a sua identidade de acordo com a documentação previamente recebida. **(8)** Em cumprimento a ICVM 622/2020, informamos que a AGOE será gravada.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023
Objeto: Aquisição de cama box solteiro com colchão para o Hotel SESI de Presidente Epitácio.
Retirada do edital: a partir de 31 de março de 2023, através do portal www.sesisp.org.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 13 de abril de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE
Audiência Pública
A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da audiência pública semipresencial para debater a seguinte matéria:
2ª Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico
PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.
Tema: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Social
Data 04/04/2023 (terça-feira)
Horário: 17h00
Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – SP
Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**.
Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

COMISSÃO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE
Audiência Pública
A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente convida o público interessado para participar da audiência pública semipresencial para debater a seguinte matéria:
3ª Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Diretor Estratégico
PL 127/2023 - Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.
Tema: Eixo de Transformação da Estruturação Urbana
Data 06/04/2023 (quinta-feira)
Horário: 17h00
Local: Plenário 1º de Maio – 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista – SP
Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelos endereços da Câmara Municipal no Youtube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**] e Facebook [**www.facebook.com/camarasaopaulo**]
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participacao-por-videoconferencia** ou encaminhe sua manifestação por escrito em **www.saopaulo.sp.leg.br/revisaopde/participe**.
Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **urb@saopaulo.sp.leg.br**

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 07.628.528/0001-59 - NIRE 35.300.326.237

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. acionistas da **Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas** ("**Companhia**" ou "**BrasilAgro**") convocados, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e dos artigos 4° e 6° da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 12:00 horas, horário local (UTC-3), do dia 28 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital ("**Assembleia**" ou "**AGE**"), conforme prerrogativa prevista no artigo 124, parágrafo 2-A, da Lei das S.A., disciplinada na Resolução CVM 81, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*" ("**Plataforma Digital**"), com acesso pelo endereço eletrônico (**https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=36A5E06D5D85**) ("**Endereço Eletrônico da Assembleia**"), para deliberar sobre a proposta de reforma do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**") para alteração dos requisitos de composição do comitê de auditoria estatutário, instalação do conselho fiscal permanente, adaptação das definições contidas no Artigo 42 do Estatuto Social concernentes ao controle da Companhia e outras disposições. **1 Informações Gerais:** A documentação relativa à proposta a ser apreciada em AGE está disponível para análise na sede da Companhia, na página eletrônica do departamento de Relações com Investidores da Brasilagro (**https://ri.brasil-agro.com/**) e nas páginas eletrônicas da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (**http://www.b3.com.br/**) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (**http://www.cvm.gov.br/**). **2 Participação via Plataforma Digital** 2.1 Para que os acionistas ou seus representantes legais possam participar e/ou votar na Assembleia, deverão apresentar cópias dos seguintes documentos: **(i) Para pessoas físicas**: (a) documento de identificação com foto do acionista; (b) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (c) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(ii) Para pessoas jurídicas**: (a) último estatuto ou contrato social consolidado; (b) documentos societários que comprovem os poderes de representação; (c) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (d) se representada por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (e) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. **(iii) Para fundos de investimento**: (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) último estatuto ou contrato social consolidado do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de votos do fundo; (c) documentos societários que comprovem os poderes de representação do fundo; (d) documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor do fundo; (e) se representado por procurador, instrumento de procuração com poderes especiais; e (f) se aplicável, documento de identificação com foto do procurador. 2.2 Em qualquer dos casos acima, deverá ser apresentado o comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido nos últimos 5 (cinco) dias pela instituição financeira responsável pela custódia das ações (*i.e.*, Itaú Corretora de Valores S.A.). 2.3 Nos termos do parágrafo 1º do artigo 126, da Lei das S.A. e de acordo com o parágrafo 4º do Artigo 10, do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão nomear procurador para representá-los na Assembleia. 2.4 Além disso, a Companhia informa que: **(i)** não exigirá tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas; **(ii)** aceitará a apresentação de cópias autenticadas de documentos e dispensará o reconhecimento de firmas das assinaturas, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados; e, ainda, **(iii)** com relação às procurações outorgadas eletronicamente pelos acionistas aos seus representantes ou procuradores, reforça que tais documentos deverão utilizar certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. 2.5 Nos termos do artigo 5º, inciso III, da Resolução CVM 81, para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas, seus representantes legais ou seus procuradores deverão observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas no *Manual da Plataforma – Participantes da Companhia*, também disponível para download no Endereço Eletrônico da Assembleia: 2.5.1 Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos pela Companhia mediante o cadastro na Plataforma Digital, que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico da Assembleia em até, no máximo, 48 horas antes da realização da Assembleia, ou seja, até as 12:00 horas do dia 26 de abril de 2023, consoante o previsto no artigo 6°, parágrafos 1º e 3° da Resolução CVM 81; 2.5.2 Após efetuada a solicitação de cadastro pelo participante, este será informado via *e-mail*, de que de sua solicitação está sob análise da Companhia. Se aprovada a solicitação, o participante será informado por e-mail de que seu cadastro foi concluído. Se a solicitação de cadastro do participante for negada, o participante receberá um *e-mail* detalhando o motivo da negativa e, se aplicável, será orientado acerca das formas de regularização de seu cadastro. 2.5.3 Após cadastrado, o procurador terá acesso a um ambiente virtual ("**Painel de Representantes**") que também é acessado por meio do Endereço Eletrônico da Assembleia. Nele, o procurador pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações mediante acesso com *login* e senha previamente cadastrados; 2.5.4 O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente virtual em que ocorrerá a Assembleia caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia; e 2.5.5 Nos termos da Resolução CVM 81, o envio de boletins de voto a distância por meio da B3 dispensa a necessidade de credenciamento prévio. Para participação na modalidade de voto a distância, o preenchimento e envio do boletim, conforme disponibilizados nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM e da B3, deverá ser realizado, impreterivelmente, até às 12:00 horas do dia 21 de abril de 2023: (a) aos agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (b) ao escriturador das ações da Companhia; ou, ainda, (c) diretamente à Companhia. Em caso de dúvidas, por favor, entrem em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (55-11) 3035-5350 ou pelo endereço de *e-mail*: **ri@brasil-agro.com**. São Paulo, 28 de março de 2023. **Eduardo Sergio Elsztain -** Presidente do Conselho de Administração.

Raia Drogasil S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 61.585.865/0001-51

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que, em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 30/03/2023, deliberou-se pela distribuição de Juros sobre Capital Próprio no montante total bruto de R$ 80.000.000,00, para pagamento até o dia 01/12/2023, em data a ser oportunamente fixada pela Administração da Companhia. O valor bruto a ser pago por ação é de R$ 0,048530597 e não sofrerá atualização monetária. Tal benefício aplica-se à posição acionária do dia 04/04/2023, sendo certo que, a partir de 05/04/2023, as ações da Companhia serão negociadas "ex juros sobre capital próprio", desta forma haverá retenção de Imposto de Renda na Fonte, de acordo com o artigo 9º da Lei 9249/95 de 26/12/1995. Não estarão sujeitos a tal retenção os acionistas pessoas jurídicas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. Referida comprovação deverá ser feita mediante apresentação, até o dia 06/04/2023, de documentação comprobatória dessa condição ou certidão judicial atualizada acompanhada de uma declaração junto a esta empresa na Av. Corifeu de Azevedo Marques, n.º 3.097, São Paulo - SP, CEP: 05.339-900.

São Paulo, 30 de março de 2023.
Raia Drogasil S.A.
Eugênio de Zagottis - Diretor Vice-Presidente de Relação com Investidores

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 128/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVANDERIA HOSPITALAR COM LOCAÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS, COM RASTREAMENTO POR MEIO DE NUMERAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DO REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 18 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 18 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 149/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL MÉDICO - HOSPITALAR (ATADURAS DE CREPOM, SONDA DE FOLEY E OUTROS), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA- SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 25 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 25 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 25 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 133/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA SECUNDÁRIA, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 19 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 19 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 19 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 124/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS II, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 18 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 18 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023 SRP
PROTOCOLO Nº 19.047.869-6

OBJETO: Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de MICRO-ONDAS.
INTERESSADO: DIVERSOS ÓRGÃOS.
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 28 de março de 2023.
ABERTURA: 26 de abril de 2023 às 09:00h.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 125/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - NUCLEO DE FARMÁCIA / NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR – ATADURAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 18 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 18 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 126/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - GERÊNCIA DE ATIVIDADES AUXILIARES – GEATA
OBJETO: CONSTITUI O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO (CESTO PLÁSTICO, DETERGENTE LÍQUIDO, ESPONJA, FLANELA E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 18 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 18 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 18 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 21786/2023/SES
Pregão Eletrônico nº 13/2023 / CSL/SES

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SES, inscrita no CNPJ sob nº 02.973.240/0001-06, sediada na Av. Carlos Cunha, s/nº, Bairro do Calhau, São Luís – MA, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizar-se-á no dia 14/04/2023 às 09h00min (horário de Brasília), a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que tem por objeto o **"Registro de Preços para aquisição imediata e futura do medicamento CEFTRIAXONA 500MG (PÓ SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR) para o Departamento de Atenção às IST/AIDS e Hepatites Virais para viabilizar a assistência aos portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Infecções Oportunistas, conforme condições e quantidades definidas no Termo de Referência"**. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site www.csl.saude.ma.gov.br, sendo realizada através do Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/. **Maiores informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL (subsolo), no e-mail: **csl.sesmaranhao@gmail.com** e **telefones:** (98) 3198-5559 e 3198-5560.

São Luís - MA, 28 de março de 2023.

Chrisane Oliveira Barros
Pregoeira da CSL/SES.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 130/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELETRODOMÉSTICOS PARA 2023 PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS QUE COMPÕEM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão deentregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 19 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 19 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 19 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

Varejo Principal aposta dos fabricantes

Forma de vender ovos de Páscoa fica mais online depois da pandemia

Indústria projeta salto de 2 dígitos nas vendas de ovos pela internet; faturamento no e-commerce na 1.ª quinzena de março subiu 38% ante 2022, aponta consultoria

MÁRCIA DE CHIARA

A venda online de ovos de Páscoa – praticamente a única alternativa do varejo e da indústria para viabilizar os negócios no auge da pandemia – virou a grande aposta dos fabricantes de chocolates neste ano, mesmo com a normalização das atividades. Grandes marcas projetam taxas de crescimento nas vendas online na casa de dois dígitos. Para impulsionar os negócios digitais, ampliaram a presença em shoppings virtuais e traçaram uma "logística de guerra" nas entregas. Tudo para levar o ovo ao destino no menor prazo possível – e inteiro, sem quebra ou derretimento.

As lojas físicas ainda são o grande mercado da Páscoa. Respondem pela maior parte da comercialização de ovos e chocolates durante a data, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab). No entanto, levantamento feito a pedido do **Estadão** pela NielsenIQ Ebit, consultoria especializada em monitorar o e-commerce, confirma a tendência: as vendas online de ovos de Páscoa na primeira quinzena deste mês cresceram 38% em faturamento e 28% em número de pedidos ante o mesmo período de 2022.

"O que apressou o online foi a pandemia, mas agora não é mais. É o comportamento do consumidor", diz Álvaro Garcia, vice-presidente de marketing da Mondelez, dona da marca Lacta. Ele destaca que muitos consumidores verificam preços na loja física e compram no digital e vice-versa. Isso intensifica o intercâmbio entre o online e a loja tradicional.

SALTO DE COELHO. A marca, que acaba de abrir uma loja no Mercado Livre, quer que os negócios digitais – que incluem a loja própria, lojas online de parceiros e aplicativos de entrega – representem entre 16% e 20% das suas vendas de chocolates nesta Páscoa. No ano passado, a fatia tinha sido de 6,9%. "É um salto muito grande", diz o executivo, destacando que a projeção é um aumento no faturamento total de chocolates entre 10% e 15% em relação à Páscoa do ano passado.

A Nestlé, outra gigante do setor, produziu neste ano 12 milhões de unidades de ovos de Páscoa com as marcas Nestlé e Garoto, um aumento de quase 10% ante o evento de 2022. Os três últimos anos foram bem distintos para a Páscoa, e o e-commerce foi um forte aliado das empresas para impulsionar as vendas, lembra Francini Cristelo, head da Nestlé Stores.

Segundo a executiva, a expectativa de vendas de Páscoa no e-commerce do Empório Nestlé é de um avanço de 20% em relação a 2022. A companhia também espera crescimento dos negócios nos canais digitais de parceiros.

"De tudo que venderemos nesta Páscoa, perto de 7% a 8% virão do digital", afirma Daniel Roque, vice-presidente da Cacau Show. Ele espera um avanço de 50% na venda online, em valor, na comparação com 2022. "Será a maior taxa de crescimento desde 2020."

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-28/3/2018

Lojas físicas ainda dominam mercado, mas venda online dispara

Operação
Fabricantes reforçam embalagem, aumentam equipes de distribuição e ampliam área de entrega

Em 2020, com a pandemia, a Cacau Show criou um marketplace com as suas lojas para conseguir vender, pois os pontos de venda estavam fechados. Esse ecossistema envolveu pedidos por WhatsApp, redes sociais e aplicativos de entrega.

No ano passado, a empresa estava presente em apenas um marketplace de terceiros e, ainda, em fase de teste. "Agora, potencializou", diz o executivo, destacando que a companhia está hoje nos shoppings virtuais da Magalu, da Shopee e do Mercado Livre. No momento, o número de visitas recebidas no site da empresa é 49% maior do que no mesmo período do ano passado, enquanto as vendas estão 57,6% acima do esperado.

'LOGÍSTICA DE GUERRA'. Num país continental como o Brasil, o grande desafio do comércio online na venda de ovos de Páscoa – um produto frágil e cujo consumo ocorre num curto período – é a logística.

A Lacta, por exemplo, ampliou de 200 para 500 a quantidade de motoristas dos caminhões que levam os ovos dos quatro centros de distribuição e dos 11 postos avançados para os quatro cantos do País.

Na Páscoa passada, as vendas online da marca se concentravam em apenas quatro capitais: Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), além do interior paulista. Neste ano, a loja online passou a entregar em todo o território nacional. Mas os prazos foram mantidos: até 48 horas, nas capitais, e até cinco dias úteis nas demais cidades.

Garcia, da Mondelez explica que os ovos vão em uma caixa de isopor para não derreter ou quebrar. "Tem de ter uma superlogística para que o consumidor tenha experiência que teria numa loja física", observa.

"Hoje, as nossas lojas estão muito mais bem preparadas, e o processo, mais fluído", diz Roque, da Cacau Show. Na Páscoa do ano passado, as entregas das vendas online ocorriam em até três dias úteis após a compra. Este é o primeiro ano com entrega em até 24 horas.

A agilidade na logística aumentou porque a companhia está usando as 8.800 lojas da rede como minicentros de distribuição, fora os 3 mil revendedores da marca em municípios nos quais não há pontos de venda. "Cobrimos 4,5 mil cidades em todo o Brasil", diz Roque. Ele explica que as lojas passaram a ter entregadores. Há um trabalho de roteirização das entregas pelos franqueados, que organizam os pedidos e os horários dos despachos. ●

Rodovias Tecnologia em ação

Rio-Santos inaugura hoje 1º pedágio eletrônico do País

ELISA CALMON

O primeiro pedágio integralmente eletrônico ("free flow") do País começa a ser operado hoje na Rio-Santos (BR-101). As praças de cobrança sem cabines, distribuídas em três pontos da rodovia, servirão de referência para implementar o modelo na Via Dutra nos próximos anos. O pagamento será realizado por tags instaladas nos para-brisas ou via leitura da placa. No segundo caso, deve ser efetuado em até 15 dias para evitar multas ou perdas de pontos na carteira de motorista.

Não há uma projeção de quanto a CCR deve economizar com a operação nos três pórticos instalados em Paraty (km 538), Mangaratiba (km 447) e Itaguaí (km 414). "É uma operação mais barata, mas não estamos fazendo isso em busca de benefício econômico", afirma Eduardo Camargo, presidente da CCR Rodovias. Até o momento, não havia pedágio na Rio-Santos. Com isso, não foram realizadas demissões para a implantação do "free flow".

A tarifa a ser praticada para os carros de passeio será de R$ 4,10 nos três pórticos. Para veículos comerciais, será multiplicada pelo número de eixos. Nos finais de semana e feriados nacionais, conforme prevê o contrato de concessão, a tarifa terá valores diferenciados para as duas categorias, das 18h de sexta-feira às 6h de segunda-feira. ●

Streaming Corte de custos

Disney demite mais de 300 funcionários em Pequim

A Walt Disney, um dos maiores grupos de entretenimento do mundo, demitiu mais de 300 funcionários em Pequim. Eles trabalhavam nos seus serviços de streaming. O movimento tenta cortar custos para reestruturar a empresa de entretenimento, disse a Disney.

As demissões na China ocorrem na semana em que a companhia começou a primeira onda de cortes do seu plano recém-anunciado de eliminar 7 mil empregos para reduzir custos em até US$ 5,5 bilhões.

O presidente da Disney, Robert Iger, voltou em novembro à empresa após 15 anos. Entre os desafios de Iger, está obter lucro com os negócios de streaming, que fecharam 2022 com 161,8 milhões de usuários globais, queda de 1% ante o trimestre anterior. ● DA REDAÇÃO, COM DOW JONES NEWSWIRES

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

CNPJ nº 61.533.949/0001-41 - NIRE 35300044266

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 139/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - GERÊNCIA DA UNIDADE DE ATIVIDADES AUXILIARES/GEATA
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO (BALDE PLÁSTICO, CABO DE ALUMÍNIO, CESTO PARA LIXO, DETERGENTE CLORADO E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31de março de 2023 a 20 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 20 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 20 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 144/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE 02 (DOIS) EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE VIDEOLAPAROSCOPIA e CAIXAS DE INSTRUMENTAIS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA – SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 24 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 24 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 24 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOSÉ OSVALDO SOARES BEZERRA JÚNIOR
Pregoeiro(a) da CLFOR

ERRATA

A SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA – SECULTFOR, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade de retificar o **EDITAL 8820** que tem como objeto SELECIONAR E APOIAR PROJETOS ARTÍSTICOS-CULTURAIS DE CULTURA TRADICIONAL POPULAR, publicado no DOM de 21 de março de 2023, resolve expedir e publicar errata, na forma que se segue:
Onde se lê:
3.7.SERÃO SELECIONADOS 133 (cento trinta e três) PROJETOS,sendo concedido o apoio financeiro total deR$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos reais), conforme as especificações abaixo:
5.4. Para fins de comprovação de que o proponente atende às condições de participação e não se enquadra em nenhuma das vedações previstas neste item, este deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (ANEXO XIII) FORA do ENVELOPE 01**, caso a inscrição seja realizada de forma presencial e, caso a inscrição seja realizada via Mapa Cultural, o documento deverá ser ANEXADO ao Mapa Cultural, a fim de viabilizar a sua visualização perante a Comissão Especial de Licitação – CEL.
8.1.10. Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor (ANEXO V).
8.1.11. Apresentar assinado o Termo de Autorização de Uso de Imagens e Áudio, conforme ANEXO III
8.3.10. Declaração relativa ao trabalho de empregado menor (ANEXO V).
8.3.12. Apresentar assinado o Termo de Autorização de Uso de Imagens e Áudio, conforme ANEXO III deste Edital, devidamente assinado pelo proponente responsável pelo projeto.
17.1.2. Relatório de Cumprimento do Objeto - ANEXO VII - (Comprovação, por meio de publicações ou mídias, da efetiva execução do Termo de Concessão: fotografias, vídeos, links do endereço eletrônico do site da realização, declaração de recebimento da escola pública municipal e outros documentos relacionados à execução; deste Edital.
17.1.3. - Relatório de Execução Físico-Financeira (ANEXO VIII);
17.1.4. - Relação de Pagamentos (ANEXO IX);
17.1.5. - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa (ANEXO X);
17.1.6. - Conciliação Bancária (ANEXO XI).
Leia-se:
3.7.SERÃO SELECIONADOS 133 (cento trinta e três) PROJETOS,sendo concedido o apoio financeiro total deR$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), conforme as especificações abaixo:
5.4. Para fins de comprovação de que o proponente atende às condições de participação e não se enquadra em nenhuma das vedações previstas neste item, este deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO (ANEXO VII) FORA do ENVELOPE 01**, caso a inscrição seja realizada de forma presencial e, caso a inscrição seja realizada via Mapa Cultural, o documento deverá ser ANEXADO ao Mapa Cultural, a fim de viabilizar a sua visualização perante a Comissão Especial de Licitação – CEL.
8.1.10. Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor (ANEXO VI).
8.1.11. Apresentar assinado o Termo de Autorização de Uso de Imagens e Áudio, conforme ANEXO IV deste Edital.
8.3.10. Declaração relativa ao trabalho de empregado menor (ANEXO VI).
8.3.12. Apresentar assinado o Termo de Autorização de Uso de Imagens e Áudio, conforme ANEXO IV deste Edital, devidamente assinado pelo proponente responsável pelo projeto.
17.1.2. Relatório de Cumprimento do Objeto - ANEXO VIII - (Comprovação, por meio de publicações ou mídias, da efetiva execução do Termo de Concessão: fotografias, vídeos, links do endereço eletrônico do site da realização, declaração de recebimento da escola pública municipal e outros documentos relacionados à execução; deste Edital.
17.1.3. - Relatório de Execução Físico-Financeira (ANEXO IX);
17.1.4. - Relação de Pagamentos (ANEXO X);
17.1.5. - Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa (ANEXO XI);
17.1.6. - Conciliação Bancária (ANEXO XII).

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.
Fortaleza, data da assinatura digital.
Elpídio Nogueira Moreira
Secretário Municipal da Cultura de Fortaleza
– SECULTFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 138/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - GERÊNCIA DA UNIDADE DE ATIVIDADES AUXILIARES/GEATA
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO (ÁCIDO MURIÁTICO, LUSTRA MOVEIS, PLACA DE SINALIZAÇÃO E OUTROS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31de março de 2023 a 20 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 20 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 20 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 145/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA TECNOLOGIA DE VÍDEO WALL COM SERVIÇOS DE VÍDEO MONITORAMENTO, COM EQUIPAMENTOS E MOBÍLIA EM REGIME DE COMODATO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, TREINAMENTO DE PESSOAL, DESINSTALAÇÃO AO FIM DO CONTRATO E SOFTWARE EM COMODATO VIA WEB INTEGRADO PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE FORTALEZA- SME, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 25 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 25 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 25 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 148/2023**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA/IJF - NÚCLEO DE FARMÁCIA / NUFAR
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVETUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR - ABAIXADOR DE LÍNGUA, ALGODÃO E OUTROS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31 de março de 2023 a 25 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 25 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 25 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 147/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REGISTRO DE PREÇOS DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE AS TABELAS DE PREÇOS E CUSTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO SINAPI E DA SEINFRA - TABELAS SINTÉTICAS COM DESONERAÇÃO, ACRESCIDAS COM BDI DE 25,92% (VINTE E CINCO VIRGULA NOVENTA E DOIS POR CENTO) PARA SERVIÇOS E DE 16,32% (DEZESSEIS VIRGULA TRINTA E DOIS POR CENTO) PARA INSUMOS, VISANDO FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DE MANUTENÇÃO PREDIAL (PREVENTIVA E/OU CORRETIVA), COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, A SEREM EXECUTADOS NAS EDIFICAÇÕES FÍSICAS DO PARQUE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA E OS ANEXOS, ENFIM, EM TODAS AS EDIFICAÇÕES SOB ADMINISTRAÇÃO DA SME, CONFORME CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS ESPECIFICADAS E NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO).
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão deentregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31de março de 2023 a 25 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 25 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 25 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Pregoeiro(a) da CLFOR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 73/2023-HU. PROCESSO Nº: 23.1.00249.62.3. OFERTA DE COMPRA Nº: 102150100582023OC00073. O Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 73/2023 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é **SERVICO DE LOCACAO DE EQUIPAMENTO LABORATORIAL, REAGENTE PARA APARELHO DE HEMATOLOGIA e SOLUCAO CONTROLE PARA APARELHO DE LABORATORIO**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, **cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 03/04/2023 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/04/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 03/04/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.

MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL UHT EM EMBALAGEM TETRA PAK OU SIG E CESTAS BÁSICAS. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023, às 09h30. Nº 023/2023 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES, EM CARÁTER COMPLEMENTAR, NA CIDADE DE SERTÃOZINHO E DISTRITO DE CRUZ DAS POSSES. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 19/04/2023, às 09h00. Os Editais estão disponíveis no site www.sertaozinho.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br. INFORMAÇÕES: TEL. (16) 2105-3044 ou 2105-3052.

Secretaria de Administração; Departamento de Políticas de Suprimentos, 30 de março de 2023.

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 3º e 6º andares, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. São Paulo, 27 de março de 2023. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITENS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 528/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NUCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO - HOSPITALAR PARA TERAPIA INFUSIONAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que os ITENS 17, 18, 19 e 20 foram CANCELADOS, em atendimento a decisão hierárquica do Instituto Doutor José Frota – IJF, constante na resposta ao pedido de esclarecimentos disponivel no sitio COMPRASFOR: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/detalhe-licitacao.asp?id=1504&fonte=Novo . Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

MOBILIDADE E TRÂNSITO

COMUNICADO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico **n° 007/SMT/2023** - Processo Administrativo **n° 6020.2022/0032506-4**
Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Fiscalização Automática de trânsito e fornecimento de dados de tráfego, com Equipamento/Sistema Fixos e Barreiras Eletrônicas contemplando o serviço de sinalização viária horizontal e vertical, no Município de São Paulo, conforme especificações constantes do Anexo A - Termo de Referência deste Edital.** - Tipo: Menor preço global por lote.
Destinação: Participação para todas as empresas, isoladamente ou em consórcio.
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h00, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras - **UASG: 925018.**
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para download dos interessados nos endereços eletrônicos: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, https://cloudprodamazhotmail-my.sharepoint.com/:f:/g/personal/egdias_prefeitura_sp_gov_br/EsRaLO_llUdPqnqMaI9U4l8B3oQI1xL5GBhinowH-wQN-w?e=5UJzfE ou www.gov.br/compras.
Os documentos referentes à proposta comercial e anexos das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até as **09h00 do dia 13 de abril de 2023**, no site www.gov.br/compras.

BR PETROBRAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
UNIDADE DE NEGÓCIO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA BACIA DE CAMPOS – UN-BC

AVISO DE OBTENÇÃO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que recebeu, em 21.03.2023, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Instalação - LI nº 1215/2018 autorizando a instalação do FPSO Cidade de Campos de Goytacazes no âmbito do Desenvolvimento da Produção da jazida de Tartaruga Verde e jazida compartilhada de Tartaruga Mestiça, no campo de Tartaruga Verde, na bacia de Campos.

WLLISSES MENEZES AFONSO
Gerente Geral da UN- BC

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICADO

PROCESSO: 001/0708/000.237/2023. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.** 028/2023 . **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. Considerando o equívoco na fase de agendamento do Pregão Eletrônico nº 028/2023, Oferta de Compra: 895000801002023OC00032, publicada no DOE de 30/03/2023, seção Empresarial, pág. 19 e o Estado de S. Paulo, B30. Faz-se necessária à retificação, referente a data de Abertura da Sessão. **ONDE SE LÊ: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/2023 às 09h30min. LEIA-SE: DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/04/2023 às 09h30min.**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO TCE 68/22 - REABERTURA
DIRETORIA DE MATERIAIS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES - DM-2

Encontra-se reaberto o PREGÃO ELETRÔNICO TCE nº 68/22 - Objeto do SEI Processo n° 4680/2022-54, visando à contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), para a prestação de serviços de telefonia móvel, incluindo tráfego de voz, chamadas de longa distância, dados e acesso à Internet através da tecnologia 4G, mediante o fornecimento de linhas de voz e dados, aparelhos celulares (em comodato), linhas de dados e modems USB (em comodato), e planos de acesso à internet móvel 4G e seus respectivos cartões SIM. A sessão pública será realizada por meio eletrônico no site da Bolsa Eletrônica de Compras: www.bec.sp.gov.br (Pregão Eletrônico) com início previsto para 19/04/2023, às 10h. O edital na íntegra será disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.bec.sp.gov.br e www.tce.sp.gov.br.

MOVI
B3 LISTED NM

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/ME nº 21.314.559/0001-66 - NIRE 3530047210-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 27 de abril de 2023, às 16 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

(1) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes;

(2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Assembleia Geral Extraordinária:

(1) Fixar o limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023.

(2) Reformar o Estatuto Social da Companhia para: **(2.i)** Alterar o artigo 1º, a fim de aprimorar redação e uniformização; **(2.ii)** Alterar o artigo 2º, a fim de especificação da sede e foro que permanecem na cidade de São Paulo – SP, mas terão informações transferir para o Conselho de Administração a competência para transferir o endereço da sede se transferir para o Conselho de Administração a alteração do endereço da sede social da Companhia; **(2.iii)** Alterar o artigo 5º para ajustar o valor do capital social homologado em assembleia geral realizada em 26/07/2021 e aprimoramento da redação; **(2.iv)** Alterar o artigo 6º para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.v)** Alterar o artigo 7º para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.vi)** Alterar o artigo 10, a fim de constar que as assembleias de acionistas serão convocadas no prazo legal, e o seu parágrafo único, visando à simplificação do processo de indicação do presidente da mesa da assembleia geral e sua competência para indicar o secretário da mesa; **(2.vii)** Alterar o artigo 11 a fim de excluir o parágrafo 1º, em linha com o disposto no art. 6º, § 3º, da Resolução CVM nº 81 e aprimoramento da redação e uniformização; **(2.viii)** Alterar o artigo 12 a fim de (a) excluir as alíneas que tratam de matérias de competência assemblear previstas em lei e propõe-se a retirada para fins de simplificação do Estatuto Social; (b) inclusão do parágrafo único para prever expressa da possibilidade de suspensão de direitos de acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária; e (c) aprimoramento de redação das demais cláusulas; **(2.ix)** Alterar o artigo 13, a fim de constar previsão de que os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente poderão ser cumulados em caso de vacância de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado; **(2.x)** Excluir o artigo 14**,** pois a submissão dos membros da administração à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários já são previstas nas próprias políticas; **(2.xi)** Alterar o artigo 16, a fim de aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xii)** Alterar o artigo 18, para esclarecimento do critério de contagem do prazo, em linha com o texto legal e prática societária, e aprimoramento do seu parágrafo 2º; **(2.xiii)** Alterar o artigo 20 para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xiv)** Alterar o artigo 21, a fim de (a) excluir o cargo de Diretor Vice-Presidente, que não é atualmente utilizado na Companhia; (b) esclarecer a competência do Conselho de Administração no tocante à criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (c) aprimoramento da redação e uniformização; (d) correção de redação redundante; (e) excluir da competência do Conselho de Administração matérias já são de sua competência no âmbito da aprovação do orçamento anual da Companhia; (f) excluir da competência do Conselho de Administração para definir a lista tríplice de empresas avaliadoras para a elaboração do laudo de avaliação necessário à OPA para cancelamento de registro e à OPA para saída do Novo Mercado, pois essa exigência não consta mais da versão vigente do Regulamento do Novo Mercado; (g) prever que compete ao Conselho de Administração aprovar a Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse, de forma que as operações com partes relacionadas sejam tratadas no âmbito da referida Política; (g) Incluir na competência do Conselho de Administração a aprovação dos regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa; (h) Inclusão expressa na competência do Conselho de Administração a elaboração e divulgação de parecer sobre qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, conforme previsto no art. 21 do Regulamento do Novo Mercado; (i) dar mais clareza sobre o momento de aprovação da política de gestão de caixa da Companhia; (j) transferir para o Conselho de Administração a competência para alterar o endereço da sede social da Companhia; (i) alterar o parágrafo 1º do artigo 21, para constar a hipótese na qual a outorga de aval ou fiança não precisa ser aprovada pelo Conselho de Administração; (k) excluir o parágrafo 2º do artigo 21, em linha com os demais ajustes propostos na competência do Conselho de Administração; **(2.xv)** Alterar o artigo 22, a fim de excluir a obrigatoriedade dos membros da diretoria não sejam residentes no Brasil; **(2.xvi)** Alterar o artigo 26, a fim de (a) aprimoramento da redação e uniformização; (b) excluir da competência da Diretoria da Companhia de prestar garantias para as controladas da Companhia de forma a refletir as alterações realizadas na competência do Conselho de Administração para a mesma matéria; e (c) incluir a competência dos diretores sem designação específica; **(2.xvii)** Alterar o artigo 27, para melhorar a governança aplicável à representação da Companhia perante terceiro, bem como na outorga de procurações; **(2.xviii)** Incluir um novo artigo, prevendo a constituição do Comitê de Auditoria estatutário; **(2.xix)** Alterar o atual artigo 28, que trata do Conselho Fiscal, com o intuito de aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xx)** Excluir o atual artigo 30, que trata da obrigação de reunião pública com analistas, uma vez que referida obrigação foi retirada do Regulamento do Novo Mercado; **(2.xxi)** Alterar o artigo 31, a fim de explicitar que a participação nos lucros a ser atribuída aos administradores deve estar dentro do limite da remuneração global anual deliberada em assembleia geral, e aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xxii)** Excluir o artigo 36, com intuito de simplificar e evitar interpretações conflitantes sobre as regras de Oferta Pública de Ações por alienação de controle; **(2.xxiii)** Excluir o artigo 37, com intuito de simplificar o estatuto social; **(2.xxiv)** Alterar o atual artigo 38 para aprimoramento da redação e uniformização; **(2.xxv)** Inclusão de dispositivo refletindo o disposto no art. 46 do Regulamento do Novo Mercado com relação a reorganizações societárias envolvendo a Companhia.

(3) Consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Instruções Gerais:

Para tomar parte na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 25 de abril de 2023 ou pelo e-mail ri@movida.com.br.

De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração.

Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 12 e 13 da Resolução CVM 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na Internet da Companhia (http://ri.movida.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na Assembleia Geral ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Fernando Antonio Simões
Presidente do Conselho de Administração

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR E ELISA CALMON/
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Pedidos de recuperação judicial disparam e devem ter alta de 50% neste ano

As projeções para o número de pedidos de recuperação judicial previsto para este ano aumentaram. A piora no ambiente macroeconômico, com juros altos, inflação persistente e a inesperada seca na oferta de crédito, após o evento de Americanas e a quebra de bancos no exterior, puxou o crescimento nos pedidos. Nos dois primeiros meses de 2023, os novos pedidos de recuperação judicial subiram para mais de 200. Nesta semana, a cervejaria Petrópolis entrou com pedido de proteção contra credores e a varejista de moda Amaro com um pedido de recuperação extrajudicial – em que a negociação é fechada com uma maioria de credores e os demais são dragados. No mercado, não faltam nomes para engrossar essa lista.

Conta da pandemia chegou

As reestruturações de dívida feitas durante a pandemia, em 2020, tinham vencimento em 2023 e 2024, e já sinalizavam a perspectiva de mais renegociações este ano, afirma o sócio da prática de Reestruturação e Insolvência do Lefosse, Roberto Zarour. Mas não se previa que a Selic seguisse em nível elevado.

Escritórios se preparam para aumento

Nesse ambiente, o Lefosse resolveu reforçar a área, e espera que o número de pedidos supere o de 2022. "A manutenção da taxa de juros seguirá pressionando o fluxo de caixa das empresas, e, por conta disso, a tendência é um aumento nas renegociações de dívida, tanto em âmbito judicial quanto extrajudicial", diz.

● **CRESCIMENTO.** Para o sócio da Pantálica Partners, Salvatore Milanese, o número de pedidos de recuperação judicial deve subir 50% em relação ao ano passado, uma parte em função do impacto do forte crescimento da inadimplência entre as pessoas físicas nas receitas das companhias.

● **REPETECO.** Embora haja a possibilidade de o número de pedidos alcançar o recorde da Lava Jato, quando somaram mais de 1,8 mil em 2016, Zarour, do Lefosse, considera que esse não é um cenário já dado e é preciso observar os desdobramentos das conversas das empresas com credores.

● **FUSÕES & AQUISIÇÕES.** Milanese chama a atenção ainda para a perspectiva de um aumento de 30% a 40% nas operações de fusões e aquisições em decorrência desse cenário de dificuldade das empresas. "Na pandemia, drogaram o sistema empresarial", comentou, citando haver, entre os que se tornaram seus clientes, alguns que tomaram recursos sem efetivamente precisar deles.

SOB PRESSÃO

VALERIA GONÇALVEZ/ESTADÃO-8/5/2007

Linha de produção do Grupo Petrópolis, que pediu recuperação judicial; lista de empresas a recorrer ao instrumento deve crescer

● **DEMANDA.** Ele afirma que seu escritório de assessoria financeira tem recebido por volta de 15 consultas ao mês para ajudar empresas em dificuldade, contra cinco ou seis em 2022.

● **NÚMEROS.** Só em fevereiro, os pedidos de recuperação judicial cresceram 86% na comparação com o mesmo mês de 2022, para 103, segundo a Serasa Experian. Em janeiro foram 92, aumento de 37%. Em 2022, foram registrados 833 pedidos.

● **FÔLEGO.** Os investimentos dos fundos de venture capital, aqueles que compram participações em startups e empresas de tecnologia, ensaiam melhora, após forte desaceleração, sobretudo nas companhias com mais estrada. Em fevereiro, foram 107 negócios nos Brasil, mais de três vezes o registrado em janeiro (31), e também acima do mesmo mês de 2022 (79). Os dados são de um boletim inédito da Mindset Ventures, que pretende divulgar estatísticas todo mês.

● **BILIONÁRIAS.** O relatório aponta que existem atualmente no mundo 1.207 unicórnios, como são chamadas as empresas avaliadas em ao menos US$ 1 bilhão. Juntas, elas valem US$ 3,8 trilhões. Embora o número possa surpreender, o boletim mostra que os ajustes nos valores das startups prosseguem.

● **AJUSTE.** Empresas com um pouco mais de estrada, que eram na média avaliadas em US$ 750 milhões em outubro de 2022, viram seu valor cair para US$ 250 milhões em fevereiro. Em 2021, chegavam a valer mais de US$ 1 bilhão.

● **INICIAIS.** Para as novatas, as chamadas 'seed', os investimentos dos fundos nunca pararam, diz o presidente da Bossanova Investimentos, João Kleper Braga. "Não paramos de investir nem na pandemia."

● **PÉ NA GRINGA.** Os Estados Unidos são o primeiro destino da expansão internacional Full Cycle. A edtech brasileira, especializada em ensino para desenvolvedores com mais de dois anos de experiência, vai lançar o seu primeiro curso no país, ainda neste semestre. A empresa projeta faturar R$ 25 milhões em 2023, 56% a mais do que no ano passado.

SOBE

Queda nos juros futuros favorece construção na B3

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO-19/12/2018

A queda nos juros futuros, reflexo da divulgação do arcabouço fiscal do governo, favoreceu as construtoras e aquelas ligadas ao setor ontem na bolsa. A Dexco (dona de marcas como Deca e Duratex) teve alta de 8,57%, e ficou entre as máximas do Ibovespa. Entre as incorporadoras, Cyrela liderou com ganho de 4,57%, seguida por Tenda (+4,03%) e MRV (+2,08%). O índice de referência do setor (IMOB) na bolsa avançou 2,68%.

DESCE

BB Seguridade tem queda na Bolsa

FERNANDO BIZERRA/AGÊNCIA SENADO-9/11/2019

Num dia de mais otimismo no mercado, após o anúncio do arcabouço fiscal, BB Seguridade fechou em baixa. Os papéis caíram 0,76%, devido a um movimento de troca de posições, disse Gustavo Bertotti, da Messem Investimentos. Segundo ele, num clima mais otimista, é natural que papéis bons pagadores de dividendos se desvalorizem em detrimento de outros setores ainda muito "descontados".

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 103.713,45 PTS. | Dia 1,89% | Mês -1,16% | Ano -5,49%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
REDE D OR ON NM	22,28	9,11	24.681
CVC BRASIL ON NM	3,29	8,94	27.679
DEXCO ON NM	6,07	8,39	13.083

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

MINERVA ON NM	11,12	-2,20	24.876
GRUPO NATURAON	13,67	-1,87	37.499
HYPERA ON EJ NM	39,66	-1,80	22.825

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

27/3 A 27/4	0,1724	0,9938	0,6733	0,5000
28/3 A 28/4	0,1733	0,9947	0,6742	0,5000
29/3 A 29/4	0,1743	0,9957	0,6742	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.859,03	0,43	0,62	-0,87
FRANKFURT - DAX	15.522,40	1,26	1,02	11,48
LONDRES - FTSE	7.620,43	0,74	-3,25	2,26
TÓQUIO - NIKKEI	27.782,93	-0,36	1,23	6,47

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,91	2.876,30
	15/5/2035	6,14	1.987,16
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,99	4.118,48
PREFIXADO	1º/1/2026	11,98	732,26
	1º/1/2029	12,65	505,32
SELIC	1º/3/2026	0,09	12.995,96

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,77	-	1,23	5,47
IGP-M (FGV)	-0,06	0,05	0,20	0,17
IGP-DI (FGV)	0,04	-	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,43	-	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,84	-	1,37	5,60
CUB (Sinduscon)	0,00	-	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	-	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Abril)

IGP-M (FGV)	1,0017	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	21,96	331.345	21,30	22,00	3,34
CAFÉ NY*	JUL/23	169,00	50.689	167,35	171,45	0,03
SOJA CBOT**	MAI/23	14,75	277.684	14,710	14,835	-0,19
MILHO CBOT**	JUL/23	6,273	373.548	6,263	6,325	-0,52

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

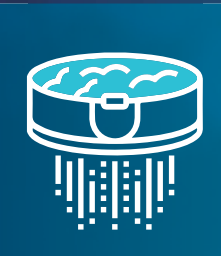
AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	147,31	0,51	-19,68
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	295,10	-0,22	-15,04
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	82,90	-0,32	-10,57
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.068,86	-0,01	-12,74

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0977	-0,73	-2,44	-3,45
DÓLAR TURISMO	5,3020	-0,80	-2,23	-3,28
EURO	5,5620	-0,09	0,54	-1,33
OURO	320,000	0,00	5,26	5,96
WTI US$/BARRIL	74,4200	2,17	-3,17	-7,54
IBRENTUS$/BARRIL	78,5200	1,09	-5,47	-8,64

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0903	1,2390	0,1964
EURO	0,917	1,0000	1,1363	0,1802
FRANCO SUÍÇO	0,914	0,9966	1,1325	0,1796
LIBRA ESTERLINA	0,807	0,8801	1,0000	0,1586
IENE	132,656	144,6390	164,3520	26,058

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 5/2023

PROTOCOLO: 19.894.196-4
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços médico-hospitalares de apoio para o Hospital da Polícia Militar do Paraná na área de PLANTÕES MÉDICOS
INTERESSADO: HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
Abertura: 03/05/2023 às 10h00min
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO (CRE nº 5/2023) SESP, **31/03/2023**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 396/2023 SRP
PROTOCOLO Nº 20.140.395-2

OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de AUTO BOMBA TANQUE BRIGADA COMUNITÁRIA.
INTERESSADO: Corpo de Bombeiros Militar
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 27 de março de 2023.
ABERTURA: 18 de abril de 2023 às 09:00 hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

Prefeitura de São José dos Campos

Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças

Edital de licitação: Pregão Presencial 001/SGAF/2023 Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recepção ao público interno e externo, orientação, atendimento presencial, via setor de protocolo do paço municipal da prefeitura de São José dos Campos – SP. Abertura: 19/04/2023 às 09h00. Visita técnica obrigatória: As visitas deverão ser previamente agendadas até o dia 17/04/2023. **Informações:** Rua José de Alencar, 123 - 1º andar - sala 03, das 08h15 às 17h00. **José Cláudio Marcondes Paiva** - Diretor do Departamento de Recursos Materiais. Os editais completos podem ser retirados através do site: www.sjc.sp.gov.br.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Medicina
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N°: 001/2023 – FM
PROCESSO Nº: 2022.1.1398.5.2

Encontra-se aberta na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA Nº. 001/2023 – FM, do Tipo Técnica e Preço, para contratação de serviços de Projeto Executivo Completo para construção do Instituto Dr. Ovídio Pires de Campos, situado dentro do Complexo Hospitalar do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP – HCFMUSP. Data da entrega dos envelopes: até 18/05/2023, às 10h00, com abertura prevista para o mesmo dia, às 10h05 minutos.. O valor global estimado (VGE) desta licitação é de R$ 3.610.075,00 (três milhões, seiscentos e dez mil e setenta e cinco reais), conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, que poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico: www.usp.br/licitacoes. O resumo do Edital será publicado em jornal de grande circulação e estará à disposição junto ao Setor de Licitações, Contratos e Convênios, sito à Avenida Dr. Arnaldo, 455 – Prédio da Administração, bairro Cerqueira César, São Paulo/SP. Telefones: (11) 3061-7641 / 7628 – e-mail: comprasfm@usp.br
A versão completa contendo as especificações, desenhos e demais documentos técnicos relacionados a contratação, poderá ser obtida no endereço: https://drive.google.com/drive/folders/1SyFfHHxNLv-lPPAxIJFNI0mRnjZi94Qc?usp=share_link

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2023 SRP
PROTOCOLO Nº 19.673.891-6
OBJETO: Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NÃO CONTÍNUOS, EVENTUAIS E FUTUROS, DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS JOGOS OFICIAIS DO PARANÁ/2023**.
AUTORIZADO: pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 10 de março de 2023.
MOTIVO: Alteração do Anexo I do Termo de Referência do Edital.
ABERTURA: 18 de abril de 2023 às 09:00h.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL:www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 024/2023

Objeto: **Empreitada por preço unitário, para a execução do projeto de climatização da UTI Geral, da Central de Materiais Esterilizados e do Centro Cirúrgico do HUOP, da UNIOESTE (Lotes 01, 02 e 03)** - Valor Máximo: R$ 2.475.377,45 - Abertura: **Dia 05 de maio de 2023, às 09:30 horas, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Reitoria), à Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85.819-110 - Cascavel - Paraná** - Informações Complementares: Edital disponível junto à CPL, **no mesmo local acima**, ou **pelo Fone**: (45) 3220-5628, ou no link https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/ ou ainda no link http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes Na data de abertura deste certame ocorrerá a transmissão on-line do mesmo, no canal do Youtube pelo link https://www.youtube.com/channel/UCp3GgWFyOEKrlh-VG6ip_TQ Cascavel, 30 de março de 2023 - Ivair Deonei Ebbing (Presidente da CPL da Reitoria)

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 023/2023

Objeto: **Empreitada por preço unitário, para a ampliação do Estacionamento da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Campus de Toledo)** - Valor Máximo: R$ 445.296,54 - Abertura: **Dia 04 de maio de 2023, às 09:30 horas, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Reitoria), à Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85.819-110 - Cascavel** - Paraná - Informações Complementares: Edital disponível junto à CPL, no mesmo local acima, ou **pelo Fone: (45) 3220-5628**, ou no link https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/ ou ainda no link http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes Na data de abertura deste certame ocorrerá a transmissão on-line do mesmo, no canal do Youtube pelo link https://www.youtube.com/channel/UCp3GgWFyOEKrlh-VG6ip_TQ Cascavel, 30 de março de 2023 - Ivair Deonei Ebbing (Presidente da CPL da Reitoria)

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Cancelamento da 1ª (Primeira) Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 156ª Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

A Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Emissora") vem informar o cancelamento da convocação da Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., que seria realizada no dia 11 de abril de 2023, às 11:00 horas ("Assembleia"), exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom*, administrada pela Emissora, cujo Edital de Convocação foi publicado nos dias 22, 23 e 24 de março no jornal "O Estado de São Paulo", na CVM e no site da Emissora ("Edital de Convocação"), com a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorização para que a periodicidade das Cessões Adicionais seja estendida, com alteração da Cláusula 2.1, "(ii)", do Instrumento Particular de Cessão e Endosso, Promessa de Cessão e Endosso de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças, celebrado em 04 de agosto de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão**"), a fim de prever que os aditamentos ao Contrato de Cessão passem a ser realizados a cada 30 (trinta) dias, a partir da eventual aprovação em Assembleia; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a eventual alteração dos documentos da oferta. Por fim, a Emissora informa que a Assembleia foi convocada por solicitação da Ectare Pay Serviços de Gestão de Pagamentos S.A. ("Cedente"), e que a convocação está sendo cancelada em razão de manifestação de desinteresse da Cedente em seguir com a realização da Assembleia. São Paulo, 31 de março de 2023.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Cristian de Almeida Fumagalli - Diretor de Relações com Investidores, Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização

NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A.

EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL
CNPJ nº 85.031.334/0001-85
AVISO

Nobre Seguradora do Brasil S.A. - Em Liquidação Extrajudicial, inscrita no CNPJ sob o nº 85.031.334/0001-85, por intermédio de sua Liquidante Extrajudicial, informa aos interessados que o Quadro Geral de Credores (QGC), atualizado para a data-base de 31 de dezembro de 2022, se encontra disponível no site www.nobre.com.br, para conhecimento geral, podendo qualquer interessado, no prazo de dez dias, impugnar a legitimidade, o valor e a classificação dos créditos inseridos, alterados ou excluídos em relação ao QGC disponibilizado em 30 de novembro de 2022. Por fim, informa-se que o Quadro Geral de Credores também consta no Processo SEI nº 15414.605404/2020-51. MARISTELA IPARRAGUIRRE DE OLIVEIRA BRAVO - Liquidante.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS – SEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO
DATA: 29/03/2023
PROJETO GOVERNO CIDADÃO – 8276-BR

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças – SEPLAN torna público às empresas interessadas que realizará licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do **tipo MENOR PREÇO POR LOTE**: **PE-Nº 202/2023, ID 180 GO-1**, Processo SEI nº 00210060.000269/2023-29, destinado a **Fornecimento e instalação de Usinas Fotovoltaicas no Centro Administrativo do Governo do Estado do Rio Grande do Norte**, no dia **19 de abril de 2023, às 10:00 horas**, (horários de Brasília-DF), através do site www.licitacoes-e.com.br sob **ID nº 992781**. O Edital encontra-se no referido site e no www.governocidadao.rn.gov.br. Esclarecimentos e documentos complementares necessários estarão disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br e na Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação do Governo Cidadão, localizada na Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, Centro Administrativo do Estado, BR 101, km 0, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.064-901, ou ainda através do e-mails: pegovernocidadao@gmail.com.

Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Pregoeiro
Comissão Especial Mista de Aquisição e Licitação
Projeto Governo Cidadão

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 140/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SME
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SMARTPHONES COM INTUITO DE PREMIAÇÃO PARA OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão deentregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 31de março de 2023 a 20 de abril de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 20 de abril de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 20 de abril de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
ROMERO RAMONY HOLANDA LIMA MARINHO
Pregoeiro(a) da CLFOR

INFORMATIVO Nº 01

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL **Nº. 002/2023.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS – SCSP.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIA DA MALHA VIÁRIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA - CE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
DO TIPO: Menor Preço (traduzido no MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre as tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, da Secretaria da Infraestrutura do Ceará - SEINFRA, do Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO e da Agência Nacional do Petróleo – ANP).
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que, de acordo com Ofício Nº 51/2023/SECEX/SCSP, encaminhado pelo Secretário Executivo Municipal da Conservação e Serviços Públicos – SCSP, o Sr. Laudélio Antônio de Oliveira Bastos, onde foi identificado atecnias no Edital, de modo que se fez necessário a publicação do presente INFORMATIVO, nos mesmos meios de publicidade do Aviso de Convocação, conforme documentos retificados disponibilizados na íntegra no sítio ComprasFor, dispondo que:
1) No item 26.19 do Edital:
ONDE SE LÊ:
"26.19. O prazo para a execução do objeto é o definido neste Edital, contado da assinatura do Contrato, e as etapas obedecerão rigorosamente o cronograma físico definido pelo órgão ou entidade licitadora, que é parte integrante deste Edital."
LEIA-SE:
"26.19. O prazo para a execução do objeto do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da expedição da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Nº 8.666/1993."
2)No item 17.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, subitem 17.4.2. Capacitação técnico-operacional,alínea "e" do Edital:
ONDE SE LÊ:
"17.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
(...)
17.4.2. (...)
"e) Execução de pavimento com pré-misturado à quente com asfalto polímero com tonelada mínima de 3.100;"
LEIA-SE:
"17.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
(...)
17.4.2. (...)
"e) Execução de pavimento com pré-misturado a quente com asfalto polímero com tonelada mínima de 2.400t;"
3)No item 18., subitem 18.3. Capacitação técnico-operacional,alínea "e" do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA do Edital:
ONDE SE LÊ:
"18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
(...)
18.3. (...)
"e) Execução de pavimento com pré-misturado à quente com asfalto polímero com tonelada mínima de 3.100;"
LEIA-SE:
"18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
(...)
18.3. (...)
e) Execução de pavimento com pré-misturado a quente com asfalto polímero com tonelada mínima de 2.400t;".
Ressalta-se que os demais itens do Edital permanecem inalterados. Maiores informações através do e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone **(85) 3452-3477.**

Fortaleza – CE, 30 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Pregoeiro(a) da CLFOR

Pedro Doria *E-mail: coluna@pedrodoria.com.br; Twitter: @pedrodoria*

Devemos parar a IA?

Nas duas últimas semanas, dois manifestos distintos foram publicados cobrando limites para a inteligência artificial (IA). O primeiro foi assinado pelo historiador israelense Yuval Noah Harari e os ativistas digitais Tristan Harris e Aza Raskin. O segundo, por tecnólogos como Elon Musk e o cofundador da Apple, Steve Wozniak. Há algo quase extraordinário quando intelectuais e pessoas dedicadas ao avanço tecnológico pedem uma moratória. Cobram que o mundo pare e pense.

A história do avanço da humanidade é de uma constante busca pelo novo, pela criação do que antes parecia impossível. Toda filosofia que sustenta nossas democracias modernas é voltada para que o conhecimento possa avançar com liberdade.

Aqueles que passamos a considerar nossos direitos mais sagrados são, todos, voltados à procura de criar algo original. São as liberdades de expressão e pensamento, de que podemos nos reunir com quem quisermos mesmo que em espaço público. É por isso que surpreende quando tecnólogos e pensadores liberais pedem uma pausa no avanço.

Mas Harari e Harris têm razão num ponto fundamental. A primeira geração de IA, embutida em nossas redes, criou um ambiente gerador de conflitos políticos. O contato em massa com essa tecnologia cindiu em dois o processo eleitoral, ao tornar o debate de ideias inviável.

> ***Será que não é hora de dar uma pausa e pensar em quais são as regras que queremos adotar?***

A IA que apenas começa a se popularizar, que gera conteúdo, é a de terceira geração. E, como ela tende a melhorar, vai avançar em sua capacidade de criação. O que eles pedem, portanto, é simples: será que não é hora de dar uma pausa e pensar em quais são as regras que desejamos adotar?

Ainda assim, o pedido de socorro de quem está acompanhando essa revolução de perto não é trivial. EUA e China estão engatados numa nova Guerra Fria. E a principal luta é por domínio tecnológico justamente em IA.

Como, nessas circunstâncias, o governo americano poderia pedir às empresas do país que parem de criar novos produtos? A China faria o mesmo? Se ambos se comprometessem a fazê-lo, como um pode ter certeza de que o outro está mesmo fazendo?

É inútil cobrar que o Congresso Nacional, aqui no Brasil, se debruce a sério sobre o problema. O jogo, em Brasília, é outro – o das chantagens de Arthur Lira. No Executivo seria possível? Talvez. Mas a disputa ideológica lá ainda não deixou o século 20.

O Brasil não vai assumir as rédeas de seu futuro nesse processo, seguirá a reboque do que os outros decidirem. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Como as novas IAs venceram o 'Jogo da Imitação' de Alan Turing

CULTURA& COMPORTAMENTO C2

SEXTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

Música **Lançamento**

Os caminhos de Adriana Calcanhotto ao entender o amor

No 13.º disco da sua carreira, que chega nesta sexta às plataformas digitais, cantora se vale de Gilberto Gil, Camões e até da herança sefaradi

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO

Cantora gaúcha se define na faixa 'Prova dos Nove': 'Corpo italiano, alma lusitana, mátria africana'

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Quando entrou em estúdio no final de 2021, Adriana Calcanhotto tinha à disposição 18 canções inéditas, algo extraordinário em sua carreira. Todas assinadas apenas por ela, eram músicas que vinham sendo compostas desde 2016.

Por essa espécie de mágica que só a deusa música sabe fazer – durante esse período, a cantora teve outros projetos, como o álbum *Só*, lançado em 2020, com crônicas sobre a pandemia –, 11 dessas canções se encontraram, e se encaixaram, no álbum *Errante*. É o 13.º da carreira de Adriana, que chega às plataformas digitais nesta sexta-feira, dia 31.

Na faixa que abre *Errante*, *Prova dos Nove*, Adriana apresenta sua identidade: "Tenho o corpo italiano/ O nascimento no Brasil/ A alma lusitana/ A mátria africana". "Esse disco fala de escolhas e não escolhas. E confirma que a escolha que eu fiz de errar pelo mundo é minha, porém já tinha isso como herança sendo sefaradi", filosofa Adriana, sobre a recente descoberta de que tem ascendência judaica.

Ainda em *Prova dos Nove*, a cantora diz ter "a alegria como prova dos nove". É uma reafirmação do modernismo, do sol da bossa nova e das ideias tropicalistas, pensamentos dos quais sempre foi fiel seguidora. Tudo aparece, natural e automaticamente, no disco.

SOBRE O AMOR. O que somos e o que escolhemos também está presente em *Quem Te Disse?*, música em que Adriana questiona crenças limitantes sobre o amor, como diferença de idade, raça ou sexo biológico. "Não me quer por ser mulher", diz um trecho da canção. A partir daqui a identidade olha não só para o individual, mas também para o coletivo.

A faixa *Levou para o Samba a Minha Fantasia* traz ecos de *Camisa Amarela*, clássico de Ary Barroso. Em ambas as canções os personagens vão para a folia. A personagem criada por Barroso opta por ser feliz com o folião entre um carnaval e outro. A de Adriana prefere a consciência de se sentir infeliz.

Ela se vinga em *Era Isso o Amor?*, rock em que ela questiona as volúpias, a volatilidade e o egocentrismo do amor. Para isso, pega emprestada a ideia de Camões sobre o arder. "Há uma separação muito nítida entre o Camões épico e o lírico. O lírico tem essa certeza de que o amor está preocupado consigo. É a ideia de que o desejo não pode ser satisfeito, porque ele se desmancha", explica.

> ***"Esse disco fala de escolhas e não escolhas. E confirma que a escolha que eu fiz de errar pelo mundo é minha"***

> ***"('Prova dos Nove') É uma reafirmação do modernismo, do sol da bossa nova e das ideias tropicalistas"***
> **Adriana Calcanhotto**
> Cantora e compositora

INDIVIDUALIDADE. Na canção que encerra o disco, *Nômade*, Adriana retoma o tema da individualidade. Nela, as citações são a pintora Lygia Clark, quando diz "a casa é o corpo" – lema dos nômades, também –, e o compositor Gilberto Gil, que lhe ofereceu uma reflexão enquanto faziam uma turnê pela Europa, em 2021: "Não tem o que não dê trabalho".

A sentença foi dita por Gil em meio àqueles perrengues normais de uma turnê. "Gil vive lá nas alturas, mas, ao mesmo tempo, conversa com todos. Levei essa frase para além de sua simplicidade, como um verso, um lema de vida", diz Adriana. A levada vigorosa da canção nasceu da vibração do ônibus em que estavam. Adriana, sentada no chão do veículo, a compôs em seu violão. Gil conheceu parte da canção. Agora, ouvirá o seu resultado final.

Ao seu lado no álbum, Adriana tem, na banda-base, Alberto Continentino (baixo e piano), Davi Moraes (guitarra e violão) e Domenico Lancellotti (bateria e percussão), além dela mesma ao violão. Marlon Sette e Alberto Continentino tocam diferentes instrumentos de sopro. Juntos, garantem a polirritmia impressa na maioria das canções, bem ao gosto da compositora.

Essa será a formação que Adriana levará para a turnê – Alberto e Davi não vão, por conta de compromissos, respectivamente com Caetano Veloso e Marisa Monte – que começa no dia 24 de maio em Coimbra, Portugal. ●

LEIA SOBRE A HOMENAGEM QUE ADRIANA CALCANHOTTO FARÁ A GAL COSTA NA PÁG. C2

Direto da Fonte
Gilberto Amendola

gilberto.amendola@estadao.com

MARCELA PAES | MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Conjunto Nacional ganha um novo restaurante

O restaurante A Casa de Antonia acaba de abrir as portas em um dos pontos mais marcantes de São Paulo: o Conjunto Nacional. "Sou de Curitiba. Tenho a gastronomia como vocação e a arquitetura como inspiração. Quando resolvi abrir o restaurante em São Paulo, procurei um ponto que fosse um ícone da cidade. Por isso, o Conjunto Nacional é perfeito – além de ser um prédio histórico e ter um projeto incrível, tem a localização ideal", disse a chef Andrea Vieira. A decoração do espaço reflete as andanças da chef pelo mundo. Publicitária de formação, já morou em NY, Paris, Curitiba, Rio e, atualmente, SP. Já o cardápio "conversa" com o ambiente urbano e acolhedor da casa. "Pensamos em comidas descomplicadas, mas não por isso, pouco sofisticadas. As nossas receitas são autorais e cheias de sabor", conta a chef – que indica o seu pot pie de carne cozida lentamente em um mix de cervejas.

RICARDO D'ANGELO

A chef Andrea Vieira procurou por um ponto icônico de São Paulo

Bloco de Notas

● **DOAÇÕES.** Na abertura da SP-Arte, na última quarta, a Pinacoteca de São Paulo conseguiu 6 doações de obras importantes para o seu acervo de arte brasileira. Foram adquiridas com a colaboração de apoiadores do museu, obras de Lucia Koch, Kaya Agari, João Alves, Fefa Lins, Kika Carvalho e Clara Moreira.

● **LÍNGUA E CANÇÃO.** O músico e historiador Cacá Machado é o curador da programação cultural do Dia da Língua do Museu da Língua Portuguesa. O evento, que ocupará vários espaços da instituição nos dias 5 e 6 de maio, terá como fio condutor o tema *Língua e Canção*.

Teatro

Espetáculo sobre 'as sombras da maternidade' estreia hoje no teatro Sérgio Cardoso

O espetáculo *Até Quando Você Cabe em Mim?* estreia hoje no teatro Sérgio Cardoso. A produção fala sobre as sombras da maternidade e de como a sociedade não está preparada para amparar as mães com filhos. Dirigida por Juliana Sanches, do Grupo XIX de teatro, a peça segue depois para temporada em maio na Galeria Olido. A idealizadora da peça é a Katia Calsavara. Ela é uma das fundadoras da Abominável Companhia de teatro (2016). Como bailarina clássica, formou-se pelos métodos da Royal Academy of Dancing (Londres) em 1993 e Centro Pró Danza de Cuba em 1996.

FE HERNANDEZ

FOTOS DENISE ANDRADE

1. José Olympio Pereira e Andrea Pereira, no jantar da galerista Vilma Eid, da Galeria Estação, para celebrar a inauguração do SPARTE, na última quarta.
2. Marina Schroeder e Melissa Flecha de Lima.
3. Ivo Mesquita e Vilma Eid.

Balcão do Giba

● **VIAGEM COM SANTANA.** Um bar fechado para apenas sete pessoas, com cardápio especial e harmonizado com comidinhas. Essa é a proposta do *Viagem com Santana*, do bartender Gabriel Santana (*foto*). São seis coquetéis (mais um 'welcome drink') pareados com os pratos criados por Fábio Moon. Entre as experiências, destaque para o My Garden – um drinque com rum Zacapa 23, blend de vermutes com cumaru, cordial de açaí e bitter de cumaru. As primeiras 'viagem' acontece no dia 18. Ela sai por R$ 690. Reservas pelo *contato@santanabar.com.br*.

CLAYTON DANTAS

Música ***Lançamento***

Antes da nova turnê, Adriana Calcanhotto faz tributo a Gal Costa

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Entre o fim de abril e o meio de maio, Adriana Calcanhotto fará sete apresentações do show-tributo *Gal: Coisas Sagradas Permanecem* em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Porto Alegre. A direção será compartilhada entre Adriana e Marcus Preto, produtor que trabalhou com Gal nos últimos 9 anos de sua vida.

Adriana conta que Preto, ao convidá-la para o projeto, justificou que, assim como Gal, ela já gravou de poetas a canções muito populares. "Respondi: e você acha que eu aprendi com quem? Isso não é uma coincidência. O convite é legítimo", diz Adriana, ao reforçar como Gal teve importância em sua carreira.

Por isso, definir um repertório de cerca de 20 músicas tem sido uma tarefa "hercúlea", como define Adriana. A cantora foi reouvir a discografia de Gal e assistir a suas entrevistas. O sentimento é de perplexidade diante do legado da cantora. "Não tem Gal mais", diz Adriana, convicta.

Uma das escolhidas é *Volta*, samba-canção de Lupicínio Rodrigues que Gal literalmente recriou ao incluí-lo no álbum *Índia*, de 1973, em uma versão de voz e piano.

A outra é *Esquadros*, composição de Adriana que Gal registrou no álbum *Aquele Frevo Axé*, em 1998, quando a canção já não era mais inédita. "Ela me dizia que gostava de *Esquadros*, mas nunca imaginei que ela gravaria", diz.

Livre do Amor, essa sim, uma inédita de Adriana que Gal lançou no disco *A Pele do Futuro*, de 2018, ainda é incerta. Adriana nunca a cantou até hoje. Confessa certo receio. "Ela entra no roteiro hoje, amanhã sai, depois de amanhã volta", conta.

Gal e Adriana não chegaram a ser íntimas. Os encontros que tiveram são descritos por Adriana como afetuosos. Um deles ficou especialmente marcado para Adriana. Ela, recém-chegada de uma longa turnê, iria passar o réveillon sozinha no Rio de Janeiro. Gal mandou um amigo buscá-la para que ela participasse da festa que daria em sua casa.

Adriana guarda até hoje uma doce lembrança desse dia. A certa altura da noite, debruçadas na varanda, olhando para o mar de São Conrado, Gal lhe disse: "Daqui sete anos é o ano 2000". ●

TV *Jornalismo*

‘Globo Repórter’ comemora 50 anos com programas especiais

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Quando completar 50 anos no ar, agora em abril, o *Globo Repórter*, programa inspirado no *60 Minutes*, da CBS, terá levado ao ar 2.200 edições. Um marco e tanto para uma atração que, ao lado do *Jornal Nacional* e do *Fantástico* – outro a se tornar cinquentão ainda em 2023 –, se tornou um dos destaques da TV Globo. A data será comemorada com uma série de cinco programas especiais.

Ao longo dessas cinco décadas, o *Globo Repórter* teve diferentes formatos como, por exemplo, apresentar três ou quatro reportagens mais curtas dentro do mesmo programa. Ou, então, ir ao ar apenas quando um tema relevante que demandasse um olhar mais aprofundado. Por fim, ainda nos anos 1980, a Globo estabeleceu o formato atual, com uma grande reportagem dividida em blocos. Para isso, os repórteres precisaram se adaptar.

“Tivemos de aprender a dominar uma linguagem que não era comum para nós jornalistas. Começamos a estudar com os roteiristas da Globo da área de dramaturgia. Estávamos acostumados a fazer matérias curtas e passamos a produzir documentários jornalísticos com 40 minutos de duração”, conta o jornalista Ernesto Paglia, um dos protagonistas dessa transição.

FACÇÕES. Paglia, que entrou na TV Globo em 1979 – a emissora rompeu o vínculo com o jornalista em dezembro de 2022 –, lembra que sua primeira incursão no programa foi com uma reportagem sobre o presídio da Ilha Grande, no Rio, que, àquela altura, começou a registrar o surgimento das facções criminosas.

Para Paglia, entre os programas marcantes que fez estão as visitas aos extremos do planeta, Antártida e Ártico. Em abril, ele retornará ao Ártico para filmar um documentário para o Globoplay.

Paglia foi um dos jornalistas convidados para conduzir uma das reportagens comemorativas do aniversário do *Globo Repórter*. Participaram ainda da série os repórteres Pedro Bassan, Lília Teles, Beatriz Castro e Jorge Pontual. A apresentação continua a cargo de Sandra Annenberg.

No programa que vai ao ar nesta sexta, 31, Paglia falará sobre o avanço da tecnologia ao longo das cinco décadas. Imagens de arquivo mostram o jornalista anunciando o surgimento do cartão de crédito. Em cenas atuais, ele constata que, atualmente, é o Pix que comanda as transações comerciais no Brasil.

O jornalista ainda ganha um avatar e se torna personagem de um game cujo objetivo é pegar o maior número possível de microfones com o logo da TV Globo. O jornalista ainda pede que o ChatGPT, nova ferramenta da inteligência artificial que simula a linguagem humana, escreva um texto sobre o *Globo Repórter*.

Experiência

Jornalista Ernesto Paglia lembra primeiro trabalho na atração, sobre presídio da Ilha Grande, no Rio

Paglia aponta que a influência da ferramenta no jornalismo – e em outras profissões – será inevitável. “Como diz um dos nossos entrevistados, não é a tecnologia que vai tomar seu emprego, mas sim o cara que sabe como lidar com ela. Por isso, aprenda a usá-la”, diz. ●

Cinema *Em cartaz*

‘Skinamarink’, um terror onírico que vai ficar na cabeça das pessoas

Filme do canadense Edward Ball recorre à ‘tecnologia analógica’ para contar o drama de dois meninos sozinhos em uma casa

DANIEL VILA NOVA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

SHUDDER

Dois garotos numa casa: natureza desconexa e vaga ‘se encaixou perfeitamente no imediatismo das redes’

Poucas coisas são tão assustadoras para uma criança quanto um pesadelo. Seja acordar sozinho em uma casa abandonada, se perder dos pais ou ouvir vozes monstruosas no escuro, esses cenários são capazes de fazer qualquer um tremer de medo.

Pelo menos, é nisso que aposta o diretor canadense Kyle Edward Ball em seu filme de estreia *Skinamarink: Canção de Ninar*, que acaba de ser lançado no Brasil. Descrito pelo próprio cineasta como um “terror experimental”, o longa relata a história de dois irmãos que acordam de madrugada e se encontram sozinhos na própria casa.

Ao explorarem o local, notam que todas as portas e janelas desapareceram. Além disso, o pai deles também está desaparecido e, conforme a casa é explorada, uma estranha voz surge na escuridão e chama o nome dos irmãos.

Skinamarink, no entanto, não é um filme de terror comum. Apostando no subgênero de terror “found footage”, em que a narrativa se constrói a partir de cenas que simulam parte de filmagens, o longa cria uma atmosfera desconfortável e onírica, típica de um pesadelo infantil, com ângulos de câmeras estranhos e ruídos imagéticos e sonoros típicos do cinema antigo.

Apesar de o filme se passar em 1995, Ball aposta na emulação da tecnologia analógica para evocar estranheza. “Existe um certo sentimento, que esses filmes provocam, que foi perdido ao longo das décadas. A granulação da imagem, a gradação de cores, o enquadramento, os zooms e o som são importantes para mim”, afirma o diretor. Por vezes confuso como um sonho, *Skinamarink* foi feito para desafiar o espectador. “É um filme que demanda ser discutido, mesmo que você o odeie”, avisa Ball. “Por vezes é vago, tudo tem de ser interpretado. Isso foi proposital, queria que fosse um filme que ficasse na cabeça das pessoas.”

VIRALIZOU. Com um orçamento de US$ 15 mil, o longa faturou mais de US$ 1 milhão nos EUA e se tornou um sucesso em redes sociais como TikTok, Reddit e Twitter. A viralização, no entanto, se deu após um incidente em um festival de cinema. O catálogo online da mostra cinematográfica foi vazado e, em pouco tempo, *Skinamarink* já estava na internet.

Edward Ball entrou em pânico. Afinal, o filme já tinha um contrato de distribuição com a Shudder, serviço de streaming americano focado no gênero de terror, e seria lançado no Halloween de 2023. Mas o vazamento acabou ajudando o filme.

O longa conversa com tendências da internet como a do “liminal space”, estética online que retrata lugares abandonados que flertam com o surreal, e também aposta em uma fotografia que lembra certos jogos de videogame de terror.

“O terror analógico também está bem em alta na internet, tudo isso fez com que o filme fosse perfeito para ela”, admite o diretor. Antes de dirigir o longa, Ball produzia curtas em um canal de YouTube em que interpretava pesadelos que seus inscritos lhe enviavam, o que lhe deu familiaridade com as estéticas que faziam sucesso no mundo online. De like em like, o filme *se* tornou um fenômeno. Sua natureza desconexa e vaga se encaixou perfeitamente na imediatez das redes sociais e são muitos os vídeos que mostram pessoas reagindo a trechos assustadores do longa.

PIRATARIA. “O filme ganhou uma nova data de lançamento e, quando estreou, se tornou um sucesso comercial”, afirma Ball. Ele entende que a pirataria ajudou, mas não acredita que esse seja sempre o caso. “Nós já tínhamos um acordo de distribuição antes de o filme ser vazado, mas alguns filmes do festival não o tinham – e foram prejudicados pelo vazamento.”

O sucesso na internet fez o longa alcançar públicos inimagináveis. Os fãs brasileiros, inclusive, são numerosos, mesmo que o filme só tenha sido lançado no Brasil hoje. “Alguém pegou a legenda do vazamento, que estava em espanhol, e fez uma tradução não oficial para o português. E, do dia para a noite, brasileiros começaram a falar sobre o filme.”

Além da familiaridade com a linguagem da internet, o diretor canadense aponta para a estranheza do projeto como uma das razões para o êxito. Para ele, as pessoas estão cansadas de ver a mesma coisa no cinema e, quando um filme diferente aparece, é natural que se torne popular. “Todo diretor de terror sonha em fazer sua própria versão da casa mal-assombrada. Essa é a minha.” ●

Streaming *Estreia*

Saltar do game para as telas é a grande aventura de ‘Tetris’

A história de origem do icônico jogo de computador Tetris é mais emocionante do que muitos imaginam. Ela envolve uma passagem de fronteira, iludir autoridades, acordos secretos, arriscar a vida e, finalmente, tentar obter os direitos do jogo por trás da Cortina de Ferro. E essa história agora se tornou um filme, com estreia nesta sexta-feira, 31, na Apple TV+.

Tetris foi um videogame muito popular na União Soviética, desenvolvido por Alexey Pajitnov, Dmitry Pavlovsky e Vadim Gerasimov, e lançado em junho de 1984. Pajitnov e Pavlovsky eram engenheiros de informática no Centro de Computadores da Academia Russa das Ciências. Foi um dos primeiros jogos russos a serem exportados e virou febre mundial.

No filme *Tetris*, depois de jogar uma versão inicial do jogo, o designer de jogos Henk Rogers (Taron Egerton) viaja para a União Soviética em 1988 para se encontrar com Pajitnov (Nikita Efremov), na esperança de obter os direitos de sua distribuição mundial. Rogers foi movido por seu amor pelo videogame e pelo desejo de que o mundo o experimentasse, mas a transação não foi fácil.

FRAGILIDADE. Egerton comentou que não tem a tenacidade de Rogers, que chegou a arriscar a vida pelo jogo. “Tenho um senso mais desenvolvido de minha própria fragilidade e vulnerabilidade do que ele, enquanto Rogers tem esse tipo de falta de determinação e senso de autopreservação”, disse o ator.

E acrescentou: “Gosto muito desse tipo de determinação, de indiferença. Isso faz dele um herói atraente. Mas sim, eu provavelmente não teria feito nada parecido com o que ele fez para obter os direitos de Tetris”.

O filme é dirigido por Jon S. Baird, que decidiu trocar a série de ação *Kingsman 3* por *Tetris* em razão da pandemia.

Negociação
Na trama, Taron Egerton é o designer de jogos Henk Rogers, que vai à URSS para obter direitos do game

“Estávamos procurando algo para fazer. Recebemos o roteiro de *Tetris* e pensamos: ‘Ok, ótimo, vamos mudar para isso’. E foi o que aconteceu”, justificou.

Embora a pandemia tenha impedido Pajitnov e Rogers de participar das filmagens, a dupla se envolveu intensamente na escrita do roteiro e no detalhamento da visualização da Rússia soviética – grande parte da qual foi toda recriada em Aberdeen e Glasgow, na Escócia. ● AP

Streaming **Estreia**

Mãe assassina de aluguel é estrela de ‘Kill Boksoon’

Filme exibido no Festival de Berlim está entre as mais de 30 produções da Coreia do Sul a entrar no catálogo da Netflix este ano

Ser mãe e ter uma carreira é um desafio para qualquer mulher. Mas imagine se seu trabalho é ser assassina de aluguel e com uma filha adolescente em casa? É essa a vida de Gil Boksoon (Jeon Do-yeon) no longa *Kill Boksoon*, de Byun Sung-hyun (*Fazedor de Reis: A Raposa da Eleição*, de 2022), que estreia nesta sexta, 31, na Netflix, depois de passar fora de competição no Festival de Berlim. O filme é uma das mais de 30 produções sul-coreanas a serem lançadas pela plataforma de streaming neste ano.

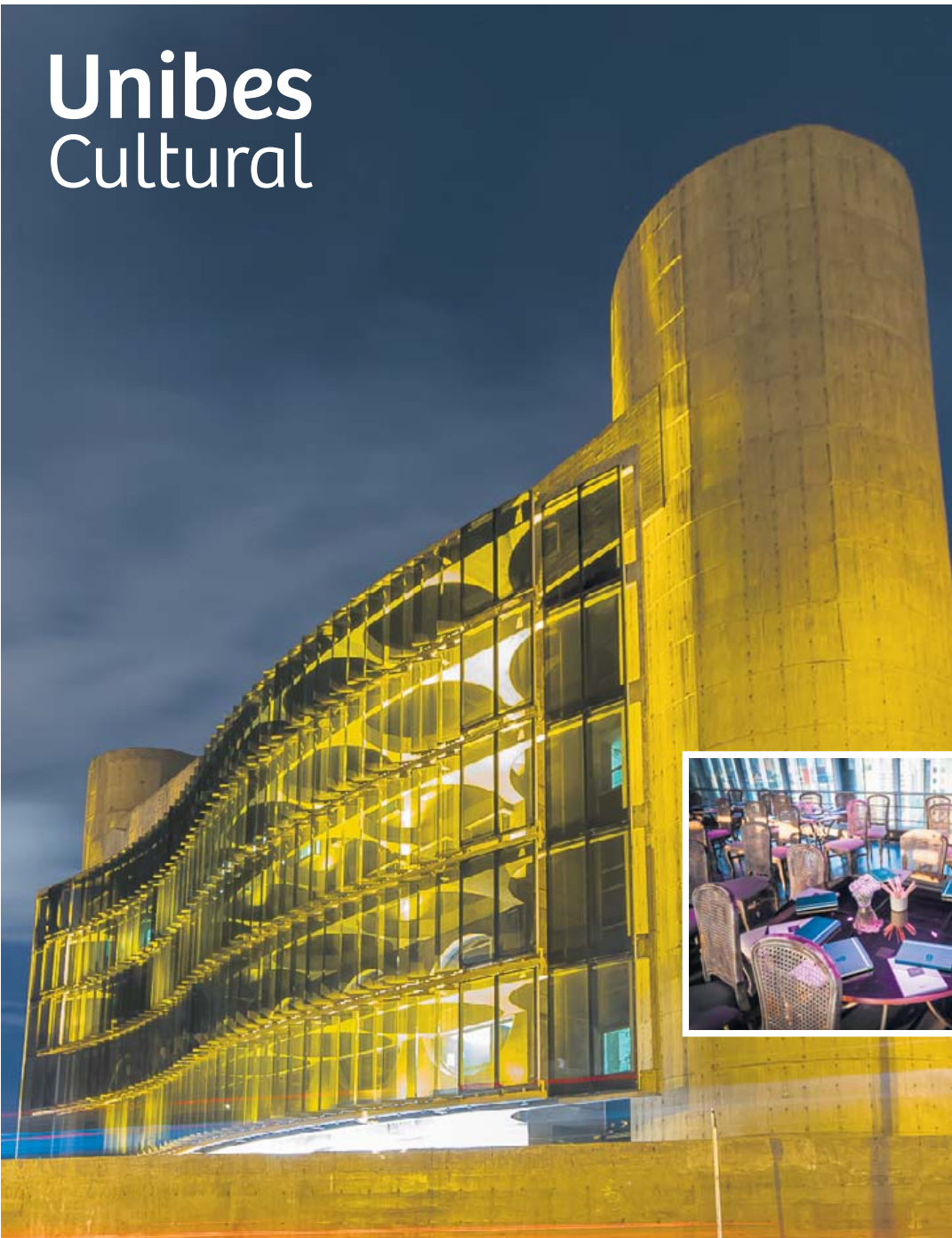
“Desculpe, mas o supermercado já vai fechar”, diz a personagem enquanto atira no homem que ela foi contratada para matar. Boksoon transita nessa tensão entre a vida doméstica, em que tem dificuldades de lidar com os problemas da filha Jae-young (Jim Si-A), e a profissional, que pretende largar em breve para ficar mais com a menina. O problema é que ela não vai conseguir se livrar tão facilmente assim do seu trabalho – até porque seu chefe, Cha Min-kyu (Sul Kyung-gu), tem um crush forte por ela.

A ideia para *Kill Boksoon* surgiu da vontade do cineasta de trabalhar com Jeon Do-yeon, que ganhou o prêmio de melhor atriz em Cannes por *Sol Secreto* (2007), de Lee Chang-dong. Na verdade, ele nem tinha projeto quando a convidou para um longa. “Mas pensei em tantos papéis diferentes que ela tinha feito e como não havia muitos filmes de ação”, disse ele em entrevista com a participação do **Estadão**, em Seul. “Felizmente, ela achou que era uma boa ideia.” Depois, o diretor começou a observá-la atentamente. “Do-yeon é mãe, e me inspirei nas conversas que ela teve com a filha. Então a história partiu dela, de certa maneira.”

NETFLIX

A tensa jornada dupla de Gil Boksoon (D), vivida por Jeon Do-yeon

SEM DUBLÊS. Nas cenas de ação, quase não foram usados dublês – e dá para perceber. Os atores tiveram de fazer a maior parte das sequências, filmadas com muito estilo, em takes longos. Mas, além de injetar muito humor e diversão nessas cenas, para Byun era preciso ressaltar o drama dentro de cada momento de ação. “Até porque, na minha opinião, nosso elenco tem alguns dos melhores atores que trabalham nessa indústria. Cada sequência tem um conceito único e mostra a personalidade dos personagens.”

Uma assassina que quer deixar essa vida e trabalha para um sindicato de matadores faz lembrar outros sucessos, como *John Wick*. Byun sabe disso, mas quis evitar alguns clichês, como a vingança. “Nesse tipo de filme, a filha acabaria sendo sequestrada, haveria uma grande batalha final. Mas eu quis fazer algo diferente”, contou. Boksoon é uma personagem dividida, o que fica evidente até na maneira como é filmada: a face direita aparece quando ela tenta exercer seu papel de mãe, e a esquerda quando exibe sua desenvoltura como assassina. “No fundo, queria fazer uma história de uma mãe e de uma filha que têm um relacionamento cheio de segredos. Queria falar da falta de comunicação.” ● **MARIANE MORISAWA, ESPECIAL PARA O ESTADÃO**

Cinema *História*

‘Malês’, sobre o levante baiano, é um grito de liberdade, segundo o diretor Antonio Pitanga

Longa que deve estrear em 2024 é um projeto antigo do cineasta que inclui os filhos Camila e Rocco Pitanga

RODRIGO FONSECA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

FOTOS VANTOEN PEREIRA JÚNIOR

Foi depois de ver *Amistad* (1997), o épico contra a escravidão de Steven Spielberg, que o baiano Antonio Pitanga decidiu tornar realidade um papo que teve com o cineasta Glauber Rocha (1939-1981), nos sets de *A Idade da Terra* (1980): transformar em filme o levante de 1835, chamado de A Revolta dos Malês, assumindo a direção. Desde menino, em Salvador, o ator ouve falar sobre a insurreição que descreve poeticamente para o **Estadão** como sendo um pleito pela liberdade: “Na Bahia, todos nós ouvimos o relato sobre o grupo de negros letrados da África islâmica, que dominavam a álgebra e a física, e se voltam contra opressores brancos que os escravizavam, unindo forças com os negros do candomblé. É épico. É Pantera Negra puro, só que no Brasil”.

Demorou para que tal papo com Glauber se concretizasse, mas, hoje, aos 84 anos, o ator acabou de filmar o roteiro escrito por Manuela Dias (autora da novela *Amor de Mãe*), sobre o movimento contra os escravocratas do Império, tendo sua filha, Camila Pitanga, e o filho, Rocco, num elenco estelar. Chamado *Malês*, o longa – o segundo de Antonio como diretor – é produzido por Flávio Tambellini e teve uma parte rodada em Maricá (RJ). A estreia será em maio de 2024.

Projeto antigo
Glauber Rocha, segundo Pitanga, prometeu fazer filme sobre o tema, numa recriação da luta

“Glauber me disse que ia me produzir, trazendo o projeto para engajar todas as cabeças do cinema baiano na recriação da luta dos malês contra a escravidão”, diz Pitanga. “Tenho uma carta enviada a um historiador, em 1986, demonstrando o meu interesse em fazer esse filme. Olha quanto tempo faz! Sem conseguir rodá-lo, segui atuando e fui trabalhando em vários filmes. Numa pausa, fui assistir a *Amistad*, no qual vi um branco contar a nossa história. O que se passou no caso dos malês foi mais forte do que aquela história do *Amistad*. Nessa nossa revolta baiana, há um grito da independência de um povo, o povo negro. Depois der ver o filme do Spielberg, decidi correr atrás da minha produção com afinco. Foram 25 anos. Isso porque, no Brasil, bater nas portas oficiais pra contar a história negra é algo difícil.”

Antes de *Malês*, Antonio rodou um único filme, *Na Boca do Mundo*, lançado em 1978. Em sua estreia, ele foi elogiado calorosamente, sobretudo pela imprensa francesa, que via conexões entre o olhar sociológico de Pitanga e a obra literária do escritor americano James Baldwin (1924-1987), autor de *Notas de um Filho Nativo* (1955). “Em 1964, Cannes mostrou meu rosto na telona em *Ganga Zumba* e, tempos depois, a (revista) *Cahiers du Cinéma* veio falar do meu primeiro filme como diretor. Mas era um longa em que eu estava olhando adiante, ao narrar o encontro entre três criaturas que discutiam qual era a sua importância no universo. E eu ainda atuava nele. Estou atuando no *Malês* também. Meu personagem, Licutan, foi um dos integrantes do levante e seu crânio está hoje em Harvard. Mas deveria estar no Brasil”, garante.

1. O drama dos negros islâmicos,

2. com Samira Carvalho e Rocco Pitanga, traz também

3. Antonio Pitanga (D) como ator

BERÇO. “Por isso, filmo essa história agora, no berço baiano do levante, a cidade de Cachoeira, não muito longe de Salvador, embalado naquilo que Vinicius de Moraes dizia: ‘Meu tempo é hoje’. Coerente com as lutas de hoje, não faço um filme sobre negros vitimados. Mas sobre um coletivo, um coletivo heroico. Os escravagistas brancos fecharam a boca do nosso povo. Esse filme é pensado para ser um grito do que está entalado na garganta”, define Pitanga, que tem Pedro Farkas na direção de fotografia, com trilha sonora de Carlinhos Brown e Antonio Pinto.

Além de Camila e Rocco, estão no elenco Wilson Rabelo, Bukassa Kabengele, Rodrigo dos Santos, Patricia Pillar, Samira Carvalho, Heraldo de Deus, Thiago Justino e Nando Cunha. O enredo de Manuela Dias recria a Bahia do século 19, em meados de 1830, quando uma rebelião começou a ser arquitetada por africanos muçulmanos, chamados de malês. A revolta se passa no final do Ramadã, mês do calendário islâmico em que o jejum é uma forma de celebrar Alá. Após o fracasso da revolta, os manifestantes foram duramente punidos e a repressão contra os negros aumentou. Nas filmagens, Pitanga divide seu tempo na direção com seu trabalho de ator, refinando a figura de Pacífico Licutan, um dos líderes do levante, que defendia a importância da participação de diferentes tribos e religiões para o sucesso da revolta e o fim da escravidão.

PODER FEMININO. “Muita gente vai me criticar quando o filme sair, por eu dar às mulheres um papel de destaque quando, naquela época, elas não tinham voz. Mas não me interessa ficar na zona de conforto da História. Faço um filme de negras, negres e negros. Preciso realçar o empoderamento feminino. Que mulher vai querer que seu bebê nasça escravo?”, reforça Pitanga, que espera ter um primeiro corte do filme, já montado, em setembro, para tentar ir a festivais internacionais.

Em 2020, ele correu o mundo com *Casa de Antiguidades*, de João Paulo Miranda Maria, assumindo um papel de protagonista. “O longa do João é primo-irmão de *Malês* por lançar luz contra a exploração do corpo do negro, a partir de um homem que usa seus objetos guardados contra a opressão”, afirma Pitanga. “*Casa de Antiguidades* falava do silêncio que nos ronda. *Malês* é o grito. O grito de que estamos vivos e somos fortes.” ●

Música

Cinco museus em São Paulo oferecem entrada gratuita uma vez por semana; confira aqui a lista

Turnê *Lançamento*

Luedji Luna mostra novo disco em SP

É a primeira vez que a cantora apresenta na cidade o álbum 'Bom Mesmo É Estar Debaixo d'Água Deluxe', de 2022

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A cantora e compositora baiana Luedji Luna traz pela primeira vez a São Paulo a turnê de seu mais recente álbum, *Bom Mesmo É Estar Debaixo d'Água Deluxe*, lançado em novembro de 2022.

O trabalho, que tem dez músicas inéditas de Luedji e parceiros, fala, entre outros temas, sobre amor, afeto e desejo, sempre pela perspectiva da mulher negra. Luedji conversa com o **Estadão** sobre a importância de trazer essa ótica para o trabalho.

"Pessoas negras, homens e mulheres, passaram e passam por um processo de desumanização. A escravidão fez isso, o racismo faz isso. Portanto, falar de amor nessa perspectiva é restituir nossa humanidade. Está para além do clichê, é político", afirma.

No álbum – e também no show, que contará com banda e quatro backing vocals – Luedji canta *Pele*, uma composição feita quando ela tinha 17 anos e apresentada agora ao público.

"Esse disco, de modo geral, traz canções antigas. Tem sido um trabalho de olhar para o passado com acolhimento, sem vergonhas", explica.

Luedji tem sido presença constante em festivais de música. Em janeiro, cantou ao lado de Ivete Sangalo no Festival de Verão de Salvador. Em abril, canta no Breve Festival. E, em outubro, ela será atração do Mada, que ocorre em Natal.

HENRIQUE FALCI

'Pessoas negras passam por processo de desumanização', diz Luedji

Hoje (31), 22h. Audio. Av. Francisco Matarazzo, 694, Barra Funda. R$ 72/R$120. bit.ly/luedjishow

Outros destaques

MATHILDE MISSIONEIRO

Velha-Guarda

Lança 'Talismã: Negro Maravilhoso!'

Os intérpretes Ideval Anselmo, Zé Maria e Marco Antônio, três nomes da velha-guarda das escolas de samba de São Paulo, lançam o CD *Talismã: Negro Maravilhoso!*, dedicado ao repertório do compositor e carnavalesco Octávio da Silva, o Talismã, ligado à Camisa Verde e Branco. Eles cantam músicas como *Há um Nome Gravado na História*, *Biografia do Samba* e *Sonho Colorido de um Pintor*.

Sáb. (1º), 21h e dom. (2), 18h. Sesc Vila Mariana. Rua Pelotas, 141, Vila Mariana. R$ 12/R$ 40. bit.ly/velhaguardasesc

Ednardo

Faz novo show

Antes de deixar Fortaleza rumo ao Rio, em 1972, Ednardo (*foto abaixo*) fez um sarau em que cantou músicas de Belchior, Fagner e outros autores. O áudio se tornou um show agora, chamado de *Sarau Vox 72*, que ele apresenta, com músicas como *Mucuripe* e *Paralelas*.

Sáb. (1º), 21h e dom. (2), 18h. Sesc Belenzinho. R. Padre Adelino, 1.000, Belenzinho. R$ 12/R$ 40.

ERIKA FONSECA

JOÃO CALDAS

Noel

Musical

Em *Noel, o Musical* (*foto acima*), as trajetórias do compositor e do dramaturgo Plínio Marcos se entrelaçam em três períodos históricos. Tudo conduzido por um radialista, um apresentador de TV e um youtuber.

Dom. (2), 18h. Teatro do Célia. Av. São Gabriel, 444, Jardins. Gratuito.

Mwaba e Muleka

Projeto Adinkras

Dentro do projeto Adinkras – Africanidades e sabedoria ancestral nos tempos atuais, que tem palestras e oficinas, inclusive encadernação, os músicos brasileiros de origem congolesa François Muleka & Marissol Mwaba serão os responsáveis pela parte musical. O evento terá outros quatro encontros em uma programação que segue até o mês de agosto.

Sáb. (1º), 19h. Centro Cultural São Paulo. R. Vergueiro, 1.000, Liberdade. Gratuito (retirar ingresso 1h antes).

Ivan Lins

No Bourbon

O cantor é uma das atrações da 13.ª edição do Bourbon Festival Paraty, que também acontece em São Paulo. No show *A Gente Merece Ser Feliz*, os sucessos *Madalena* e *Vitoriosa*.

Dom. (2), 19h30. Bourbon Street. R. dos Chanés, 127, Moema. R$ 295.

RODRIGO SIMAS

Teatro

De Perto Ninguém É Normal

A peça *De Perto Ninguém É Normal*, do grupo carioca CiaTeatro Epigeni, conta a saga de uma companhia de teatro que tenta estrear a peça de Joseph Kesselring, *Arsênico e Alfazema*, estrelada por Cacilda Becker em 1949. O grupo entra em desespero quando percebe que não conseguiram fazer sequer um ensaio. A direção é de Gustavo Paso.

Estreia sáb. (1º). 5ª, 6ª e sáb., 20h; dom., 19h. Teatro do Sesi. Av. Paulista, 1.313, Bela Vista. Gratuito (reservar em https://www.sesisp.org.br/eventos). Até 2/7.

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Entretenimento
Data estelar: Lua cresce em Leão

Não somente da rigorosa responsabilidade que cumpre todos os deveres e obrigações se faz o bom destino humano, mas também dos momentos de diversão e entretenimento que produzem a exaltada alegria que garante que todo o resto valha a pena, porque penas sempre haverá.

Se tu te perdes no entretenimento e negligencias teus deveres, então haverá penas para pagar, mas se te dedicas com tanto afinco às tuas responsabilidades que não te sobra momento algum para te distraíres, podes contar com que isso também te penalizará.

O ser humano que é deixado em paz, que não é posto sob pressão constante, o ser humano que não se intimida com o rigor nem tampouco intimida outrem com ameaças, esse ser humano sabe desfrutar da vida sem que necessariamente isso faça com que desvalorize seus deveres. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Um pouco de divertimento e leveza é o que sua alma precisa nesta parte do caminho, mesmo que haja assuntos graves que requeiram a sua atenção, e principalmente se assim for. Ninguém é obrigado a ficar de cara amarrada.

TOURO 21-4 a 20-5

Apesar dos pesares e de todas as dificuldades que este momento da história humana impõe a todas as pessoas, sua alma vive um momento de serenidade, que precisa ser desfrutado com leveza e despreocupação. Em frente.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

No meio das coisas que se repetem todos os dias parece se esconder uma contrariedade que, apesar de não dar as caras, sua alma pressente. Vale a pena investigar, porque em geral são coisas pequenas apenas, sem importância.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Mesmo que haja ainda diversos inconvenientes e contrariedades, sua alma não é obrigada a se estressar, muito pelo contrário até. Seria melhor, para todos inclusive, que agora você relaxasse e buscasse conforto.

LEÃO 22-7 a 22-8

Como fazer algo único e original num mundo em que parece não haver mais lugar para algo novo? Esse é um dilema que sua alma vai ter de resolver da melhor forma possível, porque não pretende seguir os passos de ninguém.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Faça silêncio a respeito de suas inquietações, porque neste momento tenderiam a ser interpretadas de forma distorcida e, assim, o que seria um pedido de ajuda acabaria atraindo críticas e contrariedades. Melhor não.

LIBRA 23-9 a 22-10

Vai valer muito a pena você se reaproximar daquelas pessoas que influenciaram seu caminho em outros tempos, mas que por essas coisas da vida se separaram e distanciaram. A reaproximação ressuscitará coisas boas.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Busque seus benefícios pessoais, mas não faça isso a expensas dos benefícios das outras pessoas envolvidas, porque se isso acontecer, não importa quais vantagens você conquistar, a conta futura será difícil de pagar.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Quando a variedade de opções é muito ampla e diversificada, isso atrapalha bastante a tomada de decisões, porque a alma tende a ficar encantada com algumas possibilidades que, na prática, não levariam a nada.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Temor e ansiedade são companhias do caminho, mas sua alma pode tomar distância delas e se tornar indiferente às suas orientações porque, de fato, nada de novo nem muito menos de bom elas têm para contribuir.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Ouça com atenção o que as pessoas dizem a você, mas cuide para se manter firme em seus pontos de vista, encontrando uma maneira diplomática para os fazer prevalecer. Discussões não ajudarão, diplomacia sim.

PEIXES 20-2 a 20-3

Faça pouco, mas faça bem, esta é a melhor orientação para este momento de sua vida, que parece não ter grande importância, mas ao mesmo tempo encerra potencialidades, tesouros ocultos que valeria a pena explorar.

Visuais **Preservação**

No Renascimento, gema de ovo pode ter preservado pinturas

Estudo divulgado na quarta revela o provável segredo de gênios como Da Vinci e Sandro Botticelli

Um estudo divulgado nesta quarta-feira, 29, revelou que grandes mestres do Renascimento, como Leonardo Da Vinci e Sandro Botticelli, podem ter adicionado gema de ovo às suas tintas a óleo para superar problemas como umidade, amarelecimento da superfície e a formação de rachaduras durante a secagem das telas. Experimentos de laboratório mostraram que as proteínas usadas como aditivos protegem as pinturas.

A descoberta, que ajudará na conservação das obras, foi publicada na revista *Nature Communications* por um grupo de especialistas da Universidade de Pisa, do Instituto de Química de Compostos Organometálicos do CNR e a Interuniversidade Nacional Consórcio para a Ciência e Tecnologia dos Materiais, de Florença. "Até agora, as investigações sobre pinturas foram principalmente voltadas para identificar os materiais usados pelos pintores, mas isso não basta para entender as motivações por trás da prática artística", disse à agencia Ansa Ilaria Bonaduce, do Departamento de Química da Universidade de Pisa.

Os pesquisadores adicionaram gema de ovo em tinta a óleo para analisar a prática de pintores famosos como Durer, Vermeer e Rembrandt. "Preparamos algumas tintas com gema e espalhamos para estudar seu comportamento químico e físico", explicou Bonaduce.

Os resultados das análises mostraram que as proteínas do ovo formam uma fina camada que impede a absorção da umidade ambiente. E a gema torna a mistura de cores mais consistente, evita rachaduras durante a secagem e o amarelecimento dos pigmentos. ● ANSA

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Poesia é o elo entre o poder divino e a liberdade humana"* **Octavio Paz**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

A censura e os livros

Sempre existiu censura a livros – sob governos autoritários, perpetrada por órgãos oficiais, e democráticos, por grupos da sociedade civil ou indivíduos.

Sandra Reimão, professora livre-docente da USP, lançou em 2011 um importante estudo em que aborda casos de censura ocorridos no Brasil em um passado recente.

Repressão e Resistência: Censura a Livros na Ditadura Militar apresenta um panorama histórico da relação dos governos militares com livros, peças, músicas, cartazes, revistas e jornais – o **Estadão**, inclusive –, para então relatar casos específicos de obras e autores vetados entre 1964 e 1985.

Muitos desses vetos – por exemplo, a *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e a *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão – foram originados por denúncias, "como era comum na época", segundo a autora. Como está cada vez mais comum hoje, até em democracias maduras.

Um relatório recente do PEN America mostrou que, entre 2021 e 2022, 1.648 livros foram banidos de escolas nos EUA por pressão de grupos (há pelo menos 50) que operam em diferentes níveis (na política, no conselho de classe, nas redes sociais). Livros infantis e juvenis, principalmente sobre temas ou personagens LGBT+ (41%), protagonistas não brancos (40%), com conteúdo sexual (22%) ou sobre questões de raça e racismo (20%), entre outros assuntos. Um desses livros banidos, sob a alegação de conteúdo pornográfico, foi o infantil *And Tango Makes Three*, baseado na história real de dois pinguins que formaram uma família no Central Park. No topo da lista está a HQ *Gênero Queer: Memórias*, de Maia Kobabe, proibido em 41 distritos e com lançamento previsto para junho no Brasil.

Repressão e Resistência: A Censura a Livros na Ditadura Militar
Autora: Sandra Reimão
184 págs.; R$ 78
Editora: Edusp

Esses assuntos também incomodavam os censores brasileiros durante a ditadura. Em seu livro, Sandra Reimão reproduz pareceres de livros de Cassandra Rios (1932-2002), amplamente vetados na época. Em um deles, de 1975, lemos que a autora "contraria, de maneira frontal, um padrão moral consagrado pela nossa sociedade".

Sandra lista todos os livros proibidos, por questões "morais e de costumes" ou políticas, e se aprofunda nos bastidores dos processos de *Zero* e *Feliz Ano Novo*, e de *Dez Histórias Imorais*, de Agnaldo Silva, e *Em Câmera Lenta*, de Renato Tapajós. Reproduz cartas de brasileiros e pareceres de censores (além de um balanço oficial), aborda a censura em outros períodos e destaca "os atos de resistência protagonizados por uma legião de anônimos".

Uma obra que explica os mecanismos da censura, e que serve ao mesmo tempo como documento histórico e alerta. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patricia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3zjWlUY**

Um dos temas da Rio + 20 que possibilita o desenvolvimento sustentável
Articulações das falanges dos dedos
Modalidade olímpica em que os competidores "requebram"
Deus Sol egípcio
Pessoa de mesmo nome que outra
Galo, pena e pesado, no boxe
A respeito de, em inglês
Possui
Profissional que lustra sapatos
Centro-Oeste (abrev.)
Descendem de Ismael
Registro de reunião
Couro resistente
Planta trepadeira
A cor do flamingo
Até logo!
O Príncipe Sidarta Gautama
Evento de 2022 no Qatar (fut.)
Tecnécio (símbolo)
Acusada em juízo
(?) urbano, limite de uma cidade
Animal de experiências científicas
Unidade na venda de luvas: P A R
Enganos
Inventar; fantasiar
Recurso de gravação de programas de TV
Alvo de combate do analgésico
(?) del Plata, porto argentino
Rio dos Alpes suíços
Forma de corte do abacaxi
A mão
Letra símbolo do itálico
Produto de trabalho do jornalista
Nesta ocasião
Árvore brasileira
(?) Gardner, atriz
Sílaba de "rusga"
Decilitro (símbolo)
Blaise Pascal, físico francês
Pedaço; bocado
Cão, em inglês
Que explora lugares desconhecidos
Interjeição de espanto
Filme vencedor do Oscar em 2013

BANCO 3/dog. 5/about — cromo — pulso — tchau. 11/desbravador.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, as condições de redução de preço dadas em circunstâncias únicas.

Pista									
(?) amorosa, tema de boleros.		1	2	3	4	5	2	6	7
Cantor medieval a serviço de um rei.	8		9	1	2	10	11	1	4
Província romana criada por Augusto (Hist.).	4	5		3	10	12	9	3	12
O imóvel ocupado pelos deputados.	13	5	9		3	7	9	12	4
Despido de ambição.	14	1	2	15		16	12	14	7
Decoro; fineza.	1	4	1	17	12		18	3	12
Remédios muito usados por bulímicos (Med.).	15	5	11	17	12	9		1	2
Que lesa com má-fé.	13	11	12	5	14	12	14		11
Os de basquete geralmente são altos.	16	7	17	12	14	7	11	1	
Criado; instituído.		14	3	13	3	18	12	14	7
Revolta sutil contra as autoridades.		5	19	20	1	11	2	6	7
Que antecede imediatamente o derradeiro.		1	9	5	4	10	3	8	7
Embriaguez.		19	11	3	1	14	12	14	1
Escritório diplomático.		7	9	2	5	4	12	14	7
Ataque; assalto.		9	20	1	2	10	3	14	12
Função (?): é expressa pelo vocativo (Ling.).		15	1	4	12	10	3	20	12
Invencível.		8	19	12	10	3	20	1	4
Auxiliar do padre (Rel.).		12	18	11	3	2	10	6	7

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3JUFgWA**

Nível Médio

2					1		8	9
	6					3		
		5			8			
5	8		1					
1								8
					4		9	3
			6			2		
		6					5	
8	3		2					7

SOLUÇÕES

Entenda como as novas inteligências artificiais superaram o 'Jogo da Imitação' de Alan Turing

A literatura está além da capacidade do ChatGPT

TORU HANAI/REUTERS

Atenção
O ChatGPT vai bem nas perguntas e respostas, mas falha quando você o guia para a criação de literatura; universidades já recalculam planos

CADE METZ
THE NEW YORK TIMES

Por mais de 70 anos, cientistas da computação tiveram dificuldade para construir uma tecnologia que conseguisse passar no famoso 'Jogo da Imitação' do cientista Alan Turing: o ponto de inflexão tecnológica em que nós, humanos, não temos mais certeza se estamos conversando com uma máquina ou com uma pessoa. Matemático e filósofo britânico decifrador de códigos de guerra, ele acreditava que o teste conseguiria mostrar ao mundo o momento em que as máquinas finalmente atingissem a ampla inteligência. Isso em 1950.

O teste de Turing é uma medida subjetiva. Depende de quanto as pessoas que fazem as perguntas se sentem convencidas de que estão falando com outra pessoa quando, na verdade, estão conversando com um dispositivo. Mas, independentemente de quem esteja fazendo as perguntas, as máquinas logo deixarão esse teste no espelho retrovisor.

Hoje, bots já passaram no teste em situações específicas, como ligar para um restaurante e fazer reservas para o jantar. O ChatGPT, bot lançado em novembro pelo OpenAI, um laboratório de São Francisco, deixa as pessoas com a sensação de que estão conversando com outra pessoa, não com um bot. O laboratório disse que mais de um milhão de pessoas já o usaram. Como o ChatGPT pode escrever praticamente qualquer coisa, até mesmo trabalhos de conclusão de curso, universidades temem que a máquina possa acabar com as tarefas escolares. Quando algumas pessoas falam com esses bots, elas até os descrevem como sencientes ou conscientes, acreditando que as máquinas de alguma forma desenvolveram uma consciência do mundo ao seu redor.

A OpenAI construiu um sistema, o GPT-4, ainda mais poderoso que o ChatGPT. Além de palavras, pode até gerar imagens. E, no entanto, esses bots não são sencientes. Não são conscientes nem inteligentes, pelo menos não do modo como os humanos são.

Esses bots são muito bons em certos tipos de conversa, mas não conseguem responder ao inesperado tão bem quanto a maioria dos humanos. Às vezes falam bobagens e não conseguem corrigir os próprios erros.

Parte do problema é que, quando um bot imita uma conversa, ele pode parecer mais inteligente do que realmente é. O teste de Turing não considera que nós, humanos, somos ingênuos por natureza, que as palavras podem facilmente nos levar a acreditar em algo que não é verdade.

JOGO DA IMITAÇÃO. Em 1950, Alan Turing publicou um artigo chamado *Computing Machinery and Intelligence*. Quinze anos depois que suas ideias ajudaram a gerar os primeiros computadores do mundo, ele propôs uma maneira de determinar se essas novas máquinas podiam pensar. Na época, o mundo científico tinha dificuldade de entender o que era um computador. Era um cérebro digital? Ou era outra coisa? Ele a chamou de "jogo da imitação". O teste envolvia duas longas conversas – uma com uma máquina e outra com um ser humano. Ambas as conversas seriam conduzidas via texto, para que a pessoa do outro lado não soubesse de imediato com quem estava falando. Se a pessoa não conseguisse perceber a diferença entre as duas trocas à medida que as conversas avançavam, então dava para dizer que a máquina conseguia pensar.

"O método de perguntas e respostas parece adequado para introduzir quase qualquer um dos campos do empreendimento humano", escreveu Turing. O teste poderia abranger tudo, desde poesia até matemática, explicou ele.

Quando Turing propôs o teste, os computadores não conseguiam conversar. Os cientistas se comunicavam com máquinas do tamanho de uma sala, alimentando instruções matemáticas e textuais em tubos de vácuo por meio de máquinas de escrever, fitas magnéticas e cartões perfurados. Mas conforme os anos passavam, pesquisadores criavam um campo que chamaram de inteligência artificial.

Em meados da década de 1960, as máquinas não conseguiam conversar muito. Mas, mesmo assim, enganavam as pessoas fazendo-as acreditar que eram mais inteligentes do que eram de fato. Nos anos seguintes, os chatbots se aperfeiçoaram a passo de tartaruga. O melhor que os pesquisadores podiam fazer era estabelecer uma longa lista de regras definindo como um bot deveria se comportar. E não importa quantas regras eles escrevessem, nunca eram suficientes. O escopo da linguagem natural era grande demais.

Em 2014, depois de quase 60 anos de pesquisa em IA, três pesquisadores de São Petersburgo, na Rússia, construíram um bot, chamado Eugene Goostman, que imitava um ucraniano de 13 anos que tinha o inglês como segunda língua. Mas as alegações de seus criadores – e da mídia – de que a máquina havia passado no teste de Turing eram muito exageradas.

Quando lhe perguntaram: "O que é maior, uma caixa de sapatos ou o Monte Everest?", o bot disse: "Não consigo fazer uma escolha agora". Quando lhe perguntaram: "Quantas patas tem um camelo?", ele respondeu: "Algo entre duas e quatro. Talvez três?".

Então, cerca de três anos depois, pesquisadores de lugares como Google e OpenAI começaram a construir um novo tipo de inteligência artificial.

Semanas atrás, fiz ao ChatGPT as mesmas perguntas que Turing fizera em seu artigo de 1950: pedi um soneto. De imediato, ele gerou um poema sobre a *Forth Bridge*: "Sua tinta vermelha brilha ao sol da manhã/ Um espetáculo para ser visto, para todos verem/ Sua majestade e grandeza com afã."

Não precisou de 30 segundos para isso. Quando expus o cenário final de um jogo de xadrez como Turing fizera, respondeu com sua prosa sempre clara, concisa e confiante. Parecia entender a situação. Mas não estava entendendo nada. O ChatGPT confundiu o fim do jogo com o começo. "Eu moveria minha torre para R2", explicou.

Prova de fogo
O Jogo da Imitação de Alan Turing engloba qualquer um dos campos do saber, como a poesia e a matemática, para testar a perfeição tecnológica

"No xadrez, é bom tentar abrir as peças o mais rapidamente possível." O ChatGPT é o que os pesquisadores chamam de rede neural, um sistema matemático mais ou menos modelado a partir da rede de neurônios do cérebro. É a mesma tecnologia que traduz entre inglês e espanhol em serviços como o Google Tradutor e identifica pedestres enquanto carros autônomos percorrem as ruas da cidade.

Uma rede neural aprende habilidades analisando dados. Ao identificar padrões em milhares de fotos de sinais de parada, por exemplo, aprende a reconhecer um sinal desse tipo.

REDES NEURAIS. Cinco anos atrás, Google, OpenAI e outros laboratórios de IA começaram a projetar redes neurais que analisavam enormes quantidades de texto digital, como livros, notícias, artigos da Wikipédia e registros de bate-papo online. Os pesquisadores os chamam de "grandes modelos de linguagem". Identificando bilhões de padrões distintos na forma como as pessoas conectam palavras, letras e símbolos, esses sistemas aprenderam a gerar seu próprio texto.

Eles podem criar tuítes, postagens em blogs, poemas e até programas de computador. Sabem manter uma conversa – pelo menos até certo ponto. E, ao fazê-lo, conseguem combinar perfeitamente conceitos distantes. →

RICARDO REY/THE NEW YORK TIMES

Bots conseguem gerar textos rapidamente, mas a qualidade, segundo especialistas, é mediana; eles estão longe de alcançar boa literatura

Você pode pedir que eles falem sobre a vida de um pesquisador acadêmico de pós-doutorado – e eles o farão.

O problema é que, embora suas habilidades linguísticas sejam impressionantes, as palavras e ideias nem sempre são fundamentadas por aquilo que a maioria das pessoas chamaria de bom senso. Os sistemas escrevem receitas sem levar em conta o sabor da comida. Fazem pouca distinção entre fato e ficção. Sugerem jogadas de xadrez com total confiança, mesmo quando não entendem a situação do jogo. O ChatGPT vai bem nas perguntas e respostas, mas tende a falhar quando você o leva para outras direções. Homenagem a *Wall-E*, o filme de animação de 2008 sobre um robô autônomo, e a Salvador Dalí, o pintor surrealista, essa tecnologia experimental possibilita criar imagens digitais simplesmente descrevendo o que você quer ver. Também é uma rede neural, construída de forma muito parecida com Franz Broseph ou o ChatGPT.

"Um camelo tem algo entre duas ou quatro patas, talvez três"
Robô Eugene Goostman
Pesquisa de 2014

"Precisamos de uma mudança. Não podemos mais julgar inteligência comparando máquinas ao comportamento humano"
Oren Etzioni
Professor da Universidade de Washington

MULTIMODAL. A diferença é que ele aprende tanto com imagens quanto com textos. Analisando milhões de imagens digitais e as legendas que as descrevem, ele aprendeu a reconhecer as ligações entre imagens e palavras. Isso é conhecido como sistema multimodal. Google, OpenAI e outras organizações já estão usando métodos semelhantes para construir sistemas que podem gerar vídeos de pessoas e objetos. Esses não são sistemas que qualquer um possa avaliar adequadamente com o teste de Turing – ou qualquer outro método simples. Seu objetivo final não é a conversa.

Pesquisadores do Google e da DeepMind, que pertence à empresa controladora do Google, estão desenvolvendo testes destinados a avaliar chatbots e sistemas como o Dall-E, para ver o que eles fazem bem e em que carecem de razão. Um teste mostra vídeos para sistemas de IA e pede que expliquem o que está acontecendo. Depois de assistir a alguém mexendo em um barbeador elétrico, por exemplo, a IA precisa explicar por que o barbeador não ligou. Esses testes parecem exercícios acadêmicos – assim como o teste de Turing. Mas precisamos de algo que seja mais prático, que possa realmente dizer o que esses sistemas fazem bem e o que não conseguem fazer, como vão substituir o trabalho humano no curto prazo e como não vão.

Também poderíamos nos beneficiar de uma mudança de atitude. "Precisamos de uma mudança de paradigma na qual não julgamos mais a inteligência comparando as máquinas ao comportamento humano", lembrou Oren Etzioni, professor emérito da Universidade de Washington e presidente executivo fundador do Allen Institute for AI, um importante laboratório em Seattle.

COMO PESSOAS. O teste de Turing avaliava se a máquina conseguia imitar um ser humano. É assim que normalmente se retrata a IA – como o surgimento de máquinas que pensam como pessoas. Mas as tecnologias em desenvolvimento hoje são muito diferentes de você e de mim. Elas não conseguem lidar com conceitos que nunca viram antes nem podem pegar ideias e explorá-las no mundo físico.

Chatbots na vida real
As tecnologias ainda não lidam com conceitos que nunca viram antes – não podem pegar ideias para explorá-las livremente

Ao mesmo tempo, há muitas maneiras pelas quais esses bots são superiores a você e a mim. Eles não se cansam. Não deixam a emoção atrapalhar o que estão tentando fazer. Podem extrair quantidades muito maiores de informações instantaneamente. E conseguem gerar textos, imagens e outras mídias em velocidades e volumes que nós, humanos, jamais conseguiríamos.

Suas habilidades também vão melhorar consideravelmente com o tempo. Nos próximos meses e anos, esses bots vão ajudar você a encontrar informações na internet. Vão explicar os conceitos e, se você quiser, vão até mesmo escrever seus tuítes, postagens em blog e trabalhos de conclusão de curso.

"Este será o próximo passo da Pixar: filmes superpersonalizados que qualquer pessoa poderá criar rapidamente", avaliou Bryan McCann, ex-cientista de pesquisa da Salesforce, que está explorando chatbots e outras tecnologias de IA em uma startup chamada You.com.

Como o ChatGPT e o Dall-E mostraram, essas coisas serão chocantes, fascinantes e divertidas. E nos deixarão imaginando como tudo isso mudará nossas vidas. O que vai acontecer com as pessoas que fazem filmes? Essa tecnologia inundará a internet com imagens que parecem reais, mas não são? Seus erros vão nos deixar perdidos?

TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Cinema *Justiça*

Gwyneth Paltrow concilia recato e glamour na arte de parecer inocente nos tribunais

RICK BOWMER/AP

Gwyneth Paltrow, atriz e fundadora do Goop, compareceu ao tribunal de Utah ao longo da semana com joias e silhuetas tradicionais

Roupas da atriz parecem mostrar que, além de ser uma mãe normal, ela é ocupada demais para perder tempo com processos

ASHLEY FETTERS MALOY
THE WASHINGTON POST

Quando pessoas famosas precisam ir a julgamento, uma das muitas escolhas cruciais que elas enfrentam é como se vestir. Será que devem levar consigo a aura de sua fama descomunal? Ou será que devem se recolher para dentro de personalidades comuns?

Surgir com o estilo da entidade conhecida do público pode reafirmar poder, mas traz o risco de parecer absurdo quando visto sob luzes fluorescentes nada lisonjeiras, ao lado de advogados, juízes e funcionários do tribunal em seus uniformes de trabalho diários. Assumir uma aparência mais prosaica, reduzida e apropriada para o cenário, por outro lado, pode comunicar seriedade, mas também pode lembrar aos jurados e outros observadores, talvez inconvenientemente, que as megacelebridades são, no fim das contas, humanos frágeis e falíveis como todos os outros.

Esta semana, Gwyneth Paltrow, atriz e fundadora do Goop, compareceu a um tribunal de Utah, onde é acusada de colidir com um colega esquiador, o optometrista aposentado Terry Sanderson, de 76 anos, enquanto estava de férias em Park City, em 2016. Sanderson alega que Paltrow fugiu e que a colisão o deixou com costelas quebradas e danos cerebrais permanentes. Depois de reivindicar US$ 3 milhões, Sanderson agora está processando Paltrow por US$ 300 mil. Paltrow, por sua vez, o está processando por US$ 1 e o custo de seus honorários advocatícios, alegando que foi Sanderson quem colidiu com ela.

Ser comum

Tentar uma aparência prosaica pode sugerir que são apenas seres humanos frágeis e falíveis

Em defesa de Paltrow está a crença de que o processo de Sanderson visa explorar sua celebridade. E suas escolhas, esta semana, parecem ter confirmado essa impressão.

MENSAGEM. Com joias de ouro luxuosas em silhuetas tradicionais de negócios, como ternos, cardigãs e suéteres de gola alta, cabelo solto e maquiagem modesta, Paltrow conciliou recato e glamour. E "telegrafou" duas mensagens que poderiam muito bem estar em desacordo: "Olha, sou apenas uma mãe que tentou levar os filhos adolescentes para esquiar nas férias" e "Sim, sou rica e famosa e não deveria estar perdendo meu tempo com isso".

Você não precisa ter Billy Flynn como advogado para saber que, no banco dos réus, tem de passar a impressão de que não poderia ter cometido o ato em questão. Muitos réus famosos buscaram respeitabilidade e inocência de olhos arregalados – ou até mesmo decrepitude, quando no tribunal.

OUTROS CASOS. Em 2005, a rapper Lil' Kim deixou de lado os conjuntos coloridos e chamativos e preferiu uma blusa branca engomada, maquiagem convencional e um terno bege com listas sutis – executiva chique – para ir a um tribunal federal sob a acusação de perjúrio relacionado a um tiroteio, em Nova York. Quando Winona Ryder foi julgada por acusações de furto em 2002, Robin Givhan, do *The Washington Post,* notou suas tiaras e elegantes saias e vestidos na altura do joelho – mas se perguntou depois que Ryder foi condenada: "Será que sentiram nela uma tentativa de manipular as opiniões usando o guarda-roupa de forma tão habilidosa que tudo saiu pela culatra?".

Harvey Weinstein chegou para o julgamento de 2020 em Nova York com a barba por fazer e apoiado em um andador ortopédico. "O decrépito Weinstein, com o corpo curvado se arrastando lentamente", observou Jasmine Harris, do *The New York Times,* "contrasta com a imagem de um poderoso executivo de Hollywood acusado de estupro e agressão sexual". Johnny Depp e Amber Heard, no ano passado, processando um ao outro por difamação, usaram ternos discretos enquanto se atacavam por abusos de drogas e embriaguez.

LUCAS JACKSON/REUTERS – 24/2/2020

Weinstein no tribunal, em 2020: andador e barba por fazer

"Será que sentiram nela (Winona Ryder) uma tentativa de manipular as opiniões usando o guarda-roupa de forma tão habilidosa que tudo saiu pela culatra?"
Robin Givhan
'The Washington Post'

"Se arrastando lentamente (Weinstein) contrasta com a imagem de um poderoso executivo"
Jasmine Harris
'The New York Times'

Até agora, as seleções de guarda-roupa de Paltrow enfatizaram que ela é, de fato, alguém que esquia e pode se envolver em um acidente ocasional. O aconchegante suéter branco de gola alta e os óculos de aviador que usou na terça-feira invocavam a moda ski dos anos 1980 em toda a sua glória, como retratado no filme *Casa Gucci,* de 2021.

A COR DA NEVE. Mas outras decisões de Paltrow pareciam mais calibradas para o momento. Na terça-feira, na abertura do julgamento, e de novo na quarta (quando usou um cardigã com cinto), ela recorreu à longa tradição de senhoras famosas vestindo branco para aparecer como rés – a cor dos cordeiros, da neve, das pombas e outros símbolos de inocência – como Ryder e Naomi Campbell antes dela.

As silhuetas suaves e gentis de Paltrow também apresentaram um contraste sutil com a alegação de que ela havia colidido com outro esquiador e depois fugido. Na quinta-feira, Paltrow vestiu um terno cinza de aparência relaxada sobre uma camisa fina de gola redonda da mesma cor. Sexta-feira, quando se sentou para ouvir o depoimento de uma testemunha em uma blusa de colarinho escuro e mangas compridas, ela parecia amigável e nada ameaçadora – e levemente irritada por perder uma reunião da equipe Goop, ou uma reserva de almoço vegano. Como se esse comparecimento ao tribunal estivesse sendo espremido, gentilmente, entre outros compromissos.

Quando Paltrow assumiu a palavra, sexta-feira, sua disposição serena foi pontuada por sorrisos ocasionais e goles de uma Mountain Valley Spring Water. Escutando com atenção e falando com cuidado, Paltrow transmitiu com seu rosto e voz o que já havia transmitido com as roupas: respeito e conformidade, na medida do necessário. Como se estivesse ansiosa para resolver logo esse aborrecimento e voltar para as tarefas do dia. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

MÊS INTERNACIONAL DA **MULHER**

Mulheres na Liderança

Direitos em conquista

A desigualdade de gênero se manifesta nas mais diversas áreas de atuação e ainda há vários direitos que as mulheres batalham para conquistar

Os direitos das mulheres são relativamente recentes no Brasil, país que ostenta o título de sétima nação mais desigual do mundo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Não tem 100 anos que as mulheres podem votar (a lei é de 1932). Pedir – e obter – crédito sem a autorização do marido só se tornou possível em 1974, há menos de 50 anos, para citar apenas dois exemplos das conquistas femininas.

A desigualdade de gênero se manifesta nas mais diversas áreas de atuação e há vários direitos que as mulheres ainda batalham para conquistar – um dos destaques do pacote de medidas do governo federal anunciado no dia 8 de março é um projeto de lei para garantir que realmente homens e mulheres tenham o mesmo salário quando desempenhem a mesma função, sendo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinou isso em 1919. Mas, mesmo assim, é crescente a participação feminina em cargos de chefia. "O que mudou nos últimos anos é que as mulheres começaram a dar um super-resultado para as empresas", afirma Sofia Esteves, fundadora e presidente da Cia. de Talentos.

Se o destaque das mulheres em cargos de chefia já não é um tabu, entram em pauta outras demandas de gênero. Uma delas é a participação feminina na área de ciência e tecnologia, que foi um dos destaques da recente conferência Pacto Global da ONU, convenção sobre a situação das mulheres, realizada em Nova York em meados de março. "As pautas estão discutindo como empresas e países podem fazer ações nessa direção", afirma Ana Fontes, fundadora da Rede Mulher Empreendedora.

Entra em pauta também, e com destaque crescente, a gestão da economia do cuidado, aquele trabalho quase invisível de cuidar de crianças, filhos doentes e idosos. A maior parte desse trabalho é feita por mulheres e não é remunerada nem reconhecida, destaca Dani Junco, B2Mamy, aceleradora de empreendedorismo feminino. São exemplos de direitos que ainda serão conquistados.

Acesse o conteúdo especial completo

Getty Images

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

O impacto da **gestão feminina** nas empresas

Encontro discute situação das mulheres em cargo de liderança e destaca a importância de não ter vergonha de pedir ajuda

Foto: Fernando Roberto/Estadão Blue Studio

Rita Lisauskas, Lina Nakata, Mônica Carvalho e Raquel Reis participaram do Meet Point sobre liderança feminina, organizado pelo Estadão Blue Studio

No mercado de trabalho, a mulher deve ocupar o espaço que quiser. Em qualquer cargo que atue, ela não deve ter vergonha de pedir ajuda e pode contar também com a colaboração masculina. Essa é a conclusão do Meet Point sobre liderança feminina, organizado pelo Estadão Blue Studio, e que contou com a presença de Raquel Reis, presidente da SulAmérica Saúde e Odonto, Mônica Carvalho, diretora de Negócios da Google, e Lina Nakata, pesquisadora da FIA Employee Experience.

Os dados sobre a diferença de gênero no mercado de trabalho abriram o debate. Atualmente, 51,6% das mulheres economicamente ativas estão empregadas, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas. A porcentagem indica que a participação feminina vem crescendo – em 1990, eram 34,8%. Ao mesmo tempo, 71,6% dos homens têm empregos, ou seja, sua participação no mercado de trabalho é 20 pontos porcentuais acima da feminina. Além de ocuparem mais vagas de liderança nas empresas, os homens também ganham salários mais altos, mesmo quando exercem as mesmas funções. As mulheres, por sua vez, têm uma taxa de escolaridade mais alta.

Assista à integra do Meet Point

No encontro, a pesquisadora Lina Nakata, uma das responsáveis pela pesquisa Lugares Incríveis para Trabalhar (Lipt), da FIA Employee Experience, destacou que a valorização do trabalho feminino tende a ser maior nas empresas reconhecidas por oferecer bons locais de trabalho para seus funcionários. “Essas empresas investem em mais ações afirmativas de gênero e são mais proativas na contratação de mulheres”, afirma Lina.

Raquel preside uma companhia que tem a igualdade de gênero nos cargos de alta liderança, mesmo sem ter ações específicas para isso. “Não é porque não temos cota, mas porque o processo na companhia foi justo, sempre valorizando as capacidades das pessoas”, afirma ela. Mônica, apesar de atuar no setor de tecnologia, que é fortemente masculino, está em uma empresa que valoriza a diversidade de gênero, de raça e a sexual.

A pesquisa da FIA mostra uma participação crescente de mulheres na alta liderança, que passou de 27% para 33% entre 2021 e 2022. Essa liderança feminina atrai mais mulheres a essas empresas. “Isso indica que há empresas empenhadas em melhorar o equilíbrio de gênero, porque essa política gera resultados”, afirma Lina.

Um dos exemplos está no momento da maternidade. Muitas mulheres interrompem a carreira quando se tornam mães, seja por opção pessoal, seja por serem demitidas de seus empregos. Mas empresas Lipt têm ações para evitar que isso aconteça. Raquel lembra ter planejado sair do emprego quando regressou da licença-maternidade, 15 anos atrás. Foi convencida a ficar por seu gestor. “Ele me deu um mês para pensar e tentar conciliar as funções de mãe com a de coordenadora. Em uma semana eu já sabia que não queria parar.”

Mônica, por sua vez, destaca o fato de ter dois filhos como uma de suas competências no currículo. “A experiência de ser mãe me torna uma profissional melhor, com mais inteligência emocional. Com as crianças, aprendemos a ouvir mais, a negociar mais”, destaca ela. O exemplo mostra que a maternidade, que tanto impacta o mercado de trabalho, pode ser um diferencial positivo. “Eu fui promovida grávida”, lembra ela.

Mas a história de Mônica contrasta com as estatísticas: “cerca de 50% das mulheres são demitidas no retorno da licença-maternidade”, levanta Lina. Isso mostra a importância das ações afirmativas e das políticas públicas para reter as mulheres em seus empregos. No caso da maternidade, há empresas que incluem a licença parental entre seus benefícios, mas enfrentam a questão cultural de homens com dificuldade de usar o benefício.

“Às vezes, a empresa tem uma regra disponível, mas as pessoas não seguem por medo do julgamento de seus pares. Há homens receosos de sair em licença-paternidade. No Google, a licença-paternidade é de quatro meses e o funcionário é obrigado a tirar”, destaca Mônica.

E ela acrescenta: “É fundamental a liderança estimular esta licença. A partir do momento que o homem sai em licença, tem um plano de sucessão. Isso faz com que o profissional amadureça”.

ESTADÃO BLUE STUDIO

Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor de Conteúdo do Mercado Anunciante: **Luis Fernando Bovo MTB 26.090-SP**; Gerente de Conteúdo: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Atendimento e de Gestão de Projetos: **Rita Lisauskas**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Estratégias de Conteúdo: **Regina Fogo**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Arte: **Robson Mathias**; Especialistas de Conteúdo: **João Prata, Marielly Campos e Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Redes Sociais: **Murilo Busolin**; Analista de Conteúdo: **Bárbara Guerra**; Analista de Produto Júnior: **Giuliana Ferrari**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva, Amanda Miyagui Fernandez e Rafaela Vizoná**; Assistentes de Marketing: **Larissa Castro e Giovanna Alves**; Revisão: **Francisco Marçal**

A saúde começa pela boca

SulAmérica lança linha de produtos Odonto Individual com a liberação de mais de 200 procedimentos

O cuidado com a saúde bucal está diretamente ligado à saúde. Estudo realizado pelo Incor destacou que 45% das doenças do coração e 36% das mortes por problemas cardíacos têm origem dental. Ou seja, a saúde começa pela boca. O plano odontológico pode ser um grande aliado na prevenção de doenças. Beneficiários deste produto costumam fazer visitas ao profissional com maior frequência e essa manutenção regular auxilia na prevenção do desenvolvimento de problemas cardíacos e outras doenças. Além disso, a mensalidade de um plano odontológico pode sair mais em conta do que um simples procedimento em uma clínica particular.

O brasileiro já percebeu a importância dos cuidados com a saúde bucal e tem buscado planos para atender às suas necessidades. Para se ter uma ideia, a busca por planos odontológicos na internet cresceu 28% em janeiro deste ano na comparação com o mesmo período do ano anterior. De acordo com dados da ANS, o número de beneficiários exclusivos aumentou cerca de 76% entre 2011 e 2022.

Estudo realizado pela AON em 2021 avaliou mais de 800 empresas de 30 segmentos e identificou que 91,7% das companhias no Brasil já oferecem planos odontológicos para seus colaboradores. Esse número está em linha com uma demanda observada em pesquisa realizada em 2020 pelo Núcleo de Estudos Sodexo, que aponta o plano odontológico como o terceiro benefício mais desejado entre os colaboradores.

29,3 milhões
DE BRASILEIROS CONTAM COM UM PLANO ODONTOLÓGICO

91,7% das companhias
OFERECEM PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AOS SEUS COLABORADORES

Terceiro benefício
MAIS DESEJADO PELOS COLABORADORES

O cuidado com a saúde bucal deve ir muito além de uma preocupação estética

45% das doenças do coração têm origem dental

36% das mortes por problemas cardíacos têm origem dental

O plano **Odonto** proporciona segurança financeira e previsibilidade

200 procedimentos
SÃO INCORPORADOS NO PORTFÓLIO DE PRODUTOS DA SULAMÉRICA

1. Novos diferenciais que variam de acordo com as necessidades dos(as) clientes
2. Serviços de: clareamento dentário, documentação para tratamentos ortodônticos e ortodontia
3. Programa de desconto progressivo para dependentes

De olho nessa demanda, a SulAmérica acaba de apresentar seu novo portfólio com quatro novos planos, que foram pensados de acordo com as necessidades dos clientes. Por meio de uma cobertura ampliada de serviços, com a liberação de mais de 200 procedimentos, o segurado tem acesso a clareamento dentário, documentos odontológicos e ortodontia, entre outros benefícios. Os planos são: SulAmérica Odonto Mais, SulAmérica Odonto Mais Clarear, SulAmérica Odonto Mais Doc e SulAmérica Odonto Mais Orto.

Outro diferencial é o programa de desconto progressivo para dependentes (10% de desconto para 2 vidas e 22% de desconto para 3 ou mais vidas) e elegibilidade para toda a família (até 3º grau consanguíneo).

"Os clientes contam também com o plano anual sem carência, descontos de até 70% em farmácias, acesso ao clube de descontos SulAMais e uma rede credenciada especializada com abrangência nacional", comenta Solange Moretto, superintendente comercial Odonto.

A facilidade de contratação é outro diferencial, sendo que o beneficiário pode realizar diretamente pelo site da empresa. "Mas é possível também adquirir um plano Odonto SulAmérica por meio do corretor", garante Juliano Tomazela, diretor de Pricing Estratégia e Produtos Saúde e Odonto. "São quatro planos diferentes, e o beneficiário pode já investir no cuidado com a saúde bucal a partir de R$ 43,90 por mês", diz Tomazela.

Juliana Caligiuri, VP Comercial de SulAmérica, lembra que, de acordo com a ANS, atualmente são mais de 30 milhões de pessoas com planos odontológicos no País. "Temos observado um aumento e um interesse do brasileiro em cuidar da saúde bucal. Em 2019, a SulAmérica, por exemplo, contava com 1,7 milhão de beneficiários somente para essa linha. Atualmente, são 2,1 milhões de pessoas com o plano odontológico na companhia", diz.

"A partir do novo portfólio, conseguimos entregar benefícios ainda mais completos para o beneficiário, oferecendo também as melhores experiências para nossos parceiros de negócios", complementa a executiva.

Caminhos para mudança

Unesco faz sete recomendações para reduzir a lacuna de gênero em ciências, tecnologia, engenharia e matemática

Getty Images

A presença feminina nas ciências exatas tem origem nos tempos remotos do Antigo Egito. Foi por volta do ano 355, em Alexandria, que nasceu Hipátia, a primeira matemática da história, que inventou o densímetro, um instrumento para medir a densidade de líquidos.

Quase dois milênios depois, as mulheres ainda lutam por um lugar ao sol, sobretudo nas áreas representadas pela sigla Stem, abreviação de ciências, tecnologia, engenharia e matemática. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), apenas 30% dos cientistas no mundo são mulheres, e o porcentual é ainda menor nos cargos de liderança e coordenação de pesquisa.

O acesso desigual entre homens e mulheres na carreira científica e acadêmica tem sido objeto de estudo por muitos anos, segundo Sandra Unbehaum, mestre em Sociologia, doutora em Educação e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, onde estuda as relações de gênero, raça e etnia. A cientista social foi uma das autoras do levantamento "Elas nas Ciências: um estudo sobre equidade de gênero no ensino médio", quando mapeou dados relacionados ao tema no Brasil e no mundo nas áreas Stem.

Segundo a pesquisadora, uma hipótese para o baixo envolvimento das mulheres no campo das ciências exatas e tecnologia é a concentração feminina nas áreas relacionadas com o cuidado, como enfermagem, psicologia e certas áreas da saúde, um fenômeno observado no mundo todo. "Temos mais de duas décadas de programas e políticas de ação afirmativa para incentivar a equidade de gênero, mas é preciso ter paciência histórica porque os movimentos de avanço são lentos", ela diz. Tornar-se cientista, afirma Sandra, implica investimento e dedicação de pelo menos mais dez anos de estudo depois do ensino médio, incluindo graduação, mestrado e doutorado.

Mulheres na academia

No Brasil, de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as mulheres somam 43,7% das pesquisadoras. No entanto, menos de 10% dos membros da Academia Brasileira de Ciências são mulheres e cerca de 20% ocupam postos de coordenação de projetos temáticos na Fapesp, por exemplo.

Um relatório da Elsevier sobre a jornada do pesquisador pelas lentes de gênero, realizado em 15 países, incluindo o Brasil, mostra que, embora a participação feminina nas ciências exatas esteja aumentando, a desigualdade em relação aos colegas do gênero masculino permanece quando o assunto são publicações, citações de artigos, bolsas e projetos de pesquisa.

Uma das hipóteses para isso são os estereótipos sobre as funções sociais de homens e mulheres. Apesar de o número de mulheres bolsistas de pesquisa ser expressivo em períodos de graduação e pós-graduação, esse número diminui conforme a faixa etária aumenta. Ou seja, conforme a mulher se aproxima da maternidade, menos chances como pesquisadora ela terá, aponta Roseli de Deus Lopes, professora livre-docente da Escola Politécnica e vice-diretora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP).

Maternidade e carreira

O tabu da maternidade é uma questão mundial, mas só recentemente surgiram ações e políticas efetivas para resolver esse entrave, que funciona como barreira ao avanço da participação feminina. Uma ação bem-sucedida foi a campanha Maternidade no Lattes, promovida pelo grupo Parent in Science, que conseguiu a inclusão dos períodos de licença-maternidade na plataforma Lattes, a base de dados alimenta-

da pelos próprios pesquisadores com informações sobre seus currículos e grupos de pesquisa dos quais participam.

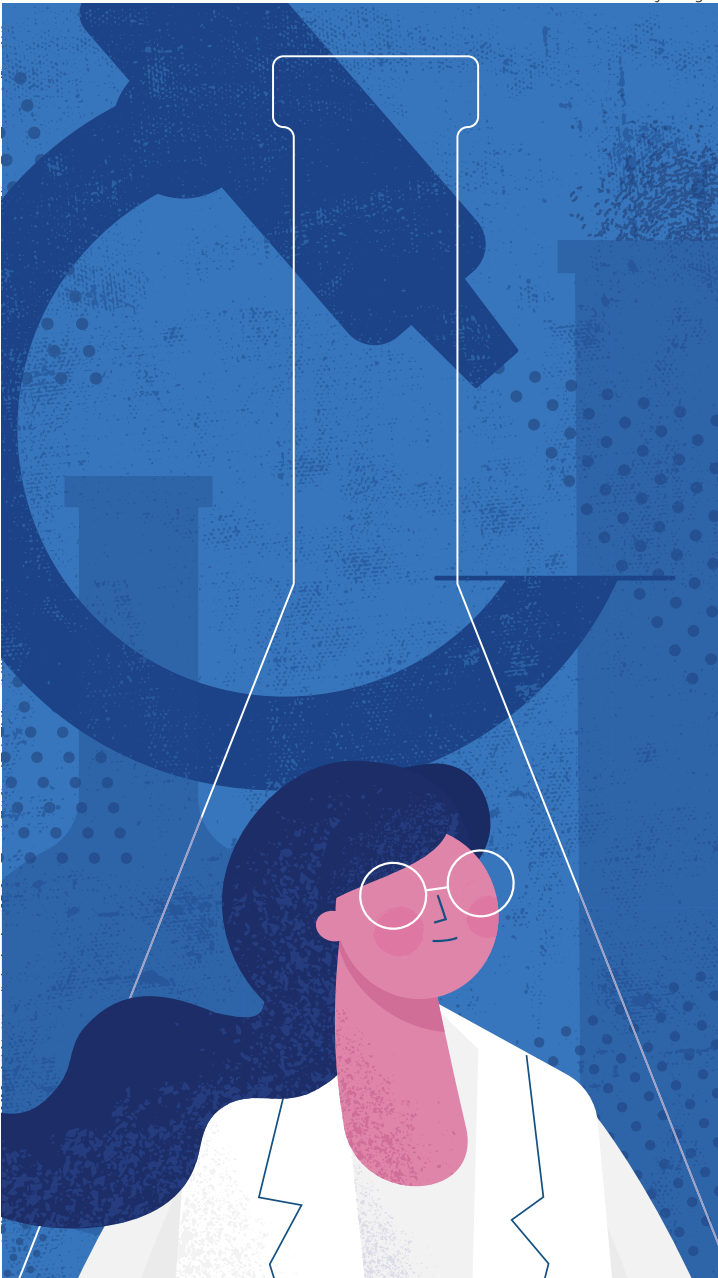
A mudança tem importância porque uma das formas de avaliação para cientistas e acadêmicos que concorrem a bolsas, editais ou projetos de pesquisa é a produção científica, medida principalmente pela publicação de artigos. Uma mulher que precisou pausar sua carreira para cuidar dos filhos perde chances de se candidatar, o que pode comprometer para sempre seu sucesso como pesquisadora.

Algumas responsabilidades recaem mais fortemente para as mulheres, afirma Roseli, entre elas o cuidado com a casa, com os filhos e com os idosos. "Em países como o nosso, em que as tarefas não são divididas igualmente entre homens e mulheres, há uma sobrecarga para as mulheres, o que atrapalha a carreira acadêmica", ela diz.

Por isso, Roseli defende a profusão de editais de pesquisa específicos para mulheres, com o intuito de tentar reverter o quadro de desigualdades históricas e conseguir maior equilíbrio de participação. Um exemplo é o edital intitulado "Mulheres e Meninas na Ciência: o futuro é agora", lançado pela Universidade de Brasília (UnB), e que busca fomentar projetos de extensão para incentivar a participação feminina nas áreas de ciência e tecnologia. "Há um número expressivo de meninas que terminam o ensino médio e ingressam no ensino superior e, à medida que elas se aproximam da idade de maternidade, acabam sendo prejudicadas", afirma Roseli.

Políticas de diversidade não são apenas uma questão de justiça histórica, argumenta a especialista da área de tecnologia. "É cientificamente comprovado que times mais diversos são uma fortaleza, tanto no ambiente acadêmico quanto no ambiente das empresas, e são fundamentais também para que as mulheres consigam ter desempenho e salários compatíveis", diz Roseli. Ela conta que na escola de engenharia da USP, onde atua, há 20% de meninas nos cursos. E dependendo da especialidade, esse número é bem menor.

Quando se trata do recorte racial, a situação é ainda pior. Estima-se que a participação de mulheres negras no Brasil representa apenas 3% dos orientadores de doutorado. Ainda há muito caminho pela frente quando se trata de igualdade de oportunidades.

Getty Images

Cinco cientistas que fizeram história

Conheça exemplos de mulheres que tiveram reconhecimento na área

Ada Lovelace (1815-1852) – considerada a primeira programadora de computadores da história. Escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser processado por uma máquina.

Marie Curie (1867-1934) – física e química polonesa pioneira no estudo da radiação. Sua descoberta de dois elementos radioativos (rádio e polônio) lançou as bases da ciência nuclear moderna e lhe deu direito a dois prêmios Nobel, de Física, em 1903, e Química, em 1911.

Nise da Silveira (1905-1999) – médica brasileira que mudou a maneira de encarar doenças psiquiátricas ao se opor às práticas usuais de tratamento. Em vez de técnicas como eletrochoque, camisas de força e isolamentos, Nise usou terapias artísticas.

Johanna Döbereiner (1924-2000) – agrônoma brasileira pioneira em biologia do solo. Sua pesquisa sobre fixação de nitrogênio foi fundamental para o Brasil se tornar grande produtor agrícola, e rendeu uma indicação ao Nobel de Química de 1997.

Márcia Barbosa (1960) – física especializada em estruturas complexas da molécula de água, que podem ajudar a resolver os problemas de escassez de água doce. Membro da Academia Brasileira de Ciências e considerada pela ONU Mulheres uma das cientistas memoráveis, recebeu o Prêmio L'Oréal-Unesco para Mulheres na Ciência.

As recomendações da Unesco para reduzir a lacuna de gênero em ciências, tecnologia, engenharia e matemática

1 Mudar a percepção, atitudes, comportamentos, normas sociais e estereótipos em relação às mulheres na sociedade.

2 Envolver meninas e mulheres jovens nas matérias de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (Stem) em todas as etapas da educação, desde o início do fundamental.

3 Atração, acesso e retenção de mulheres no ensino superior Stem em todos os níveis.

4 Igualdade de gênero na progressão da carreira de cientistas e engenheiros.

5 Promover a dimensão de gênero nos conteúdos, nas práticas e agendas de pesquisa.

6 Promover a igualdade de gênero na elaboração de políticas relacionadas a Stem.

7 Promover a igualdade de gênero nas atividades de empreendedorismo e inovação de base científica e tecnológica.

OS DIREITOS DAS MULHERES BRASILEIRAS

1827
Direito à educação básica, com lei que permite que meninas brasileiras frequentem colégios e estudem além do ensino primário

1879
Direito à educação superior, com lei que permite às brasileiras cursarem as universidades

1910
Direito à representação política, com o Partido Republicano Feminino

Acervo UNB

1919
Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho aprova resolução de salário igual para homens e mulheres que exercem a mesma função

1932
Brasileiras conquistam o direito ao voto

1962
Aprovado o Estatuto da Mulher Casada, que permite que esposas não precisem de autorização do marido para trabalhar

1974
Direito ao crédito, com lei que garantia às mulheres o direito ao crédito, sem um homem assinar o contrato

Wilton Junior/Estadão

A equidade salarial é vista como uma das mais importantes bandeiras da gestão da ministra Simone Tebet

Os direitos das mulheres, *nos termos da lei*

Pacote com medidas pela garantia dos direitos das mulheres é mais um passo na longa jornada contra a desigualdade no País

Bandeiras das mulheres, como equiparação salarial, ambiente de trabalho sem assédio ou qualquer violência, seja sexual ou moral, devem ser direitos garantidos em lei. No último dia 8 de março, o governo federal anunciou um pacote com mais de 20 medidas pela garantia dos direitos das mulheres não apenas no local de trabalho, mas também de combate à violência e às diversas formas de assédio. E surpreendeu ao incluir mecanismos de acesso ao crédito às mulheres de zonas rurais e favelas. "São medidas importantíssimas. Vivemos em um país profundamente desigual e, apesar da maioria da população ser de mulheres, nós não temos acesso às mesmas oportunidades que os homens", afirma Ana Fontes, fundadora da Rede Mulher Empreendedora.

Entre as medidas anunciadas, a equidade salarial é vista como uma das mais importantes e era uma bandeira da agora ministra Simone Tebet, em sua campanha à Presidência. Aqui, o governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam a mesma função, e com multas pesadas para as empresas – até 10 vezes o salário mais alto – em caso de descumprimento da lei. O texto prevê medidas para que empresas sejam mais transparentes e para fortalecer a fiscalização e o combate à discriminação salarial.

O auxílio ao crédito e a redução da taxa de juros para a oferta de crédito para empreendedoras das áreas rurais e nas favelas, no caso de áreas urbanas, são outro destaque do pacote. "São medidas que realmente impactam no nosso ecossistema", afirma Dani Junco, B2Mamy, aceleradora de empreendedorismo feminino, que já capacitou mais de 50 mil mulheres. O crédito, lembra ela, é um desafio para as empreendedoras e é bastante importante o governo intervir para ajudar nesse âmbito.

Sobre a importância do crédito, Ana Fontes cita pesquisa realizada pelo Instituto Rede Mulher Empreendedora, que revela que para 41% das empreendedoras a receita de suas empresas não é suficiente para pagar as despesas do negócio, enquanto 35% conseguem pagar as contas, mas apenas 11% conseguem poupar para reinvestir na atividade.

Medidas de segurança e de combate à violência contra as mulheres são outro ponto destacado. Um exemplo é o decreto que regulamenta a cota de 8% da mão de obra para mulheres vítimas de violência nas contratações públicas, na administração federal, autarquias e fundações. "Combater a violência contra a mulher é absolutamente essencial", afirma Ana Fontes.

Juntas, as medidas somam um investimento de R$ 960 milhões no orçamento público de 2023. Entre as ações do governo, está a de ratificar a Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é o primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, incluindo violência de gênero. Há também o investimento na implantação de 40 unidades da Casa da Mulher Brasileira; a recriação do programa Mulher Viver sem Violência; a criação do Dia Marielle Franco, lembrado todo dia 14 de março, data em que a vereadora e o motorista Anderson Gomes foram assassinados. Há ainda a distribuição gratuita de absorventes no Sistema Único de Saúde (SUS), a licença-maternidade para as mulheres que recebem o Bolsa Atleta, além de R$ 2 milhões destinados no Prêmio Carolina Maria de Jesus para livros inéditos escritos por mulheres, entre outras medidas.

1977
Sancionada a Lei do Divórcio

1985
Inaugurada a primeira Delegacia da Mulher, em São Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

Dornelles quer acabar com todas as estatais

Em julho, déficit de 11 trilhões

1988
Com a Constituição, mulheres passaram a ser iguais aos homens, com os mesmos direitos e deveres

2001
É retirado do Código Civil artigo que permitia ao marido pedir a anulação do casamento se a mulher não fosse virgem

2006
Sancionada a Lei Maria da Penha, de combate à violência contra a mulher

VIDA&

Em dois meses, lei contra marido violento já deixa cadeias lotadas

2015
Lei classifica o feminicídio como crime de homicídio

Metrópole

Câmara aprova pena mais rígida e torna assassinato de mulher crime hediondo

Fonte: Arquivo Estadão

Crea-SP reforça busca por equidade de gênero na área tecnológica

Entidade procura combater a desigualdade e aumentar a presença de mulheres nas engenharias

A frase "escolha sempre o melhor profissional, independentemente da sua cor, sexo, etnia" foi utilizada por um parlamentar em 2022 para sugerir que o desabamento de um trecho do asfalto em área de obra do Metrô em São Paulo foi causado pela política da empresa terceirizada de contratar engenheiras mulheres. O rápido posicionamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP) em defesa das profissionais marcou a posição da entidade no combate ao machismo. Os esforços do Crea-SP na busca por equidade de gênero, contudo, vão muito além de notas de repúdio às falas preconceituosas.

Divulgação Crea-SP

O presidente do Crea-SP, Vinicius Marchese, e Poliana Siqueira, coordenadora do Comitê Gestor do Programa Mulher, trabalham para mudar a cultura de preconceito na área

O comprometimento do Crea-SP com a equidade de gênero está ancorado na Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual é signatário. Em 2021, a entidade instituiu o Comitê Gestor do Programa Mulher, iniciativa do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). "As áreas que compõem o Sistema Confea/Crea sempre carregaram o estigma de serem masculinas. Na própria Engenharia, ainda existe uma série de preconceitos que precisamos combater", comenta Vinicius Marchese, presidente do Crea-SP.

Apesar dos enormes desafios, a realidade da profissão está se transformando e atraindo mulheres. Segundo dados do Inep, elas já são maioria em seis cursos de Engenharia, como Alimentos (62%), Bioprocessos e Biotecnologia (59%) e Têxtil (53%). "A trilha profissional para as mulheres é mais difícil do que a dos homens. Temos que mudar a cultura da sociedade e também a da autarquia, que tem evoluído internamente na equidade de gênero", comenta Marchese.

Poliana Siqueira, coordenadora do Comitê Gestor do Programa Mulher, salienta que houve um aumento da participação das mulheres dentro do Sistema Confea. "Saltamos de 14% para 19% em pouco tempo, mas o caminho é longo e sabemos que para as mulheres sobressaírem têm que fazer muito mais, não basta ser competente e ter qualidade."

Entre as atribuições do Comitê, coordenado por Poliana, estão diagnosticar o cenário da mulher nas profissões fiscalizadas pelo Conselho e promover oficinas de capacitação de lideranças e palestras para multiplicar os conceitos disseminados pelo Programa. "O Comitê pretende atuar também com a conscientização dos homens, mostrando a importância de eles compreenderem a causa", acrescenta Poliana.

Neste ano, um dos principais objetivos é implantar o Programa Mulher em todas as regiões do Estado. "Temos 188 associações divididas em 12 uniões e o foco é a implantação local das iniciativas, com cursos de capacitação, palestras sobre violência, entre outras", explica a coordenadora do Comitê.

> Saltamos de 14% para 19% em pouco tempo, mas o caminho é longo e sabemos que para as mulheres sobressaírem têm que fazer muito mais, não basta ser competente e ter qualidade."

Poliana Siqueira, coordenadora do Comitê Gestor do Programa Mulher

Cartilha destaca projetos e metas do Conselho

Como parte do trabalho de busca por equidade, o Crea-SP lançou a Cartilha do Programa Mulher, que destaca projetos e metas do Conselho e auxilia na articulação com as entidades de classe, associações e instituições de ensino. Além disso, o material conta com um diagnóstico sobre o mercado de trabalho da área tecnológica.

Para baixar a Cartilha do Programa Mulher, acesse:

'Criei o poder do sorriso para combater o machismo'

Criadora da Cia. de Talentos, especializada em RH, a psicóloga Sofia Esteves diz que a discriminação de gênero existe, mas o que muda é a maneira que cada um lida com isso

À frente da Cia. de Talentos, a psicóloga Sofia Esteves acompanha a trajetória das mulheres no mundo do trabalho desde 1988, quando fundou sua consultoria de recursos humanos. Hoje, líder deste setor no Brasil, com faturamento de R$ 30 milhões e filiais em mais de 40 países, ela desenvolveu "o poder do sorriso" para sobreviver em um ambiente então 100% masculino, e viu crescer a procura por mulheres no mercado de trabalho, como conta a seguir. "Sabemos hoje que, muitas vezes, a mulher é mais produtiva que o homem", afirma ela.

Na década de 1980, quando fundou sua consultoria de recursos humanos, como as empresas lidavam com a contratação de mulheres?

Quando comecei, perguntava aos meus clientes se eles tinham alguma restrição de gênero ou idade e sempre sugeria também o nome de uma executiva entre os candidatos. Mas a resposta é que tinha de ser um homem, que a mulher vai ter filhos, vai ficar afastada, não terá dedicação integral. Eu pontuava que este comprometimento a gente conseguia descobrir nas entrevistas. Também era difícil encontrar boas candidatas entre as executivas. As próprias mulheres discriminavam as candidatas.

E como começou a demanda por mais mulheres nas empresas?

Não tem muito mais do que dez anos que a questão de gênero virou central. A imprensa começou a trabalhar o tema, principalmente em reportagens internacionais. As multinacionais – e tudo começa com as multinacionais – passaram a pedir profissionais mulheres. Não tínhamos indicadores, mas claramente as mulheres ganhavam menos que os homens. O que mudou é que elas começaram a dar um super-resultado. Muitas vezes ela é mais produtiva que o homem. Hoje, há vários casos de mulheres promovidas ou contratadas grávidas, por exemplo.

Arquivo Pessoal

Sofia Esteves, psicóloga criadora da Cia. de Talentos, especializada em RH

Quais os principais benefícios para atrair as mulheres para trabalhar nas empresas?

A qualidade de vida. Ela se preocupa com a flexibilidade, com o home office, se poderá sair para ir à reunião da escola do filho ou ao médico. Ela vê a empatia da empresa, se vai se identificar com a cultura, valoriza o ambiente de trabalho. A remuneração é a última coisa que a mulher olha.

Quais os setores que valorizam mais o trabalho das mulheres?

As empresas de bens de consumo dão muita oportunidade para as mulheres. Os bancos de varejo, de uns tempos para cá, perceberam que as gerentes têm mais habilidade de lidar com clientes que os homens. Em fábricas, indústria química e áreas mais técnicas era mais difícil encontrar mulheres, até porque há poucos profissionais nesta área. Uma área que mudou pouco são as empresas familiares, principalmente as tradicionais, com fundadores homens, que são muito retraídas a contratar mulheres.

Quais as diferenças de contratar líderes mulheres?

A mulher tem mais sensibilidade, mais jogo de cintura. Se o funcionário está triste ou mais agressivo, ela vê os sinais. Como teve de aprender a segurar a pressão doméstica, ela filtra mais os problemas. Mas há mulheres que têm uma ambição desmedida, que não têm limites e talvez façam coisas que os homens não fariam.

Apesar de toda a tragédia, a pandemia trouxe o trabalho colaborativo e o home office como valores importantes para as mulheres?

Pena que a gente está desaprendendo os ganhos da pandemia. Este período trouxe uma solidariedade como nunca tivemos, desde doar cestas básicas até conversar mais com o porteiro. O medo de morrer ligou o mundo. Nossa escuta ativa estava mais aguçada. Mas vejo que hoje estamos perdendo esta escuta, que era boa para a empresa e para os funcionários. Estamos voltando à era do comando e do controle, de líderes que acham que têm de ver o funcionário trabalhando. Nem todos os setores da economia precisam do trabalho presencial todos os dias.

Hoje você lidera uma empresa com filiais em outros países e participa de diversos conselhos de administração. Como você venceu na carreira trabalhando em um setor então liderado por homens?

Eu nunca imaginei empreender. Fiz Psicologia porque queria trabalhar com crianças e ter um orfanato. Comecei a empreender aos 26 anos, numa área que era apenas de homens de cabelo branco. Eu era mulher e muito jovem e criei o meu jeito de lidar com o machismo. Criei o poder do sorriso. Uma vez, cheguei em uma reunião com um executivo e ele me perguntou se iríamos esperar o meu chefe chegar para começar a conversa. Eu respondi que eu era a dona e, sorrindo, disse que eu tinha certeza de que ele não ia me avaliar por ser mulher ou jovem, mas pela minha expertise. Em nossa segunda reunião, ele me disse que nem tinha dormido naquela noite, pensando que tinha três filhas e que, se eu não tivesse sido tão elegante em minha resposta, ele nunca teria percebido a sua postura. Hoje somos grandes amigos. A discriminação sempre vai acontecer. O que faz a diferença é a maneira que você lida com isso.